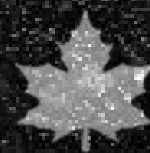


FIXO

R E V I S T A D E
ARQUITETURA, CIDADE E
CONTEMPORANEIDADE

arquitetura (é) ética? I

n.5 v.2
outono de 2018



FIXO

REVISTA DE
ARQUITETURA, CIDADE E
CONTEMPORANEIDADE

arquitetura (é) ética? p. I

n.5 v.2
outono de 2018





Rua Benjamin Constant, n. 1359, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, Telefone: [53] 3284 55 11
<http://cmaiscufpel.wixsite.com/cmaisc>
e-mail: revistapixo@gmail.com

apresentação

A Revista Pixo é uma publicação do Grupo de Pesquisa Cidade+Contemporaneidade (CNPQ), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb), do Laboratório de Urbanismo (LabUrb), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Revista digital disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/index>

ISSN 2526-7310

Editores Responsáveis

Dirce Eleonora Solis
Eduardo Rocha
Fernando Freitas Fuão

Editores Associados

Ana Paula Vieceli
Bárbara de Bárbara Hypolito
Carolina C. Magalhães Falcão
Celma Paese
Fernanda Tomiello
Otávio Martins Peres

Comitê Científico e Conselho Editorial

André de O. Torres Carrasco
Angela Pohlmann
Carla Gonçalves Rodrigues
Carmen Anita Hoffmann
Carolina Corrêa Rochefort
Cláudia Mariza Mattos Brandão
Cristine Jaques Ribeiro
Dirce Eleonora Nigro Solis
Eduarda Azevedo Gonçalves
Eliana Mara Pellerano Kuster
Emanuela Di Felice
Francesco Careri
Francisco de Assis da Costa
Haydeé Beatriz Escudero
Helene Gomes Sacco Carbone
Igor Guatelli
Josiane Franken Corrêa
Juan Manuel Diez Tetamanti
Laura Novo de Azevedo
Marcelo Roberto Gobatto
Márcio Pizarro Noronha
Maria Ivone dos Santos
Markus Tomaselli

Maurício Couto Polidori
Paola Berenstein Jacques
Paulo Afonso Rheingantz
Raquel Purper
Rita de Cássia Lucena Velloso
Sylvio Arnaldo Dick Jantzen
Thais de B.Portela
Vicente Medina

Equipe Técnica

Carolina Mesquita Clasen
Fabrício Sanz Encarnação
Laís Becker Ferreira
Laís Dellinghausen Portela
Luana Pavan Detoni
Rafaela Barros de Pinho

Suporte Técnico

Glauco Roberto M. dos Santos

Revisão Linguística

Ana dos Santos Maia
Martha Hirsch
Pierre Moreira dos Santos

Capa e Diagramação

Eduardo Rocha
Laís Becker Ferreira
Laís Dellinghausen Portela

Imagens

Carlos Nigro

A 5a. Edição temática “ARQUITETURA (É) ÉTICA?” é dirigida pelos professores Fernando Freitas Fuão (UFRGS) e Dirce Eleonora Nigro Solis (UERJ), que busca uma reflexão da arquitetura e de seus arquitetos num período de desestabilidade política e social, onde a questão da democracia está novamente em risco, chamando-nos de alguma forma a conchamar a arquitetura viva.

A “PIXO – REVISTA DE ARQUITETURA, CIDADE E CONTEMPORANEIDADE”¹ é uma revista digital trimestral (primavera, verão, outono e inverno) e visa reunir artigos, ensaios, entrevistas e resenhas (redigidos em português, inglês ou espanhol) em números temáticos. A abordagem multidisciplinar gira em torno de questões relacionadas à sociedade contemporânea, em especial na relação entre a arquitetura e cidade, habitando as fronteiras da filosofia da desconstrução, das artes e da educação, a fim de criar ações projetuais e afectos para uma ética e estética urbana atual.

A revista é uma iniciativa do Grupo de Pesquisa CNPQ Cidade+Contemporaneidade, do Laboratório de Urbanismo (LabUrb), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb) e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Fernando Fuão, Dirce Eleonora Solis e Eduardo Rocha
Outono de 2018

¹ Link acesso Revista Pixo <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/index>>

editorial

ARQUITETURA (É) ÉTICA ? I.....	10-13
<i>Fernando Fuão e Dirce Eleonora Nigro Solis</i>	

autor convidado

DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA E SUA RELAÇÃO COM A DEMOCRACIA POR VIR NA ARQUITETURA.....	16-25
<i>Fernando Freitas Fuão E Dirce Eleonora Nigro Solis</i>	

artigos e ensaios

ARQUITETURA ÉTICA DA ALTERIDADE.....	28-41
<i>José Carlos Lemos</i>	

DISCURRIR ÉTICO EN LA ARQUITECTURA CONTEMPORÁNEA.....	42-63
<i>María Verónica Machado Penso</i>	

APROXIMAÇÕES ENTRE ARQUITETURA, URBANISMO E MOVIMENTAÇÕES SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS Debates necessários.....	64-85
<i>Daniel Marostegan Carneiro</i>	

ENTRE A ÉTICA E A POÉTICA, O ATO FOTOGRÁFICO.....	86-93
<i>Daniela Mendes Cidade</i>	

FILOSOFIA COM MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA.....	94-101
<i>Marcelo Nunes Kiefer</i>	

O CIBERESPAÇO VERSUS A BUSCA POR UMA POSTURA FENOMENOLÓGICA EM ARQUITETURA E URBANISMO.....	102-113
<i>Gabriel Alvariz Lopes</i>	

FABRICAÇÃO DIGITAL E ARQUITETURA para além da superespecialização dos arquitetos em direção à colaboração.....	114-127
<i>Flávia Ballerini</i>	

O LEGADO DOS MEGAEVENTOS PARA AS CIDADES SEDE.....	128-141
<i>Acrícia Colemberg de Oliveira</i>	

A PRODUÇÃO DE MAPAS CARTOGRÁFICOS E A ÉTICA NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAY.....	142-153
<i>Vanessa Forneck, Laís Becker Ferreira, Eduardo Rocha, Flávio Almansa Baumbach, Valentina Machado e Bianca Ramires Soares</i>	

resenha

LES ARTS DE L'ESPACE Écrits et interventions sur l'architecture.....	156-159
<i>Carlos Mario Fisgativa</i>	

parede branca

ARKHITETHOS.....	162-169
<i>Carlos Nigro</i>	

DESENHO, OBSERVAÇÃO E NARRATIVA.....	170-175
<i>Guilherme Galdo Ruchaud</i>	

JANE'S WALK Cartografia da hospitalidade.....	176-185
<i>Celma Paese, Carlla Volpatto, Cassya Netto Vargas, Dandara Copetti, Gabriela Ferreira Mariano e Lizandra Machado Moreira</i>	



ARQUITETURA (É) ÉTICA? I

Fernando Fuão¹

Dirce Eleonora Nigro Solis²

A “PIXO 5 – revista de arquitetura, cidade e contemporaneidade” traz nesse volume a reflexão da arquitetura num período de desestabilidade política e social, onde a questão da democracia está novamente em risco, chamando-nos de alguma forma a conchamar a arquitetura viva de ação e ao comprometimento dos arquitetos. A temática “ARQUITETURA (É) ÉTICA?”, propõe reflexões sobre o papel do arquiteto em tempo de crise política social. O êxito da chamada foi tão grande que devido ao grande número de artigos enviados e aprovados, propusemos distribuir em dois números: a Pixo 5 e a Pixo 6.

Consideramos que essa temática tocar questões pouco divulgadas em outros periódicos como: formação profissional, reflexões sobre para quem se pesquisa, a questão da extensão na universidade, assim como as críticas às práticas pedagógicas ultrapassadas conservadoras e até reacionárias que são praticadas dentro das disciplinas de projeto; buscamos sobretudo nessa chamada a busca de novas práticas pedagógicas dentro da graduação e temas decorrentes como: ocupações, interferências urbanas ou participações performáticas. Relembramos também a importância historiográfica dos arquitetos progressistas brasileiros dos anos 60-70. Nesses dois números estão representados ainda temáticas como: o direito à moradia, as políticas habitacionais, arquiteturas participativas com recicladores, catadores, moradores de rua, e novas experiências de escritórios voltados para coletivos e associações.

Quando clamamos a ética, devemos atentar que, tal como tradicionalmente nos referimos a ela, a ética é produto de todos os centrismos e hierarquizações logocêntricas que a perspectiva desconstrucionista contemporânea quer criticar. Preferimos, então, falar de ‘domínio ético’, mas não da ética; no sentido de deslocar a perspectiva de nossa análise sobre a arquitetura para um caminho em que possamos ir além de toda estrutura metafísica ou logocêntrica que sempre sustentou o pensamento clássico ocidental hegemônico da formação do próprio arquiteto. Desviamos assim o pensamento sobre a arquitetura para o âmbito do ético, não mais preso à lógica identitária, mas àquela da recepção ao ‘Outro’ como pura alteridade. O ético surgirá, então, na arquitetura como hospitalidade incondicional, domínio do im-possível ou do in-decidível. Ao invés do impasse estagnador, atual, de um “sem saída”, consideramos o domínio aporético como ponto de partida para caminhar adiante carregando nosso legado e na companhia de todos os mestres que enfrentaram essa tempestade que volta a nos assolar, fazendo com que tenhamos que retroagir para nos orientarmos. Um começo, por assim dizer, um deslocamento para fora, para além dos limites do logocentrismo arquitetônico que tem enquadrado e obstaculizado nosso pensamento.

¹ Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (1980), Doutor em Projetos de Arquitetura Texto e Contexto pela Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona-UPC (1987- 92) com a tese ‘Arquitectura como Collage’, Pós Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia-UERJ sob a supervisão da Filosofia Dra. Dirce Solis (2011-12). Professor Titular da Faculdade de Arquitetura. (UFRGS). E-mail: fuaofernando@yahoo.com.br

² Possui graduação em Filosofia pela Universidade Santa Úrsula (1971), mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1981) e doutorado em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002). Atualmente é professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: dssolis@gmail.com

A partir dessas considerações iniciais, podemos afirmar que ninguém se torna arquiteto oficialmente passando por uma formação que vise apenas questões de ordem técnica do conhecimento, como prática de projeto ou teoria arquitetônica autônoma, retórica, gramatical de formas e funções, mas a questão ética também se faz necessária em toda sua carreira e na prática profissional. Pois, quando se fala no domínio do ético, deve-se tratar, antes de mais nada, de uma ética que aconteça em sua formação dentro da academia. Na realidade, não há uma disciplina intitulada ética que abra espaço em nossa formação para a discussão contemporânea dos deslocamentos ético-políticos imprescindíveis para a consecução da profissão. O que em geral aprendemos sobre ética não é propriamente do domínio ético, mas sim de uma prática comercial mercadológica na que se utiliza apenas o bom senso e que é sustentada na questão demiúrgica da criação.

Nesse número 5, procuramos agrupar os artigos que nos chegaram sob alguns temas afins. Fernando Fuão e Dirce Eleonora Nigro Solis fazem a abertura com o artigo *Da dimensão ético-política e sua relação com a democracia por vir na Arquitetura*; na sequência temática Jose Carlos Freitas Lemos em seu artigo *Arquitetura ética da alteridade* evidencia o processo de exclusão e hostilidade que a forma de nossas cidades está tomando, a fuga para o interior das moradas puras e limpas e o consequente distanciamento do rosto do outro que insuportavelmente indaga questões éticas. Essa indiferença e intolerância produz a naturalização da violência, que incapacita perceber o padecimento do outro numa postura de cumplicidade com a injustiça, na sequência de seu artigo Lemos traz à tona a importância das ocupações urbanas

O esclarecedor artigo *El discurrir ético em la arquitectura contemporânea* de María Verónica Machado explica desde o conceito originário de ética assim também as formas que se dá o discurso ético contemporâneo na arquitetura. Para a autora os discursos éticos na arquitetura contemporânea podem ser divididos em três vertentes: a primeira, submersa no individualismo e na primazia do ‘eu’ sem se importar com os demais, incentivando a boa vida e a desigualdade social e de gênero. A segunda se inscreve no mundo da obediência, de seguir as pautas que se estabelecem desde o centro do poder, das normativas vigentes. E, a terceira, e aqui é a que mais nos interessa, é aquela que evidencia um entendimento das dinâmicas de hoje e seu cenário de fundo: a multiplicidade, a leviandade da realidade, e as sentenças de vida boa, boa vida em vez de uma qualidade de vida, de uma ética mínima.

Dentro ainda desse bloco, para Daniel Marostegan Carneiro em seu ensaio *Aproximações entre arquitetura e urbanismo e movimentações sociais contemporâneas: debates necessários*, o entendimento expresso do tema “A Arquitetura (é) ética?” passa necessariamente pela abordagem de um conjunto de questões que se relacionam entre si: o paradoxo da função social inata – mas muitas vezes negada - da arquitetura e da cidade, a conformação predominantemente elitista do referido campo profissional, a prevalência dos saberes teóricos sobre os saberes práticos, assim como a visão positivista predominante na formação profissional na área. Tais questões trazem ao foco dos debates as relações entre arquitetura e democracia, sugerindo muitas outras questões: com quem? para quem? de que forma? e, a arquitetura é democrática?

Um segundo bloco temático carrega a questão da população em situação de rua. Daniela Mendes Cidade, em seu artigo *Entre a ética e a poética, o ato fotográfico*, nos proporciona a leitura de uma experiência através da fotografia participativa e compartilhada com os alunos da Escola Porto Alegre - moradores de rua e participantes do projeto de extensão universitária “A Cara da Rua”, ação essa que se iniciou no “Programa Universidade na Rua” (UFRGS. 2015-16). Para eles, o objeto é a cidade e as pessoas que nela vivem, como é o viver, e “reexistir” nas ruas. Os registros fotográficos realizados pelos moradores de rua se transforma então em cartões postais, não só

como forma de entendimento do mundo mas também de geração de renda que eles vendem nos cruzamentos das ruas. O ponto de partida é o exercício fotográfico que propõe uma leitura do corpo durante o ato fotográfico como ação. Daniela Cidade trata do tema do abandono do sujeito à sua própria sorte nas ruas da cidade e o enfraquecimento dos princípios éticos tomamos como referência o pensamento de Derrida sobre hospitalidade. A conclusão aponta para o fato da performance do ato fotográfico como um deslocamento dentro do próprio espaço de vivência capaz de criar novas formas de integração social. Dentro, ainda, do Programa de Extensão “A Universidade na Rua”, Marcelo Kiefer traz sua experiência na ação *Filosofia com moradores em situação de rua*, onde três professores desenvolveram uma atividade de filosofia com moradores em situação de rua com o objetivo de refletir em conjunto sobre as condições pessoais e sociais, trabalhando o “dar-se conta”, a comunicação e o protagonismo para permanências e transformações dessas condições. A atividade foi desenvolvida também dentro da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre, e é criticamente relatada, como experiência, neste artigo.

Outro bloco temático foi o mundo digital, onde se apresentam dois artigos: *O ciberespaço versus a busca por uma postura fenomenológica em arquitetura e urbanismo* de Gabriel Alvariz Lopes, no qual discute a dialética da busca por uma postura fenomenológica em arquitetura e urbanismo na era da cibercultura e do ciberespaço, onde as noções de espaço e de tempo se dissolvem. E traz da filosofia e da teoria da arquitetura e urbanismo os conceitos fundamentais sobre os temas envolvidos com o objetivo de, despertar acerca dos efeitos do ciberespaço sobre as relações do indivíduo com a arquitetura e com a cidade, numa sociedade cada vez mais atrelada ao mundo virtual. O artigo de Flávia Ballerini: *Fabricação digital e arquitetura para além da superespecialização dos arquitetos em direção à colaboração* analisa os desdobramentos da implementação dos laboratórios de fabricação digital nas escolas de arquitetura no Brasil. Visa politizar a discussão para que este fato seja tratado, principalmente nas universidades públicas, no âmbito de projetos de extensão que levam em conta o uso de novas tecnologias como inflexão para a arquitetura se posicionar diante das políticas públicas de habitação e uso do espaço urbano, de forma a pensá-lo mais democrático.

O contundente artigo *O legado dos megaeventos para as cidades sede* de Acrícia Colemberg de Oliveira, trata dos impactos para as cidades brasileiras que sediaram os megaeventos e mostra através de uma análise crítica as medidas adotadas para realizar as intervenções urbanas necessárias. E questiona até que ponto esses projetos foram positivos para a mobilidade urbana e para a população após o término desses eventos. Se eles foram realmente ‘aproveitados’ pela população ou foram apenas investimentos abandonados após os megaeventos. Ou, como no caso da duplicação da Avenida Tronco de Porto Alegre, obra analisada no estudo de caso, que sequer conseguiu ainda hoje ser terminada. Para a autora deve ser refletido qual o é o preço que se paga por isso. Na maioria dos casos essas intervenções realizadas causam transtornos, gastos do dinheiro público e quem deveria ser privilegiado com as alterações do desenho urbano muitas vezes acaba sendo prejudicado. Completando a seção artigos e ensaios temos o artigo intitulado *A produção de mapas cartográficos e a ética na fronteira Brasil – Uruguai*, de autoria de Vanessa Forneck, Lais Becker Ferreira, Eduardo Rocha, Flavio Almansa Baumbach, Valentina Machado e Bianca Ramires Soares, trata da experiência na produção de mapas sobre a linha de fronteira do sul do Brasil numa perspectiva de heterogeneidades e multiplicidades, na busca por uma leitura mais ética do que estética dos territórios na contemporaneidade.

Contamos ainda na seção Resenha com a contribuição de Carlos Mario Fisgativa, que nos faz um relato sobre o texto *Les Arts de L'espace Écrits et interventions sur l'architecture*, de Jacques Derrida.

Finalizando essa edição na seção Parede Branca com o espetacular ensaio fotográfico e manifesto de Carlos Nigro, intitulado *Arkhithethos*, que também ilustra as capas e páginas separadoras de seção das edições 5 e 6 da Pixo; o bellissimo ensaio gráfico *Desenho, Observação e Narrativa* de Guilherme Galdo Ruchaud; o registro fotográfico da experiência *Janes's Walk – Cartografia da Hospitalidade*, do grupo formado por Celma Paese, Carlla Volpatto, Cassya Netto Vargas, Dandara Copetti, Gabriela Ferreira Mariano e Lizandra Machado Moreira.



autor convidado

DA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA E SUA RELAÇÃO COM A DEMOCRACIA POR VIR NA ARQUITETURA

Fernando Freitas Fuão¹
Dirce Eleonora Solis²

Resumo

Nossa proposta é pensar o contexto da arquitetura a partir de referenciais ético-políticos, considerando a postura da desconstrução. Para tanto, iremos inserir nosso trabalho no deslocamento da ética tradicional, como ética dos valores, para o campo do ético derridiano, o de uma democracia por vir. A discussão ética na arquitetura será compreendida, então, por esse viés de desvio derridiano a partir do qual coloca-se em discussão também seu ensino nas universidades, apontando a fraqueza de um entendimento que pouco avançou até hoje além dos limites de uma ética de escritório ou de originalidade de projetos.

Palavras-chave: Arquitetura, ético, desconstrução, democracia por vir.

Abstract

Our proposal is to think the context of the architecture from ethical-political references, considering the deconstruction posture. To do so, we will insert our work in the displacement of traditional ethics, as ethics of values, to the field of derridian ethics, that of a democracy to come. The ethical discussion in architecture is then understood by this bias of Derridean deviation from which its teaching in the universities is also discussed, pointing to the weakness of an understanding that has not yet advanced beyond the limits of an ethics of office or originality of projects.

Key words: Architecture, ethical, deconstruction, democracy to come.

“Não existem concepções arquitetônicas isoladas dos fatores culturais da sociedade, isoladas da realidade política, jurídica, artística e outras, que condicionam o pensamento coletivo”.

Demétrio Ribeiro, *“Criatividade Arquitetônica e Subdesenvolvimento”*.³

Pensar a arquitetura a partir da desconstrução significa estabelecer parâmetros de deslocamento com relação às tradições logocêntricas do pensamento que vieram norteando a perspectiva da edificação e da dimensão urbana desde a antiguidade até os dias atuais. Iremos considerar, no entanto, um movimento que se configura - diferentemente do pensamento em linha reta ou de mão única que dominou, durante tantos séculos, o conhecimento em relação ao mundo, ao homem e ao social-, como um caminhar pelo desvio com relação à rota principal. Essa postura desviante é aquela em que o conhecimento, os discursos sobre as mais variadas áreas de intervenção sobre o pensamento e práticas humanas, deixam de olhar apenas para o que é usual, padronizado, aceito como estando dentro das características reguladoras da sociedade, da economia e da política, e passam a considerar a possibilidade de compreender o que era anteriormente apenas suplemento, como de igual importância que o tradicional, ou pelo menos de grande relevância.

Nesse sentido, pensar a questão ética para a arquitetura é pensar a ética também no desvio. Pensar a questão ética é trazer a dimensão ético-política, tal como a entende Jacques Derrida, onde o ético e o político são indissociáveis. Assim, a nossa apresentação aqui estará considerando esse pensar no desvio no que se refere às questões da arquitetura e seus espaços de construção e atuação.

A ética, tal como tradicionalmente a ela nos referimos, é produto de todos os centrismos e hierarquizações logocêntricas (hegemonia do logos) que a perspectiva desconstrucionista contemporânea quer criticar. Preferimos, então, falar de domínio ético, mas não da ética, no sentido de deslocar a perspectiva de nossa análise sobre a arquitetura para um sentido em que possamos ir além de toda estrutura metafísica ou logocêntrica que sempre sustentou o pensamento clássico ocidental. Desviamos, assim, o pensamento sobre a arquitetura para o âmbito do ético, não mais preso à lógica identitária, mas àquela da recepção ao Outro como pura alteridade.

O *ethos*, o ético, é visto por nós, então, como a morada, a casa, a rua e a cidade segundo o âmbito da acolhida do Outro. O que tomamos por ético, portanto, é apenas o horizonte de aparecimento da alteridade que, ao invés de compreender a hospitalidade dentro de condições restritas e acabadas, será o espaço da incondicionalidade, o espaço do acolhimento irrestrito ou sem condições.

O ético não pode ser pensado sem uma noção de democracia. Assim, a noção de democracia que consideramos para compreendermos especialmente a discussão do ético na arquitetura, é aquela trazida pela desconstrução: a noção de democracia por vir. No entanto, não basta a palavra democracia, é preciso para dela falarmos, estabelecermos de que democracia estamos falando. E para entendermos o que é democracia é preciso perguntar que comprometimentos ético-políticos temos como indivíduos, como cidadãos em situações que na maioria das vezes fogem ao nosso controle? A noção de *democracia por vir* mostra a desconstrução dos discursos universalizantes que na verdade são expressão de interesses particulares muitas

¹ Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (1980), Doutor em Projetos de Arquitetura Texto e Contexto pela Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona-UPC (1987- 92) com a tese *Arquitetura como Collage*, Pós Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia-UERJ sob a supervisão da Filósofa Dra. Dirce Solis (2011-12). Professor Titular da Faculdade de Arquitetura. (UFRGS). E-mail: fuaofernando@yahoo.com.br

² Possui graduação em Filosofia pela Universidade Santa Úrsula (1971), mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1981) e doutorado em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002). Atualmente é professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: dssolis@gmail.com

³ RIBEIRO, Demétrio. (1975) *Criatividade arquitetônica e subdesenvolvimento*. In: XAVIER, Alberto. Depoimento de uma geração. São Paulo: Pini, 1987. p. 250.

vezes mesquinhos. Tais discursos sob a capa de aparente “humanidade”, de uma solidariedade ou fraternidade fictícia, podem trazer a segregação de todos aqueles de diferentes etnias, religiões ou nações, retirando-lhes a possibilidade de reconhecimento como inscritos no humano ou na humanidade. O discurso universalizante que propõe considerar todos os homens como iguais ou irmãos, acaba por rejeitar os diferentes e produzir historicamente efeitos de exclusão os mais atroz e sanguinolentos.

Uma *democracia por vir* considera o viés democrático como situado para além de todos esses interesses restringentes e mesquinhos. Mesmo considerando que as democracias ocidentais existentes possam ser o que de melhor conseguimos construir até o presente, Derrida observa que as atuais estruturas democráticas são, na verdade, profundamente antidemocráticas. Estão corrompidas em múltiplos aspectos econômico-políticos, sociais e morais bastante conhecidos mundialmente. *Democracia plena* não existe para Derrida, e a desconstrução acontece nas democracias existentes, falíveis e bastante imperfeitas. Isso não significa que se deve destruir as instituições democráticas que possuímos, mas que elas podem servir de abertura a uma *democracia por vir*. Há um sentido de *promessa* neste *por vir*, abrir a democracia para a sua própria promessa, possibilitar a abertura para a invenção, para o inesperado, para o estranho ou estrangeiro, para o *outro*.

A democracia por vir não indica um futuro presente ou futuro próximo, e sim, como diz Derrida ela “(...) Não somente ficará perfectível indefinidamente, ou seja, sempre insuficiente e futura, mas pertencendo ao tempo da promessa, ela ficará sempre, em cada um de seus tempos futuros, por vir: mesmo quando há democracia, ela nunca existe, nunca está presente, fica o tema de um conceito não apresentável” (Derrida, 1994, 339-340). No campo da promessa, a democracia por vir possibilita o voltar-se para o outro, isto é, exige a responsável afirmação do outro, o respeito pelo outro e pela diferença.

Há a possibilidade, portanto, de repensar as instituições, as tradições, a justiça, a política e dentre as produções humanas, a arquitetura, não mais ligadas ao conceito clássico de Estado-Nação ou de cidadania, mas como mais próximas de uma democracia inclusiva, que é capaz de considerar todos os indivíduos, mesmo aqueles abstraídos dos direitos de cidadania, tais como os imigrantes indesejáveis, os clandestinos, os exilados de todos os lugares.

A esse respeito diz Derrida:

O que chamo frequentemente de democracia por vir (*à venir*) é uma democracia que não esteja essencialmente fundada na soberania do Estado-Nação e, portanto, na cidadania. Tento pensar uma política que não seja, em última instância, a de um Estado ou de uma cidadania. Certamente nada tenho contra a cidadania, penso que em certos contextos os direitos políticos e até, com frequência, o próprio Estado são uma boa garantia contra as forças internacionais e as corporações capitalistas. Assim não sou simplesmente contra o Estado, mas creio que existe (no momento em que os limites do Estado e da soberania do Estado-Nação se evidenciam e devem mesmo ser lembrados) alguma coisa que se pode chamar de político, que no entanto, não se apoia mais na referência ao Estado-Nação e à cidadania. (Derrida, 2001)

A noção de democracia por vir engendra também a noção de hospitalidade, ou seja, sem hospitalidade não pode haver nenhum tipo de democracia. No entanto, isso reflete um sério problema: as democracias existentes limitam e muitas vezes expurgam toda

e qualquer hospitalidade pretendida. Derrida já havia chamado a atenção para esse problema: hospitalidade traz no próprio termo por um lado, o mais facilmente aceitável, a afirmação do acolhimento, mas por outro lado, a repulsa ao mesmo. Traz o acolhedor “amigo”, mas também, o inóspito, o hóspede inimigo. Traz o familiar e ao mesmo tempo, o estranho. Assim, no momento em por um lado se pode acolher, por outro, se colocam restrições que resultam no discriminar, rejeitar, expurgar; vide as políticas de imigração e de aceitação do estrangeiro, do refugiado, as não-políticas para os sem-teto, sem terra ou sem documentos nas mais “renomadas” e “reconhecidas” democracias atuais.

E é claro que a arquitetura e o urbanismo não estariam isentos dessa relação de aceitação e repulsa. Sem dúvida, essa questão envolve o domínio do ético. O que deveria ter valor de incondicionalidade, o ético, deveria surgir na arquitetura, então, como hospitalidade incondicional, domínio do im-possível ou do in-decidível. Esse seria o campo ético-político no entender da desconstrução. No entanto, o domínio do *ethos* se depara com aquilo que acaba por confrontá-lo: o condicional. O que poderia ser *sem condição*, surge como condicionado por uma série de regras e normas que são identificadas como políticas, inclusive nos moldes liberais, mas nem sempre ético-políticas como é a proposta desconstrucionista que exige um por vir para a ocupação dos espaços da cidade, para a justiça ou para as tomadas de posição democráticas.

Ao invés de impasse estagnador, de um “sem saída”, consideramos, pelo viés da desconstrução e para a arquitetura, o domínio aporético como ponto de partida para o caminhar adiante, um começo, por assim dizer, um deslocamento para fora, para além dos limites do logocentrismo arquitetônico que tem enquadrado e obstaculizado nosso pensamento.

A questão da cidade, da arquitetura e da Universidade, não só pela análise de lugares hospitaleiros, acolhedores ou inóspitos, mas pelo ético do acolhimento nos traz também a discussão desse por vir.

Estabelecemos, derridianamente, uma distinção entre futuro e por vir: o futuro é ou reprodução do presente em temporalidade próxima ou longínqua ou, então, sua evolução. O por vir, no entanto, nos traz a ideia de algo que está por acontecer, desconhecido, no entanto, dado como im-possibilidade inicialmente, mas ponto de partida para a transformação, a recriação, o repensar ou reformular. Isto se torna possível somente com um deslocamento imprevisível com relação à situação inicial.

Tal é a noção de democracia por vir, de justiça por vir, ou de hospitalidade por vir. E somente assim podemos falar em desconstrução. Ela é diferente do desconstrutivismo, de destruição ou de um processo de demolição.

O que está sob o crivo da desconstrução não é somente a arquitetura, essa *arché*, mas também o *arché-típico* papel do arquiteto, sua trajetória ao longo da história da arquitetura e do urbanismo no ocidente, sua especialidade em representar a monumentalidade do poder; evidenciando o papel eventual e singular dessas construções dentro da cidade que se tornam expressões egoicas do arquiteto. Deveríamos renegar o *architekton* e a sua intrínseca *auctoritas*, e talvez começar a considerar o *an-arquitecto*, tal como pensava Gordon Matta-Clark.

Sabe-se que desde suas origens o arquiteto sempre esteve associado à realeza, ao poder religioso, à aristocracia. A partir de finais do século XIX e início do século XX ele assume uma participação mais totalizante higienizadora, domesticante dentro da cidade. Somente com o advento da modernidade ganha expressão um desvio político, uma ação de construção de habitações populares em massa, apoiada em geral pelos marxismo, anarquismo, socialismo e demais correntes de pensamento sensíveis

ao bem estar social. Essas concepções, no entanto, limitaram-se a uma perspectiva ficcional, espectral mesmo, de um homem universal cuja medida era e continua a ser, em grande parte, o eurocentrismo, o homem europeu que se diz universal, enfatizado ainda pelo logocentrismo.

A partir do final dos anos 70 é que realmente haverá um tremor sobre essa figura arquitetural e demiúrgica logocêntrica do arquiteto, através de proposições de um novo modo de atuar profissionalmente. A perspectiva do pensamento arquitetônico é deslocada do logos predominante, elitizado e excludente dos menos privilegiados para uma preocupação mais inclusiva.

O que aqui se pretende, então, com a interrogação *Arquitetura é ética*, é também resgatar esses breves lampejos por parte de alguns arquitetos, grupos e coletivos que passam a clamar pelo sentido do direito à moradia como um direito universal, um pensamento 're-voltado' para as classes menos privilegiadas, tanto como prática discursivo-construtiva como modelo de formação educacional. Essas atitudes são, para nós, um primeiro passo para a desmontagem-montagem no rastro da ética da alteridade que assumimos de cunho derridiano, ou melhor, do ético da hospitalidade; onde o arquiteto já aterrissado na realidade com os pés e a cabeça no chão brasileiro, co-habita com o sentido de morar, construir desse 'outro'.

A dimensão do ético em Arquitetura deve ser ampla, não ser confundida apenas com valores de convivência, ou com articulações profissionais no sentido do não ultrapassamento de limites com relação aos outros profissionais ou as clientes em potencial. O ético passa por um posicionamento diante do mundo e dos outros, uma reponsabilidade perante o mundo, a cidade e os outros homens, uma postura diante do humano sobretudo.

A partir dessas considerações, podemos afirmar que nenhum arquiteto se torna arquiteto oficialmente se passar por uma formação que vise apenas questões de ordem técnica do conhecimento como prática de projeto ou teoria arquitetônica. A dimensão do *ethos*, a dimensão do ético como postura diante do mundo e dos homens se faz necessária em toda a sua carreira e em sua prática profissional. Pois quando se fala no domínio do ético deve-se falar antes de mais nada em uma ética que aconteça na formação do arquiteto dentro da academia. Na realidade não temos a discussão ética dentro da academia da arquitetura, nós não temos realmente uma disciplina que intitulada "Ética" abra espaço em nossa formação para a discussão contemporânea dos deslocamentos ético-políticos imprescindíveis para a consecução da profissão.

O que em geral aprendemos por ética não é propriamente do domínio ético, mas sim uma prática comercial mercadológica, onde se utiliza apenas o senso comum dominante do 'nós', e sustentada na questão demiúrgica da criação, dos direitos autorais do arquiteto sobre o projeto, e sem questionar mesmo o que é o projeto e de sua real necessidade. Essas disciplinas que atendem ainda pelos nomes de: "Ética e Legislação Profissional", ou "Prática profissional e legislação trabalhista" estão situadas normalmente no final do curso quase como disciplinas terciárias, possuem conteúdos que perambulam mais exatamente pela prática profissional e sua relação com a legislação do trabalho sempre associada subjetivamente à ideia de escritório comercial. Ética mesmo resta só a palavra, nela permeia o discurso ou quase sempre a questão da criação – arquiteto demiúrgico-, o direito autoral e o plágio, a porcentagem de ganho em cima do projeto, e as relações entre comércio e porcentagem do arquiteto (propina) na execução dos projetos. Geralmente essa disciplina ainda é ministrada por arquitetos sem formação em ética ou filosofia (mas a ética é uma área da filosofia), onde a palavra ética aparece como adereço sem na maioria das vezes

levar ao futuro arquiteto o conhecimento do que significa ética, ser ético e sobre qual ética se está trabalhando.

Nossa ética tem sido a ética do mercado, do jogo contra e a favor da especulação imobiliária, mas sempre dentro da lógica do mercado e da soberania das construtoras e de seus interesses, do malabarismo do escritório do arquiteto que se recusa a entrar nessa lógica e tem que encontrar fissuras no mercado cerrado para poder sobreviver.

Enquanto isso, pela falta de ética e de visão ética, digamos pois de uma semiótica da 'semiética' (semiótica), ficamos restritos ao tema da cópia e ou plágio do projeto, da assinatura do projeto, da firma, da construtora, da eticidade da escolha dos materiais de construção. Ficamos com conceitos logocêntricos corriqueiros entre arquitetos como: a "verdade e pureza das formas", "a verdade exposta dos materiais aparentes", mas sem nunca pensar e ou colocar em jogo a ética dos que não tem moradia, a ética dos moradores de rua, da casa como necessidade básica humana e indissociável de sua existência como bem colocou Heidegger em *Construir, Morar e Pensar*, ou Adorno em *Minima Moralia*.

Derrida em seu *Cosmopolitas de todos os lugares, um último esforço* e em *Da Hospitalidade* chama a atenção para a indecidibilidade da proposição do ético-político, pois é um binômio indissociável. E nos leva a refletir sobre a aporia que se instaura toda vez que falamos em ético, justiça, hospitalidade pois cada uma dessas questões nos remete ao seu contrário. O ético é o domínio aporético, das im-possibilidades, enfim. Pensar em como ser justo, por exemplo, nos leva a imediatamente rever a conotação de injustiça que predomina, apesar do que se cunhou como justiça; pensar na hospitalidade nos remete também imediatamente ao que se chama hostilidade e assim por diante. A habitação, sabemos bem, é um direito universal, tal como a alimentação, a saúde, a educação. São imprescindíveis para a conquista da cidadania por todos os humanos. A casa não é, em princípio uma mercadoria, não pode ser entendida prioritariamente como mercadoria, nossa existência, assim como a casa, não pode se transformar somente em mercadoria. A exemplo do que defendia Niemeyer, reconhecer a importância de se deixar a faculdade não apenas como ótimos profissionais, mas também como pessoas que leram, que conhecem as misérias do mundo e contra elas saberão se manifestar. A história da arquitetura ao considerarmos o ponto de vista ético é quase uma tragédia, nossa profissão, alicerçada na história ocidental, sempre nos mostrou, direta e indiretamente nossa participação junto aos príncipes, aos déspotas esclarecidos (os palácios e os déspotas esclarecidos do iluminismo), a colaboração junto à hegemonia das religiões, e aos grandes empresários do capitalismo, e da construção civil no século XX.

Falamos aqui de ética, mas sobretudo de uma ética voltada para a questão da moradia, da moradia popular, da habitação para aqueles que não tem moradia, do tema da habitação social, que dentro de uma universidade pública deveria ser o pilar axial, possibilitando a capacitação dos futuros arquitetos para essa problemática que beira a uma aporia. O domínio do ético possibilita pensar na capacitação de arquitetos para trabalharem em prefeituras e em órgãos municipais, estaduais e federais visando o bem público e o bem estar social. Acrescente-se a isso o voltar-se para as questões das políticas habitacionais. No entanto, o que temos observado é que a esse respeito nossa participação é quase nula, nosso território, nosso campo de atuação profissional murchou, e nos colocamos na maioria das vezes, quando se trata de habitação de interesse social, agora sob a égide, o domínio do arquiteto Caixa, da "Maison dominus Caixa", enfim, da Caixa Econômica Federal, que determina o modo de vida e de morar das pessoas sem que tenhamos algum poder sobre isso. Como profissionais somos partícipes observadores desses modelos disciplinares, domesticadores que fazem dos seres humanos massa amorfa.

Essa tem sido a alienação da arquitetura proporcionada pela falta de ética mesmo, pela perda da dimensão da importância da nossa profissão. Como pode uma faculdade de arquitetura numa Universidade Pública formar arquitetos para servir sobretudo às classes dominantes, que ética está por trás disso tudo? Os que entram na Universidade Pública, de um modo geral, já são aqueles que conseguiram ao longo de sua infância e adolescência as melhores oportunidades em escolas particulares e cursos pré-vestibulares. Ao se formarem retornaram para seus lugares de origem, retornam a suas classes sociais econômicas tentando galgar alguns degraus ainda acima. É algo inadmissível para uma Universidade Pública, num país como o nosso não haver um tipo de retorno social, de um comprometimento com o Outro, com os que não tem moradia e também daqueles que já nascerão sem moradia. Por exemplo, poderíamos em vez de se fazer trabalhos de final de graduação, muito bem realizar trabalhos juntos a coletivos, associações e órgãos de habitação popular; poderíamos ter um banco para estágios que não fossem de escritórios comerciais. Agora nossos currículos pleiteiam o ingresso de uma disciplina denominada Arquitetura Social, mas deveríamos nos perguntar: não seria por natureza toda arquitetura social? O mesmo se passa com outras áreas de saber, tais como a medicina, a psicologia, e mesmo com áreas da medicina social ou da psicologia social. A formação é voltada para a prática do consultório e escritório particular, ou estratégias alternativas de coletivos, ateliers que também não passam de subterfúgios.

Um exemplo dessa mazela são os esforços elogiáveis dos *Escritórios Modelos de Arquitetura*, que não conseguem abandonar a palavra e sentido de 'escritório' mesmo fazendo arquiteturas de caráter social, e ainda por cima "modelo", exemplar, referencial. Em suma: sempre se tem como fundamento a questão do escritório. Do profissional sempre a espera que batam à sua porta.

Sabemos que a Universidade pressupõe responsabilidades individuais e comuns ante a sociedade que se expressam em comprometimento, engajamento e participação, mas o papel da Universidade, das Faculdades de Arquitetura, dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo, dos IABs e outras classes representativas devem ir além desse "tomar posição", elas devem embrenhar-se nos temas sociais e políticos, atuar e interferir diretamente sobre os problemas que estão lá fora, até, às vezes, intocáveis. É nesse sentido que vemos a real importância de pensar o viés democrático para um curso de Arquitetura na Universidade, ou para a Arquitetura como área de saber, tal como a desconstrução o fez, no contexto de uma democracia por vir, como já esclarecemos o que seja anteriormente.

Se priorizamos o tema Universidade é porque todos arquitetos passam necessariamente por ela e seu processo de formação, formação em arquitetura; a Universidade deve ser universal, especialmente através de suas diferenças e singularidades, e isso deve ser compreendido como oportunidade para todos e principalmente para aqueles que até os últimos anos não tinham acesso a ela. Priorizamos o tema Universidade Pública porque é ela que está sobre forte ataque dos interesses econômicos. É preciso reafirmar constantemente as políticas de ações afirmativas para combater as desigualdades históricas. (Lei 12711/12). A Universidade não deve se render ou se entregar sem opor resistência às forças da exploração, ela deve permanecer livre e libertária, distante dos interesses econômicos. Ela deve ser peça de resistência aos fascismos, exatamente este que se apresenta disfarçado nesse momento a serviço da globalização imperialista e dos aparelhos ideológicos-religiosos que se infiltraram e tomaram de assalto o Estado brasileiro. A Universidade deve ser o lugar dos encontros, das conversas, dos eternos questionamentos, debates e disputas. Infelizmente, porém, o espaço da Universidade permanece ainda muito próximo do confessionário e da sala do psicólogo, onde se diz tudo reservadamente, entre quatro paredes, muitas vezes sob a égide da tolerância e do medo. Hoje, o problema que se coloca no debate não é o pesquisável, ensinável,

mas a ética que deve permear toda liberdade de pesquisa, todo ensino.

Uma referência na questão ética da arquitetura ao longo da história da Arquitetura, foi o Movimento Moderno, em dois momentos: um desses acontece na primeira metade do século XX com as proposições urbanísticas e as políticas dos grandes conjuntos habitacionais para as camadas sociais mais desfavorecidas; na segunda metade do século XX, essa política dá segmento e se abre também ao papel social do arquiteto como intelectual orgânico, ativador desses processos junto a essas comunidades, e tem na prática de atelier o espaço ético de projeto em muitas escolas e faculdades do Brasil e do mundo. A partir da pós-modernidade a dimensão ética se vê acobertada pelos discursos retóricos formais.

O ético na proposta de Derrida implica em acolhimento-hospitalidade, dar acolhida ao outro, incorporá-lo aos discursos, revelando novos horizontes para a arquitetura, trabalhando com as diferenças, e recolocando a dimensão ética como sentido da existência e da arquitetura. Hoje infelizmente, nossas cidades estão concebidas e organizadas através da segregação, separando grupos e classes sociais, agrupando e afastando as diferenças através dos mais requintados artifícios projetuais. O abandono é uma dessas formas de afastamento. A organização que caracteriza a cidade formal é basicamente a segregação espacial, através da definição de usos do solo que expulsa a pobreza e seus cheiros para a periferia. No entanto, a cada dia mais nossos lugares em vez de se abrirem para os outros, de se prepararem para receber os outros, serem hospitaleiros, fecham-se em verdadeiros campos de reclusão, os quais necessitam de senhas, logins, e ids, minados de câmeras para entrar. A hospitalidade, por exemplo, fica ameaçada numa cidade em que um grande número de pessoas não tem moradia, ou vive em condições extremas de miserabilidade, e todas as portas que se poderiam abrir estão fechadas, principalmente as portas das políticas públicas de habitação popular.

Essa hospitalidade também pode ser compreendida como a inclusão do outro dentro da prática disciplinar do projeto arquitetônico nas faculdades, incluindo esse 'diferente', essa 'diferença' poderá fazer surgir novos programas de projeto até então inéditos dentro da academia, como por exemplo a ocupações baixios de viadutos para fins sociais. Especificamente, também descobrindo as formas em que o acolhimento se apresenta na arquitetura, assim como as morfologias do acolhimento na cidade. O discurso de Derrida revela novos horizontes para a educação onde se recoloca a dimensão ética como sentido. O estudo da arquitetura como objeto autônomo tem se mostrado frágil, insustentável, porque o que funda a arquitetura não é a pedra, a fundação, mas o fundamento humano que deve estar em sua interioridade.

A ética da hospitalidade afeta a arquitetura de muitas maneiras: no Programa de necessidades elaborado a partir diálogo com o outro, de pré-dispor um espaço de acolhida; nas aberturas, na concepção dos espaços públicos como lugar de acolhimento das diferenças. O acolhimento na arquitetura, enfim, deve ser pensado desde o giro da maçaneta que abre a porta até a questão do habitar a terra.

A hospitalidade, segundo o que nos explica Solis,

se apresenta como a última possibilidade de viabilização de uma ética de caráter mundial, uma ética das gentes. Mas esse acolhimento no lar, a familiaridade (*heimlichkeit*), na verdade apresenta-se aporéticamente, ao homem. Do mesmo modo que engendra o *heimlich* (familiar, confortável) engendrará o *unheimlich* (o estranho). (SOLIS, 2009, p. 69)

É importante compreender o compromisso ético-político da desconstrução num universo acadêmico de arquitetura onde se continua a formar arquitetos para trabalharem em escritórios, no âmbito privado e comercial, produzirem arquitetura como mercadoria, treinados para projetar espaços para diferenciar hierarquicamente os seres humanos, projetando sutis campos de isolamento, tais como, condomínios, shoppings, espaços de consumo, e treinados, de certo modo, a ignorarem a pobreza que perambula pelas cidades e pelo mundo, enfim, a perpetuarem a sociedade de controle e exclusão.

Quando se cogita o “impossível possível” de uma Universidade sem condição, toca-se não somente nesses limites do tempo em seu questionamento, mas também no limite entre o dentro e o fora. Referimo-nos às questões arquitetônicas mesmo, puro espaço, “puracidade”. Os limites entre o dentro e fora, o sentido do espaço, as fronteiras físicas, mesmo, das Universidades. Pensamos nas Humanidades, na Arquitetura que não pode se encerrar eternamente no “dentro” da Universidade, no confinamento dos corpos dos estudantes na sala de aula, na docilização efetuada em cima da inquietude e do vigor, no que Foucault chamou de biopolítica do corpo. Quando dizemos biopolítica significa que a vida está completamente investida de condições e atos artificiais de reprodução. Significa que a própria natureza socializou-se, e o ensino também tornou-se uma máquina produtiva absurda. Para o ensino de arquitetura, a matéria de trabalho e de vida é o lá fora. Tudo está lá fora. Deveríamos passar muito mais tempo na rua, muito mais tempo nas vilas das periferias, caminhando, andando, conhecendo. Mas, o que temos feito é trazer as representações “lá de fora” para dentro. Substitui-se a coisa real por uma pálida representação, “como se fosse a mesma coisa”. O que se perde é a experiência espacial, a real aprendizagem da arquitetura, do espaço, do convívio com o diferente. Esse limite do “impossível”, do “talvez” que advém não só do outro, do que vem de fora, do forasteiro que entrar também na Universidade, mas também de nós, “aqui”, sinaliza e reafirma uma Universidade sempre predisposta às forças de fora.

Uma concepção ético-política para a arquitetura e que se estabeleça a partir dos referenciais de uma democracia por vir *talvez* (o *talvez* para a desconstrução é uma perspectiva de indecidibilidade, no entanto, ponto de não estagnação, mas sim de movimento) possa engendrar seus compromissos reais com a perspectiva inclusiva na consideração com o Outro.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. *Minima Moralia*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1992.

DERRIDA, Jacques. *Positions*. Paris: Minuit, 1972.

DERRIDA, Jacques. *Politiques de l’Amitié*. Paris: Galilée, 1994.

DERRIDA, Jacques. *L’Autre Cap. La Démocratie Ajournée*. Paris: Minuit. trad Fernanda Bernardo, 1996.

DERRIDA, Jacques. *O Outro Cabo*. Coimbra: Amar Arte. Reitoria da Universidade de Coimbra, 1995.

DERRIDA, Jacques. *De L’Hospitalité*. Paris: Calman Lévy, 1997 a.

DERRIDA, Jacques. *Cosmopolites de tous les pays, encore un effort !* Paris: ed Galilée, 1997 b.

DERRIDA, Jacques. “*A solidariedade dos seres vivos*”. Entrevista a Evando Nascimento

em 27.05.2001. Suplemento Mias/Folha de São Paulo. p12-16, 2001.

HEIDDEGER, Martin. *Construir, habitar, pensar*. trad. Márcia Sá Cavalcante Schuback [Bauen, Wohnen, Denken] (1951) conferência pronunciada por ocasião da “Segunda Reunião de Darmstadt”, publicada em *Vortäge und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen. 1954.

FUÃO, Fernando. *A universidade Incondicional*. Em: *Arquitextos* 073.06ano07, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.073/348>>.

FUÃO, Fernando. *Construir, morar, pensar; uma releitura de Construir, habitar, pensar (bauen, wohnen, denken)* de Martin Heidegger. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/esteticaesemiotica/article/view/19597/0>>.

RIBEIRO, Demetrio. *Criatividade arquitetônica e subdesenvolvimento*. In: XAVIER, Alberto. *Depoimento de uma geração*. - São Paulo: Pini, 1987. p. 249-258, 1975.

SOLIS, Dirce. *Desconstrução e Arquitetura. Uma abordagem a partir de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: UAPÉ, 2009.

SOLIS, Dirce. *A Democracia Banida: reflexões a partir da noção de democracia por vir de Jacques Derrida*. In *A Democracia e seus Desafios em tempos de crise*. org. Ozanan Vicente Carrara. Passo Fundo: Editora do IFIBE. pp191-244. 2017.

XAVIER, Alberto. *Depoimento de uma geração*. São Paulo: Pini, 1987.



ARQUITETURA ÉTICA DA ALTERIDADE

José Carlos Lemos¹

Resumo

Vivemos todos os dias no cenário que põe em paradoxo de um lado o ódio e de outro o respeito aos diferentes. E entre aqueles que conseguem não banalizar o outro, os sentimentos envolvidos na realidade cotidiana oscilam em grande parte entre uma passividade que indiferentemente aceita e alguns ímpetos de indignação perplexa². O que predomina é a fuga para o interior das moradas puras e limpas, distanciando a todos do rosto do outro que insuportavelmente indaga questões éticas. É a indiferente naturalização da violência, que incapacita perceber o padecimento do outro numa postura de cumplicidade com a injustiça³. Neste momento vale lembrar o que dizia Martin Luther King: “A injustiça num lugar qualquer é uma ameaça à justiça em toda a parte”.

Palavras-chave: Alteridade, ética, ocupações urbanas.

Abstract

We live every day in the scenario that puts in a paradox on one side the hatred and on the other the respect for the different. And among those who manage not to trivialize the other, the feelings involved in everyday reality fluctuate largely between a passivity that indifferently accepts and some impetus of perplexed indignation. What prevails is the escape into the pure and clean dwellings, distancing everyone from the face of the other who unbearably inquires into ethical questions. It is the indifferent naturalization of violence, which incapacitates to perceive the suffering of the other in a posture of complicity with injustice. At this point it is worth remembering what Martin Luther King said: “Injustice in any place is a threat to justice everywhere.”

Keywords: Otherness, ethics, urban occupations.

Em nosso tempo presente, o problema central das relações sociais e do pensamento filosófico é a alteridade. E o cenário da agudização de sua ocorrência são as cidades. Nas grandes aglomerações humanas da contemporaneidade a perspectiva humana dominante é a vulgarização radical do outro. São corriqueiras entre as pessoas das muitas culturas e sociedades (principalmente urbanas) existentes no planeta, visões intolerantes, inflexíveis e odiosas dirigidas ao outro, àqueles que são diferentes. Por todo lado ouvem-se vozes conservadoras que aprofundam o descumprimento dos direitos humanos em nome do combate à violência social. Grandes e pequenos grupos são atacados em seu acesso a direitos, são criminalizados movimentos sociais e comunidades carentes e milhares de pessoas são assassinadas numa guerra completamente falida às drogas, que somente alimenta os interesses de uma liga de produção multinacional, de ligações policiais e políticas. A fusão entre banimento dos direitos humanos, violência social e periferização da classe trabalhadora tem engendrado um longo e perverso ciclo de exclusão que relaciona temáticas como racismo, LGBTfobia, machismo, discriminação a pessoas em situação de rua, idosos, crianças e adolescentes.

Em contrapartida, também é possível perceber há algumas décadas o grito que se eleva em todas as partes do mundo e que reivindica a reversão deste quadro histórico de exclusões. Grito que ecoa no Brasil mediante discursos de reconhecimento e respeito ao outro e em algumas mudanças já perceptíveis nos campos cultural, social e educacional (políticas e leis de inclusão racial, de portadores de deficiência, baixa renda, equidade de gênero, e outras). Ainda assim, estes são avanços que não atestam o necessário giro de concepção de alteridade.

Vive-se todos os dias no cenário que põe em paradoxo de um lado o ódio e de outro o respeito aos diferentes. E entre aqueles que conseguem não banalizar o outro, os sentimentos envolvidos na realidade cotidiana oscilam em grande parte entre uma passividade que indiferentemente aceita e alguns ímpetos de indignação perplexa⁴. O que predomina é a fuga para o interior das moradas puras e limpas, distanciando a todos do rosto do outro que insuportavelmente indaga questões éticas. É a indiferente naturalização da violência, que incapacita perceber o padecimento do outro numa postura de cumplicidade com a injustiça⁵.

Principalmente dois autores ajudam a encarar o problema ético⁶ da alteridade: Emmanuel Levinas (1906-1995) e Jacques Derrida (1930-2004). Os dois filósofos franceses fazem parte de um movimento intelectual que se origina na crítica dirigida à longa tradição ocidental do sujeito soberano, que institui o “Eu” como a unidade integradora do sentido e da representação⁷. Esta tradição, que se apoia em discursos fundamentais como os de René Descartes (1596-1650) e Immanuel Kant (1724-1804), sofrerá a partir do século XIX críticas sucessivas como as de Friedrich Nietzsche (1844-1900) e Sigmund Freud (1856-1939), e no século XX, as críticas de Martin Heidegger (1889-1976) e Michel Foucault (1926-1984). A partir daí, Levinas e Derrida propõem reconstruções da subjetividade, invertendo os termos da relação consagrada na tradição ocidental. Partem da alteridade do outro e não mais da centralidade do Eu⁸.

4 Miranda, 2008, p. 17.

5 Id., Ibid., p. 17.

6 Uma vez que a ética ocupará lugar central no presente texto, julgo importante situar sua compreensão diante da moral. A moral é prática. São regras usadas, aplicadas pelas pessoas todos os dias em seus julgamentos de certo e errado, bom ou mau. Poder-se-ia dizer, é como as pessoas se norteiam diante do que é “moral” e do que é “imoral”. A ética é o pensar sobre a moral, é a escolha, a discussão fundamentada acerca de sistemas de regramentos morais. Enquanto a moral diz respeito a regras de comportamento, a ética diz respeito a conhecimentos que advêm da crítica do comportamento. A ética pensa a moral.

7 Miranda, 2008, p. 7.

8 Id., Ibid., p. 7.

1 Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1991), especialização em Ensino e Pesquisa na Arquitetura pelas Faculdades Integradas Ritter dos Reis (1995), especialização em Patrimônio Cultural, Conservação de Artefatos pela Universidade Federal de Pelotas (1996) mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000) e doutorado em Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010). Atualmente é professor concursado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: jfreitaslemos@yahoo.com.br

2 Miranda, 2008, p. 17.

3 Id., Ibid., p. 17.

A cidade hostil

A cidade é uma invenção muito antiga e é muito provável que, desde seu aparecimento, tenha sido povoada por legiões de mendigos, pedintes, vagabundos, marginais. O que fazem estas pessoas, como fazem, e as áreas que usam, têm historicamente sido consideradas cicatrizes das cidades, universos indignos, testemunhos da doença da urbe. Desde as análises de Marx e Engels no século XIX, o olhar sociológico recaiu sobre movimentos eminentemente urbanos.

A modernidade, a eclosão das práticas industriais fez localizarem-se nas cidades uma ampla maioria das questões sociais⁹.

Há apenas pouco mais de uma década vivenciamos uma troca de paradigmas nas discussões políticas e na reflexão sociológica. Desde o final da Segunda Grande Guerra este cenário era amplamente dominado pela tese da luta de classes e das desigualdades. Em nosso presente atual passamos a ter a grande dominância da concepção da *exclusão*. Essa nova perspectiva hegemônica coincide com a também preponderância absoluta em nossos dias da ideologia neoliberal. O antigo fundamento do capitalismo¹⁰ é substituído pela compreensão da exclusão da ordem liberal de um imenso contingente de pessoas. Sob a denominação de excluídos podem ser referidos hoje ampla diversidade de grupos sociais, minorias étnicas, religiosas, culturais, de gênero, de orientação sexual, crianças e idosos, obesos, deficientes físicos, mutilados, habitantes de favelas, desempregados, moradores de rua. Essa extensa amplitude do fenômeno da exclusão leva a muitos estudiosos apontarem a impossibilidade de delimitá-lo.

Talvez pudéssemos dizer que excluídos são todos aqueles rejeitados tanto por uma dimensão de valores materiais (o mercado e suas trocas) quanto por uma dimensão de valores simbólicos (representações culturais)¹¹.

Em nível global, o deslizamento da antiga concepção que tinha foco na pobreza para a nova concepção com foco na exclusão, assinalou, no entender de muitos estudiosos, o fim da ilusão da transitoriedade das desigualdades. Aumenta a convicção de que, com a gestão neoliberal, as desigualdades tendem a aumentar e permanecer¹². No Brasil, a democratização da sociedade está se tornando uma impossibilidade, dado o nível atingido de desigualdade social, econômica, política e étnica. Grandes extratos populacionais são privados de viver mediante recusa, abandono e expulsão violenta. São grupos sem representação pública. Esta situação extremada de privação coletiva conduz a um grave quadro de exclusão social¹³.

Dessa maneira, a exclusão do início do século XXI se diferencia das formas anteriores de discriminação e segregação porque produz indivíduos desnecessários ao universo produtivo.

Os novos excluídos são descartáveis. São politicamente incômodos, socialmente ameaçadores (para muitas pessoas, são bandidos potenciais) e economicamente desnecessários¹⁴.

9 Sawaia, 2001, p. 16.

10 A sociedade dividida em classes com diferentes níveis de poder.

11 Sawaia, 2001, p. 17.

12 Id., *ibid.*, p. 19.

13 Id., *ibid.*, p. 20.

14 Id., *ibid.*, p. 25.

A exclusão é constantemente reproduzida, reforçada e expandida por determinados mecanismos presentes em diferentes níveis da sociedade. Um deles é a prática de naturalização de seu fenômeno. A sociedade e o próprio excluído tendem a aceitar a condição adversa. As posturas de conformismo e fatalidade são, em muito, responsáveis pela reprodução do ciclo da exclusão social e pela fragilização dos vínculos sociais. Também a transmutação de direitos pela ideia de favores (tutela, apadrinhamento) dirigidos aos excluídos, reforça o processo de exclusão¹⁵.

Não é possível proclamar existir verdadeiramente a liberdade sugerida no neoliberalismo quando, para uma maioria gigantesca de pessoas, esta não acontece em seu cotidiano, não se traduz nos seus direitos humanos básicos, como moradia, educação, saúde. A liberdade para o neoliberalismo somente é possível se concebida ironicamente como uma “liberdade de espírito”¹⁶.

A ideologia neoliberal funda uma verdadeira “metafísica da competitividade”. Seu pressuposto nos planos econômico, filosófico e social é que o desenvolvimento somente é possível com a admissão da competitividade. A ascensão econômica, a melhoria da qualidade de vida, somente seriam alcançados mediante a luta, o trabalho com esforço, pelo choque entre interesses contrários. No entanto, a competitividade apenas é possível se ocorrerem diferenças e exclusões. A competitividade exige exclusão, porque na competição existem vencedores e vencidos. A centralidade deste fato aponta para uma profunda incompatibilidade entre a gestão neoliberal do mundo e os mais variados processos de democratização dos países. Principalmente em situações do terceiro ou quarto mundo, quando se fala em milhões de excluídos. Chegamos a um ponto em que não mais possível falar em “bolsões de miséria”, pelo simples motivo dessa referência referir centenas de bilhões de pessoas vivendo como o lixo da história¹⁷. Nesse cenário de apogeu da competitividade, se prega “a extinção do Estado e o reinado absoluto do mercado e do consumidor, substituto comercial do cidadão”¹⁸, fazendo, como bem sabemos, do bem público um bem privado.

A hostilidade nas cidades é uma situação invariável no mundo todo em nosso momento presente. As cidades estão se tornando negadoras de muitos grupos sociais. Nesta matéria, o historiador de arquitetura Iain Borden propõe que estejamos vivendo a “shoppinização” do espaço público. Pode-se exercer certas atividades tranquilas caminhando ou sentado, como por exemplo tomar um café, mas práticas como skate, protestos políticos e performances musicais tendem a ser evitadas¹⁹.

A cidade se tornou o cenário da exclusão. Os mecanismos de reprodução dessa exclusão operam no ambiente urbano. Inicia a ser percebida outra cidade por trás da cidade. A verdadeira cidade, uma cidade que necessita de coragem para ser encarada. Os principais problemas sociais deste início de milênio fazem emergir incontestáveis dimensões éticas para o seu enfrentamento.

Direitos sociais no papel

Existem há muito tempo prescrições para o desenvolvimento urbano com vistas ao fortalecimento da função social da propriedade e da cidade²⁰. No Brasil, são conhecidos

15 Id., *ibid.*, pp. 22-23.

16 Id., *ibid.*, p. 144.

17 Sawaia, 2001, p. 145.

18 Id., *ibid.*, p. 149.

19 Disponível em: < <http://outraspalavras.net/posts/arquitetura-hostil-as-cidades-contra-seres-humanos/> >.

20 Melchionna, 2015, p. 48.

já há trinta anos os avanços que instituem direitos sociais fundamentais na redação da Constituição Federal. Foram consagrados tanto o direito à propriedade (artigo 5º) quanto o direito à moradia (art. 6º), determinando que a propriedade tenha função social. Além destes também assegurados, visando o desenvolvimento humano digno: o direito à Educação, saúde, alimentação, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção da maternidade e da infância, assistência aos desamparados, etc. No que diz respeito ao direito à propriedade estabeleceu-se:

“(…) a restrição fundamental da exigência do cumprimento da função social. Ao dono de determinada propriedade é exigido o cumprimento da função social. Esta é a condição necessária para o respeito de seu direito de propriedade. O imóvel deve estar produzindo algo ou servindo a algo útil à sociedade, não à especulação imobiliária. Um imóvel que não cumpre a função social está vazio, aquele que se diz proprietário apenas pelo registro não tem legitimidade (…)”²¹.

Ou seja, no artigo 182, facultou aos poderes municipais a exigência de que propriedades em solo urbano promovam seu aproveitamento sob pena de serem desapropriadas. Esses mesmos princípios que determinam que a propriedade tenha função social estão presentes no Código Civil, no Estatuto das Cidades e em vários planos diretores pelo Brasil. Entretanto, diante da desigualdade social e do déficit habitacional existentes, pode-se dizer que grande parte dos direitos sociais não saíram do papel. Mais ainda, o que todos aprenderam a reconhecer nos últimos eventos políticos nacionais, principalmente desde o Golpe jurídico-midiático de 2016, foi o escracho estarrecedor, plenamente documentado e filmado em tempo real, com que os representantes do grande capital simplesmente negam e subvertem a lei em seu próprio benefício. Em decorrência disto, o momento político no Brasil é de uma instabilidade tal que todos os avanços sociais se encontram definitivamente em xeque.

A questão das ocupações urbanas

A história da propriedade do solo no Brasil revela forte relação com privilégios. Do século XVI ao XVIII, a Coroa Portuguesa, primeiro mediante as Capitânicas Hereditárias e depois através da concessão de Sesmarias, mantinha o controle do solo e agraciava nobres com grandes extensões de terras. Naquele momento, estas terras não podiam ser vendidas.

No século XIX (1850), acontece o fim do tráfico de escravos, com a Lei Eusébio de Queirós. O governo imperial brasileiro, antevendo o fim da escravidão e a controversa soltura dos negros no território nacional, cria a Lei de Terras, com o intuito de limitar o acesso à terra e manter o domínio geral sobre a política fundiária. A partir daí a posse das propriedades se dará pela compra. O resultado é o impedimento dos ex-escravos, agora trabalhadores livres que precisavam de emprego, serem proprietários. Tal nova ordem produz seus terríveis resultados ainda hoje.

“Num país de 850 milhões de hectares temos um déficit habitacional de mais de 6 milhões de famílias (2014, Fundação João Pinheiro). E apenas seis brasileiros, considerados os mais ricos, concentram juntos a mesma riqueza que 100 milhões mais pobres do país, quase metade da população (OXFAM). Dessa forma, podemos entender a

21 Espaço Socialista, 1º outubro de 2017, p. 2.

origem do roubo e suas consequências ainda hoje”²².

No atual cenário de disputas sociopolíticas do Brasil, o Estado, através de seus poderes instituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário), configura-se no principal mantenedor dos ricos e poderosos. Estes protegidos grandes proprietários de terra e especuladores imobiliários mantêm, na maioria das vezes, seus lotes improdutivos, desocupados e sem função social, recorrentemente com altos débitos em impostos e juros não pagos durante anos. Em tal situação, inadvertidamente, mídias e instituições falseiam o debate e criminalizam justamente quem busca a justiça social prevista na Constituição. A assustadora ausência de justiça social e de cumprimento da Constituição precipita, como reação prática de comunidades empobrecidas, ocupações de terras, terrenos e moradias. Muitas dessas pessoas possuem renda familiar inferior a três salários mínimos, o que as impede inclusive de participar de programas governamentais de moradia social²³.

Não há novidade na asserção de que a produção capitalista do espaço urbano tem gerado constante exclusão e segregação.

“Na contramão da via do mercado, ocorre a produção de moradia por meio de autogestão e da autoconstrução através das ocupações de terrenos e imóveis abandonados, deixados, assim, pela especulação, enquanto milhares de famílias continuam sem lugar para morar”²⁴.

As ocupações integram o universo da alteridade na realidade social das cidades brasileiras. Não são invisíveis, apresentam-se intensamente aos olhos de todos como a política habitacional mais efetiva no Brasil de nossos dias. São necessárias até que a reforma urbana acenada desde a década de 1960 aconteça, e passe a dar atenção aos 99% que constroem as cidades e não às minorias ricas.

Impressiona a falta de informação das pessoas acerca de que as ocupações são importantes espaços de saberes e de criativas experiências populares. Mais um exemplo e resultado da prática da mídia a serviço do grande capital e da negação de sua existência pelo poder público. As ocupações são “(…) partes componentes do embrião que gerará o novo. (Leonardo Péricles).²⁵ Novas configurações arquitetônicas e urbanas se farão necessárias. Espaços regidos necessariamente por uma arquitetura ética da alteridade. A realidade das ocupações é tal que a ilegalidade urbana não pode mais ser considerada exceção, mas sim regra. Dessa maneira, fazem-se necessários a análise e o enfrentamento de toda a rede de dispositivos que empurra parcelas expressivas de populações para a informalidade e ilegalidade²⁶.

22 Espaço Socialista, 1º outubro de 2017, p. 1. A Fundação João Pinheiro é uma entidade do governo de Minas Gerais de apoio técnico à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e demais sistemas operacionais do Estado. A OXFAM, *Oxford Committee for Famine Relief* (Comitê de Oxford de Combate à Fome), é uma confederação de 17 organizações e mais de 3000 parceiros, que atua em mais de 100 países na busca de soluções para o problema da pobreza e da injustiça, através de campanhas, programas de desenvolvimento e ações emergenciais.

23 Id., *ibid.*, p. 3.

24 Canettieri, 2017, p. 33.

25 Nascimento, 2016, p. 146. Leonardo Péricles é coordenador do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB/MG) e morador da Ocupação Eliana Silva; em post no Facebook, 7 de agosto de 2015.

26 Nascimento, 2016, p. 148.

Parresía arquetônica

Em outro artigo, *Parrésia arquetônica: tensão ética no pensamento sobre a cidade*²⁷, analisei a aplicação do conceito de parresía de Foucault para a produção de uma postura crítica do campo arquetônico e dos arquitetos. A realidade da parresía é a cidade verdadeira, a cidade hostil, dos conflitos, reativa a muitos tipos de agrupamentos sociais, palco dos excluídos, campo de habitantes descartados. A cidade fora, do ausente, da ausência, dos que não tem luz, desligada no sistema. A parresía arquetônica clamaria pela produção de nucleações inclusivas, que viabilizem espacial e simbolicamente a democracia, pela idealização de nichos harmonicamente conectados para toda essa exuberante congregação de coloridos e dialetos que tem lugar na cidade.

O interesse pelo tema da “parresía” em Foucault pode ser relacionado a sua pesquisa no campo político (o governo dos outros) e a sua pesquisa no campo ético (o governo de si). A noção de *parresía* constitui o objeto privilegiado de seu estudo nos últimos dois anos de sua vida (1983 e 1984). O curso por ele ministrado neste período no Collège de France será exatamente “A coragem da verdade”. A origem da palavra é encontrada no grego, “*parrhesia*”, e é traduzida como “franco falar”, “dizer verdadeiro”, “liberdade oratória”, “afirmação corajosa”.

Para Foucault, o nó da coragem da verdade constituiu um verdadeiro complexo fundamental. Como comenta o analista de sua obra, Frédéric Gros, “coragem sem verdade é fanatismo vão e verdade sem tensão ética não tem utilidade”²⁸.

Mas, é importante que se compreenda, por que não tem utilidade? Por que a justificativa da verdade deve ser ética? Porque, para Foucault, a coragem da verdade nos intelectuais une teoria e prática, vincula obra e vida, fundamenta a escrita de livros e a ação política. Em última análise, evidencia que escrita e ação devem ser uma mesma coisa. Não pode ser concebida a ruptura entre uma coragem sem vinculação e um discurso verdadeiro neutro²⁹. E, como componente adicional, este discurso de coragem e verdade, a *parresía*, deve se referir ao presente de seu praticante.

No estudo de Foucault sobre os gregos antigos, o mestre na direção de consciência, se caracterizava pelo uso direto e franco da palavra, como maneira de autenticar sua verdade e sua conduta. A verdade devia explodir em seus atos. Em oposição à retórica, a *parresía* é uma fala direta e clara, sem falsos brilhos. É também engajada, supõe a adesão do falante a seu enunciado. A verdade aqui é uma convicção pessoal (na retórica não é necessário acreditar, mas sim fazer acreditar). Por fim, a parresía supõe coragem porque é perigosa.

Trata-se de verdade que pode ferir o outro. Verdade que assume o risco de reação do outro. Diferente disso, a retórica, usualmente, usa a bajulação e a mentira³⁰.

“(…) o parresiasta fala em seu próprio nome e seu discurso refere-se a uma situação atual, por fim, leva a relação com o outro à extrema tensão da ruptura possível”³¹.

A dimensão política original da *parresía* é, para Foucault, o *fundamento ético da democracia*. Com ela se restitui ao cidadão o privilégio da palavra, do franco falar aos

27 Lemos, 2016.

28 Gros, 2004, p. 11.

29 Id., ibid., p. 12.

30 Gros, 2004, p. 257.

31 Id., ibid., p. 258.

outros³².

A noção de *parresía* na obra de Foucault assume importância fundamental quando o filósofo a vincula à própria emergência do discurso filosófico da modernidade. No texto “O que é o Iluminismo?” (*Was ist Aufklärung?*), escrito por Immanuel Kant em 1784, emerge a “questão do presente como acontecimento filosófico a que pertence o filósofo que fala sobre ela”³³. A prática discursiva da filosofia faz emergir algo que é a sua própria atualidade discursiva. E a atualidade de modernidade deste momento no século XVIII é interrogada pela filosofia como acontecimento que tem um sentido filosófico, um valor filosófico e uma singularidade filosófica.

Um acontecimento que expõe sua própria fundamentação e razão de ser. Não se trata de o filósofo pertencer a uma doutrina, a uma tradição, ou um agrupamento humano em geral, mas sim de seu pertencimento a um presente. É esse pertencimento a um conjunto cultural característico da sua própria atualidade que se torna o objeto da reflexão do filósofo (Kant)³⁴.

“A filosofia como superfície de emergência de uma atualidade, a filosofia como interrogação sobre o sentido filosófico da atualidade a que ele pertence, a filosofia como interrogação pelo filósofo desse “nós” de que ele faz parte e em relação ao qual ele tem de se situar, é isso, me parece, que caracteriza a filosofia como discurso da modernidade, como discurso sobre a modernidade”³⁵.

Assim, na nova interrogação de Kant sobre a modernidade, a atualidade é levada em conta no discurso filosófico para que encontre seu lugar nesta atualidade, para que se explicita o sentido desta atualidade e para que se especifique o modo que este discurso age nesta atualidade. É importante comentar que a metodologia de análise de Foucault (inspirada em Nietzsche) é fundada em genealogias, processos históricos amplos que relacionam emergências e proveniências. Neste caso, a referência à questão da modernidade deve ser compreendida num contexto genealógico. O texto de Kant pode ser tomado como a emergência da questão da modernidade, um processo cultural muito singular que tomou consciência de si de certo modo, que se nomeou e se situou em relação ao seu passado, seu futuro e seu presente, chamando a si próprio de Iluminismo (*Aufklärung*). O Iluminismo como um período que designa a si mesmo e reconhece sua situação histórica³⁶.

Noutro exemplo da importância capital da noção de *parresía* na avaliação de Michel Foucault, ele aponta a constituição do nascimento da filosofia ocidental. O filósofo verifica que a uma *Era de ouro* inicial da *parresía* se seguiu um período crítico da *parresía* na Atenas do século IV a.C. Neste período crítico, o dizer verdadeiro parecia incompatível com a própria estrutura da democracia. Aconteceu aí a ideia de que o bom regime político dependia da excelência ética dos governantes. Como, na democracia, imaginar uma massa virtuosa é tanto uma aberração conceitual quanto uma impossibilidade prática, deu-se lugar a duas possibilidades para o pensamento político: a solução platônica, do dizer verdadeiro a partir da educação da alma dos líderes, e a solução aristotélica, que liberava a democracia de pressupostos éticos.

Enfim, para Foucault, o lugar da filosofia ocidental foi constituído por essa crise grega

32 Id., ibid., p. 259.

33 Foucault, 2000, p. 13.

34 Id., ibid., pp. 13-14.

35 Foucault, 2010, p. 14.

36 Foucault, 2010, p. 15.

da *parresía*, motivando a tentativa de reinvenção de um dizer verdadeiro em harmonia com a política e com a educação ética³⁷.

Finalmente, Foucault alcançou a culminância de sua análise da *parresía* quando estudou o cinismo. Com a *parresía* cínica, ele chega quase até o oposto do cuidado de si estoico, que estudara no curso anterior do Collège de France de 1982, intitulado “A hermenêutica do sujeito”. A verdade na vida explode como um escândalo com os cínicos. É exigente e polêmica a relação entre vida e verdade. Torna-se diretamente legível no corpo a presença contundente de uma verdade cortante. A existência é, provocadoramente, o escândalo da verdade³⁸. Mais uma vez aí, Foucault vai encontrar elementos de mais uma rede genealógica que, entretecida por emergências históricas diferentes, repetem proveniências das antigas atitudes cínicas gregas:

“(…) tal qual se pode reencontrar em uma certa mística cristã do despojamento e do escândalo ascéticos, em alguns movimentos revolucionários do século XIX (correntes anarquistas, militância de esquerda, etc.), na arte moderna, enfim, desde que não se estabeleça mais com o real uma relação de imitação ou de ornamentação, mas de redução ao elementar pela agressiva rejeição de normas sociais (Baudelaire, Flaubert, Manet)”³⁹.

Debate intelectual sobre as ocupações urbanas

Na análise produzida no presente artigo é possível julgar a controvérsia existente entre pesquisadores acerca das ocupações urbanas como resultado do condicionamento aporético de uma das teses ao pensamento neoliberal: a interpretação do fenômeno como reflexo da reprodução do capital. A segunda interpretação considera as ocupações uma possibilidade de se pensar novas formas de produzir a cidade⁴⁰. A discussão acontece, mesmo que ambas argumentações se considerem inclusas à tradição marxista da teoria crítica da urbanização⁴¹. O primeiro grupo seria identificado por autores como Bonduki e Rolnik (1979), Kowarick (1979), Oliveira (2006), Maricato (2003) e Harvey (1985). Estes compreendem que as ocupações são reflexo da reprodução do capital e que, na verdade, contribuem para que a classe capitalista se aproprie dos lucros a partir da reprodução da classe trabalhadora a baixos custos. O segundo grupo seria identificado por autores como Ferro (2006), Lopes (2006), Souza (2006), Benjamin (2008) e Swyngeudouw (2014) que consideram as ocupações e seus processos próprios, como a organização dos mutirões autogestionários, formas essenciais que possibilitam pensar novos modos de produzir, organizar e viver a cidade⁴².

Uma ética do merecimento é o que sustenta a meritocracia da sociedade. Nossos padrões morais aceitam isso para apreciações individuais, mas não sociais. No plano individual, na educação de nossos filhos, o princípio educativo e formativo individual de valorizar o mérito é aceitável. Entretanto, como plano de governo, como fundamento ético de uma organização coletiva, a meritocracia se torna reacionária e perversa. Por trás da “ética do merecimento” se esconde uma “ética do desempenho” muito cruel. A ideologia da meritocracia legitima racionalmente a desigualdade social. Torna-

37 Gros, 2004, p. 160.

38 Id., *ibid.*, p. 163.

39 Id., *ibid.*, p. 163.

40 Canettieri, 2017, p.32.

41 Id., *ibid.*, p. 33.

42 Id., *ibid.*, p. 33.

se natural e inquestionável que se reproduzam técnicas de dominação em nossas cidades⁴³. A meritocracia é o canal de entrada, de aceitação facilitada dos valores neoliberais.

Compreende-se que o primeiro grupo, que apresenta o caráter negativo das ocupações, recai numa armadilha demasiadamente amadora, ao dirigirem, em primeiro lugar, o foco de suas preocupações estritamente ao capitalismo ao invés da consideração do neoliberalismo e de sua natureza meritocrática.

“Para eles [os participantes do primeiro grupo], a existência das ocupações, construída sob a organização do trabalho em regime de mutirão, significa a oportunidade de o capital reduzir os custos de produção, devido aos baixos salários e às condições precárias de vida, refletindo, portanto, uma maior apropriação de lucro. (...) as ocupações são muitas vezes toleradas pelo poder público pela sua necessidade social de reproduzir a força de trabalho, embora a elas continue sendo sistematicamente negado o direito à cidade. (...) isso funcionaliza a pobreza, tornando-a plástica e capaz de ser adaptada, cooptada, usada em cada momento e depois abandonada”⁴⁴.

Assim, em segundo lugar, é feita uma leitura filosófica tradicional sem que consigam perceber sua própria dificuldade em deslizar para a visão da alteridade. Em seu viés os resultados capitalísticos são naturalizados na única visão facilitada possível de suas próprias realidades de sujeitos reais. Ou seja, instituem as suas perspectivas identitárias como unidades integradoras de um único sentido de representação e significação. Somente se partissem da subjetividade do outro, como propõem Levinas e Derrida, e não mais à centralidade do “eu”, alcançariam como possível a clara visualização da exclusividade vibrante e revolucionária das ocupações. Nesta compreensão possível, o processo de organização do trabalho cooperativo no mutirão seria o ensaio para a elaboração de novas formas de organização social para além da ocupação⁴⁵.

“A expectativa em torno deste processo é que o trabalho autogestionário, livre, de certa forma, das práticas capitalistas do emprego (como o salário), seria o ativador e/ou catalisador na produção de uma nova subjetividade que se estende para outros âmbitos da existência. Isto é, a produção de moradia como experimento de uma outra organização do trabalho. (...) O objetivo determinante não é mais a produtividade cega – mas a realização de um projeto coletivo atento às condições e relações dignas de produção”. São os canteiros das ocupações, em organização coletiva baseada na autogestão, que permitem que as autoconstruções sejam verdadeiros laboratórios experimentais de novas condições e relações de produção a partir da coletividade que, por sua vez, aponta a uma outra direção. Dessa forma, devemos reconhecer que as ocupações e os mutirões que as constroem são verdadeiros processos de resistência em contraposição às estratégias hegemônicas de produção habitacional”⁴⁶.

O ato de ocupar e a forma ética da alteridade de produzir o espaço faz os excluídos ascenderem à sujeitos. Assim explicita Axel Honneth (2009) em sua “Gramática Moral

43 Disponível em: < <http://ezequielredin.blogspot.com.br/2013/09/desvendando-espuma-o-enigma-da-classe.html>>.

44 Canettieri, 2017, p. 35.

45 Id., *ibid.*, pp. 36-37.

46 Martins, 2013, apud Canettieri, 2017, p. 37.

dos Conflitos Sociais”. Em oposição às metanarrativas que dominam o espaço urbano – como o “mercado” – esses excluídos alçados a sujeitos dão visibilidade à novidade de suas narrativas. Usando Marx se poderia dizer que as ocupações são expressão material da luta de classes na cidade⁴⁷.

“(…) dentro dos muros das fábricas, era o local de exploração dos trabalhadores, de onde se extraía sua mais-valia para a valorização do capital. No entanto, o lugar de exploração representa, ao mesmo tempo, a possibilidade de mudança. Como é descrito por Marx e Engels no ‘Manifesto’, os trabalhadores – exatamente por sua condição enquanto trabalhadores – representavam os sujeitos capazes de atuar na mudança do regime, e a organização dos trabalhadores, inclusive dentro das fábricas, era entendida como fundamental em qualquer processo que objetivasse alguma mudança”⁴⁸.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Pedro. *La Ciudad Calidoscópica. Apuntes del Cenes*, v. 28, p. 125-196, 2009.

ADORNO, Theodor. *Dialética Negativa*. São Paulo: Zahar Editores, 2009.

ALVES, Glória da Anunciação. *As Resistências no Processo de Produção do Espaço*. In: Anais do X ENANPEGE. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Campinas, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. *Ética pós-moderna*. Tradução João Resende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

BENJAMIN, Solomon. *Occupancy Urbanism: Radicalizing Politics and Economy beyond policy and programs*. International Journal of Urban and Regional Research, v. 32, 2008.

BENSAÏDE, Daniel. *Resistencias, ensayo de topología general*. Espanha: El viejo topo, 2001.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. *Periferias: Ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho*. São Paulo: FAU-USP, 1979.

CANETTIERI, Thiago. *Ocupações, remoções e luta no espaço urbano: a questão da moradia*. e-Metropolis. n. 17. ano 5. p. 22-29. 2014.

CANETTIERI, Thiago. *O debate sobre as ocupações urbanas revisitado entre o vício (da virtude) e a virtude (do vício), a contradição*. e-Metropolis. n. 29. ano 8. p. 32-39. 2017.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

FERRO, Sérgio. *Nota sobre a usina*. 2004. Usina Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado. Disponível em: www.usina-ctah.org.br/notasobreusina.html. Acessado em: 14/07/2015.

FERRO, Sérgio. *Notas sobre O Vício da Virtude*. Novos Estudos, v.76, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros*. São Paulo: Editora WMF. Martins Fontes, 2010.

GOHN, Maria. *Movimentos Sociais e a Luta pela Moradia*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GOULD, Roger. *Insurgent Identities: Class, Community and Protests in Paris from 1848 to the Commune*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GROS, Frédéric. *Foucault: a coragem da verdade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

HARVEY, David. *A Importância da Imaginação Pós-Capitalista*. (Entrevista). Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/08/27/aimportancia-da-imaginacao-pos-capitalistase-gundo-david-harvey/>. Acesso em: 05/09/2013.

HARVEY, David. *Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Edusp, 1980.

HARVEY, David. *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. Londres: Verso, 2012.

HARVEY, David. *The Urbanization of Capital*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1985.

HONNETH, Axel. *Luta por Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais*. São Paulo: Editora 34, 2009.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LE MOS, José Carlos Freitas. *Parrésia arquitetônica: tensão ética no pensamento sobre a cidade*. IV ENANPARQ Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre: UFRGS, 25 a 29 de julho de 2016.

LOPES, João Marcos. *O anão caolho*. Novos Estudos, v.76, 2006.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole, legislação e desigualdade*. Estudos Avançados. v.17, n.48, 2003.

MARTINS, Ananda. *Lutas Sociais e a Cidade: o desvelar das resistências e suas espacialidades no Distrito Federal no contexto da urbanização contemporânea*. In: Anais do X ENANPEGE. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia. Campinas, 2013.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

47 Canettieri, 2017, p. 37.

48 Gohn, 1991, apud Canettieri, 2017, p. 37.

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MELCHIONNA, Fernanda & BECKER, Nina. (Orgs.) *Mapa dos Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre 2015*. Porto Alegre: Stampa Comunicação, 2015.
- MIRANDA, José Valdinei Albuquerque. *Ética da alteridade e educação*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação – Porto Alegre, 2008.
- NIETZSCHE, Friedrich. *A genealogia da moral*. São Paulo: Escala, 2007.
- OLIVEIRA, Francisco. *O Vício da Virtude – Autoconstrução e Acumulação Capitalista no Brasil*. Novos Estudos, v.76, 2006.
- OMR. Organização Marxista Revolucionária. *As inevitáveis ocupações urbanas e rurais – Espaço Socialista (OMR)*. Disponível em: <<http://espacosocialista.org/portal/2017/10/as-inevitaveis-ocupacoes-urbanas-e-rurais/>>. 1/5
- QUINN, Ben. [The Guardian]. *Arquitetura hostil: as cidades contra seres humanos*. Site Outras palavras: Comunicação compartilhada e Pós-capitalismo. <http://outraspalavras.net/posts/arquitetura-hostil-as-cidades-contra-seres-humanos/#> Acessado em 30/05/2016.
- RANCIÈRE, Jacques. *O dissenso*. In: NOVAES, Adauto (org.) *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ROLNIK, Raquel. *O que é a cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ROY, Ananya. *Slumdog Cities: Rethinking Subaltern Urbanism*. International Journal of Urban and Regional Research, v.35, 2011.
- SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo: Hucitec, 1978
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- SAWAIA, Bader. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SOUZA, Renato Santos. *Desvendando a espuma: o enigma da classe média brasileira*. Disponível em: <<http://ezequielredin.blogspot.com.br/2013/09/desvendando-espuma-o-enigma-daclasse>>. Acesso em 30/05/2016.
- SWYNGEDOUW, Erik. *Insurgent urbanity and the political city*. MOSHSEN, Mostafavi. *Ethics of the Urban: the city and the spaces of the political*. Zurique: Lars Müller Publishers, 2014.
- ZIZEK, Slavoj. *The Parallax View*. Cambridge, Mass: MIT Press, 2006.

DISCURRIR ÉTICO EN LA ARQUITECTURA CONTEMPORÁNEA

María Verónica Machado Penso¹

Resumen

Este artículo busca explicar desde el concepto originario de ética, el discursar ético contemporáneo en la arquitectura. Para ello se ha proyectado una investigación que comienza en el conocimiento etimológico y los discursos éticos. Transita por las características de la realidad contemporánea a través de diversos filósofos contemporáneos. Recorre los sentidos éticos contemporáneos desde su definición originaria a través de la formulación de tres vertientes éticas: la primera afincada en valores individualistas que buscan el bien propio sin importar el bien común, la segunda una visión obediente de los estándares universales de calidad de vida y pensamiento occidental hegemónico, y la tercera que se bifurca en cuatro cauces que desde un conocimiento contemporáneo de la realidad anuncia los valores del bien común y equiparación. Todo ello para desembocar en expresiones arquitectónicas contemporáneas construidas, que evidencian una conciencia colectiva, en búsqueda de un bien común en lo que podríamos enunciar una «arquitectura buena».

Palabras claves: ética, arquitectura, condición humana.

Abstract

This article explains from the original concept of ethics, the contemporary ethical discourse in architecture. For them, research has been planned that begins with etymological knowledge and ethical discourses. It goes through the characteristics of contemporary reality through various contemporary philosophers. It traces the contemporary ethical senses from their original definition through the formulation of three ethical aspects: the first based on individualist values that seek their own good regardless of the common good, the second an obedient vision of the universal standards of quality of life and western hegemonic thinking, and the third that bifurcates into four channels that from a contemporary knowledge of reality announces the values of the common good and equalization. All this to lead to contemporary architectural expressions constructed that demonstrate a collective consciousness, in search of a common good in what we could enunciate a "architecture as a good"

Keywords: ethic, architecture, contemporaneity

Condición humana y espacio en la contemporaneidad

El concepto de *ética* genera controversia desde su origen etimológico según diversos autores. Para algunos *ética* deviene etimológicamente del griego "*ethos*", que significa "costumbre"; mientras que el Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispano (Corominas, J. 1984:408), establecen que el vocablo *ética* deriva de "*éthos*", que se interpreta como "carácter, manera de ser". Y es desde estas concepciones originarias, costumbre, carácter y manera de ser, que se desarrollará el contenido del artículo. Ética como concepto transversal, cada forma de pensamiento en sincronía y diacronía le confiere un sentido, una connotación, valoración, validación y apreciación. Lo que conduce este artículo, es la reflexión ética sobre la ética, esto es "la que pretende ayudarnos a entender como podemos ayudarnos los unos a los otros a convivir mejor, a disfrutar de la mejor vida posible" (Savater, F., 2012). Así como concluye Andre Comte Sponville (2003:206) en la entrada de Ética de su Diccionario Filosófico: "La ética es un trabajo, es un proceso, una andadura: es el camino reflexionado del vivir, en tanto que tiende hacia la vida buena, como decían los Griegos, o hacia la menos mala posible, y es la única sabiduría verdadera"

Las dinámicas del mundo de hoy tienen el valor puesto en: la *multiplicidad* que conduce a la transversalidad (Wagensberg, J., 2014:70), los *acontecimientos* (Virilio, P., 1998. Zizek, S., 2016), las *heterocronias*, las *discontinuidades* (Agamben, G., 2008), la *diferencia* (Lyotard, J. 2000), lo *ecosistémico* (Garcés, M., 2015:35). La realidad se interpreta desde diferentes *emplazamientos* (Rombach, H., 2007:50). Ya no hay un punto de vista único, sino que todo es cambiante, las formas de la realidad están en constante desplazamiento. Y esos *desplazamientos*, que encuentran lugares comunes, opuestos y en diferencia, habitan en un mismo tiempo y lugar. Es entonces que *la realidad media y es mediada*. La globalización, multidimensionalidad, riqueza relacional, heterogeneidad, complejidad, dinamismo incesante, dominio de la imagen (Izuzquiza, I., 2003:151-184) e incremento de la ceguera del mundo contemporáneo, se encuentran cohabitando entre nosotros desde esa pluralidad propia de este mundo a causa de la Condición Humana como lo expresa Hannah Arendt:

La pluralidad es la condición de la acción humana debido a que todos somos lo mismo, es decir, humanos, y por tanto nadie es igual a cualquier otro que haya vivido, viva o vivirá. (ARENDR, H., 2009:21)

Esa pluralidad es hoy marcada por la secularización de la verdad y por los distintos emplazamientos que definen el actual momento. Para Zygmunt Bauman la realidad actual se define bajo la metáfora de la fluidez (Bauman, Z., 2003): "Los fluidos, por así decirlo, no se fijan al espacio ni se atan al tiempo ...", haciendo referencia al constante cambio, cuya única certeza es la incertidumbre. Lipovetsky (2016) desde la Hipermodernidad habla de un culto hacia la ligereza y expone que la ligereza ya no se asocia al vicio, sino al a movilidad, a lo virtual y al respeto por el entorno. Haciendo alusión a Bauman expresa que la vida de los individuos,

está caracterizada por la inestabilidad, entregada como está al cambio perpetuo, a lo efímero, al nomadismo. Las pesadas imposiciones colectivas han cedido paso al «autoservicio» generalizado, a la volatilidad de las relaciones y compromisos. Así es la dinámica social de la hipermodernidad que instituye el reinado de un individualismo de tipo errante y zapeador. La individuación extrema de la relación con el mundo constituye la dinámica social que encontramos en el núcleo de la revolución de lo ligero. (LIPOVETSKY, G., 2016)

Una realidad cuyas dinámicas descrita de esta manera, es insoportablemente leve,

¹ Departamento de Arquitectura y diseño de Facultad de Arquitectura de la Universidad de la Costa. Correo electrónico: mmpenso@gmail.com

nada pertenece al régimen pesante, y por ello no puede soportarse, ahora, el régimen es el de la levedad, no existe peso como condición, todo está regido y condicionado por las dinámicas, la incertidumbre, la indeterminación, la movilidad, la informalidad. Ésta última propiedad fundamental de la vida en países latinoamericanos y desde el centro del poder y el conocimiento occidental, es tomado como defecto. Es entonces que, comprendiendo estas características desde el valor y no desde el defecto, desde la condición de otro régimen distinto al que ha dominado hasta ahora occidente, corresponde aprender a considerar las dimensiones de la realidad dentro de nuestra condición de humanos, así como lo afirma Hannah Arendt:

Los hombres son seres condicionados, ya que todas las cosas con las que entran en contacto se convierten de inmediato en una condición de su existencia. El mundo en el que la vida activa se consume, está formado de cosas producidas por las actividades humanas; pero las cosas que deben su existencia exclusivamente a los hombres condicionan de manera constante a sus productores humanos. (ARENDR, H., 2009:24)

Estas características propias de una condición humana, que están entregadas al dominio de la levedad, propios de la condición posmoderna desde mediados y finales del siglo XX, se nos presentan ahora ante “el no futuro del presente desbocado, el tiempo de la precarización, el agotamiento de los recursos naturales, la destrucción medioambiental, el malestar anímico y de la salud”. Este conjunto de situaciones forman parte de lo Marina Garcés (2017) define como condición póstuma:

Nuestro tiempo es el tiempo en el que todo se acaba. Vimos acabar la modernidad, la historia, las ideologías, las revoluciones. Hemos presenciado como se acaba el progreso: el futuro como tiempo de la promesa, el desarrollo y el crecimiento. Ahora vemos como se terminan los recursos – el agua, el petróleo y el aire limpio- y como se extinguen los ecosistemas y su diversidad. En definitiva, nuestro tiempo es aquel en el que todo se acaba, incluso el mismo tiempo (...) La condición póstuma coincide con la imposición de un nuevo relato único y lineal, el de la destrucción irreversible de nuestras condiciones de vida (...) De cara al agotamiento del tiempo vivible, y en último término al naufragio antropológico y la irreversibilidad de nuestra extinción, nuestro tiempo ya no es el de la posmodernidad, sino el de otra experiencia del final a la que llamaremos condición póstuma. En ella, el pos- ya no indica lo que abre al dejar atrás los grandes horizontes y referentes de la modernidad. Nuestro pos- es el que viene después del después: un pos. Póstumo, el tiempo de prórroga que nos damos cuando ya hemos concebido y en parte aceptado la posibilidad real del final (ya sea de nuestro mundo, ya sea de la especie humana).

Esto es, vivimos después de la posmodernidad dentro de sus dinámicas, bajo sentencia de exterminio (Garcés, M., 2017). Desde esta sentencia, inmersos en un mundo dominado por la levedad, se hace urgente visibilizar, pensar y trabajar la realidad de hoy desde su inherencia, transdisciplinariedad, transversalidad, entendiendo que el dominio no está en la cosa, sino en las relaciones entre y a través de las cosas. Es decir que es el contexto desde donde corresponde actuar para conjugar.

En este sentido y entrando en materia arquitectónica es necesario elaborar una rápida retrospectiva para entender como se llega a una actuación contextual desde ésta. Es así como: en la Modernidad los edificios devinieron protagonista, haciéndose de espacios

ante el contexto. En la Posmodernidad, este protagonismo los condujo a jugar un rol dentro del paisaje en el que se posicionan, es decir, tomar en cuenta el contexto a partir del régimen que ellos proyectan, establecen o imponen. Ahora esta responsabilidad ha devenido en una difusión de límites entre contexto y arquitecturas, creándose medios que parten desde lo contextual y que hacen contexto. De esta manera, el *espacio que espacia* pasa a ser *medio que media*. Es así como las dinámicas del régimen de la levedad se apropian de lo existente para actuar y conjugar en una realidad dominada por una mortal sentencia.

De esta manera, el actuar posmoderno de la condición humana en arquitectura puede devenir en una condición póstuma de la arquitectura, que pudiera ser abordada por lo que Stan Allen (1997) ha definido como “condición de campo” ante la primacía del objeto. En esta noción predominan las relaciones a través de las cosas y más allá de las cosas mismas. Este enfoque de la arquitectura desde el campo, supera a la visión de la arquitectura vista como paisaje, que si bien ésta busca entender el paisaje como el todo y desde allí gestar la arquitectura en relación intrínseca con él; en la noción de campo, domina un “a través del” contexto, de sus dinámicas, desde las formas de vida de quien lo habita, el lugar donde se inserta, de sus relaciones, es decir, no se trata de insertar o mimetizar cosas en el paisaje o ecosistemas, sino de entender el tránsito a través del contexto y desde allí actuar para conjugar. Se trata de materializar un medio que medie. Un ejemplo de ello es la arquitectura de la Biblioteca y Hogar de jubilados de RCR (ver figura 1), que abre un umbral entre los edificios que bordean la manzana, dejando pasar lo público hacia el interior de ésta y que mediante un cuerpo adosado como borde interior habitado, construye este medio que conduce la vida pública desde la calle hasta el recinto interior que abraza un patio comunitario. Aquí no hay protagonismo del objeto en el espacio, aquí la arquitectura se hace medio vinculante.



Esta triple condición (humana, póstuma, de campo) en la arquitectura, inmersa en dinámicas propias de regimenes leves, nos permite incursionar en las posibilidades de los discursos éticos entre los que cohabitamos hoy: uno alejado de proporcionar salidas a nuestras condiciones comunes, otro juega en obediencia a los estándares establecidos por las instituciones que surgen desde los centros del dominio del conocimiento occidental, y el último apunta hacia valores que buscan el bien común. Todos formulados considerando el concepto ético desde su etimología originaria y atendiendo a la idea de reflexión ética propuesta por Fernando Savater.

En los discursos éticos de la arquitectura contemporánea, podemos divisar tres vertientes: La *primera*, sumergida en el individualismo y la primacía del yo sin importar lo demás, incentiva los principios de la buena vida y de la desigualdad social y de género. La *segunda*, inscrita en un mundo de la obediencia, de seguir las pautas que se establecen desde el centro del poder occidental busca cuantitativamente y cualitativamente² una

² Dentro de lo que en ciencias sociales y calidad de vida denominan cualitativo con carácter estándar para

Figura 1 - Umbral, borde habitado, medio que media.
Fuente: <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/624142/>
biblioteca-sant-antoni-joan-oliver-rcr-arquitectes

mejora de la calidad de vida. Y la *tercera*, es aquella que, evidencia una comprensión de las dinámicas de hoy y su telón de fondo: la multiplicidad, la levedad de la realidad, y la sentencia ante la cual nos enfrentamos, se apega a conceptos como: *una vida buena* (Victoria Camps), en lugar de *una buena vida*, *una vida de calidad* (Victoria Camps) en vez de una *calidad de vida*, la ética mínima convertida en ética de la razón cordial a través de la reinterpretación de la ética del discurso (Adela Cortina), la *ética compleja* de Edgar Morin y *lo genéricamente humano* que reivindica las condiciones feministas propuesta por Simon de Beauvoir y traídas aquí a través de Celia Amorós como vindicación de los derechos femeninos.

Es a partir de aquí que se desarrollarán cada una de estas vertientes, que dejan correr en ellas las corrientes que conducen cada una de ellas.

Primera vertiente “ética”³: Prácticas y ética en la arquitectura contemporánea

La vertiente inmoral, basada en el principio de la buena vida del vivir bien de manera desenfrenada, que fundamentalmente se puede acotar en la “suficiencia material del vivir humano” (Polo, L., 1996), ha desbordado hoy en día sus límites, y trabaja esencialmente por: el bien propio olvidándose del bien común; busca incesantemente: la acumulación máxima de capitales para enriquecerse a cualquier precio, la felicidad individual sin importar la felicidad de la colectividad, el fomento de vicios como la codicia, la ambición, el egoísmo y la falta de visión cooperativa y solidaridad; el predominio de los valores económicos frente a los valores éticos (Camps, V., 2012). Se podría afirmar que los arquitectos amparados por esta serie de conceptos son:

Aquellos arquitectos de diversas latitudes, que proyectan la arquitectura desde un fin mercantilista, tratándole de sacar el mayor provecho económico a la cantidad de metros cuadrados que construye con la menor calidad arquitectónica posible, y lo hacen para un grupo reducido de la sociedad, esa minoría que tiene las mayores posibilidades económicas, produciendo una cúpula gestora de arquitecturas, compuesta por integrantes entre los cuales se reparte el cometido, contribuyendo a incrementar la desigualdad de oportunidades en la sociedad. Según Juhani Pallasmaa (2010:102), para Escandinavia, otros países europeos y el mundo desarrollado en general,

(...) la autenticidad y la autonomía artísticas aplicadas a la arquitectura se ven socavadas hoy día por tres tendencias culturales: la mercantilización de los edificios, la contraproducente búsqueda de lo novedoso y la hegemonía de aquellas imágenes que pueden comercializarse. Estas tendencias culturales están respaldadas por el periodismo comercial sobre la arquitectura y las voraces industrias globales del entretenimiento y turismo.

Arquitecturas que no se hacen con el fin de sostener la vida buena o que en ellas se desenvuelva una vida de calidad, sino que se producen, de acuerdo a un estatus que está determinado por la fama, el dominio de los medios y la visibilidad en la economía de esa región, formando parte, en alguno de los casos del “Star System” de la arquitectura. Lugar donde se observa una “(...) arquitectura a veces genial, pero siempre desbalestada, autónoma, insolidaria, incapaz de ofrecer soluciones viables a

todas las personas.

³ La palabra ética, en este caso, está entrecomillada, para destacar la disminución de su significado. Esta disminución del significado de las palabras entrecomilladas, lo expone Moises Naim en su artículo “Mundo entre comillas”, haciendo referencia al novelista V.S. Naipaul “*En Argentina muchas palabras han disminuido su significado: general, artista, periodista, historiador, profesor, universidad, director, ejecutivo, industrial, aristócrata, biblioteca, museo, zoológico; tantas palabras necesitan estar entre comillas*”.

la arquitectura de segunda línea” (Bohigas, O. EN: Diez. F., 1996).

En esta vertiente también se encuentran, aquellos arquitectos, que al hacer arquitectura para personas y familias que sufren carencias económicas, hacen una *pobre* arquitectura, limitados a construir reductos de miseria, proclamando una cuantía numerosa de inmuebles, que no logran completar los estándares medios de salud, ya que, por ejemplo, para abastecer aire limpio, deberán mantener abiertos los accesos a las viviendas durante las 24 horas, este es el caso de las viviendas productos de instituciones públicas para la ciudad de Maracaibo; las cuales tampoco completan otros indicadores referentes a la calidad de vida, pues mucho menos servirán para lograr una vida de calidad. Según Pallasmaa (2010:105):

(...) El sesgo ocular y hedonista de la arquitectura contemporánea se agrava por la pérdida de misión social y la empatía que habían asumido los arquitectos modernos. Los aspectos relativos al planeamiento, la vivienda social, la producción masiva y la industrialización, apenas se consideran en los programas académicos. El movimiento moderno intentaba dar respuesta a las condiciones típicas y normales de la vida (...)

Desde una vertiente ética, con convicciones que apuestan por modelos sociales, Juhani Pallasmaa, logra encontrar las buenas intenciones de la arquitectura del Movimiento Moderno, desde una condición estandarizada, que como bien lo afirma conducen a una vida “normal”, pero también típica, que si bien proponen igualdad y condiciones medias de salubridad, no está hecha para la diferencia y singularidad humana. Desde esa visión corresponde a la arquitectura que surge desde una experiencia social, buscar cuantitativamente las formas de equidad, mediante indicadores que lleven a estandarizar los valores individuales y singulares de las familias y cada ser humano. Pero entre sus líneas también se deja leer el sentido ético que buscaba dentro de las sociedades el Movimiento Moderno, malinterpretado por los arquitectos replicadores de sus métodos, que en el mayor de los casos tergiversan sus concepciones y lo transforman en fuente de multiplicación de cifras estadísticas y empresas lucrativas para los constructores y proyectistas.

Otros arquitectos, pertenecientes a la primera vertiente son aquellos que se aprovechan de la producción de arquitectos más jóvenes con menos experiencia laboral, justificándose en una formación profesional de éstos. Como el caso de la torre diseñada por David Childs de SOM (Basulto, D.,2009),

quien fue demandado por Thomas Shine, un ex alumno de Yale quien alegó que el proyecto de Childs era una copia de un diseño que el presentó durante una entrega de taller en 1999, donde Childs fue uno de los invitados al examen final. Esta demanda fue aceptada el 2004, lo que abrió el tema del derecho de autor en la arquitectura en el ámbito legal.

Otros plagian ideas, documentos y contenidos académicos a sus propios pares en búsquedas de beneficios propios, amparados por la impunidad de la complicidad de amigos, colegas y hasta de autoridades académicas. Dentro de la arquitectura, esta investigación se topó con diversos casos no llevados a términos legales y no consiguió pruebas contundentes de casos legales consolidados, pero fuera de la Arquitectura, se conocen casos comprobados como el sucedido en la Universidad de Michoacán en México que terminó por la expulsión del ex investigador Rodrigo Núñez Arancibia del Sistema Nacional de Investigación, quien plagió al menos 12 artículos, tal como lo expresa el artículo del Universal en México “Académico Núñez Arancibia confiesa sus

plagios” (Martinez, G., 2015).

También existen aquellos arquitectos que por buscar destacar en concursos y prensa internacional, echan mano, a proyectos producidos por arquitectos de prestigio internacional, en el que podría incluirse el ejercicio que Giuiller Fischer hace a través del parecido de tres proyectos arquitectónicos (ver figura 2): Conjunto de Artes Escénicas de Guadalajara, proyectado por Isaac Broid y Felipe Assadi, en el 2009, la Biblioteca Santo Domingo del Savio en Medellín de Giancarlo Mazzanti en 2007 y el Centro Multimedia para la Universidad de Hong Kong de David Chipperfield en 2003, debate e ironiza entre la importancia del plagio para la ética arquitectónica y el trabajo académico. Destacando los aportes que hace Fish en sus artículos: Plagiarism Is Not a Big Moral Deal y The Ontology of Plagiarism: Part Two (Fischer, G., 2010),

Aclara Fish que el problema del plagio atañe sobre todo al mundo académico, dado que para otros como los científicos, historiadores o periodistas profesionales, al usar material ajeno sin acreditarlo es algo inconcebible. En cambio en el campo de la música o la novela, la línea que delimita lo incorrecto y posible, comienza a ser difusa; y como añadido yo, en el campo de la arquitectura es aún más borrosa.

con lo cual Fischer concluye citando a Fish y complementado la idea (Fischer, G., 2010), que

el problema real, es que esta conducta no le aporta un ápice al crecimiento intelectual del individuo, “que pierde una oportunidad para mejorar su habilidad de razonar o adquirir herramientas de habilidad” (...) Pero más grave aún es el daño que el plagio le hace a la arquitectura como epistemología, que al ser despojada de su capacidad de investigación y exploración pierde toda oportunidad de desarrollo intelectual.



Figura 2 - Tres edificios, tres fechas, ¿una idea? Fuente: <http://torredbabel.info/blog.php/?p=1394>

Perder la oportunidad de desarrollo intelectual implica, la pérdida del desarrollo de las posibilidades en la investigación, innovación y desarrollo de medios desde los cuales la arquitectura podría corresponder inherentemente al lugar donde se desarrolla, a realzar sus valores, es conjugar aportes foráneos con propios y a entender el ser que habita ese espacio, el contexto multidimensional y paisaje que conforman el lugar. De esta manera se pierde la posibilidad de que la arquitectura actúe como medio a través de sí, más que como ícono impuesto en un lugar, ya que en esta contemporaneidad, no se trata de la cosa en sí, sino de la cosa a través de sí.

Segunda vertiente ética: Arquitectura y condición de vida

La segunda vertiente en la que discurre la arquitectura desde un punto de vista ético, es aquella que se produce de acuerdo a los modelos establecidos desde las definiciones e indicadores de calidad de vida, un concepto que surge desde las Ciencias Sociales como necesidad de medir la realidad a través de datos objetivos. Según Carlos Jimenez, (2007), la calidad de vida ha sido definida como:

la calidad de las condiciones de vida de una persona; la satisfacción experimentada por la persona con dichas condiciones vitales; la combinación de componentes objetivos y subjetivos, es decir, la calidad de las condiciones de vida de una persona junto a la satisfacción que ésta experimenta; la combinación de las condiciones de vida y la satisfacción personal ponderadas por la escala de valores, aspiraciones y expectativas personales.

Estos enfoques, según Dennis, Williams, Giangrteco y Cloninger (Jimenez, C., 2007), pueden agruparse en dos tipos: los enfoques cuantitativos, que operacionalizan el concepto, con variables sociales, ecológicas y psicológicas y enfoques cualitativos sin involucrarse en las formas de vida de las familias o personas. Para Alguacil (2000) el bienestar y la calidad de vida está ligado al nivel de rentas y acceso a servicios públicos. Para llevar esto a la práctica, es necesario operacionalizar el concepto de calidad de vida, identificando de manera oportuna las diversas dimensiones que los componen basado en la diversidad de las necesidades humanas. Es por ello que los indicadores que miden la calidad de vida “deberían mostrar el grado de satisfacción de las necesidades humanas, lo cual hace necesario definir éstas y establecer un nivel de referencia sobre el qué medir su satisfacción” (Jimenez, C., 2007). Es así, como surgen los índices de satisfacción subjetiva, el índice de desarrollo humano, el índice de progreso genuino, en ámbitos nacionales; pero en escalas urbanas se refieren, como lo apuntó Alguacil (2007) al acceso de servicios públicos, a niveles de bienestar térmico, social, psicológico, educativo, etc.

La arquitectura que discurre en esta vertiente, es la arquitectura del calificativo, como: bioclimática, solar, saludable, para todos, ecológica, estándar, social, institucional, oficial, entre otros. Por ejemplo al hablar de arquitectura bioclimática, una buena arquitectura bioclimática, con poco gasto energético, utilizando al máximo sistemas pasivos, logra niveles de bienestar térmico dentro de los indicadores establecidos, es decir niveles de temperatura, humedad, ventilación e iluminación, aceptables para que el hombre se encuentre dentro de una zona de confort. La ecológica, por ejemplo, correspondería aquella bioclimática, que también disminuye el impacto ambiental. La arquitectura social, dirigida a sectores con menores recursos económicos, interesada por cumplir con los indicadores de calidad de vida, sería aquella, que además de factores térmicos, de salubridad, de urbanidad, cumple a cabalidad con los indicadores sociales, a diferencia viviendas del sector oficial, que satisfacen valores estadísticos, pero no de calidad de vida. A este grupo corresponden arquitectos como: Architecture for humanity, Alejandro Aravena con Elemental, los programas de las Naciones Unidas

en arquitecturas para emergencias, entre otros.

Alejandro Aravena desde su plataforma Elemental, enuncia una arquitectura que es concebida con la participación de la comunidad, pero lo que entrega en los procesos de participación son modelos preconcebidos desde la oficina dentro de los estándares de calidad de vida, para que la comunidad los acepte y se los apropie (ver figura 3). Sus prácticas evidencian que lo que se busca es moldear la vida humana, demuestra una visión de la labor del arquitecto desde una perspectiva que rige modos de vida. Así también lo expresa en el Discurso tras recibir el Pritzker "(...) lo que los arquitectos modelan no son ladrillos o piedras o acero o madera, sino la vida misma (...)" (Aravena, A., 2016). Si bien busca solucionar el déficit de vivienda desde parámetros cuantitativos y hace una labor comunitaria de aprehensión de sus modelos, que contribuyen a mitigar valores estadísticos y que más familias accedan a un techo, este proceder, manifiesta una labor regida por el pensamiento clásico occidental hegemónico de la arquitectura

El móvil originario de la arquitectura del Movimiento Moderno, constituye un instrumento sanitario para combatir la tuberculosis, lo explica Beatriz Colomina (2013) en entrevista publicada en el Diario el País:

La arquitectura moderna no se puede entender sin la tuberculosis. La hemos estudiado desde todos los puntos de vista: el industrial, el estético... Y nos hemos olvidado de lo más obvio: la vida real. Lo que los arquitectos modernos ofrecían era casi como una receta de salud igual a la que proponían los manuales médicos para tratar la tuberculosis: el aire libre, las terrazas, el sol, la blancura, la higiene... La tuberculosis dominó la primera mitad del siglo XX. Es normal que no solo estuviera en la literatura, sino también en la arquitectura. No hablo de la arquitectura sanitaria. Es la arquitectura moderna la que internaliza este trauma inmenso que era la tuberculosis y trata de ayudar. Se vuelve curativa.

Esto que ha reseñado Colomina es una muestra, del aporte realizado por la arquitectura del Movimiento Moderno, explícita o implícitamente responde a factores saludables de la calidad de vida, que todo viene dado por una conciencia higienista hacia las formas de habitar que debería adoptar la sociedad en época de posguerra. Pero es importante destacar que, dentro de las arquitecturas del Movimiento Moderno, existieron y existen obras de arquitectura que trascienden lo sanitario, al proporcionar experiencias que van más allá del cumplimiento de los estándares de calidad de vida sanitaria, aportándole a la diferencia y singularidad humana experiencias únicas que nos conducen a la tercera vertiente ética. Como por ejemplo la Casa-Estudio de Luis Barragan, que el proyectara como su habitación y lugar de trabajo, allí se hace patente la trascendencia de una arquitectura moderna que vas más allá de lo sanitario como bien lo dice la Declaratoria de Patrimonio de la UNESCO (2004) "(...) integra en una nueva síntesis electos tradicionales y vernáculos así como diversas corrientes filosóficas y artísticas de todos los tiempos". Es una casa proyectada desde y para una singularidad, va más allá de la satisfacción de necesidades y condiciones mínimas para la calidad de vida, apuntando hacia los deseos, delirios y emociones de quien la habita.

Tercera vertiente ética: La arquitectura y la condición humana

La tercera vertiente fluye a través de cuatro discursos filosóficos contemporáneos de la ética, tres de ellas proveniente de tres filósofas españolas, Victoria Camps, Adela Cortina, y Celia Amorós y el cuarto deviene de la Ética de la complejidad propuesta por Edgar Morin. Contemplan hacia dónde corresponden ir a la sociedad y por supuesto a la arquitectura y como éstas conciben el modo de habitar desde el punto de vista ético. A ese camino corresponden arquitecturas como las que proyecta Peter Zumthor, la arquitectura ancestral Añú, Juhani Pallasmaa, Alberto Campo Baeza, Al Borde arquitectos Anna Heringer, Elizabeth Diller, Diebedo Francis Keré, entre otros. Pero antes de ir hacia estas formas en la arquitectura, se explicarán de manera sintética cada una de las posiciones desde la Filosofía.

Victoria Camps y los juegos del discurso

Victoria Camps, expone su perspectiva desde dos juegos de palabra, cada uno de los cuales deriva en cosas bien diferenciadas, casi antitéticas: la "vida buena" en lugar de la "buena vida" y la "vida de calidad" en vez de la "calidad de vida".

La vida buena, supone el vivir bien pensando también en el bien común. Encontrar los valores o virtudes del vivir bien. Plantearse lo que se va a ser de manera individual, teniendo en cuenta la vida colectiva, ya que la felicidad individual, no puede conseguirse, sino se consigue la felicidad colectiva. Practicar la vida de manera que los valores éticos primen sobre los valores económicos, restableciendo los valores modernos: igualdad, libertad y fraternidad (Camps. V., 2012).

La «vida buena» contribuye a que la ciudad y el mundo sean más equitativos. El ciudadano en su libertad puede contribuir a que la sociedad sea más equitativa y más justa, para lograr esto, corresponde hacer reformas para pasar de la «buena vida» a la «vida buena». Por ello ahora no se trata de cumplir un deber, sino de actuar desde la correspondencia, el hacer bien no es materia que se cumple como el llenado de un formulario, sino que se gesta mediante actos de voluntad, que conducen a: combatir la indiferencia y el fundamentalismo; fomentar el volver a las virtudes más clásicas, prudencia, justicia, fortaleza y templanza; la equidad debe fomentarse a nivel internacional; recuperar la confianza, haciendo las cosas bien, el aprecio, la cooperación y la voluntad de compartir; transformar la forma de pensar en las economías, que para ellas sea mejor y más rentable cooperar que competir; recuperar el valor de ejemplaridad de la vida buena, que sea reconocido y de cierto prestigio el tener una vida buena; y lo más difícil es que para que la sociedad cambie, tiene que cambiar

Figura 3 - Proceso de participación para Quinta Monroy. Elemental. Alejandro Aravena. Fuente: <http://www.redfundamentos.com/blog/es/obras/detalle-143/>



la sociedad entera (Camps. V., 2012). Esto, resume algunas de las precisiones que persigue la «*vida buena*» según Victoria Camps, en su conferencia dictada para la Universidad Internacional de Andalucía en el 2012.

Si bien la calidad de vida, como concepto conduce a satisfacer las necesidades fundamentales de la vida. Desde la perspectiva bioética de Victoria Camps, en búsqueda de una «*vida buena*», propone el vivir una «*vida de calidad*», explicado brevemente en la introducción de su libro “Una vida de calidad: reflexiones para la bioética” (2001:11):

La bioética es básicamente un proceso y un descubrimiento. Un proceso por el que intentamos hacer reales los derechos humanos y esa moralidad común que es nuestro subsuelo, aunque no siempre sepamos verbalizarlo. Un proceso por el que tratamos de ir definiendo que significa no ya vivir, sino una *vida de calidad*. A tal proceso lo llamo «autorregulación», pues lo veo muy cercano para esa virtud que Aristóteles llamo *phrónesis* y que mal traducimos por «prudencia»: la sabiduría consiste en hacer lo que conviene en cada momento, lo justo en el momento justo. Para ese saber no hay fórmulas ni procedimientos. La práctica moral no se deduce de un saber teórico, como si se tratara de la conclusión que se deriva automáticamente de las premisas de un silogismo.

Esta reflexión sobre el sentido de la bioética evidencia cuestiones intrínsecas y propias de la naturaleza humana, y la utilización de la frase «*una vida de calidad*», connota desde el juego de palabras con «*calidad de vida*», que esta perspectiva de la bioética, enunciada desde la filosofía, trasciende los límites de las satisfacciones aportadas por las características cuantitativas y cualitativas de la calidad de vida y es en esa autorregulación, la sabiduría del saber vivir, y todos los enunciados de la vida buena, es lo que hace la diferencia en este juego de palabras entre «*una vida de calidad*» y «*la calidad de vida*». Este juego de palabras discursivo nos conduce a repensar los valores de la «buena arquitectura» y que así como Victoria Camps al invertir el orden de las palabras la frase toma otro sentido, se puede entonces recobrar otro sentido en una «arquitectura buena», una arquitectura que concilie en esta contemporaneidad una «práctica buena» desde las condiciones actuales.

Adela Cortina y la razón cordial

Otro discurso de la ética contemporánea, busca trascender la idea de la ética cívica o ética de los ciudadanos de una sociedad moralmente pluralista, cuyos principios, valores, actitudes y hábitos se han basado en los mínimos morales a los que una sociedad no puede renunciar, ya que “no se puede descender por debajo de ellos sin incurrir en inhumanidad” (Cortina, A., 2007:114).

Es mediante la reconstrucción de la ética del discurso, que Adela Cortina busca “sacar a la luz elementos valiosos que están implícitos en ella, y que sus creadores, Apel y Habermas, se resisten a poner sobre el tapete” Esto para involucrarlos con lo cordial y alejarlos de lo procedimental (Cortina, A., 2007:114). Es a través de una serie de principios que busca:

(...) desarrollar la dimensión cordial de una ética mínima que aún haciendo pie en la ética del discurso, despliegue las potencialidades del vínculo comunicativo, y vaya más allá de ella, superándola, dándole carne y hueso. Su nombre será entonces ética de la razón cordial, *ethica cordis*, empeñada en la tarea de mostrar como el vínculo comunicativo no sólo cuenta con la dimensión argumentativa, no sólo revela una capacidad de argumentar sobre lo verdadero y

sobre lo justo, sino que cuenta también con una dimensión cordial y compasiva, sin la que no es posible la comunicación. O mejor dicho, una ética empeñada en mostrar que para argumentar con éxito sobre lo justo y lo injusto ha de hundir sus raíces en su vertiente cordial y compasiva. La razón íntegra es entonces razón cordial, porque conocemos la verdad y la justicia no sólo por la argumentación, sino también por el corazón. (Cortina, A., 2007:124-125)

Es una ética que muestra la condición humana en todas sus dimensiones, racionales y emocionales, que busca integrar en su concepción los rasgos humanos que hasta entonces se habían segregado, como la cordialidad y la compasión, que constituyen virtudes para complementar una ética, que Adela Cortina, muy bien ha concebido como “ética de la razón cordial o *ethica cordis*”. Una ética que evidentemente radica su fundamento en la experiencia, en el acto de la comunicación como una cuestión de presencias sensibles, ante lo que el discurso dice. Utiliza la compasión como fuerza gravitacional para buscar la justicia y construir un mundo que merecen lo seres humanos (Cortina, A., 2007:125)

Para ello diseña estrategias que amplían las posibilidades del discurso como hecho comunicativo estableciendo *vínculos*, que van más allá de las lógicas racionales de la comunicación y que explora seis dimensiones que completan su efectividad, a partir de los cuales se conforma la *ethica cordis*. Seis dimensiones que van conduciendo las lógicas dialógicas a capacidades cordiales. La Primera dimensión aboga por una participación activa de los afectados en los procesos normativos, cosa que en la realidad no sucede. La segunda dimensión buscar más allá de los procedimientos facultando en la corresponsabilidad y del compromiso de los afectados para defender sus intereses mediante su involucramiento en el diálogo normativo. La tercera dimensión busca recordar que tanto lo «valiosos para» es también «valiosos en si», invirtiendo el orden kantiano, y tomando desde la autonomía individual valores colectivos como solidaridad, igualdad y justicia. La cuarta dimensión convoca a activar la capacidad de elaborar y actuar de acuerdo juicios de valor, es decir discernir claramente entre estimar los valores positivos y rechazar los valores negativos. La quinta dimensión llama a cultivar las virtudes dialógicas mediante la construcción de un sujeto que afectivamente “*argumente en serio*” mediante cuatro rasgos: apertura, reconocimiento, compromiso y esperanza. La sexta dimensión, busca a través de un estudio de los vínculos discursivos, el reconocimiento de las capacidades cordiales y compasivas (estimar, interpretar, apreciar, compadece, sentido de justicia) en las interlocuciones (Cortina, A., 2007:117-124). Estas seis dimensiones que se conforman desde una visión discursiva entre seres humanos, se pueden patentar en las características procesales y discursivas de de la arquitectura, como invitación a una cooperación colectiva en el quehacer arquitectónico

Edgar Morin y la complejidad ética

Desde aquí hace una llamado en volver a las fuentes de la ética, por decisión propia de los individuos a quien le corresponde elegir sus valores dentro del contexto histórico y social. Invita a asumir éticamente: “la trinidad humana individuo/sociedad/especie, la trinidad psíquica pulsión/afectividad/razón, las antinomias sapiens/demens, faber/mythologicus, aeconomicus/ludens, prosaicus/poeticus” (Morín, E., 2009:217). La ética compleja necesita: lo que hay más individualizado del ser humano, el sentido de responsabilidad y la autonomía de conciencia, el desarrollo de las potencialidades reflexivas de la mente (autoexamen), y la atención ecológica de la acción. (Morín, E., 2009:218). La ética compleja conduce a religar, ya que existe separación en la religaciones fundamentales del ser humano, religarse con los nuestros, los otros y

la Tierra-Patria. Entonces la ética compleja, puede decirse compleja, porque: es una y múltiple; unifica en un tronco común al mismo tiempo que se diversifica en ramas distintas: autoética, socioética, antropológica; es de naturaleza dialógica y afronta a menudo la ambigüedad y la contradicción; es una ética de la comprensión lo que implica reconocimiento de la complejidad humana. (Morín, E., 2009:218-219).

Una ética compleja está compuesta por dos ingredientes indispensables: el pensamiento y la antropología complejos, inmersos en un contexto cuya acción humana ética, deviene como una ecología de la acción, esto es: “toda acción escapa cada vez más a la voluntad de su autor a medida que entra en el juego de las interretroacciones del medio en el que interviene” (Morín, E., 2009:47). Desde lo cual surge la complejidad la incertidumbre y la contradicción ética, convirtiéndose en una ética frágil, incierta e inacabada; una ética vulnerable, desarmada ante la ciencia, la política y la técnica. Por ello expone que corresponde estar en constante autoregeneración, ya que lo que se genera, se degenera y es el “humanismo regenerado el que rompe con la conquista del mundo y el dominio de la naturaleza” para fundarse en el inacabamiento de la vida humana, en la creencia de la metamorfosis de las sociedades, en el bucle esperanza desesperanza, en la resistencia desde la comprensión y compasión para combatir la barbarie humana y en definitiva para lograr la realización humana desde la trinidad compleja.

Para Edgar Morin “la crisis suscita una gestación” (Morin, E., 2009:17), como lo explica en el elogio de la Metamorfosis (Morin, E., 2010) “Allá donde crece el peligro, crece también lo que nos salva”. La dicha suprema es inseparable del riesgo supremo”. Para él vivimos actualmente una crisis en la ética occidental:

Las fuentes de la ética ya no irrigan, la fuente individual está asfixiada por el egocentrismo, la fuente comunitaria está deshidratada por la degradación de solidaridades, la fuente social está alterada por las compartimentaciones, burocratizaciones, atomizaciones de la realidad social y, además está aquejada de diversas corrupciones; la fuente bioantropológica está debilitada por el primado del individuo sobre la especie. (Morin, E., 2009:31)

Desde esta perspectiva compleja donde la acción arquitectónica como acción humana, también está inmersa en la ecología de la acción, corresponde a la práctica y teoría arquitectónica autoregenerarse constantemente. Estudiar acuciosamente en contexto desde sus más abstractas hasta más concretas dimensiones para corresponder a las formas de la regeneración humana que se alejan de la conquista, la soberanía y el poder impositivo sobre otros

Celia Amorós y la vindicación de la feminidad

¿Cómo es entonces una arquitectura que vindique los derechos de la mujer y que vislumbre claramente lo genéricamente humano? En principio se vislumbra como algo que va más allá de la visión de un *sujeto atado* al mundo y lo transforme en un *ser* que es mundo y que hace mundo a medida que lo habita.

Celia Amorós desde la Filosofía, propone una vindicación de los derechos de la mujer, a través de lo que Simone de Beauvoir puso de Manifiesto en su obra *El segundo sexo*, “que los varones han constituido sus propios parámetros y valores como lo que define lo genéricamente humano” (Amorós, C. 2005:15). Esto es, la reinterpretación de lo que en la ilustración el hombre denominó como genéricamente humano, aplicado solo a valores masculinos, esto lo explica en la entrevista realizada para la serie “Pienso, luego existo” de Televisión Española, de la siguiente manera:

La lucha de la igualdad de los seres humanos, en tanto los seres genéticos, se articula por medio de las vindicaciones, las mujeres no piden otra cosa, sino aquello que los varones han definido como lo “genéricamente humano”. Las mujeres no quieren lo identitario masculino, quieren lo genéricamente humano, la vindicación no es solo querer la igualdad con lo que con mala fe se dice identitariamente masculino, sino que busca lo genéricamente humano. Es la ilustración, la que realiza una serie de abstracción concretada en lo genéricamente humano con ideas como la de sujeto, individuo, ciudadanía. El feminismo fue una radicalización de la ilustración, las mujeres pueden que eso que concretaron los hombres como genéricamente humano en la ilustración, se aplique para las mujeres en los mismos términos. Simone de Beauvoir, dice que cuando las mujeres piden vindicación, los hombres apelan que buscan lo masculino, porque los hombres han acaparado lo genéricamente humano, se basan en el malentendido del solapamiento para malentender la vindicación, criticando también el androcentrismo. (AMORÓS, C., 2011)

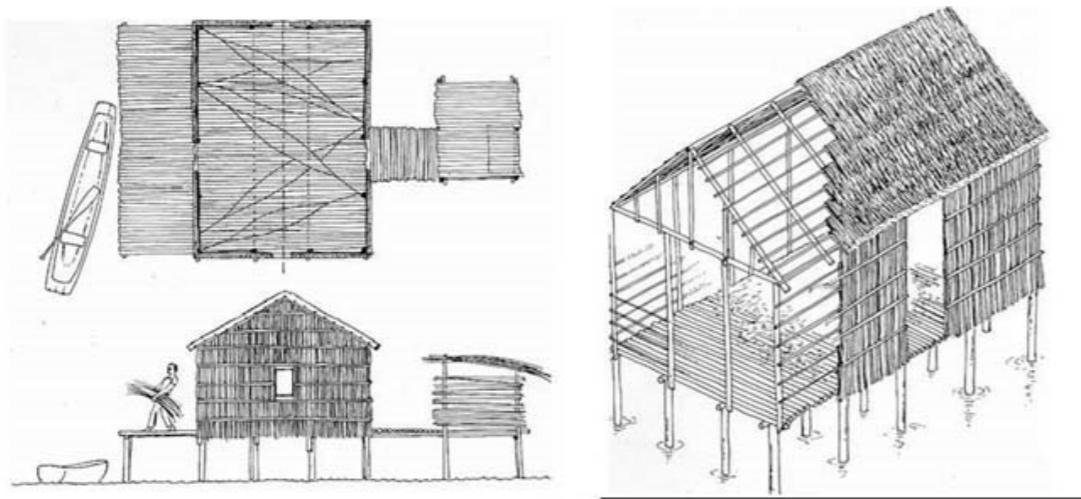
Este discurso ético interpela desde el sentido común. Esto es, incluir en lo que desde la ilustración denominan lo genéricamente humano, la visión desde la feminidad, ya que solapadamente se supone ser tomada en cuenta, pero no aparece como sujeto en decisiones y posiciones de la vida pública. Hoy, la mujer sigue siendo tratada como objeto ante el “sujeto masculino”, es gracias a la voz y la acción de diversos colectivos que situación continua revirtiéndose. No se busca reivindicar, ya que nunca han sido tomado en cuenta, se busca es vindicar el derecho de actuar como sujeto desde lo que realmente sea genéricamente humano.

Algunas expresiones arquitectónicas contemporánea para un cambio en la condición humana

Después de estas cuatro posiciones esclarecedoras que subyacen en la racionalidad contemporánea, que buscan las razones en un ser sabio, consciente de su individualidad, colectividad, complejidad e igualdad de los derechos del hombre y la mujer, se ha indagado en arquitecturas que desde su concepción, proceso y ejecución, evidencian estas perspectivas para un cambio en la condición humana.

La primera arquitectura, no corresponde a esta contemporaneidad, pero que desde la integración de los elementos constructivos con el medio y la cultura logra construir una atmósfera que conjuga las cuatro posiciones antes mencionadas y de las que corresponde aprender y aprehender. Los palafitos (ver figura 4), construcciones primigenias que ocuparon los espacios de la cuenca del Lago de Maracaibo. Gracias a sus materiales constructivos, se comporta como un tamiz, que no es sólo climático, sino también experiencial, creando una atmósfera vibrante en penumbra texturada por la luz y la sombra, permitiendo entrever constantemente el movimiento del agua y destellos provocados por la superficie reflexiva de la misma, efectuando pautas sincronizadas con el desplazamiento natural del agua, entre acentos de luz y sombras. En simultaneidad se puede sentir la brisa filtrada del aire a través de los intersticios entre las barras de caña. Todos estos atributos crean un medio en donde se logra habitar en penumbra texturada las condiciones de impermanencia del agua y los efectos que este provoca con los cambios atmosféricos. Es entonces que estando dentro, también se percibe con mayor dramatismo lo que significa pertenecer a una cultura que deviene del agua. Lo que constituye una arquitectura derivada de la cosmovisión de esa cultura.

Figura 4 - Palaflito tipo básico. Fuente: Gasparini y Margolies. 1986



En la *Escuela Nueva Esperanza de Al bordE Arquitectos* (ver figura 5), se evidencian desde su arquitectura y su diálogo con la comunidad y el contexto geográfico en el que se emplaza una perspectiva que va dirigida hacia la vida buena y hacia una vida de calidad, construida y apreciada por sus propios habitantes desde una razón cordial.



Figura 5 - Escuela Nueva Esperanza. Fuente: <http://www.albordearq.com/cgi/wd/?pg=21>

Las casas de *Alberto Campo Baeza*, *Casa Gaspar*, *Casa Guerrero*, *Casa de Blas* (ver figura 6) y el *preescolar para la Bennetton*, entre otros tantos proyectos, hacen patente la conjugación dentro de la racionalidad constructiva del espacio, y el efecto sublimemente poético de los materiales con los que trabaja: la luz y la gravedad. Concepción espacial que genera poesía, que transcribe en el texto titulado, "Mi casa en el verano es una sombra", comenzado de la siguiente manera "Mi casa en el verano es una sombra, entre cuatro paredes levantadas. Sombra que fuera de oscura es transparente de tan llena de la luz que allí se batalla..." (Campo Baeza, A., 1999:103).



Figura 6 - Casa Gaspar. Casa Guerrero. Casa Blas Fuente: Exposición Pensar con las Manos. LOS DIBUJOS DEL ARQUITECTO. Alberto Campo Baeza.

Peter Zumthor, a través de la reflexión realizada en su libro "Pensar la arquitectura" y de su obra arquitectónica (ver figura 7), expresa desde el pensamiento arquitectónico una conjugación de la "vida buena" y la "vida de calidad" que debe brindar la arquitectura en el tiempo y contexto en el cual se emplaza.

El acto creador en el que surge una obra arquitectónica trasciende todo saber histórico y técnico. La confrontación con las cuestiones de la época ocupa un lugar central. En el momento de su nacimiento, la arquitectura está vinculada con la actualidad de una forma especial. Refleja el espíritu de sus inventores y da sus propias respuestas a las preguntas de la época, a saber, por medio de la modalidad de su aparición y usó así como de su relación con otras arquitecturas y con el lugar donde se yergue. (ZUMTHOR, P., 2004:22-23)



Figura 7 - Obra de Peter Zumthor: Termas de Vals y Capilla Brother Klaus. Fuente: <http://www.plataformaarquitectura.cl/2009/04/13/obra-de-peter-zumthor/>

Meti-handmade School en Rudrapur (ver figura 8), Bangladesh, proyectado por *Anna Heringer*, es una conjugación armónica de la complejidad, la "vida buena", lo genéricamente humano para "una vida de calidad". Concilia comunidad, espacio arquitectónico, educación de vanguardia, contexto geográfico, histórico, participación, compromiso, compasión, belleza en una escuela para los que poseen menos recursos económicos, es entonces como *se construye lo mejor con la comunidad y no para la comunidad*.

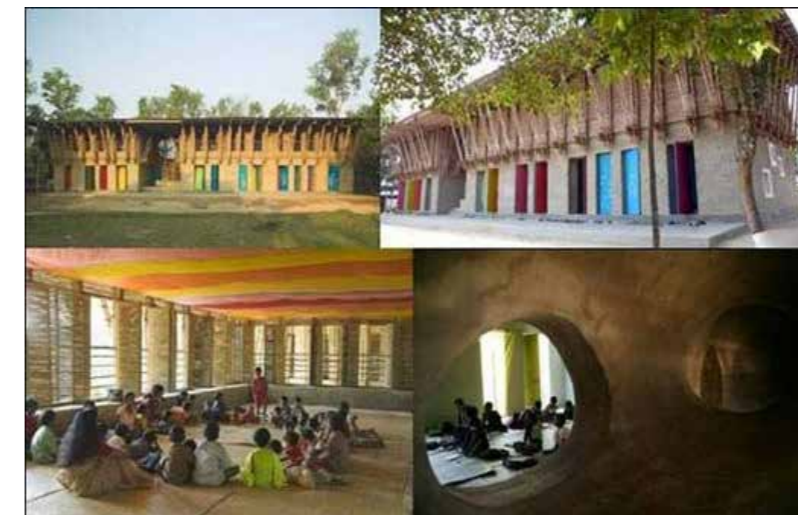


Figura 8 - Meti-handmade School en Rudrapur Fuente: <http://www.topboxdesign.com/meti-handmade-school-rudrapur-in-bangladesh/>

Otra demostración de estos principios éticos en la Escuela Primaria (ver figura 9) de Diébédo Francis Kéré, ubicada en Gando, Burjina Faso, en la cual con barro, cabillas, y concreto un grupo de la población que ha sido emporado, genera una arquitectura que exalta el espíritu del ser que habita en su interior, a través del ingenio, la pureza con la que se trabaja el material y lo ligado de la construcción a su territorio y la cultura



Figura 9 - Escuela Primaria en Gando. Fuente: http://www.akdn.org/akaa_award9_awards_detail2.asp.

Elizabeth Diller y Ricardo Scofidio, conjugan complejidad con una igualdad entre géneros, esqueleto común, tecnología, levedad e indeterminación (ver figura 10), que hacen de este pabellón un objeto que manifiesta lo genéricamente humano derrumbando barreras y permeando límites.



Figura 10 - Blur Building. Esqueleto e indeterminación. Fuente: <http://en.urbarama.com/project/blur-building>. © Beat Widmer [tbc]

Carla Juaçaba y Bia Lessa concientizan la idea de temporalidad y aprovechamiento para potenciar las cualidades de una arquitectura temporal, su utilidad, temática abordada y sitio donde se emplaza. "El espacio es en sí la exposición" y además lugar de contemplación de un contexto privilegiado, esto materializado a través de andamios que se encontraba en el lugar (ver figura 11)

En estos espacios de diferentes tamaños y funciones se debían explicar los problemas contemporáneos relacionados con la vida humana y las actividades que transformaron radicalmente nuestro planeta desde la revolución industrial hasta hoy - (Antropoceno), todas las cuestiones enviadas a la Reflexión de Río +20 y unirse a estos contenidos, sobre cómo Brasil podría contribuir a una acción

unida a la reflexión. (Juaçaba y Lessa: 2012)

Arquitectura que se abre a las posibilidades que ofrece el lugar y a las condiciones contemporáneas que se erigen como andamiaje que soporta postulados para la contribución de un bien planetario surgidos desde un país latinoamericano.



Figura 11 - Humanidade. Copacabana. Carla Juaçaba y Bia Lessa. Fuente: <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/02-325816/pavilhao-humanidade-2012-carla-juacaba-bia-lessa>

Hacia una Arquitectura buena

Inscritos en un ámbito contemporáneo donde la Condición Humana, nos ha conducido hacia una condición póstuma, movida por dinámicas que pertenecen al régimen de lo leve, a la arquitectura le corresponde operar desde fuerzas que relacionen, medien e intercedan. A los arquitectos les corresponden comprender a la arquitectura como verbo que se gesta desde un contexto con texto que se dirige hacia él, comprendiendo que el ser es en el mundo que habita y hace mundo al habitar.

Trabajar el discurso ético desde su concepción originaria produjo su bifurcación en tres vertientes que inundan múltiples, plurales y diversas prácticas de la arquitectura. Estas tres vertientes en la arquitectura de hoy, que se han tratado de plantear desde una perspectiva ética, revelan que a partir de la creación arquitectónica, los emplazamientos y desplazamientos del arquitecto (formas, costumbres, visiones, su invención), conducen a generar un hábitat que le transfieren al SER un sentido acorde o alejado de valores que buscan la cordialidad, solidaridad, compasión, equidad, justicia, estima, vindicación.

Tres vertientes que culminan en cuatro cauces discursivos de los dominios éticos de hoy, involucrados tácitamente las dinámicas contemporáneas. El primero nos conduce desde una inversión en el orden de las palabras evidenciar que el bien común es bien propio. El segundo abre camino hacia la cordialidad y compasión como columna vertebral de los fines éticos. El tercero desde una complejidad ecológica muestra las incertidumbres de las acciones éticas. Y el cuarto denuncia que hasta ahora lo genéricamente humano se ha tratado como condición masculina y anuncia desde una feminidad radical la vindicación de los derechos de la mujer dentro de lo genéricamente humano

Es entonces que puede afirmarse que la búsqueda de una buena práctica arquitectónica

contemporánea, corresponde dirigirla hacia una arquitectura que éticamente sea más justa y equitativa, abogue por la "vida buena"; indague en las formas de complejidad humanas referente al hábitat, insista en lo genéricamente humano desde la perspectiva de Simone de Beauvoir, traída a la contemporaneidad por Celia Amorós e incursione en todas las dimensiones racionales y emocionales, integrando cordialidad y compasión con virtudes que compartan con una ética para la razón cordial.

En definitiva una arquitectura que se enfoque por brindar a sus habitantes «una vida de calidad». Una arquitectura que concilie los valores la «buena arquitectura», aquella que impacta desde su construcción, experiencia y pura visualidad como algo estéticamente bello que se erige dentro y fuera de la ciudad, con valores de la complejidad, bien común, la cordialidad y la vindicación para trasformarla es una «arquitectura buena»

Referencias

- AGAMBEN, Giorgio. *¿Qué es lo contemporáneo?*. <https://ia601608.us.archive.org/8/items/agamben-que-es-lo-contemporaneo/agamben-que-es-lo-contemporaneo.pdf>. 2008.
- ALGUACIL, Julio. *Calidad de vida y praxis urbana*. Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas y Siglo XXI. 2000 <http://habitat.aq.upm.es/cvpu/>. 08/05/2018
- ALLEN, Stan. *From object to field*. Architectural Design. Vol.67. Nº.5/6. May/June. 1997.
- AMORÓS, Celia. 2011. *Celia Amorós: El Feminismo de la Igualdad*. Serie: Pienso, luego existo. Documentales de La 2. Televisión Española. Madrid. España. <http://www.rtve.es/television/20111209/celia-amoros-feminismo-igualdad/480952.shtml>. 27/01/2013
- AMORÓS, Celia. *Dimensiones del poder en la teoría feminista*. Revista internacional de filosofía política. Nº 25, 2005, págs. 11-34
- ARAVENA, Alejandro. *Discurso enunciado en la entrega del Premio Pritzker*. 2016. <https://www.pritzkerprize.com/laureates/2016>
- ARENDT, Hannah. *La condición humana*. Editorial Paidós. Barcelona. 2009
- BASULTO, David. *Plagio en la Arquitectura*. Plataforma Arquitectura. <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/02-24208/plagio-en-la-arquitectura>. 02/06/2015
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidad líquida*. Editorial del Fondo de Cultura Económica. México D. F. 2004.
- CAMPO BAEZA, Alberto. 1999. *La Idea construida*. La arquitectura a la luz de las palabras. Universidad de Palermo. Argentina.
- CAMPS, Victoria. 2001. *Una vida de calidad: reflexiones sobre boética*. Editorial Crítica. Barcelona. España.
- CAMPS, Victoria. *De la buena vida, a la vida buena*. Conferencia de inauguración Cursos de Verano UNIA 2012 Sevilla. 2012. <http://blip.tv/universidad-internacional-de-andalucia/victoria-camps-de-la-buena-vida-a-la-vida-buena-inauguracion-cursos-de-verano-unia-2012-sevilla-6346695>. 26/01/2013
- COLOMINA, Beatriz. *Beatriz Colomina: "Los que peor escriben son los que más complican las cosas"*. El País semanal. Diario El País. Madrid. España. http://elpais.com/elpais/2013/01/23/eps/1358963588_565614.html. 27/01/2013
- COMTE-SPONVILLE, André. *Diccionario Filosófico*. Editorial Paidós. Serie Contextos. Barcelona. 2003.
- CORTINA, Adela. 2007. *Ethica cordis*. Isegoría. Revista de Filosofía, Moral y Política. Número 37. Junio-Diciembre. Instituto de Filosofía CSIC. Madrid. España. Pp 113-126
- DIEZ, Fernando. 1996. *Polémicas en la era del star-system*. Revista Summamas. Número 17. http://arquiciudad.comoj.com/Archivos.Net/Fase%20III/Arq_Contemp/Era_star_system.pdf. 26/01/2013
- FISCHER, Guillermo. *Plagio y Moral*. En Torre de Babel. Crítica de arquitectura y arquitectura crítica. 2010 <http://www.torredebabel.info/plagio-y-moral>. 10/05/2018
- GARCÉS, Marina. *Condición Póstuma*. En Futuros. Editorial Arquine. México D. F. 2017.
- GARCÉS, Marina. *Filosofía Inacabada*. Editorial Galaxia Gutemberg. 2015.
- IZUZQUIZA, Ignacio. *Filosofía del presente*. Una teoría de nuestro tiempo. Alianza ensayo. Editorial Alianza. Madrid. 2003.
- JIMENEZ, Carlos. *Calidad de vida*. En Ciudades para un Futuro más Sostenible. 2007. <http://habitat.aq.upm.es/temas/a-calidad-de-vida.html>. 10/05/018
- JUAÇABA, Carla y LESSA, Bia. *Memoria del pabellón Humanidad*. En Plataforma Arquitectura. 2012. <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/02-325816/pavilhao-humanidade-2012-carla-juacaba-bia-lessa>
- LIPOVETSKY, Gilles. *De la Ligereza*. Editorial Anagrama. Barcelona. 2016.
- LYOTARD, Jean-François. *LA condición posmoderna*. Editorial cátedra. 2000.
- MARTÍNEZ, Gerardo. *Académico Núñez Arancibia confiesa sus plagios*. Diario el Universal. 2015. <http://www.eluniversal.com.mx/articulo/cultura/letras/2015/08/4/academico-nunez-arancibia-confiesa-sus-plagios>. 19/09/2015
- MORIN, Edgar. 2009. *El método 6. Ética*. Editorial Cátedra. Madrid. España.
- MORIN, Edgar. *El elogio de la Metamorfosis*. Tribuna la cuarta página. Diario El País. Madrid. 2010. https://elpais.com/diario/2010/01/17/opinion/1263682813_850215.html. 13/05/2018
- PALLASMAA, Juhani. *Una arquitectura para la humildad*. Colección la cimbra 8. Editorial Fundación caja de arquitectos. Barcelona. 2010.
- POLO, Leonardo. *La vida buena y la buena vida: una confusión posible*. La persona humana y su crecimiento. Ediciones Rial pp. 161-196. Madrid. España. 1996. http://www.iterhominis.com/03_Polo/01_Livros/PHC/PHC_08.htm. 26/01/2013
- ROMBACH, Heinrich. *El presente de la Filosofía*. Editorial Herder. 2007.
- SAVATER, Fernando. *Ética de urgencia*. Editorial Ariel. Caracas. 2012.

UNESCO. *Decisions Adopted at The 28th Session of The World Heritage Committee* (Suzhou, 2004). World Heritage. 28 COM. 2004. unesdoc.unesco.org/images/0024/002444/244437e.pdf. 12/05/2018

VIRILIO, Paul. *Un paisaje de acontecimientos*. Editorial Paidós. 1998.

WAGENSBERG, Jorge. *El pensador intruso*. Editorial Tusquets. 2014.

ZIZEK, Slavoj. *Acontecimiento*. Editorial Sexto Piso. 2016.

ZUMTHOR, Peter. 2004. *Pensar la arquitectura*. Colección Arquitectura ConTextos. Editorial Gustavo Gili. Barcelona.

APROXIMAÇÕES ENTRE ARQUITETURA, URBANISMO E MOVIMENTAÇÕES SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS: debates necessários

Daniel Marostegan Carneiro¹

Resumo

O artigo propõe uma aproximação aos debates acerca dos dilemas éticos contemporâneos em torno dos temas da democracia e do direito à cidade no Brasil. Tangencia reflexões mais amplas sobre a deterioração das instituições democráticas, e da própria noção de direitos, no atual estágio do capitalismo global e do espraiamento das políticas neoliberais. Concentra-se na composição e desenvolvimento de um campo progressista em arquitetura e urbanismo no Brasil, na tentativa de explicitar alguns paradoxos em que tal campo está inserido atualmente. Valendo-se de breves panoramas históricos sobre a produção desigual das cidades e os movimentos democráticos no âmbito de arquitetura e urbanismo no país, e de algumas reflexões recentes acerca das eclosões e rearranjos que se materializaram nas insurgências conhecidas como “jornadas de junho”, bem como dos atravessamentos tecnológicos contemporâneos, o artigo propõe articular esses fragmentos a partir das questões: a arquitetura é ética? e, a arquitetura é democrática?

Palavras-chave: arquitetura ética, arquitetura democrática, cidade desigual, cidade democrática.

Abstract

The article proposes an approach to the debates about the contemporary ethical dilemmas around the issues of democracy and the right to the city in Brazil. It connects broader reflections on the deterioration of democratic institutions - and the very notion of rights - in the current stage of global capitalism and the spread of neoliberal policies. It concentrates on the composition and development of a progressive field in architecture and urbanism in Brazil, in an attempt to make explicit some paradoxes in which such field is currently inserted. The article is anchored in brief historical overviews on both the unequal production of the cities and the democratic movements that cross the field of architecture and urbanism in the country. Based on some recent reflections on the outbreaks and rearrangements that materialized in the insurgencies known as “jornadas de julho” as of the contemporary technological breakthroughs, the article proposes to articulate these fragments from the questions: is architecture ethical? And, is architecture democratic?

Keywords: ethical architecture, democratic architecture, unequal city, democratic city.

Apresentação

O presente artigo deve ser entendido como uma aproximação preliminar aos debates acerca dos dilemas éticos contemporâneos em torno dos temas da democracia e do direito à cidade no Brasil. Assim, tangencia necessariamente reflexões mais amplas sobre a deterioração que as instituições democráticas e a própria noção de direitos civis vêm sofrendo nas últimas décadas, no âmbito do atual estágio do capitalismo global e do espraiamento das políticas neoliberais. Dentre os diversos aspectos que valeriam ser perscrutados, optamos por nos concentrar na composição e desenvolvimento de um campo progressista em arquitetura e urbanismo no Brasil, na tentativa de explicitar alguns paradoxos em que tal campo está inserido atualmente.

O entendimento expresso aqui é que discutir o tema “A Arquitetura (é) ética?” passa necessariamente pela abordagem de um conjunto de questões que se relacionam entre si: o paradoxo da função social inata – mas muitas vezes negada - da arquitetura e da cidade, a conformação predominantemente elitista do referido campo profissional, a prevalência dos saberes teóricos sobre os saberes práticos, assim como a visão positivista predominante na formação profissional na área. Tais questões trazem ao foco dos debates as relações entre arquitetura e democracia, sugerindo muitas outras questões: com quem? para quem? de que forma? com que objetivo se faz arquitetura? A partir dessa complexidade é que se estrutura a abordagem aqui apresentada, numa articulação entre as questões: a arquitetura é ética? e, a arquitetura é democrática?

Para tanto, o texto lança mão da recomposição de um breve panorama histórico sobre a consolidação urbana no país, evidenciando a produção de diferentes níveis de acesso aos espaços urbanos “qualificados” que se configuram como características fundadoras das *cidades pouco democráticas* que se edificam no Brasil. Em seguida retoma os esforços históricos de diferentes agentes e que podem ser entendidos como *movimentos democráticos no âmbito da arquitetura e urbanismo no Brasil*, que acabam por contribuir na consolidação de um campo progressista em arquitetura e urbanismo e de uma área de atuação que se convencionou chamar de “arquitetura e urbanismo de interesse social”.

Na sequência apresentamos as *eclosões e rearranjos contemporâneos* que ocorrem em diferentes cantos do mundo e que se materializam no Brasil em junho de 2013, nas insurgências conhecidas como “jornadas de junho”, manifestações de massa que apresentam uma profusão de pautas difusas, entre as quais se evidenciam aquelas relacionadas ao direito à cidade de forma ampla, e em especial ao direito à mobilidade urbana. Traremos ainda os *atravessamentos tecnológicos e as disputas democráticas* que reúnem uma diversidade de transformações sociais e culturais, perceptíveis principalmente na juventude, e que se relacionam a diferentes inovações tecnológicas que acabam por amplificar, transformar e criar novas perspectivas de organização, de atuação, de articulação e de protesto em detrimento dos modelos tradicionais utilizados pelos movimentos populares desde ao menos os meados do século passado.

Por fim, nas considerações finais, pretendemos trazer algumas sínteses e aproximações sobre o atual contexto progressista em arquitetura e urbanismo no Brasil, seus dilemas e a necessidade de realização de debates caros à atual juventude e que ainda são muito incipientes nas escolas de arquitetura e urbanismo, nos órgãos de classe e nas articulações sociais dos setores urbanos brasileiros.

¹ Arquiteto e Urbanista pela Universidade de São Paulo (EESC-USP 2001), com mestrado pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos na área de Concentração em Metodologia de Ensino (PPGE-UFSCar 2008). Atualmente cursa o doutorado em Arquitetura e Urbanismo no PPGAUFBA na área de Urbanismo. E-mail: daniel@teia.org.br

Breve contexto: cidades pouco democráticas

As condições estruturais e históricas em que a sociedade brasileira vem se desenvolvendo apontam para grandes desafios no que se refere às pautas democráticas, que se refletem em diferentes aspectos da atual lógica urbana em curso, e se relacionam com as condições reais da prática de arquitetura e urbanismo no Brasil, incidindo diretamente sobre as possibilidades de acesso à arquitetura e ao urbanismo por grande parte da população brasileira.

Perscrutar os desafios democráticos nas nossas cidades passa por analisar a precariedade das condições habitacionais e dos espaços urbanos em que habita a população pobre, o que tem sido tema de inúmeros estudos no meio crítico acadêmico brasileiro, desde pelo menos os anos 1970. Existem muitas pesquisas e publicações que apresentam um grande universo de dados quantitativos e qualitativos demonstrando, comprovando e problematizando tais condições², a partir das quais pode-se considerar que boa parte do espaço urbano é ocupado em função do acesso à propriedade e das condições de renda das classes sociais, cabendo aos mais pobres os espaços mais precários e menos valorizados (SANTOS, 1998, 2005, 2008; OLIVEIRA, 1982; MARICATO, 1979, 1996; VILLAÇA, 2001). Tais pesquisas apontam, de modo geral, dois principais fatores que implicaram nessas precariedades, seja do ponto de vista das condições de habitabilidade físicas, seja do ponto de vista da inserção urbana³: o crescimento urbano acelerado e desordenado, com grande fluxo de migração da população rural para as cidades num período de tempo relativamente curto, o que vai ocorrer no Brasil nas primeiras décadas do século XX, sobretudo com o início da industrialização, e o acesso à propriedade privada, normatizada como mercadoria desde a promulgação da lei das terras nos meados do século XIX. Nesse processo, a inserção na cidade das populações pobres, que não possuem recursos para adquirir terras e moradias dignas, as leva a adaptar-se a espaços e condições a que conseguem ter acesso, já que tem grandes dificuldades de se localizar e usufruir das regiões urbanas melhor estruturadas (VILLAÇA, 2001).

Nesse contexto, a desigualdade se apresenta explicitamente nas diferenças tipológicas - tanto habitacionais quanto urbanas - nas cidades brasileiras, nas quais verifica-se que grande parte das habitações (e muitas vezes do próprio espaço urbano) em que moram os pobres foram e vêm sendo produzidos diretamente pelos seus usuários em processos de autoconstrução, na maioria das vezes com pouco ou nenhum suporte técnico especializado (SAMPAIO e LEMOS, 1978; MARICATO, 1979; SANTOS, 1982). Tal ausência é justificada pela falta de renda suficiente para a contratação de serviços especializados, o que, articulado à insuficiência de políticas públicas habitacionais e urbanas para essa demanda⁴, contribui para a produção continuada de moradias e

2 Sobre essas abordagens ver: Oliveira (1972), Sampaio e Lemos (1978); Kowarick (1979); Bonduki e Rolnik (1979); Maricato (1979); Valladares (1980, 1982), Santos (1981; 1982).

3 Quando utilizo o termo precariedades para qualificar os espaços urbanos e habitacionais, me refiro à ausência total ou parcial de infraestruturas que são consideradas básicas para uma vida digna na cidade. No espaço urbano: rede de esgotamento sanitário, redes de abastecimento de água e energia elétrica, sistema viário pavimentado, iluminação pública, boas condições de acesso à regiões comerciais e equipamentos públicos locais e urbanos. No espaço habitacional: tamanho e quantidade de cômodos, instalações hidráulicas, elétricas e de esgoto, condições de ventilação e iluminação naturais, condições estruturais, de cobertura e de acabamento das moradias. Essas condicionantes físicas básicas só contemplam efetiva qualidade de moradia na cidade quando se somam às boas condições de inserção urbana, que possibilitem o usufruto coletivo dos espaços e atrativos urbanos.

4 Os recursos públicos investidos em políticas habitacionais e urbanas, ao longo dos anos, têm sido direcionados, prioritariamente, para produção de novas unidades habitacionais e, sobretudo, para rendas mais solváveis para os financiamentos. Um exemplo disso é o Banco Nacional de Habitação (BNH) que, entre 1964 e 1989 construiu cerca 4,3 milhões de unidades habitacionais para camadas acima de 2 salários mínimos e obrigatoriamente celetistas.

espaços urbanos que, muitas vezes, não atingem condições mínimas de habitabilidade.

Quanto ao universo de precarização que envolve os espaços de moradia dos pobres na cidade, aqui focado, vale ressaltar que é nas grandes concentrações metropolitanas, sobretudo nas capitais, que se dá a maior concentração de espaços precários em que habitam as populações pobres, ainda que essa lógica se reproduza com o processo mais recente de crescimento das cidades médias.

Nas grandes cidades brasileiras, altamente segregadoras da pobreza, a maioria de seus habitantes estão excluídos dos benefícios urbanos. Estima-se que, nas grandes cidades-capitais, entre 20% e 60% da população esteja morando em áreas de favelas, vilas, cortiços e outros tipos de habitação precária e informal, variando conforme a região do país, com maiores índices nas regiões Nordeste e Norte. (GORDILHO-SOUZA, 2014:4)

O alto índice de condições precárias do ponto de vista habitacional e urbano existente nas cidades tensiona as próprias categorias classificatórias consagradas, tais como formal-informal, centro-periferia, legal-ilegal, entre outros: em tão significativa proporção, estas não são, senão, partes integrantes de um mesmo modelo de urbanização que está em construção no Brasil, sendo sua coexistência, portanto, pressuposto do modelo e parte fundamental de sua forma de replicação (ROSA, 2014).

As regiões de maiores precariedades habitacionais e urbanas, relacionadas diretamente com as condições socioeconômicas de seus habitantes, convivem com regiões bem mais estruturadas do ponto de vista habitacional e urbano. Essa convivência, longe de ser pacífica, compõe a espacialização das desigualdades urbanas, que consolidam segregações espaciais, definindo regiões destinadas ao uso de determinados grupos sociais e excluindo do uso destas regiões outros grupos (SANTOS, 1998, 2008; VILLAÇA, 2001). Os espaços da cidade muitas vezes são privatizados, ruas e até bairros inteiros são fechados atravancando as condições de mobilidade e de fruição dos diversos espaços urbanos, o que implica no cerceamento de direitos aos moradores cidade.

E o direito aos espaços públicos, típicos da vida urbana tradicional? Hoje, os espaços públicos (praias, montanhas, calçadas etc) foram impunemente privatizados.

Temos de comprar ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os playgrounds ou ainda, mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessários à sua proteção. O lazer na cidade se torna igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais. (SANTOS, 1998:48)

As condições de vida das populações pobres na cidade se agravam, já que, além de ocupar regiões urbanas precárias em moradias na maioria das vezes muito pequenas ou que não atendem às suas necessidades, não conseguem acessar livremente parte da infraestrutura urbana que deveria ser pública, de livre usufruto para todos, o que torna o circuito de espaços que podem usufruir na cidade bastante reduzido e na maior parte das vezes composto por espaços pouco infraestruturados.

No contexto atual, aquilo que seria benefício e usufruto de todos, como bem público, transfere-se para o escopo das “parcerias público-privadas”, nas quais os interesses

privados influem diretamente nos rumos da produção e dos usos dos espaços públicos, tendência que fortalece a concentração de renda e amplifica as condições de segregação espaciais já existentes.

Tais articulações são implementadas pelos novos arranjos público-privados, que repassam para as grandes corporações nacionais não apenas as definições dos projetos, mas a produção desses equipamentos urbanos e bens públicos (...) bem como o papel de gestão do equipamento, sem a destituição da propriedade pública. Não sendo, assim, definidos os novos conteúdos de espaços urbanos, que, crescentemente privatizados, transformam o sentido de “uso público” em “coletivo privado”. (GORDILHO-SOUZA, 2014:20)

Enquanto as cidades contemporâneas vão se construindo na reprodução dessa tensão complexa entre a acumulação concentrada e a manutenção dos espaços precários dos pobres, sob a égide das “parcerias público-privadas”, as definições em relação aos espaços urbanos que devem receber investimentos e sofrer intervenções são direcionadas pelos interesses de grupos e corporações que objetivam lucros, de modo que aos habitantes dos espaços precários, direciona-se pouca ou nenhuma atenção, e ainda, quando ela existe, ou significa a desocupação violenta de áreas valorizadas, ou intervenções pontuais e na maioria das vezes insuficientes.

Como fica claro nessa rápida contextualização, as condições estruturais e históricas em que se desenvolveram as cidades brasileiras, têm como resultado cidades absolutamente desiguais no que diz respeito à qualidade e acesso aos espaços que as compõem, caracterizando-as, portanto, como cidades pouco democráticas e que contém enormes desafios para o campo da arquitetura e do urbanismo.

Movimentos democráticos no âmbito da arquitetura e urbanismo no Brasil

Como contraponto a esse processo, podemos levantar as poucas, mas significativas, conquistas históricas realizadas até hoje, no Brasil, no sentido da garantia do “direito à cidade”, que podem ser considerados avanços democráticos e que apontam para mobilizações coletivas, envolvendo movimentos sociais dos quais participaram diferentes segmentos da sociedade - Movimento pela Reforma Urbana, Movimento dos Sem Teto, Movimentos de Moradia, para citar alguns -, que lograram alguns avanços institucionais, como a aprovação de leis federais como o Estatuto da Cidade e a Lei das Assistências Técnicas, que, embora possam ser consideradas importantes conquistas legais, ainda carecem de regulamentação e até o momento pouco impactaram o desenvolvimento urbano real (MARICATO, 2011; OSORIO, 2002).

Frente à complexa realidade introduzida panoramicamente na seção anterior, de cidades com amplas ocupações urbanas precárias e a partir dos desdobramentos trazidos pelas mobilizações sociais em torno das questões urbanas e habitacionais no país, um conjunto de experiências individuais e coletivas se desenvolveu a partir de meados do século passado, as quais se apresentam, ainda hoje, como alternativas de atuação para aquilo que se convencionou chamar de arquitetura e urbanismo de interesse social⁵.

⁵ A concepção de arquitetura e urbanismo de interesse social é aqui entendida como campo que vai se constituir a partir dos projetos e intervenções urbanas destinadas à população pobre e às regiões da cidade em que ela habita, sobretudo a partir dos anos 1960, consolidando-se nos anos 1990 e vindo a se configurar como um setor da atuação profissional com legislação, políticas públicas e formas de financiamento próprios. Para um panorama historiográfico dessa atuação ver: PULHEZ e ROSA (2016),

A necessidade de realizar intervenções urbanísticas e habitacionais nas áreas de moradia da população pobre da cidade, acaba sendo reconhecida como política pública a partir do crescimento das demandas da população e dos próprios assentamentos, em um contexto histórico em que predomina a postura de erradicação de favelas e assentamentos precários. Desde as primeiras ações estatais frente à questão habitacional no país, na década de 1940, estas vão se caracterizar prioritariamente pela construção de novos conjuntos habitacionais, com moradias padronizadas, então voltadas para a emergente classe de trabalhadores institucionalizados por categorias profissionais. Essa postura ganha fôlego e se torna o modo prioritário de intervir junto às camadas populares e seus espaços de moradia no período subsequente, com a criação da Fundação da Casa Popular, que propõe a existência de fundos federais específicos para a ampliação do crédito imobiliário, proposta que entretanto atingiu resultados pouco significativos (BONDUKI, 1998). A tal *modus operandi* se associa a implementação e consolidação das práticas remocionistas direcionadas ao “problema da favela” (VALLADARES, 2005; PULHEZ, 2007; ROSA, 2009).

É apenas a partir da década de 1960, período de emersão de movimentos sociais e urbanos no país, que ocorrem as primeiras intervenções urbanísticas que vão caminhar no sentido de entender as regiões consideradas precárias como viáveis de intervenção e constituição do espaço urbano. Nesse período, destacam-se as intervenções do SERFHA - Serviço Especial de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas no Rio de Janeiro, ou, em outro contexto, mais ligado à mobilização social, do MUD - Movimento Universitário de Desfavelamento, em São Paulo, que irão atuar em projetos de remoção e assessoria à população favelada (PULHEZ, 2007). Em 1968, com a criação da CODESCO - Companhia de Desenvolvimento de Comunidades no Rio de Janeiro, são implementadas as primeiras propostas institucionais para a participação popular na urbanização de favelas, experiência que tem a urbanização da Favela Brás de Pina como a mais emblemática, sobretudo pela perspectiva de assessoramento técnico às populações na produção do espaço urbano e habitacional que tal experiência introduz de maneira mais sistemática no país (SANTOS, 1981).

Estas experiências, que se dão entre diversas outras nos anos 60⁶, trazem à tona uma gama de pautas que passam a ser inseridas dentro do campo da arquitetura e urbanismo no Brasil, tais como: o desenvolvimento de processos e metodologias de participação popular na elaboração de projetos arquitetônicos e urbanos, a maior aproximação entre saberes populares e saberes técnicos, o desenvolvimento de práticas engajadas com a deselitização do campo profissional, o surgimento do papel de assessoria técnica popular como ação de democratização do acesso aos conhecimentos técnicos envolvidos na produção dos espaços habitacionais e urbanos.

Salienta-se ainda a atuação, nesse período, dos movimentos sociais pelas reformas de base, nas quais situam-se as discussões em torno da habitação e da problemática urbana, que contribuíram na realização do Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU), promovido em 1963 pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), onde foram discutidas propostas para novas políticas habitacionais e urbanas (BONDUKI E KOURY, 2010). Tal seminário reforça esse momento em que as discussões no campo da arquitetura e do urbanismo apontam para a perspectiva transformadora da realidade das cidades e da sociedade brasileira, no sentido do avanço e democratização do

PULHEZ 2007, entre outros.

⁶ Vale destacar, nesse período, a experiência do arquiteto Acácio Gil Borsoi, no Recife – PE, quando estava na direção da Liga Social Contra o Mocambo, com o desenvolvimento do projeto para Cajueiro Sêco que envolveu a discussão de pré-fabricação com tecnologias tradicionais para a produção de habitações sociais acessíveis e autoproduzidas. Sobre tal experiência ver DE SOUZA (2009).

campo profissional.

Entretanto, esse movimento em prol de mudanças sociais sofrerá um hiato com o recrudescimento da repressão política a partir da instauração da ditadura militar, afetando aqueles nascentes instrumentos democráticos que viabilizavam processos de participação popular e urbanização de favelas, que são abruptamente interrompidos. A ampliação periférica da pobreza se dá de modo exponencial nesse período e os movimentos sociais urbanos voltam a se fortalecer apenas no contexto da redemocratização, principalmente a partir da segunda metade da década de 70.

Nesse momento, pautas que surgiram no período anterior dentro dos debates das reformas de base e do SHRU, voltam a ganhar força e se canalizam na estruturação do movimento pela reforma urbana, que reúne diversos setores progressistas interessados na pauta do desenvolvimento urbano. Já 1975, em Porto Alegre, o Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul propõe o programa de assistência técnica à moradia econômica (ATME), experiência que vai inspirar mais tarde a formulação da lei das assistências técnicas.

No que tange às questões habitacionais e urbanas, é a partir de meados da década de 80 que, a partir dessa renovada mobilização social no contexto urbano, vão emergir iniciativas ligadas às universidades - os laboratórios de habitação - que vão atuar como assistência técnica junto à população habitante de regiões precárias, trazendo para a pauta, novamente, a participação popular na elaboração - e agora também na execução - de projetos urbanísticos e habitacionais.

Se, por um lado, é no contexto de um certo relaxamento – ou escoamento – do torniquete militar que surgem os novos movimentos populares e, entre eles, um Movimento de Moradia numa cidade como São Paulo, por outro lado a possibilidade de uma presença mais ‘orgânica’ de técnicos junto a estes movimentos tem um momento significativo com a criação, em 1982, do Laboratório de Habitação da Escola de Belas Artes de São Paulo. (LOPES, 2011:51)

Os acúmulos ligados às experiências dos laboratórios de habitação, o fortalecimento dos movimentos sociais urbanos e do movimento pela reforma urbana, somados à primeira gestão do Partido dos Trabalhadores na prefeitura da cidade de São Paulo, reúnem as condições favoráveis para o que pode ser considerado o período mais fértil com relação à atuação e consolidação da prática de assistência técnica no país, a partir da constituição de organizações não governamentais que passaram a atuar como assessorias técnicas⁷ junto aos movimentos por moradia, na produção habitacional através do regime de mutirão autogestionário⁸. Essas experiências acabariam por reverberar em muitas outras cidades brasileiras, tendo proposições baseadas nas assessorias técnicas e mutirões autogestionários paulistanos sido implementadas em locais tão diversos como Fortaleza ou Belo Horizonte⁹, para citar algumas cidades onde esse desdobramento se deu.

7 Vale ressaltar aqui o conhecimento entre parte dos técnicos e lideranças populares envolvidas nesse processo em São Paulo das experiências das cooperativas de vivendas uruguaias e seus institutos de assessoria técnica, o que acaba exercendo influência nos modelos adotados e no imaginário autogestionário existente nesse momento.

8 Sobre a questão das assessorias técnicas e dos mutirões autogestionários, ver: Arantes (2002); Lopes (2011)

9 Sobre as experiências em São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza ver a pesquisa coordenada pela USINA – CTAH no escopo do PROGEST – Procedimentos Inovadores de Gestão da Produção Habitacional para População de Baixa Renda

Nesse contexto, se consolidam em São Paulo as assessorias técnicas aos movimentos de moradia, em uma conjuntura na qual arquitetos e urbanistas se posicionavam como atores importantes nos debates sobre a construção democrática, propondo novas formas de projeto e produção de moradia popular, a partir da aproximação entre “especialistas” e a população, experimentando metodologias e ampliando as perspectivas de atuação entre saberes técnicos e saberes populares. (ROSA, 2015, mimeo)

Salienta-se, na experiência das assessorias técnicas em São Paulo, uma gama considerável de inovações no que se refere ao enfrentamento da problemática habitacional, tais como: aproximação entre movimentos populares e técnicos¹⁰, o desenvolvimento de metodologias projetuais participativas, a gestão compartilhada da obra e a organização autogerida do canteiro dos mutirões, assim como a capacitação da mão de obra mutirante e a pesquisa e aplicação de materiais e tecnologias mais apropriados a tais processos. Ao fim da gestão de Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo, a política de incentivo aos mutirões diminui muito seu ímpeto e, na década seguinte, tem uma redução contínua, o que não impede sua disseminação no imaginário de profissionais e nas escolas espalhadas pelo país como perspectiva de atuação em arquitetura e urbanismo de interesse social, fazendo-se reverberar como influência de práticas, metodologias e forma de atuação para diferentes iniciativas posteriores em todo território nacional.

Será a partir da gestão do Partido dos Trabalhadores no governo federal, com a criação do Ministério das Cidades, em 2003, e do novo Sistema Nacional de Habitação e do Fundo Nacional de Habitação, que se renovarão as perspectivas em torno da atuação progressista em arquitetura e urbanismo, sobretudo com o desenvolvimento dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, os Planos Locais de Habitação de Interesse Social, entre outros planos setoriais, espalhados por todo o país, assim como a realização das rodadas de Conferências: Municipais, Estaduais e Nacionais das Cidades. Em 2008, amparada por uma ampla discussão nacional, é aprovada a Lei Federal 11.888 da Assistência Técnica Gratuita, que garante apoio técnico para habitação de interesse social. Embora aprovada com o propósito de disseminar a concepção de assistência técnica para a produção de moradias populares, tal lei ainda carece de regulamentação, já que não determina os fundos para sua aplicação (proposta contida no Projeto de Emenda Constitucional - PEC da moradia, que atualmente não tem previsão de votação).

Paradoxalmente, ainda em 2008 inicia-se uma significativa mudança na atuação do Ministério das Cidades e do governo federal em relação às políticas urbanas e habitacionais no país, com o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o qual flexibiliza diretrizes do próprio MCidades em relação à problemática da habitação de interesse social. O programa prevê a construção de unidades habitacionais pela iniciativa privada, a partir de financiamento público, e acaba se configurando como o retorno da produção massiva de habitações padronizadas, com muitas situações de baixa qualidade arquitetônica e urbanística. O PMCMV Entidades, que se colocava como uma alternativa direcionada a grupos organizados e que poderia fortalecer a ação das assistências técnicas, acabou se configurando como residual, atingindo menos de 3% do recurso destinado ao PMCMV¹¹.

10 Quanto a essa aproximação entre movimentos populares e saberes técnicos, vale ressaltar a atuação de algumas prefeituras municipais que tinham nesse período gestões progressistas e que se destacaram no sentido de desenvolver amplos processos de participação popular na gestão da cidade, como é o caso de Santo André e Porto Alegre.

11 Para uma abordagem crítica e aprofundada sobre o Programa Minha Casa Minha Vida ver, entre

O PMCMV vai significar, no quadro macro econômico mundial, o alinhamento do Brasil ao processo de financeirização da habitação, que já vinha se desenvolvendo em muitos outros países como parte da agenda das políticas neoliberais - dentre os quais se destaca as similaridades do caso brasileiro com as políticas habitacionais que foram desenvolvidas no Chile alguns anos antes (ROLNIK, 2015; SHIMBO, 2010). Esse alinhamento neoliberal será justificado internamente como uma fórmula de combate à crise econômica mundial que precionava o Brasil, e que teve sua origem no estouro da bolha imobiliária americana anos antes.

A produção de habitação de interesse social pelo mercado se espalha de forma desregulada por todo o país, com a produção de mais de 4 milhões de habitações pelo território nacional, o que acaba – em tão virtuosos números - se conformando como a principal marca das gestões do Partido dos Trabalhadores no governo federal, no que diz respeito ao impacto real no desenvolvimento urbano brasileiro. A profusão de novos conjuntos habitacionais com qualidade e inserção urbana no mínimo questionáveis, evidencia os limites do que se considerou “avanços” das novas políticas promovidas pelo Ministério das Cidades, já que num balanço crítico dos últimos 15 anos de desenvolvimento urbano parece bastante difícil identificar que em 2018 as cidades brasileiras estão melhores do que estavam em 2002.

Essa dura realidade, de poucos avanços no balanço do desenvolvimento urbano real durante o período de atuação do MCidades, tensiona as estratégias de institucionalização que parecem ter se configurado como confluências históricas das correntes políticas que compõe o que aqui denominamos campo progressista em arquitetura e urbanismo. As disputas encampadas por tal campo se caracterizaram, ao longo das últimas décadas, por iniciativas de consolidação de políticas públicas, e articulação de instituições democráticas que reunissem capacidades políticas e técnicas para lidar com a complexidade do fenômeno urbano brasileiro. O balanço crítico da experiência do MCidades parece desafiar a eficácia de tais confluências estratégicas, visto que o campo progressista mencionado se apresenta atualmente mais enfraquecido, mais fragmentado e menos propositivo em vista de cidades cada vez mais caóticas, desiguais e violentas.

Eclosões e rearranjos contemporâneos

Na tentativa de nos aproximarmos da complexidade dos dilemas contemporâneos, parece importante destacar aqui algumas intensas movimentações sociais que ocorreram na última década e que abalaram as estruturas políticas por onde ocorreram, proporcionando rearranjos importantes e indícios significativos que valem ser melhor perscrutados, e que impactam diretamente a atual conjuntura em que se insere a produção das cidades e a atuação dos arquitetos e urbanistas progressistas no Brasil.

O novo ciclo de crise econômica do capitalismo global que se inicia com o estouro da bolha imobiliária americana em 2007, apresenta reflexos em países da Europa e de outros continentes num rastro de escassez de crédito e desemprego, o que assombra a economia brasileira e gera a reação do governo local, que lança o PMCMV como uma estratégia de combate à crise. O espraiamento deste ciclo de crise impulsiona novos avanços das políticas neoliberais, que preconizam o corte dos gastos públicos, o arrojo fiscal e a diminuição das estruturas dos estados nacionais e por consequência dos direitos sociais.

outros, Shimbo (2010); Cardoso (2013); Santo Amore, Shimbo e Ruffino (2015).

É nesse contexto de crise cíclica que em 2011 ocorrem, em diferentes países, várias convulsões sociais que acabaram ganhando um caráter global - em seu conjunto essas eclosões vão ser conhecidas como “Ocupas”. Tais manifestações aparentemente apontam para uma conjunção de fatores em comum, tanto no que diz respeito às condições para sua eclosão em diferentes cantos do planeta, quanto pelo seu “modus operandi”.

No ano de 2011 ocorreu um fenômeno que há muito não se via: uma eclosão simultânea e contagiosa de movimentos sociais de protesto com reivindicações peculiares em cada região, mas com forma de luta muito assemelhadas e consciência de solidariedade mútua. Uma onda de mobilizações e protestos sociais tomou a dimensão de um movimento global. (CARNEIRO, 2012:7)

O que mais chama a atenção nessas manifestações são seu tamanho e seu caráter relativamente independente, já que não se ligam diretamente nem aos governos nem à oposição política dos países em que ocorrem, criando assim um espaço político novo que emerge sem avisos prévios e são estarecedores exatamente por isso, já que não podem ser rapidamente identificados, rotulados e anulados, como de maneira geral ocorreu com tantos outros protestos ao longo do tempo.

A consciência política rebelde, órfã dos aparatos e desconfiada da política institucional, emerge atualmente em manifestações de rebelião, muitas vezes espontâneas, em que até torcidas organizadas, como no Egito, cumprem um papel de vanguarda revolucionária. (CARNEIRO, 2012:13)

Esse espaço político novo, criado por estes protestos, são imediatamente assimilados pelas forças políticas existentes, interessadas em colher seus bônus, o que faz surgir uma diversidade de narrativas sobre os mesmos, narrativas em disputa na tentativa de “capturar” politicamente os dividendos gerados por tais eclosões.

Embora possamos considerar que os fatores motivadores mais amplos podem ser direcionados ao atual estágio do capitalismo global, com altos índices de desemprego e o ajuste fiscal das políticas neoliberais, como é apontado por vários autores, entendemos que existem indícios de outros fatores contemporâneos menos ligados a esse possível mote geral, que podem ser interpretados como atravessamentos tecnológicos, que emergem a partir da análise de suas formas de organização, de comunicação e de “viralização”. As possibilidades experimentadas pela juventude atualmente, no que toca ao acesso e disseminação tecnológica, e ao enorme banco de informações acessíveis pela internet é algo sem precedentes na história da humanidade, e nos parece estar completamente articulado com a forma como as ocupações se deram.

A gestão dos Ocupas - que ocorrem sem instituições, sem partidos, sem lideranças clássicas, a partir de um “igualitarismo democrático radical”, conforme definiu Peschanski (2010) - nos parece uma realidade menos alicerçada em processos de formação de quadros políticos, em referências históricas anteriores, ou ainda em leituras políticas aprofundadas, e mais nas formas práticas de diálogo e organização que a juventude experimenta em fóruns, chats instantâneos e postagens em espaços da internet, numa reprodução ficcional do que poderia ser uma arena pública em que todos tem direito a voz.

(...) Em todos os países houve uma mesma forma de ação: ocupações de praças, uso de redes de comunicação alternativas

e articulações políticas que recusavam o espaço institucional tradicional. (CARNEIRO, 2012:8)

A recusa aos espaços institucionais e a utilização de redes de comunicação alternativas nos parece apontar para as apropriações tecnológicas dessa geração, que tem acesso a meios de se informar e de se comunicar que nenhuma outra antes teve. De forma que essa pode ser uma questão chave para a compreensão dos protestos de 2011 e que os ligam aos protestos de 2013 no Brasil, apontando novas tendências para manifestações futuras.

Nesses termos, qualquer forma de análise que procure classificar e identificar tais protestos segundo as tradicionais categorias já existentes tem grande chance de sucumbir. “O único sentido em que os manifestantes são comunistas é o de se preocuparem com os bens comuns – da natureza, do conhecimento -, ameaçados pelo sistema.” (ZIZEK 2012, pg 17). As classificações políticas conhecidas como direita, centro e esquerda não são reivindicadas pelos manifestantes e provavelmente não possam ser aplicadas, a não ser com muitas ressalvas, de forma a praticamente descaracterizá-las.

Na tentativa de reunir alguma lógica ao conjunto dos protestos de 2011, no plano organizativo entendemos que se referem à novas formas de comunicação, de organização e de ativismo viral, que parecem corresponder diretamente ao acesso e apropriação tecnológica pela juventude; já no plano das pautas políticas se apresentam como uma demonstração difusa de insatisfação, que aponta para a crise das instituições em todos os níveis, abalando assim o disseminado conceito de democracia em que nos alicerçamos ao menos no último século.

Jornadas de 2013

Em muitos aspectos nos parece possível afirmar que as jornadas de 2013 no Brasil só foram possíveis porque existiram as eclosões de 2011 em vários cantos do mundo. A espontaneidade com que um estopim disparado pelo MPL – Movimento Passe Livre convulsionou em uma infinidade de pautas e grupos diferentes nas ruas de várias cidades brasileiras é algo inédito na história do país, principalmente se levarmos em conta que não havia, no início dos protestos, chamadas realizadas por nenhum dos setores políticos tradicionais brasileiros.

O que se viu foram diversas eclosões simultâneas e que não respondiam às estruturas conhecidas, chegando a tal vulto que o próprio MPL - que iniciou os protestos em função do aumento do preço da tarifa dos transportes coletivos em São Paulo – acabou negando a responsabilidade pela organização da imensa diversidade de protestos em todo o país, que ocorreram de forma autônoma e sem controle.

Como em 2011, a partir das jornadas de junho são muitas as narrativas que se apresentam em disputa, tentando dar coerência à difusão dos protestos e procurando capitalizar politicamente os mesmos. As formas de organização também se apresentam de forma diversa das tradicionais, e a profusão de pautas reivindicadas passam por muitas contradições e divergências.

Contra esse modelo baseado em estruturas verticais e centralizadas, movimentos como o Occupy e outros propõem formas horizontais de decisão, sem personificação de lideranças nem comando de partidos e comitês centrais. Esta foi também parte da “surpresa” das ruas: onde estão as bandeiras e os carros de som com os megafones?

Quem são os líderes? Quem manda? O apartidarismo ganhou sua versão fascista, antipartidária, quando militantes de partidos quiseram aderir às manifestações e foram espancados... pelos próprios manifestantes. (ROLNIK, 2013)

Novamente as instituições acabam sendo parte importante do foco das manifestações, que utilizam novos meios de comunicação e organização, a partir da apropriação e disseminação tecnológica que dá forma à novas práticas de protesto, que vão apontar, em seu conjunto, para a imensa crise institucional brasileira e uma espécie de ânsia por participação nas decisões que afetam a vida de todos.

A questão da representação não envolve apenas a crise dos partidos e da política e, portanto, a necessidade de uma reforma política, uma das principais agendas das ruas. Segundo Venício, “os jovens manifestantes se consideram ‘sem voz pública’, isto é, sem canais para se expressar”. Twitter, Facebook e as demais redes sociais, outros personagens dessa trama, não garantem a inclusão dos jovens – e de vários outros segmentos da população brasileira – na chamada “formação da opinião pública”, cujo monopólio é exercido pela grande mídia. (ROLNIK, 2013)

Nas jornadas de junho de 2013, as grandes emissoras de TV - em particular a rede Globo - foram alvos dos manifestantes, tendo parte de suas instalações e equipamentos quebrados pelos mesmos, num apontamento evidente de insatisfação com os conteúdos e versões apresentados na TV. Na sociedade do *podcast*¹² as versões disponíveis na internet são muitas, a possibilidade crítica de confrontar versões sobre os mesmos fatos enfraquece muito o poder de disseminação ideológica da mídia tradicional, que montou seu império informacional baseado na tecnologia do *broadcast*¹³, que perde espaço rapidamente nos dias de hoje.

Na atual conjuntura comunicacional a própria idéia de “opinião pública” está em crise - enquanto controlar poucos emissores poderosos sempre foi o meio de controlar a “opinião pública” e por consequência, consolidar uma correlação de forças políticas na sociedade favorável às suas intenções, os poucos grupos poderosos que sempre controlaram a sociedade democrática têm hoje um grande desafio ao tentar controlar uma infinidade de emissores na internet. Esse quadro desenha a disputa em torno da “opinião pública”, o que vem fazendo os grandes meios de comunicação explicitarem mais os seus discursos, na procura de manter seus meios de controle, que se encontram em claro declínio, muito embora ainda aglutinem bastante força. De forma que o próprio controle da internet se torna uma arena central da disputa política. (AMADEU, 2009; AFONSO, 2010)

Novamente, o que parece emergir são os atravessamentos tecnológicos, que permitem mudanças estruturais na forma como as sociedades democráticas se organizaram ao menos durante todo o século XX, e vêm ocasionando, possibilitando, proporcionando novas formas de organização que não estão atreladas às estruturas políticas que tradicionalmente disputaram as sociedades democráticas, já que não se articulam em torno de arranjos institucionais e sim de redes de coletivos e indivíduos conectados, que mesmo sendo pouco palpáveis do ponto de vista de sua estrutura, conseguem apresentar à arena pública alterações nas correlações de forças historicamente

12 Podcast - meio de emissão de arquivos multimídia na internet, que se baseia na existência de uma grande quantidade de emissores e uma grande quantidade de receptores.

13 Broadcast - meio de emissão e transmissão de áudio e vídeo por sinais de rádio e televisão, que se baseia na existência de um único transmissor para uma grande quantidade de receptores.

estabelecidas.

Atravessamentos tecnológicos e as disputas democráticas

As intensas transformações sociais e tecnológicas na sociedade contemporânea têm impactado diretamente os debates sobre a sociedade democrática e os direitos sociais em todo o mundo, com revisões sendo realizadas sobre as legislações que regulamentam tais direitos e novos arranjos nas relações entre as instituições democráticas sendo promovidas inclusive no Brasil, que se encontra imerso em uma absoluta incerteza em torno da instabilidade do cenário político democrático, que segue testando os limites nas relações entre os poderes executivo, legislativo e judiciário.

Esse quadro, que pode ser caracterizado como uma crise institucional e política profunda, é atravessado intensamente pelas novas possibilidades tecnológicas, como a comunicação proporcionada por chats instantâneos e redes sociais, o uso de gravações via smartphone, ao mesmo tempo que fomentado pelos grandes veículos de mídia, que disputam a manutenção de uma hegemonia de comunicação que aparenta ter prazo de validade. O enorme manancial de dados e ferramentas disponíveis hoje na internet proporciona novas formas de organização, de controle e de disputa da sociedade. Entre as inúmeras formas e estruturas tecnológicas de interação disponíveis na internet, é possível identificar uma diversidade de posturas políticas compondo matizes que vão do alinhamento aos interesses da mídia hegemônica e que portanto, procura manter as estruturas de poder e a correlação de forças já existentes na sociedade, às iniciativas autônomas que procuram questionar e propor novas formas de organização e correlação de forças na sociedade.

No campo do controle e manutenção do *status quo* encontram-se grandes grupos que tentam monopolizar as forças de comunicação existentes na internet, e para tanto criam formas inovadoras de coletar e analisar os dados disponíveis. Martin Hilbert, assessor de tecnologia do Congresso dos EUA, em recente entrevista à BBC nos apresenta parte das estratégias hegemônicas possíveis nos tempos de “mineração de dados”¹⁴.

(...) Pesquisadores da Universidade de Cambridge, no Reino Unido, fizeram testes de personalidade com pessoas que franquearam acesso a suas páginas pessoais no Facebook, e estimaram, com ajuda de um algoritmo de computador, com quantas curtidas é possível detectar sua personalidade.

Com cem curtidas poderiam prever sua personalidade com acuidade e até outras coisas: sua orientação sexual, origem étnica, opinião religiosa e política, nível de inteligência, se usa substâncias que causam vício ou se tem pais separados. E os pesquisadores detectaram que com 150 curtidas o algoritmo podia prever sua personalidade melhor que seu companheiro. Com 250 curtidas, o algoritmo tem elementos para conhecer sua personalidade melhor do que você. (HILBERT, 2017)

Para encontrar êxito, esse tipo de estratégia precisa desenvolver determinados “serviços” de interação social que facilitem a apropriação dos usuários, de forma a

¹⁴ Mineração de dados é o nome dado entre programadores para o processo de aplicação de algoritmos que fazem intensos cruzamentos de dados, misturando fontes e gerando diferentes filtros das informações disponíveis nas nuvens.

que se sintam bastante à vontade e assim compartilhem todo tipo de informação; essa profusão de dados diversos é parte fundamental do funcionamento da mineração de dados. Com esse tipo de uso, as possibilidades e os impactos da disseminação tecnológica ganham outra proporção, passamos a falar do controle social realizado com uso de inteligência artificial e a partir do qual as estratégias hegemônicas de manutenção do status quo podem se pautar.

Para uma empresa de marketing ou um político em busca de votos, é algo muito interessante. Com o chamado big data (análise de grandes volumes de dados oriundos do uso de internet) também elevamos muito o poder de previsão das Ciências Sociais. Desenvolver um algoritmo de inteligência artificial pode custar milhões de dólares. Mas uma vez criado pode ser aplicado a todos. Então é algo que está sendo empregado rapidamente em outros países.

A operadora de celular Telefônica, bastante ativa na América Latina, trabalhou muito em previsão de localização. E até já começou a vender esse tipo de informação. Então caso você queria abrir uma empresa em alguma capital da América Latina para vender gravatas, você paga e te dizem em que hora e onde os homens caminham. E você fica sabendo em qual saída do metrô deve instalar sua loja. (HILBERT, 2017)

Como podemos perceber, o atual nível de desenvolvimento tecnológico e comunicacional nos coloca perante um grande paradoxo, que transita entre as ideias da liberdade de expressão e comunicação e um processo perverso de controle social pelos grandes grupos empresariais que acessam e vendem as informações que nós mesmos disponibilizamos sobre nosso meio de vida na web (AMADEU 2010). A esse processo que aqui apresentamos, podemos denominar de meios de comunicação hegemônicos, do qual fazem parte, além dos grandes veículos de mídia tradicional, as grandes plataformas de comunicação contemporânea: google, facebook, youtube, entre tantos outros. Como estratégia básica, tais plataformas procuram difundir um ideário libertário de participação em uma comunidade global livre, muitas vezes sem deixar claro aos usuários como farão uso de suas informações.

A internet hoje, embora seja cada vez mais composta por espaços e plataformas privadas que se travestem de “serviço público e gratuito”, como se fossem baluartes de direitos comunicacionais universais, ainda mantém muitos espaços relativamente livres dessa lógica hegemônica de mercantilização de dados individuais que são usados como propriedades mineráveis. Os espaços dessa outra lógica são mantidos por grupos, coletivos, indivíduos e iniciativas ditas alternativas, que utilizam e desenvolvem tecnologias a partir da colaboração, do compartilhamento e de outras formas de lidar com a propriedade intelectual. (SILVA, 2010; AMADEU, 2010)

Nesse bojo de transformações sociais atreladas à disseminação de novas tecnologias que permitem a troca de conteúdos, a reprodução e prototipagem de uma infinidade de mídias e veículos materiais, têm tomado corpo diferentes iniciativas nos campos artísticos, culturais e tecnológicos, e que reúnem experiências conhecidas como: conhecimentos livres, cultura livre, recursos educacionais abertos, *open source*, metareciclagem, *softwares* e *hardwares* livres, entre outros, e que trazem como parte de seus princípios a generosidade intelectual e passam a propor formas mais flexíveis de lidar com os direitos autorais, novas formas de circulação de informações e diferentes cuidados com a segurança dos dados privados. Entre outras iniciativas, vale destacar a licença *creative commons* que surge nesse contexto, permitindo que os autores registrem suas obras e indiquem para que elas podem ser utilizadas sem necessidade de autorizações futuras: essa perspectiva de troca intensa de informações e apropriação de trabalhos coletivos vem sendo apontada como parte fundamental

dos processos de inovação e desenvolvimento tecnológico em curso (BUSTAMANTE, 2010; LEMOS, 2009; SILVA, 2010; ROSSINI, 2010).

É o que mais claramente se verifica nos setores que mais recentemente vêm surgindo como elementos centrais da economia global, como a informação, o conhecimento e a comunicação. Os usuários da internet e os especialistas em cibernética insistem em que a abertura do patrimônio eletrônico comum, foi o fator primordial que permitiu a grande inovação do período inicial da revolução da informação, e em que hoje a inovação vem sendo cada vez mais estrangulada pela propriedade privada e pelos controles governamentais que limitem o pleno acesso a livre troca. O mesmo se aplica aos diferentes campos da produção do conhecimento. (HARTD e NEGRI, 2005:423)

Seguindo estas intenções de desenvolvimento colaborativo, existem muitas plataformas desenvolvidas em software livre e que seguem os princípios da licença GPL ²¹⁵, que apresentam ferramentas criptografadas para a troca de conteúdos, além de garantir a propriedade do usuário sobre seus próprios dados. Dentre elas, vale destacar a plataforma Git Hub, que foi desenvolvida por Linus Torvalds¹⁶, e que serve diretamente para potencializar o desenvolvimento colaborativo de código-fonte, com controle refinado de versões e das colaborações realizadas por cada indivíduo, permitindo o trabalho continuado, seguro e simultâneo entre programadores de qualquer ponto de acesso à internet.

Com esse breve panorama pretendemos sinalizar que, embora as novas tecnologias venham proporcionando alternativas bastante importantes nas formas de organização da sociedade, podendo assim proporcionar vislumbres de novos horizontes e proposições para o campo progressista, elas também trazem consigo novas formas de controle e manutenção das hegemonias já existentes nas sociedades. Nesses termos, o que se configura são novos campos de disputa e que vêm rapidamente se consolidando e sendo demarcados, como podemos perceber no caso do marco civil da internet no Brasil¹⁷ e na discussão em torno da neutralidade da rede (AFONSO, 2010).

Um dos pontos cruciais dos debates sobre uma cibercidadania é a análise do princípio de neutralidade da rede em relação às possibilidades de bloquear ou discriminar os fluxos informacionais, reivindicado pelos controladores da infraestrutura de conexão. (AMADEU, 2010: 7)

As disputas sobre as condições hegemônicas de controle e reprodução da sociedade ganham novos contornos com as transformações tecnológicas, os campos de atuação

15 GPL 2 – Licença Pública Geral, versão 2. Licença idealizada por Richard Matthew Stallman, em 1989 e que se baseia em quatro liberdades: 1- A liberdade de executar o programa para qualquer propósito; 2- A liberdade de estudar como funciona o programa e poder adaptá-lo às suas necessidades; 3- A liberdade de poder distribuir cópias do programa; 4- A liberdade de aperfeiçoar o programa e liberar esses aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie deles. Ver sobre em: <https://www.gnu.org/licenses/old-licenses/gpl-2.0.html>

16 Para além do desenvolvimento do Git Hub, Linus foi um importante desenvolvedor do Linux, sistema operacional *open source* que tem em seu nome uma homenagem a Torvalds, que se destacou como entusiasta da colaboração intelectual tendo participado dos primeiros passos do que hoje chamamos de rede mundial de computadores.

17 Sobre as disputas em torno do marco civil da internet, no qual parte dos debates se deram em torno da neutralidade da rede, em que alguns setores que compõem o CGI – Conselho Gestor da Internet no Brasil defenderam a hierarquização na troca de pacotes e protocolos da internet, que implicaria na diferenciação dos fluxos de alguns protocolos e pacotes elencados em detrimentos de outros, ver: AMADEU 2010.

desse debate se espalham em diversas áreas e avançam rapidamente naquelas que são consideradas estratégicas, como nos parece ser o campo da comunicação, o que aponta para a necessidade de atualização e de compreensão da abrangência da pauta tecnológica e comunicativa que cria interfaces em praticamente todos os campos da atuação humana, incluídos aí a arquitetura e o urbanismo.

Considerações finais

Se observarmos a sequência de informações já apresentadas nesse texto, teremos fragmentos um tanto desconexos - isso não se dá por acaso, já que reflete a desconexão entre o histórico do campo progressista de arquitetura e urbanismo brasileiro e as movimentações de descontentamento da sociedade contemporânea. Essa desconexão parece se explicitar claramente a partir de 2008, mas provavelmente estava em curso há bem mais tempo, e fica completamente visível a partir das jornadas de junho de 2013, momento em que debates urbanos que sempre foram caros a esse campo passam a ser parte das pautas das ruas, sem que exista alguma articulação efetiva do mesmo com as manifestações em curso.

Como apresentamos na primeira e na segunda partes deste texto, é possível identificar articulações – mesmo que não hegemônicas - entre o campo progressista de arquitetura e urbanismo e o desenvolvimento urbano brasileiro ao menos durante o século XX, que se dão através da interação histórica de arquitetos e urbanistas no enfrentamento das questões da cidade real no Brasil. Isso se inicia na aproximação do campo às questões das habitações de interesse social (HIS), passando pelo enfrentamento das urbanizações de favela, pela articulação do movimento pela reforma urbana, pelo desenvolvimento dos laboratórios de habitação nas Faculdades de Arquitetura e Urbanismo, e pelas assessorias técnicas a movimentos populares, para citar alguns exemplos aqui esboçados.

Esse processo histórico gera acúmulos no sentido dos saberes e fazeres próprios do enfrentamento da cidade real para o campo de arquitetura e urbanismo, como se percebe nas metodologias participativas de projeto, nas trocas entre saberes técnicos e saberes populares, no desenvolvimento e experimentação de tecnologias construtivas, nas experiências de canteiros autogestionários, entre muitos outros. Tais acúmulos concorreram também para importantes conquistas no plano legislativo, como a inserção do capítulo sobre a política urbana na Constituição Federal de 1988, a aprovação em 2001 do Estatuto da Cidade e em 2008 da Lei das Assistências Técnicas. Toda essa gama de experiências, conhecimentos, articulações e leis confluem – entre outras coisas – para a conformação da arquitetura e urbanismo de interesse social como uma área de atuação institucionalizada, com legislação e forma de financiamento próprios.

A esse processo de institucionalização que se dá, principalmente, ao longo da segunda metade do século XX, pode ser atribuído parte da desconexão entre o campo progressista de arquitetura e urbanismo e as manifestações sociais contemporâneas, já que tal campo se direcionou fortemente para a atuação institucional e se ocupou da formulação e implementação de políticas públicas e peças de planejamento urbano e regional, assim como se concentrou na aproximação junto a lideranças de movimentos sociais institucionalizados e partidos políticos considerados progressistas, tendo consolidado poucos canais de conexão direta com a cidade real. Nesses termos, as manifestações sociais contemporâneas - que se apresentam avessas às instituições formais, que não têm a participação das lideranças de movimentos sociais tradicionais e nem de partidos políticos em sua organização – embora, por um lado, carreguem pautas que as aproximam dos debates urbanos historicamente construídos, por outro, se apresentam como insurgências sem conexões com um campo que afunilou seus

canais de comunicação ao direcionar sua atenção à institucionalização do debate urbano e habitacional.

Para além dessa perspectiva divergente entre o processo de institucionalização do campo de arquitetura e urbanismo de interesse social e a confluência anti institucional das eclosões das primeiras décadas do século XXI, poderíamos identificar muitas outras questões que demonstram os afastamentos entre o que representam tais manifestações sociais e os debates institucionais do campo de arquitetura e urbanismo. Afastamentos estes que são entendidos aqui como pistas para possíveis compreensões dos dilemas éticos em que o dito campo progressista de arquitetura e urbanismo está imerso na atualidade.

Nos parece possível verificar que os atravessamentos tecnológicos, assim como apresentados nesse texto, constituem uma perspectiva estruturante desses afastamentos, visto que trazem em si diferentes inovações no que diz respeito às formas de organização e sociabilidade, de troca, colaboração e compartilhamento, que, como apresentamos, estão diretamente ligados às referidas manifestações e que, ao nosso ver, têm pouca relação com os interesses e debates em que se concentram os arquitetos e urbanistas, o que também se aplica especificamente ao campo progressista de arquitetura e urbanismo.

Uma nova gama de anseios, de desejos, de estruturas culturais e sociais emergem como aspectos que fogem, a partir das transformações em curso, dos canais institucionais de interação e controle social. Isso impacta diretamente o potencial organizativo do campo progressista como um todo, afetando paradigmas, horizontes políticos e perspectivas democráticas. Tal vulto de instabilidades utópicas abalam as históricas construções, disputas e conquistas em prol de cidades mais democráticas no Brasil.

Pouco se vê nas escolas, nos escritórios, nos órgãos de classe, nas associações e eventos representativos do campo da arquitetura e urbanismo proposições que dialoguem com esses emergentes princípios de organização, de troca, de colaboração e compartilhamento. Ainda impera no campo o conceito extemporâneo do “gênio criativo”, da capacidade de síntese do arquiteto, dos direitos autorais “duros” baseados no conceito de propriedade intelectual, que acabam validando hierarquias pouco assimiláveis pela juventude, e que se verificam desde as relações muitas vezes estanques entre pesquisas, pesquisadores e grupos de pesquisas nas universidades; passando pelas equipes de projeto dos escritórios e instituições públicas, nos quais muitas vezes as decisões de projeto são concentradas nas mãos de poucos que delegam funções a toda a equipe; até as relações altamente hierarquizadas que se desenvolvem na maior parte dos canteiros de obras em que os arquitetos atuam, nos quais o desenho arquitetônico desempenha um papel bastante autoritário (FERRO 2006).

Precisamos livrar-nos da noção de que a inovação depende do gênio de um indivíduo. Nós produzimos e inovamos juntos apenas em redes. Se existe um ato de gênio, é o gênio da multidão. (HARDT e NEGRI, 2005:423)

O próprio monopólio quase absoluto de *softwares* proprietários dentro do campo de arquitetura e urbanismo, com praticamente a totalidade das universidades públicas nacionais disseminando tecnologias CAD privadas, ao invés de se preocupar em colaborar com o desenvolvimento de *softwares* livres de uso público, nos parece uma demonstração do quanto estamos distantes - enquanto campo - dos debates contemporâneos que envolvem tecnologia e comunicação. Se nem o uso de código aberto em *softwares* é pauta do campo, o que dizer de seus desdobramentos nos

conceitos de conhecimentos livres, licenças flexíveis, generosidade intelectual e recursos educacionais abertos.

A necessidade de atualização do campo nos parece vasta e urgente. Parte das questões podem ser encaradas como diferenças geracionais inseridas em processos acelerados de desenvolvimento tecnológico e, nesse sentido, não se restringem à arquitetura e ao urbanismo, afetando todos os campos de atuação - como se percebe, por exemplo, na tensa relação entre ensino formal e autodidatismo, em que muitas vezes as escolas se apresentam de forma bastante desinteressante aos estudantes, já que podem encontrar, de acordo com seus interesses, muitas informações disponíveis na internet.

O que se desenha é a necessidade de amplas revisões de conceitos centrais nos quais a construção histórica do campo de arquitetura e urbanismo se baseou. Um exemplo disso é o conceito de colaboração intelectual, que por princípio é coletivo e não hierarquizado, o que tensiona o conceito de autoria - tão caro para o meio de arquitetos e urbanistas e que é muito mais individualista e hierárquico - e encontra, por isso mesmo, muita resistência dentro dos meios de arquitetura e urbanismo já estabelecidos. Nesses meios, os atravessamentos tecnológicos deixam de ser observados na perspectiva das potenciais transformações que ensejam, e que, enquanto tal, poderiam potencializar a troca de informações e tecnologias de forma a facilitar a diminuição da distância entre os saberes técnicos, políticos e populares em prol do enfrentamento da complexa realidade das cidades.

As cidades brasileiras de modo geral, e mais diretamente as imensas áreas de moradia e convívio das camadas populares, apresentam demandas claras para os meios críticos de arquitetura e urbanismo. Nos parecem bastante promissoras as perspectivas de apropriação das novas formas de organização, de troca, de compartilhamento e de colaboração que os atravessamentos tecnológicos apresentam, no sentido de viabilizar novas experiências de interação com a cidade real que potencializem as trocas entre os saberes técnicos e populares, o que pode caminhar para o desenvolvimento de uma arquitetura e urbanismo de “código aberto”, apropriáveis, adaptáveis, reutilizáveis, cambiáveis, que por ter estas características possam se adequar melhor às realidades em que se inserem.

O código aberto só gera potencial criativo quando aqueles que o acessam têm capacidade de compreensão dos mesmos: nesses termos, é premente o estabelecimento de linguagens capazes de potencializar os diálogos e trocas entre os saberes, rompendo as barreiras que contribuem para que os saberes se tornem herméticos, o que, em arquitetura e urbanismo, poderia fazer caminhar para a produção de espaços e cidades mais acessíveis e democráticas, na perspectiva de “*uma sociedade dos códigos fonte abertos, ou seja, uma sociedade cujo código-fonte é revelado, para que todos possam trabalhar em cooperação na solução de seus problemas e na criação de novos e melhores programas sociais.*” (HARDT e NEGRI, 2005:425). Em vista de tão vasta tarefa, frente a um campo que já está consolidado sob bases e princípios bastante diferentes, como visto, o desafio que se coloca é tão promissor quanto difícil.

Num momento histórico que potencializa tão abertamente o autodidatismo, para além das formalidades, o título de arquiteto e urbanista parece cada vez mais afastado do reconhecimento social de um saber consequente. Os desafios para um campo progressista que lutou historicamente pela democratização da arquitetura e do urbanismo no Brasil, se direcionam para o objetivo de impactar a cidade real, prioritariamente os espaços de moradia das camadas populares. O que se evidencia já há algum tempo é a limitação dos caminhos institucionais que, embora sejam muito importantes e tenham permitido alguns avanços significativos, não deve ser considerados os *fronts* exclusivos de disputa - nesse sentido, entendermos e nos apropriarmos do potencial

dos atravessamentos tecnológicos nos parece urgente, tanto como perspectiva de construção de novos canais de interação com a cidade real, quanto como horizonte para consolidar arquiteturas e urbanismos mais democráticos.

Referências bibliográficas

AFONSO, Carlos A. *Neutralidade no trânsito da internet?* In. AMADEU, Sérgio da Silveira (Org.). *Cidadania e redes digitais*. 1º ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá – Educação e Tecnologias 2010.

AMADEU, Sérgio da Silveira. *Entrevista*. In. Savazoni, Rodrigo e Cohn, Sergio (Orgs.). *Cultura Digital.BR*. Rio de Janeiro : Beco do Azougue. 2009.

AMADEU, Sérgio da Silveira. *Ambivalências, liberdade e controle dos ciberviventes*. In. AMADEU, Sérgio da Silveira (Org.). *Cidadania e redes digitais*. 1º ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá – Educação e Tecnologias 2010.

ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura Nova*. Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002.

BONDUKI, Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. *“Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho”*. Caderno de Estudos e Pesquisas Fupam. São Paulo: FAU-USP, 1979.

BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. *“Das reformas de base ao BNH: as propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana”*. *Arquitextos*, 120.02, ano 10, 2010.

BUSTAMANTE, Javier. *Poder comunicativo, ecossistemas digitais e cidadania digital*. In. AMADEU, Sérgio da Silveira (Org.). *Cidadania e redes digitais*. 1º ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá – Educação e Tecnologias 2010.

CARDOSO, Adauto (Org.). *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARNEIRO, Henrique Soares. *Rebeliões e ocupações de 2011*. In. HARVEY, David, DAVIS, Mike, ŽIŽEK, Slavoj, et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. Coleção Tinta Vermelha. Ed. Boitempo: São Paulo, 2012.

DE SOUZA, Diego Beja Inglez. *Reconstruindo Cajueiro Seco: arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960-64)*. Dissertação de Mestrado (Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

GORDILHO-SOUZA, Angela. *“Cidade seletiva e exclusividade urbana: megaeventos, grandes projetos e a Copa 2014 em Salvador”*. In: CARVALHO, I.M.; SILVA, S.B.M.; GORDILHO-SOUZA, A.; PEREIRA, G.C.(Orgs.) *Metrópoles na Atualidade Brasileira: transformações, tensões e desafios na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2014.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *A longa marcha da democracia, A democracia*

da multidão, A produção do comum, A mobilização do comum. In: Multidão. Guerra e Democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HILBERT, Martin. 2017. *Entrevista BBC* in. <http://www.bbc.com/portuguese/geral-39535650>

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes Ltda, 1991 (original de 1968).

LEMOS, Ronaldo. *Creative Commons*. In. Savazoni, Rodrigo e Cohn, Sergio (Orgs.). *Cultura Digital.BR*. Rio de Janeiro : Beco do Azougue. 2009.

LOPES, João Marcos de Almeida. *Sobre Arquitetos e sem tetos – técnica e arquitetura como prática política*. Tese (Livre Docência). IAU – USP, São Carlos, 2011.

MARICATO, Erminia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

MARICATO, Erminia. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Erminia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. *“O estado e o urbano.”* Revista Espaço e Debates, v. 6, p. 37, 1982.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1972.

OSÓRIO, Leticia Marques (org.). *Estatuto da cidade e reforma urbana: novas perspectivas para as cidades do Brasil*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002.

PULHEZ, Magaly Marques. *Espaços de favela, fronteiras do ofício: história e experiências contemporâneas de arquitetos em assessorias de urbanização*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo), EESC-USP, São Carlos, 2007.

PULHEZ, Magaly M.; ROSA, Thais T. *Ideários e práticas participativas na produção da cidade e da habitação no Brasil: entre o idealismo e a normatividade, uma herança do século xx?* Anais do XVI SHCU, São Carlos, 2016.

ROLNIK, Raquel. *A guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 1º ed. - São Paulo : Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel. *As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações*. In. HARVEY, David, MARICATO, Erminia, DAVIS, Mike, et al. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Coleção Tinta Vermelha. Ed. Boitempo / coedição Carta Maior: São Paulo, 2013.

ROSA, Thais Troncon. *Favelas, periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias*. Anais 33.o Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, 2009.

ROSA, Thais Troncon. *Prova escrita para concurso da UFBA*, 2015 (mimeo).

ROSA, Thais Troncon. (2014). *Cidades Outras: pobreza, moradia e mediações em*

trajetórias urbanas liminares. Tese de Doutorado, PO. RIZEK, Cibele Saliba.

ROSSINI, Carolina. *Aprendizagem digital, recursos educacionais abertos e cidadania*. In. AMADEU, Sérgio da Silveira (Org.). *Cidadania e redes digitais*. 1º ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá – Educação e Tecnologias 2010.

SAMPAIO, Maria Ruth; LEMOS, Carlos. *Habitação popular paulistana: autoconstrução*. FAU–USP, 1978.

SANTO AMORE, Caio; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFFINO, Maria Beatriz Cruz. *Minha Casa... E a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. *Habitação – o que é mesmo que pode fazer quem sabe?* In: VALLADARES, Lícia do Prado (org.). *Repensando a Habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SANTOS, Milton. *O Futuro das Megacidades: dualidade entre o poder e a pobreza*. Cadernos Metrópole, 2008.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1998.

SHIMBO, Lucia Zanin. *Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). IAU – USP, São Carlos, 2010.

SILVA, Daniela B. *Transparência na esfera pública interconectada e dados governamentais abertos*. In. AMADEU, Sérgio da Silveira (Org.). *Cidadania e redes digitais*. 1º ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá – Educação e Tecnologias 2010.

SILVA, Jomar. *Os padrões de controle da comunicação*. In. AMADEU, Sérgio da Silveira (Org.). *Cidadania e redes digitais*. 1º ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá – Educação e Tecnologias 2010.

VALLADARES, Lícia do Prado (org.). *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

VALLADARES, Lícia do Prado (org.). *Repensando a Habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VILLAÇA, FLÁVIO. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

ŽIŽEK, Slavoj. *O violento silêncio de um novo começo*. In. HARVEY, David, DAVIS, Mike, ŽIŽEK, Slavoj, et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. Coleção Tinta Vermelha. Ed. Boitempo: São Paulo, 2012.

ENTRE A ÉTICA E A POÉTICA, O ATO FOTOGRÁFICO

*Daniela Mendes Cidade*¹

Resumo

A partir da experiência com um grupo de alunos, pessoas em situação de rua e participantes do projeto de extensão universitária *A Cara da Rua*, este ensaio propõe um reflexo sobre a vida contemporânea urbana com todas as suas contradições, contrastes sociais, exclusões e desigualdades. O ponto de partida é o exercício fotográfico que propõe uma leitura do corpo durante o ato fotográfico como ação. Para tratarmos do tema do abandono do sujeito à sua própria sorte nas ruas da cidade e o enfraquecimento dos princípios éticos tomamos como referência o pensamento de Derrida sobre hospitalidade. A conclusão aponta para o fato da performance do ato fotográfico como um deslocamento dentro do próprio espaço de vivência capaz de criar novas formas de integração social.

Palavras-chave: fotografia, ética, população de rua.

Abstract

Based on the experience with a group of students, street people and participants in the university extension project, *A Cara da Rua*, this essay proposes a reflection on contemporary urban life with all its contradictions, social contrasts, exclusions and inequalities. The starting point is the photographic exercise proposing to make a reading of the body during the photographic act as action. To deal with the subject of abandoning the subject to his own fate in the streets of the city and the weakening of ethical principles we take as reference Derrida's thought about hospitality. The conclusion points to the fact of the performance of the photographic act as a displacement within the space of experience capable of creating new forms of social integration.

Keywords: photography, ethics, homeless.

Introdução

A partir da metade do século passado iniciou-se um processo de democratização da arte, com novas formas de acesso e expressão, que recusam os modos convencionais de produção artística. A recusa de restringir a arte a produção de objetos de consumo, abriu caminho não só para a interação com público, mas passou a privilegiar um olhar voltado para as especificidades do contexto, sobretudo à cidade. Colocar a arte como elemento central no debate sobre a concepção do espaço, incluindo a ética, poderia ser uma forma de ressaltar a importância da fotografia como prática artística, para ampliar, assim, o campo interdisciplinar da Arquitetura e Urbanismo como espaço da alteridade?

O espaço como lugar da arte e do corpo - aquele em ação durante o ato fotográfico - deixa de ser apenas um invólucro, e passa a ser, também, um espaço de diálogo. Ou seja, não apenas o fora da obra de arte, como também um elemento a ser pensado e revelado antes da criação da obra. Este gesto incorpora toda a experiência do artista com o espaço de vida, antes, e durante o processo de criação.

Ao propor um percurso pela cidade através da imagem produzida por um grupo de moradores em situação de rua, procuramos abrir as possibilidades da fotografia, instrumento inserido no campo da arte contemporânea e do urbanismo, como ferramenta de investigação sobre a cidade, caminho para se chegar a um outro sentido do espaço, tempo e lugar.

O ato fotográfico como performance: a ação

O processo artístico depende do fora – o espaço vivido. Ao analisar o ato fotográfico como performance, uma das manifestações artísticas de destaque na análise do espaço público, acrescentaríamos a reação do espectador. Não apenas a física, mas também a ideológica, a partir da experiência dada pelo ato performático. Consequentemente, o artista – aqui também pessoa em situação de rua - passa a desempenhar, além do papel de agente cultural, uma força social ativa num campo de diversidades, onde se busca estabelecer experiências derivadas de valores de cidadania.

Partindo disso, tornamos o exercício fotográfico como uma possibilidade de reflexão sobre a vida contemporânea urbana, com todas as suas contradições, contrastes sociais, exclusões e desigualdades. Os protagonistas agora são estas pessoas em situação de rua. Seguindo Edson Souza, para estabelecer uma reflexão crítica da vida nas ruas da cidade, é preciso provocar o desejo de *desnaturalizar* a realidade. O objetivo é buscar uma forma de dar corpo a estes fantasmas urbanos. Para Souza, desnaturalizar uma realidade pronta, significa ir contra um modelo de automatismo, um processo de repetição do ontem, simplesmente para vencer um medo do amanhã, do desconhecido, daquilo que ainda não foi criado. Um medo que os moradores em situação de rua talvez não sintam quando no desempenho do ato fotográfico.

Para tratarmos do tema do abandono do sujeito à sua própria sorte nas ruas da cidade e o enfraquecimento dos princípios éticos tomamos como referência o pensamento de Derrida sobre a hospitalidade. A ação fotográfica também é um deslocamento dentro do próprio espaço de vivência: o ato oferece um lugar mais justo ao hóspede - morador em situação de rua - e receber esse hóspede é preparar um lugar, construir e substituí-lo por outro modificando-o pela sobreposição de um ato inesperado, e sentir-se acolhido. A chegada do outro acontece com a câmera na mão. A lógica do acontecimento, no contexto do pensamento de Derrida, coincide com a hospitalidade entendida como vinda do outro – como acolhimento da vinda do que só inesperadamente vem ou nos

¹ Professora Adjunta da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: danielamcidade@gmail.com

visita.

O ato fotográfico surge como uma ação que dá sentido ao espaço. Este mesmo ato permite uma certa apropriação do vazio em busca de um lugar. Anne Cauquelin (2008) relaciona o lugar como atributo do vazio incorporal, à partir da filosofia clássica. Segundo ela, existe lugar quando o corpo se revela, onde antes não havia nada. Retirando-se o corpo, o lugar torna-se vazio. A natureza do vazio não possui outro caráter que não seja o da aptidão a tornar-se continente de corpos. Para Cauquelin (2008), é impossível pensar o lugar separadamente do vazio e da presença do corpo, pois, segundo a filósofa, o “lugar emerge do vazio como aquilo que repentinamente é ocupado por um corpo, mas esse mesmo lugar volta a ser vazio se esse corpo for subtraído” (Cauquelin, 2008, p. 37). Por isso, de alguma maneira, o lugar também é intangível, sempre prestes a se esvanecer na medida do movimento dos corpos, de suas idas e vindas. “Efêmeros, imponderáveis, os lugares também são incorporais, assim como sua antítese, o vazio. Eles surgem e se dissolvem, segundo as determinações dos corpos que eles contentam em enquadrar” (Cauquelin, 2008, p. 38).



Figura 1 - Andanças Urbanas 1, Porto Alegre, 2017. Arquivo: Projeto A Cara da Rua. Figura 2 - Andanças Urbanas 2, Porto Alegre, 2017. Arquivo: Projeto A Cara da Rua.

A busca por um lugar, no entanto, não aparece aqui como um desejo de obter uma propriedade nos moldes tradicionais. Pensamos o espaço da cidade como lugar segundo o conceito de hospitalidade de Derrida: dar lugar ao outro; a alteridade acima de tudo como princípio para compreensão e concepção do espaço.

Ética e poética: a hospitalidade

Derrida, através do conceito de hospitalidade, apresenta uma obra que nos transmite uma esperança contra totalitarismos. Ele interroga a amizade quando transforma a hospitalidade em hostilidade, esse limiar que faz do anfitrião ao mesmo tempo um refém do hóspede, em uma situação onde pode haver o desencadeamento de um processo múltiplo de desentendimentos. O filósofo propõe repensar a hospitalidade: para ser hospitaleiro, deve-se partir da existência de uma morada assegurada. Em suas palavras, “talvez unicamente aquele que suporta a experiência da privação de casa pode oferecer a hospitalidade” (Derrida, 2000, p. 23).

Conforme interpreta Fernanda Bernardo (2002), para Derrida a hospitalidade, pura ou incondicional, não é um conceito jurídico ou político, mas sobretudo ético. Bernardo (2002), a partir de Derrida, diz que a ética da hospitalidade está na base de uma reelaboração crítica do conceito de Estado e de cidadania: “o tema da hospitalidade concentra nele as urgências mais concretas, e as mais próprias para articular a ética ao político” (Bernardo, 2002, p. 432). Derrida reconstruiria, então, o sentido da hospitalidade, em busca de uma heterogeneidade revendo o seu conceito na história, pois sua herança alcança mais de uma tradição. A hospitalidade, em seu significado bíblico, significa acolher o outro de uma injustiça numa cidade-refúgio, onde a lei da hospitalidade incondicional está acima das leis. Se acolhe o outro independente de uma lei instituída pelo estado. Por ser independente de uma legislação, a incondicionalidade da hospitalidade ou do acolhimento transforma-se em asilo. Derrida lembra a passagem bíblica onde Deus ordena a Moisés a criação de cidades-refúgio, que se transformam em asilo para acolher a todos os que eram perseguidos. Dessa forma, incluía-se o direito de residência, dando a possibilidade do acolhido passar a morar na cidade-refúgio, como cidadão, e entre cidadãos (Bernardo, 2002). No entanto, a resposta incluída no conceito de desconstrução de Derrida, aquela que permite que nesse acolhimento seja realmente incondicional: transformar o estrangeiro, o recém-chegado, em um cidadão. Para tanto, é preciso vê-lo como um cidadão do mundo, sendo ele mesmo concebido a partir do seu acolhimento como estrangeiro absoluto ou visitante inesperado. Ou seja, hospitalidade em condição de exílio, e cidade como um refúgio. Para as pessoas em situação de rua, o elementar refúgio.

A outra herança do conceito de hospitalidade na concepção de Derrida estaria relacionada ao cidadão como um ser político pertencente a um território, a partir do pensamento da filosofia da Grécia antiga. O estrangeiro é acolhido e tem direito à hospitalidade, como um dever, mas continua em sua condição de estrangeiro. A hospitalidade é condicional, pois é um direito limitado comparado àquele que é do lugar, o não estrangeiro. Da mesma forma, no pensamento kantiano, o direito do “recém chegado” não deve ser incondicional. “Universal, a hospitalidade kantiana é a hospitalidade do cidadão: está portanto sujeita à legislação estatal de que, de todo, depende. Embora universal, é uma hospitalidade interestadual: são os Estados que devem definir e outorgar as leis da hospitalidade” (Bernardo, 2002, p. 436). Exclui-se aqui o conceito de hospitalidade como “direito de residência” universal, limitando-a como “direito de visita”.

O direito de residência passa a ser um objeto definido pelos estados. Para Derrida, a “hospitalidade da cidade ou a hospitalidade privada são dependentes e são controladas pela lei e pela polícia do Estado” (Bernardo, 2002, p. 436). A hospitalidade universal, a partir do pensamento de Kant, é uma hospitalidade jurídico-política, pensada e instituída a partir da *polis*. Portanto, um direito condicionado pela soberania do estado, podendo o cidadão estrangeiro ser aceito, ou mesmo recusado. Em resumo, o princípio da hospitalidade deseja uma acolhida sem restrição, mas para tornar a acolhida efetiva e concreta, são impostas certas condições “que transformam o *dom* em contrato, a abertura para o pacto policiado; daí os direitos e deveres, as fronteiras, daí as leis” (Derrida, 2004, p. 249).

Para Derrida, o incondicional e o condicional são dois sentidos da hospitalidade que não são simples oposições. Quando o incondicional se coloca em contraponto com o condicional, para efetivar a hospitalidade sempre será “preciso inventar as melhores disposições, as condições menos más, a legislação mais justa” (Derrida, 2004, p.250). O filósofo está se referindo aqui especificamente ao processo de imigração. Porém, a condição policiada também é a mesma para aquele que ocupa o espaço público e se encontra estrangeiro dentro de sua própria cidade.



A Cara da Rua: experimentação fotográfica como experiência urbana

A reflexão que se estabelece aqui traz a linguagem da fotografia e o ato fotográfico no contexto do projeto de extensão universitária *A Cara da Rua*² para discutir ética e cidade. O projeto em desenvolvimento desde 2015 tem como proposta o oferecimento de oficinas de fotografia para pessoas em situação de rua. Partindo do campo da

² O Projeto *A Cara da Rua* iniciou as suas atividades em 2015 vinculado ao Programa de Extensão *Universidade na Rua* desenvolvido com apoio do Edital PROEXT/MEC-SESu 2015-2016 sob coordenação geral de Fernando Freitas Fuão, professor doutor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Desde 2017 o projeto vem sendo desenvolvido com através da Pró Reitoria de Extensão, PROEXT/UFRGS em parceria com a Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre – EPA que atende jovens e adultos em vulnerabilidade social.

Arquitetura e Urbanismo, propomos um exercício de experimentação fotográfica realizada a partir de andanças urbanas com itinerários propostos pelos próprios andarilhos.

O *A cara da Rua* é um projeto de extensão que coloca o objetivo principal na formação do sujeito como cidadão e busca a reflexão de forma indireta sobre o lugar como espaço da hospitalidade e hostilidade, de acolhimento e exclusão, simultaneamente.

A experiência urbana vivenciada entre universitários e pessoas em situação de rua, a alteridade nas ruas e o processo de identificação dos sujeitos que pertencem ao espaço da cidade através do ato fotográfico proporciona um jogo lúdico da manipulação da câmera e do exercício do olhar em busca da imagem poética. Pensar a cidade como um espaço de diálogo a partir da fotografia é também explorar uma surda inquietação como operação da imaginação criadora do lugar de exílio. Para Derrida (2002) a imagem criadora depende da condição de “separação e exílio designando sempre uma ruptura e um caminho no *interior* do mundo, não conseguem manifestá-la diretamente mas apenas indicá-la por uma metáfora” (Derrida, 2002, p.19). Cada imagem é muito mais que uma simples reprodução de uma cena. Ela traz consigo uma história, uma intenção, um desejo de falar de si onde o real e a imagem poética se confundem. O espaço público é um lugar de exílio para muitas pessoas que se encontram em situação de rua, transformando a rua em espaço de acolhimento, transformando hostilidade em hospitalidade.



Figura 4 - Guilherme Pereira, Da Série Reflexos, Porto Alegre, 2017. Arquivo: Projeto A Cara da Rua. Figura 5 - Rafael Dutra, Da Série Reflexos, Porto Alegre, 2017. Arquivo: Projeto A Cara da Rua.

A ação dos alunos que frequentam as oficinas de experimentação fotográfica alteram a condição de *morador de rua* para *photógrafo de rua*. O movimento que se estabelece com o espaço em busca da imagem poética que transforma-se em performance. Esse processo de transformação do sujeito antes excluído, agora acolhido, também se estende no tempo além do ato.

François Soulages (2010), ao abordar a questão da especificidade da fotografia, diz que ela consiste na articulação da irreversível obtenção do negativo e no interminável trabalho do negativo. Podemos fazer um paralelo com o processo que se propõe no projeto de extensão: do momento da ação fotográfica às formas de utilização da imagem.

Hoje, ao pensar as ruas como espaço de vida a partir da linguagem da fotografia, mesmo em se tratar da linguagem digital, e considerando a fotografia dentro do contexto da arte contemporânea, podemos adotar esse conceito de Soulages: pensar o ato fotográfico (momento de obtenção do negativo) como uma ação irreversível, incapaz de ser reproduzida da mesma forma e nas mesmas condições.

O momento da ação é único enquanto vivência espacial do grupo durante as andanças urbanas. No entanto, essa ação pode se tornar interminável a partir da rememoração e do relato no processo que se segue: a performance realizada para a venda de produtos com o uso das imagens fotográficas. Um dos objetivos desse projeto é a geração de renda a partir da venda de cartões postais vendidos pelos próprios autores das imagens realizadas durante as andanças urbanas (Figuras 3 a 5).

Fotografia e alteridade: uma certa possibilidade impossível

A fotografia estabelece uma função de ir além do caráter documentário de uma cidade concebida por esse grupo de alunos moradores das ruas de Porto Alegre. Ela também pode ser lida como uma forma de reconhecimento do espaço, de habitação, de lugar, de interior e exterior.

Conforme Fernanda Bernardo (2002), “a lógica do acontecimento, no contexto derridiano, coincide com a hospitalidade entendida como vinda do outro – como acolhimento da vinda do que só inesperadamente vem ou nos visita.” As imagens resultantes da vivência na atividade de extensão nos encaminham para uma leitura do conhecimento, da descoberta e do movimento, que passa a discutir o lugar do outro com a dialética da ausência, do vazio, e de sua possibilidade de recuperação através da imagem.

A fotografia reconstrói a condição de ausência, de exclusão em uma cidade separada. O avesso, o vazio, a sobra, nos fazem chegar ao conhecimento e à reflexão sobre o sentido do espaço, ou sobre a cidade e o lugar a partir do olhar destes moradores de rua.

Estas imagens podem ser lidas como resultado que vai além de uma relação se estabelece entre corpo e espaço, e que coloca o meio urbano como instrumento de constante análise e crítica do sentido do lugar e da integração social. Na relação imagem e movimento como forma de apropriação do espaço, a fotografia transforma-se em uma maneira de inserção social, transfigurando esses corpos em *figura-figura*. Diferentemente da concepção de figura-fundo utilizada por muitos urbanistas como um dos instrumentos de análise da cidade, onde a pessoa é dissociada do espaço.

O espaço aberto da cidade deixa ser um vazio, e o ato que resulta na imagem fotográfica trabalha como catalizador de um processo de recuperação de ausências. Ele insere o ser humano em uma determinada perspectiva: espaço e vida. Em uma sociedade onde há tanta injustiça, viver já representaria um ato de resistência.

Referências bibliográficas

BERNARDO, Fernanda. *A ética da hospitalidade, segundo J. Derrida, ou o porvir do cosmopolitismo por vir a propósito das cidades-refúgio, re-inventar a cidadania(II)*. 2002. Web. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/dfci/publicacoes/a_etica_da_hospitalidade_II>. Acesso em: 10 maio 2016.

CAUQUELIN, Anne. *Frequentar os incorporais: contribuição a uma teoria da arte contemporânea*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

DERRIDA, Jacques. *L'Hospitalité*. Paris: Gallimard, 2000.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

DERRIDA, Jacques. *Papel-máquina*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

HIGINO, Nuno. *Álvaro Siza: desenhar a hospitalidade*. Matosinhos: Casa da Arquitetura, 2010.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SOULAGES, François. *Estética da fotografia: perda e permanência*. Editora São Paulo: Senac, 2010.

SOUZA, Edson Luiz. *A necessidade das utopias*. 2014. Web. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BssyobqQeAk>>. Acesso em: 12 março 2017.

FILOSOFIA COM MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA

Marcelo Nunes Kiefer¹

Resumo

Em 2015, três professores desenvolveram uma atividade de filosofia com moradores em situação de rua a partir do projeto “Universidade na Rua”, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o objetivo de refletir em conjunto sobre as suas condições pessoais e sociais, trabalhando o “dar-se conta”, a comunicação e o protagonismo para permanências e transformações dessas condições. A atividade foi desenvolvida dentro da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre e é criticamente relatada, como experiência, neste artigo.

Palavras-chave: “dar-se conta”, permanência, transformação social.

Abstract

In 2015 three professors developed a philosophy activity with homeless people prompted by the project “Universidade na Rua”, of the Federal University of Rio Grande do Sul, with the objective of reflecting together on their personal and social conditions, working the “realization process”, communication and the participants’ protagonism for the permanence and transformation of these conditions. The activity was developed within the Porto Alegre Municipal School of Elementary Education and is critically reported as an experiment in this article.

Keywords: “realization process”, permanence, social transformation.

Apresentação

A Filosofia com Moradores em Situação de Rua, dentro do projeto Universidade na Rua, da UFRGS, foi uma atividade que se desenvolveu no final do ano de 2015 com a proposta de promover diálogos entre sociedade organizada e moradores em situação de rua por meio de reflexões filosóficas, do dar-se conta, com objetivo de fomentar transformações sociais através da afirmação das identidades, considerando uma sociedade mais aberta e plural e moradores protagonistas dessa construção. Participaram como proponentes o professor Fernando Fuão, da UFRGS, e os professores Luiz Ferreira e Marcelo Kiefer.

Os encontros se deram na EPA, Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre, e esforçaram-se para desconstruir a pedagogia da disciplina e considerar as habilidades, necessidades e vontades dos atores envolvidos, em uma forma lúdica de dialogar com a vida. Os moradores participantes das atividades eram também alunos da escola, e a atividade de filosofia inseriu-se em seu contexto.

A escola

A EPA é uma escola criada em 1995 para dar atendimento especializado a pessoas em situação de risco social e pessoal, com objetivo de lhes oferecer ressignificação de vida por meio de uma emancipação pessoal e social. (EMEF, [2017]).



Figura 1 - Portão de acesso da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre. Centro de Porto Alegre. Autor: Marcelo Kiefer.

Com uma proposta consonante em resultados expressivos, a escola oportunizou que a atividade de filosofia se realizasse com moradores em situação de menor risco social e pessoal, com outro posicionamento e positividade em relação às suas condições anteriores e se comparadas a outros casos de moradores em situação de rua de Porto Alegre, com capacidade mais elaborada de diálogo e reflexão. Por outro lado, entre os moradores também se manifestou o discurso ensaiado, como repetição automática de questões trabalhadas, algo mais superficial que serve de máscara para o aprofundamento das questões mais pessoais e obscuras, permitindo a sobrevivência do morador em situação de rua em um ambiente ainda não tão natural como lhes parece o de uma escola. Trata-se, possivelmente, de uma certa disciplinação institucional e de uma autoproteção para desempenhar um papel consonante, aprovável pelo meio, bem como uma forma de evitar uma exposição e um enfrentamento imediato e profundo com seus espectros.

A atividade de filosofia se deu, portanto, fora do ambiente de cada um dos moradores, o que os coloca em maior fragilidade, ao mesmo tempo em que lidou com sujeitos que não estavam em sua condição mais extrema de marginalização, facilitando a conexão entre eles, com os proponentes da atividade e a apropriação da filosofia.

¹ Bolsista CAPES/FAPERGS de Pós-doutorado no PROPARG/ UFRGS em Preservação e Transformação social. E-mail: marcelo@kiefer.com.br



Sem o ambiente e os reflexos de realizar a atividade na EPA, a filosofia com moradores em situação de rua certamente seria mais trabalhosa e demorada de se estabelecer, ainda que os resultados pudessem ser mais intensos e relevantes no desenvolvimento do processo, ampliando esse trabalho social relevante para os moradores e para a sociedade.

A atividade seria mais trabalhosa e demorada porque lidaria com sujeitos fora de uma instituição, exigindo um deslocamento de realidade e de valores maior dos proponentes, e porque os moradores estariam em outra condição, mais crua e introspectiva em relação aos abandonos pessoais e sociais, exigindo uma ação ainda mais profunda e cuidadosa de contato e reflexão. Os resultados seriam mais intensos e relevantes, por sua vez, pelos mesmos motivos, pois se atuaria onde a necessidade é maior e onde a institucionalização ainda não exerceu influência.

As atividades

Nas atividades, a aproximação entre moradores e moradores e proponentes era fundamental para estabelecer disposição e envolvimento dos atores para falar de suas reflexões pessoais com menor constrangimento, despeito ou alguma outra amarra que tornassem o fazer filosófico inviável naquela proposta. Para tanto, esse deslocamento e desconstrução para a atividade, e como sendo já a própria atividade, não poderiam ser solicitados e esperados apenas dos moradores pelos proponentes, de forma unilateral, sendo também fundamentalmente requeridos dos proponentes.

Na prática, à medida que se estabeleciam conexões, e apesar do sentimento de exclusão comum que constrange os moradores de se colocarem, esse deslocamento

foi cobrado como exigência de legitimação das reflexões de cada um dos proponentes em diferentes momentos. Só poderia haver atividade havendo encontro, e para isso os moradores questionavam e provocavam, determinando um lugar de condição de relacionamento mais horizontal, que solicitava o deslocamento dos proponentes a estarem mais próximos dos universos dos moradores.

Apesar das personalidades e vivências dos três proponentes serem diversas, todos estavam ali sob condição parecida para os demais, ou seja, não moradores em situação de rua e propondo atividades como professores através de uma escola. Fazia-se necessário desconstruir as posições socioeconômicas e culturais estabelecidas e imaginadas, assim como desmanchar qualquer possibilidade de entendimento hierárquico, sem, no entanto, ignorar a realidade constituída, que influencia a todos e é argumento da própria atividade como objeto de questionamento e de transformação.

A filosofia, nessa atividade, estava comprometida em incentivar a prática da desconstrução (Derrida, 2009) de valores sociais e pessoais como forma de construir teórica e praticamente novas experiências e relações, reescrevendo e valorizando as histórias e identidades pessoais, trabalhando a linguagem que, segundo Heidegger (2016), funda o ser. Buscou-se promover uma reflexão de empoderamento, de respeito e diálogo com o outro, de interação e de transformação social, em que o pensar, o escolher, o desejar de cada um (sejam quais forem) pudessem ser construídos de forma autônoma e legítima (não orientadas ou em uma forma de vida imposta), em que cada sujeito pudesse se colocar ao mesmo tempo em que recebe o outro, sem subjugar ou ser subjogado, sem marginalizar ou ser marginalizado, enquanto trabalha as questões pessoais, consequentes ou não das condições sociais. Em acordo com Comte-Sponville (2001), filosofar para ser feliz. Assim, procurou-se realizar um trabalho em que do diálogo com a sociedade e consigo mesmo não se estabelecesse um recalque ou uma simples revolta, nem tampouco uma resignação incontestada, mas uma interação crítica para transformar e permitir lugar para todos os sujeitos e ideias – um discurso de solidariedade, de equidade, amoroso e pleno, conforme Boff (2006).

As transformações pessoais e com a sociedade não significam, no entanto, que a vida de cada sujeito deva ou vá ser muito diferente do resto da sociedade ou de sua vida atual, o que irá mudar é sua condição, sua autoestima, e a forma como esse sujeito vai relacionar-se com os outros.

Trabalhar as questões sociais que oportunizam que a exclusão, a miséria, a exploração e a indiferença façam parte do nosso cotidiano pode devolver a dignidade e o protagonismo dos moradores em situação de rua, como nesse caso, mas também para outros sujeitos em condições análogas de marginalização, tratando simultaneamente da dignidade e da sanidade de toda a sociedade.

Os moradores em situação de rua talvez sejam os mais sensíveis à sociedade como ela se apresenta, sucumbindo, de maneira quase indefesa, aos problemas de relacionamento, uso de drogas e regramentos que se impõem e que atendem diferentemente aos sujeitos, com determinados valores, possibilidades e oportunidades excludentes. Dessa forma, muitos encontram na rua, como fuga, liberdades e acolhimentos não encontrados anteriormente. Não que essa vida seja fácil e sem perigos, mas é nela que os moradores em situação de rua conseguem conviver com sua autoestima (apesar de todo o peso que carregam pelos problemas antigos e pelas vontades e saudades sufocadas) e é nela que encontram estabilidade e posição. Moradores em situação de rua são exilados na própria cidade, refugiados da vida familiar e social, mas são também aqueles que vivem mais próximos à cidade.

Através da reflexão de sua condição de vida atual e de sua vida anterior, cada sujeito,

como morador em situação de rua, pode desconstruir sua imagem e posição de marginalizado, reconhecendo aquilo que lhe é de valor, aquilo que lhe enraíza e lhe abriga, entendendo que é tão importante quanto os de quaisquer outros; e a partir de então dialogar e transformar (como deveria também toda a sociedade), reescrever seu passado e seu futuro; protagonizar-se.

Dentro da sala, muitas experiências marcantes foram relatadas e vivenciadas – reflexões profundas e maduras que surpreenderam os propositores das atividades, em parte pelo fenômeno em si, que talvez seja um tanto raro em qualquer meio, mas também pela beleza do processo de dar-se conta e de como isso se manifesta; e em parte pela insistente e indesejada arrogância dos proponentes, que, por mais que trabalhem para isso, subestimam a potência existente não só nesses, mas em todo ser humano, independentemente de sua condição e formação. E, ainda, em parte pela maturidade emocional de alguns, que é quase infantil, de tocante inocência, e que se alia a uma baixa escolaridade (a despeito do aprendizado de vida), que, no olhar que pode ser homogeneizante dos proponentes, determina uma expectativa de pobres contribuições. No entanto, as características dos frequentadores das atividades de filosofia eram bastante diversas, não só em maturidade, como em formação e capacidade de articulação.

As atividades utilizaram como referência e fundamentação teórica filósofos como Heidegger (2016), Foucault (2004) e Derrida (2003), Leonardo Boff (2006), Comte-Sponville (2001), bem como influências de Pierre Verger. Os filósofos foram utilizados não somente de forma direta, da leitura e da interpretação de seus textos (forma muito pouco utilizada), mas como forma de disparar as reflexões e também, em processo, como exercício de desconstrução. Em cada encontro, um tema serviu como referência para o início da atividade. No primeiro encontro, em 22/09, perguntou-se: Estar na rua... é possível ser feliz? Em 29/09, o tema foi: O que vale a pena ser? Como gasto meu tempo? Em 06/10, questionou-se: Onde vamos abrigar nossos sonhos? Em 13/10 tratou-se dos desejos e possibilidades: Está para vir... está chegando! E em 20/10, o tema baseou-se em: Como eu me sinto estranho? Como vejo o estranho? O que é o estranho? Nos demais encontros, em 27/10, 03/11, 10/11, 17/11 e 24/11, as reflexões partiram dos resultados dos encontros anteriores. Em alguns encontros foram propostas dinâmicas a partir das reflexões, como forma de encenar e trazer uma apropriação crítica das discussões e do processo da atividade proposta; como, por exemplo, a dinâmica desenvolvida em dois grupos para representar de forma livre como pode se dar a desconstrução de ideias e condições pré-estabelecidas, e a diferença em relação à destruição ou ao não enfrentamento.

Em todos os encontros, apesar da orientação dos temas e da fundamentação teórica, as reflexões não foram limitadas pela estrutura proposta, permitindo que todos os participantes pudessem se apropriar da atividade, tornando-se protagonistas de suas próprias reflexões, enquanto também dialogavam respeitosa e abertamente com os demais (ainda que, de forma mais rara, também tenham ocorrido discussões mais acaloradas e embates um pouco mais tensos). Nessa dinâmica, pôde-se trabalhar a hospitalidade e a hostilidade em Derrida (2003).

As conexões que se formaram e as reflexões que se construíram foram suficientes, apesar da rotatividade dos alunos durante o período e da dificuldade para fazer retornar nas semanas seguintes grande parte daqueles que participaram das atividades. Na EPA, dada a pedagogia pensada para moradores em situação de rua e a condição menos domesticada e institucionalizada desses sujeitos, os alunos não são compelidos e cobrados a frequentarem assiduamente as atividades escolhidas, mas convidados, nem tampouco a manterem-se em aula durante todo o período programado pelos proponentes das atividades. No caso da filosofia com moradores em situação de rua,

assim como outras atividades que aconteciam em paralelo, o período era dividido em dois, com intervalo de descanso e lanche para todos (depois do qual a maioria estava mais sonolenta).

Muitos moradores mostraram interesse e envolvimento nas atividades de filosofia a ponto de bons momentos serem criados. Ainda assim, o ritmo das atividades foi relativamente lento e dispersivo, e o número de encontros insuficientemente duradouro para um desenvolvimento mais profundo das reflexões (era difícil iniciar as aulas, demorava-se para se formar uma turma, mesmo chamando individualmente cada morador). Com o tempo, mesmo que a dispersão aumentasse ou se mantivesse (ainda que pudesse também diminuir com a intensificação dos vínculos e com o aprimoramento das atividades), a prática das reflexões tenderia a amadurecer e trazer novas conexões pessoais, bem como a consolidar reflexos práticos na vida dos sujeitos.

As atividades ocorreram apenas uma vez por semana, às sextas-feiras, e os proponentes, diferentemente dos moradores, não frequentavam a EPA em outros momentos. Para um melhor aproveitamento, outras estratégias poderiam ter sido tomadas em consideração, como outro formato e ambiente para os encontros, apesar da estrutura da escola e das atividades realizadas anteriormente terem sido fundamentais para eventuais êxitos do trabalho. A atividade poderia ter uma frequência um pouco mais intensa (talvez duas vezes por semana) e continuada, associada a atividades de ocupação como fonte de sustento, trazendo, dessa forma, a vivência das reflexões e consolidação das transformações.

Durante o período da Filosofia com Moradores, algumas ações foram propostas como forma de associar a filosofia com a ocupação, trabalhando desde a reflexão e valorização do gosto por algum fazer e da possibilidade desse fazer tornar-se fonte de renda (o que foi começado em sala), até colocar esse fazer em prática. No entanto, essas ações realizadas fora da EPA tiveram baixa adesão, e a adesão repetida teve baixo protagonismo. Apesar da condição dos moradores frequentadores do EPA não ser de extrema marginalização e abandono de si, a maioria sofre com as expectativas de mudanças e com possíveis promessas de oportunidades que não venham a se cumprir. Tendem a desacreditar e, portanto, não se envolver com as atividades propostas. Dessa forma, a proposição de ações deve ser muito cuidadosa para envolver os moradores e para evitar o efeito contrário do que se propõe, reforçando a desmotivação, a introspecção e a falta de ânimo para as transformações e o diálogo.

Uma das ações tratou da montagem de uma feira para acontecer aos sábados no Viaduto Otávio Rocha, centro de Porto Alegre, em que a produção dos participantes pudesse ser vendida. Cada sujeito produziria a partir de seus interesses e conhecimentos (e cada um revelou interesses e conhecimentos, ainda que em diferentes níveis técnicos e de intensidade). No entanto, poucos participaram, montando vasos de plantas em sapatos velhos pintados ou fazendo desenho em cartões. Nessa ação, cogitou-se preparar uma decoração de natal para o viaduto, envolvendo moradores frequentadores do EPA com moradores locais. A produção dos enfeites traria ocupação, diálogo com a sociedade (através de manifestação artística e da intervenção em um dos maiores símbolos construídos da cidade) e serviria para reflexão e integração dos grupos que se encontravam em diferentes condições de vida. Logo, porém, esse projeto se mostrou muito ambicioso para o momento e para o envolvimento conseguido. A ação, como um todo, mostrou potencial, mas manteve-se superficial para os objetivos da atividade. O envolvimento maior foi dos proponentes e a atividade não durou mais do que algumas semanas, sem motivar que a feira continuasse de forma independente depois do encerramento da atividade de filosofia naquele semestre.

Reflexão

Com o aumento do desemprego e da desigualdade nos anos que se seguiram à atividade de filosofia, a quantidade de moradores em situação de rua locais, ou seja, que se abrigam nos vãos do viaduto Otávio Rocha, aumentou significativamente. O que mostra que as condições gerais da sociedade e políticas sociais mais abrangentes são fundamentais para a aceleração mais profunda do tipo de atividade como a desenvolvida na EPA e no Viaduto Otávio Rocha, não sendo essas condições, todavia, tão determinantes que não se possa fazer algo que as amenize ou ajude a transformá-las. Não se pode esperar por mudanças de cenário a partir do macro, ainda que algumas ações e eventos possam ter essa prerrogativa, já que as questões tratadas aqui são de extrema urgência. São atividades como as propostas que promovem mais consistência, legitimidade e durabilidade para transformações sociais.

O cenário geral já é favorável quando não vai de encontro à dignidade humana. Atualmente, na contramão desse pensamento e engajado na onda conservadora atual, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul tem se empenhado em transformar a questão em um problema de “higiene”, a ser resolvido pela ação policial.

Em uma sociedade mais igual em representatividade, constituída por sujeitos que se dão conta de sua condição, que é de interdependência com o outro, talvez a macro político-econômica seja menos relevante e as pessoas mais preparadas, e a recuperação de momentos difíceis seja mais rápida. Ao mesmo tempo, uma sociedade estruturada dessa forma também tende a ser mais estável e próspera.

Em tempo, a realização plena dessas ações, como as propostas no Viaduto Otávio Rocha, entre os moradores frequentadores da EPA e moradores locais, alcançaria os objetivos da atividade, pois significariam em si diálogos e transformações do sujeito com ele mesmo e com a sociedade, mas na prática o processo estava apenas no início. Dependia-se de muitos fatores, trabalho e envolvimento para uma atividade que se deu de forma muito curta. Ainda assim, a Filosofia com Moradores em Situação de Rua se mostrou pertinente e serviu não só como esse início de processo para o desenvolvimento dos moradores, mas como base para uma fundamentação teórica a ser desenvolvida, bem como para uma continuidade, sob um olhar congruente, mas não similar às atividades propostas no EPA.

Para os proponentes, a atividade e a sua continuidade se justificam no princípio de que o estudo da filosofia aguça a reflexão; de que número de moradores de rua no centro de Porto Alegre, associado à condição de vida a que estão submetidos, contraria o conceito de humanidade e cidadania; de que ação e a reflexão são dois momentos da mesma realidade; de que a condição social atual dificulta a horizontalidade como forma de vivenciar a democracia e a solidariedade como participação coletiva; de que a miserabilidade de certos grupos sociais oportuniza o surgimento de grupos marginalizados e descomprometidos com o bem comum; de que qualquer sociedade é a construção das nossas ações e valores e qualquer desconstrução depende de nós; de que homens e mulheres, como seres sociais, perdem o referencial quando não reconhecem seus próprios valores e não se identificam com a sociedade e, sendo assim, devem sentir-se livres para se reconhecerem e dialogar; de que os moradores de rua do centro de Porto Alegre são pessoas capazes de refletir e serem protagonistas de sua história; e de que a Universidade tem o compromisso de ser mediadora da construção do conhecimento e da consciência crítica, esteja onde estiver.

Em 2016, a Filosofia com Moradores em Situação de Rua teve continuidade como atividade do projeto Universidade na Rua (apresentado em Fuão, Dover e Cidade [2017]), fazendo o papel de integrar a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que é pública, com a sociedade nas questões que lhe são mais significativas.

Referências bibliográficas

BOFF, Leonardo. *A força da ternura. Pensamentos para um mundo igualitário, solidário, pleno e amoroso*. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

COMTE-SPONVILLE, André. *A felicidade, desesperadamente*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DERRIDA, Jacques. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*. São Paulo: Escuta, 2003.

DERRIDA, Jacques. *A Escritura e a Diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

EMEF Porto Alegre. Disponível em: <<http://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/epa/index.html>>. Acesso em: 22 maio 2017.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

FUÃO, Fernando; DOVERE, Themis; CIDADE, Daniela. *Universidade na Rua*. Porto Alegre, 26 maio 2017. Disponível em: <<https://fernandofuao.blogspot.com.br/2017/05/universidade-na-rua.html>>. Acesso em: 17 maio 2018.

HEIDEGGER, Martin. *Construir, Habitar, Pensar*. São Paulo: FAUUSP, 2016. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/wp-content/uploads/2016/12/heidegger_construir_habitar_pensar.pdf>. Acesso em: 17 maio 2018.

Figura 3 - Foto do Viaduto Otávio Rocha no Centro de Porto Alegre onde ocorreram atividades da Filosofia com Moradores em Situação de Rua. Autor: Marcelo Kiefer



O CIBERESPAÇO VERSUS A BUSCA POR UMA POSTURA FENOMENOLÓGICA EM ARQUITETURA E URBANISMO

Gabriel Alvariz Lopes¹

Resumo

Este artigo discute a dialética da busca por uma postura fenomenológica em arquitetura e urbanismo na era da cibercultura e do ciberespaço, onde as noções de espaço e de tempo se dissolvem. São trazidos da filosofia e da teoria da arquitetura e urbanismo os conceitos fundamentais sobre os temas envolvidos com o objetivo de, então, despertar um olhar investigativo acerca dos efeitos do ciberespaço sobre as relações do indivíduo com a arquitetura e com a cidade, bem como compreender as potencialidades e limitações de uma arquitetura multissensorial no contexto de uma sociedade cada vez mais atrelada ao mundo virtual.

Palavras-chave: fenomenologia, arquitetura e urbanismo, ciberespaço.

Abstract

This paper addresses the dialectic of the craving for a phenomenological approach to architecture and urbanism in the age of cyberculture and cyberspace, where the notions of space and time dissolve. Basic definitions of the topics involved in this subject are presented, coming from both philosophy and architectural theory, with the objective of instigating an investigative look at the effects of cyberspace on the relation between individual and space, as well as comprehending the potentialities and limitations of a multisensory architecture in the context of an ever-increasing connection of society to the virtual world.

Keywords: phenomenology, architecture and urbanism, cyberspace.

Introdução

A fenomenologia, corrente filosófica fundada por Edmund Husserl (1859-1938), buscava, desde a primeira metade século passado, resgatar o papel da percepção na construção do conhecimento científico, propondo uma investigação pura dos fenômenos, ou seja, baseada no contato direto com o objeto, anterior à interferência de conceitos e saberes. Embora, como destaca Dartigues (1992), o vocábulo “fenomenologia” tenha sido usado anteriormente em obras de outros pensadores – como Johann Heinrich Lambert (1728-1777), Immanuel Kant (1724-1804) e Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) –, foi a partir do pensamento de Husserl que o termo passou a se consolidar como uma linha de pensamento filosófico, ganhando o significado pelo qual a fenomenologia é conhecida ainda hoje.

Bello (2006), em uma análise etimológica da palavra fenomenologia - que de antemão esclarece muito sobre o significado da filosofia de Husserl –, afirma que esse vocábulo deriva de outras duas palavras, ambas de origem grega. “‘Fenômeno’ significa aquilo que se mostra; não somente aquilo que aparece ou parece. [...] ‘Logia’ deriva da palavra ‘logos’, que para os gregos tinha muitos significados: palavra, pensamento. [...]” (p.17-8). Desse modo, compreende-se que a fenomenologia trata de uma busca pelo sentido dos fenômenos, que podem ser físicos ou abstratos; um modo de ver o mundo através de sua essência, isto é, buscando compreender o seu significado antes da influência de conceitos, saberes prévios e reflexões racionais; valorizando o contato primeiro do indivíduo para com o fenômeno através da percepção e do corpo, por meio dos sentidos.

De acordo com Bello (2006), a fenomenologia surgiu como oposição aos ideais positivistas vigentes à época, contrapondo-se a uma concepção de existência enquanto mero objeto científico, já que, segundo Merleau-Ponty (1999, p.03), “a ciência não tem e não terá jamais o mesmo sentido de ser que o mundo percebido, pela simples razão de que ela é uma determinação ou uma explicação dele.”. Merleau-Ponty (1999) também diz que:

Retornar às coisas mesmas é retornar a este mundo anterior ao conhecimento do qual o conhecimento sempre fala, e em relação ao qual toda determinação científica é abstrata, significativa e dependente, como a geografia em relação à paisagem — primeiramente nós aprendemos o que é uma floresta, um prado ou um riacho. (p.04).

Com efeito, o papel da cognição e da percepção na relação do indivíduo com o mundo e na construção do conhecimento foi tópico de diversas teorias ao longo da história da filosofia, nas quais se inclui a corrente fenomenológica do século XX – colocada aqui em evidência por ter sido promotora de reflexões cujos desdobramentos são ainda hoje palpantes. Esses desdobramentos são encontrados em pensadores influenciados por Edmund Husserl - como Martin Heidegger (1889-1976) e Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) - e também em áreas do conhecimento mais específicas, como a arquitetura e o urbanismo, a psicologia, a pedagogia etc.

Em arquitetura e urbanismo, a fenomenologia vem sendo amplamente utilizada, desde meados do século XX, como suporte teórico na busca por espaços que dialoguem com as qualidades sensoriais e existenciais que estão no cerne das discussões arquitetônicas mais primitivas. Para isso, defensores dessa corrente de pensamento apontam na direção de uma arquitetura multissensorial cujos meios e fins extrapolam o pensamento puramente pragmático e a mera satisfação visual. Arquitetos e teóricos como Peter Zumthor, Juhani Pallasmaa e Steven Holl – nomes associados a obras

¹ Possui curso técnico em Edificações pelo Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (2015). Atualmente é acadêmico do curso superior em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas e participa do Grupo de Estudos para o Ensino/Aprendizagem de Gráfica Digital (GEGRADI). E-mail: gabriel-lobes@live.com

com grande relevância na arquitetura contemporânea - são alguns dos expoentes da vertente de pensamento fenomenológico na disciplina atualmente.

Entretanto, na contracorrente dessa busca por uma valorização dos sentidos, a estrutura social da atualidade – bem elucidada por Harvey (2008) no célebre “Condição pós-moderna”, publicado originalmente em 1989 – apresenta entre suas características o que se pode interpretar como obstáculos para uma relação mais corpórea e sensorial do indivíduo com o mundo, e conseqüentemente com a arquitetura e com a cidade. Destacam-se entre essas características a especialização e difusão das mídias, mais especificamente o surgimento do ciberespaço e da cibercultura, uma vez que a desterritorialização e o desprendimento da mente em relação ao corpo parecem ser propriedades inerentes ao mundo virtual, discutidas até mesmo por filósofos considerados otimistas e/ou entusiastas do ciberespaço.

Este artigo revisita os pensamentos e conceitos fundamentais sobre os temas envolvidos nessa dialética – o paradigma da fenomenologia em arquitetura e urbanismo, o mundo virtual e o ciberespaço –, visando promover reflexões sobre as potencialidades e limitações de uma arquitetura sensível e sensual em tempos de relações humanas cibernéticas, bem como despertar um olhar investigativo acerca dos possíveis efeitos do mundo virtual nas relações do indivíduo com os espaços físicos e na prática e ensino da arquitetura. Busca-se aqui transcender, entretanto, uma crítica simplista e alarmista, de tom reacionário, em relação ao ciberespaço, pois se entende que este tenha, além de eventuais efeitos negativos na sociedade e no indivíduo, suas potencialidades próprias em termos de comunicação, de linguagem e de cultura, e até mesmo suas próprias formas de arte, como sugere Lévy (1999).

A fenomenologia da arquitetura

Embora não possua talvez solidez suficiente para ser considerada uma escola ou movimento arquitetônico, a fenomenologia da arquitetura exerce uma importante influência no pensamento arquitetônico contemporâneo (SCARSO, 2016), estando o seu surgimento atrelado a uma crítica ao modernismo que ganhou força entre o final dos anos 1950 e o começo dos anos 1960. Segundo aqueles que fundamentaram sua oposição ao movimento moderno essencialmente no pensamento fenomenológico, o discurso e a produção urbana e arquitetônica dos modernistas assumira um ocularcentrismo, um funcionalismo exacerbado e um distanciamento em relação às qualidades e potencialidades sensoriais e existenciais da arquitetura. Dessa forma, os arquitetos e teóricos defensores de uma postura fenomenológica compartilham a ideia de que a arquitetura deve pautar-se essencialmente na experiência do corpo e na vivência do lugar através de todos os sentidos, voltando-se então para uma maior atenção às questões de materialidade, efeitos de luz e sombra, sons e cheiros etc.

Apesar de ter integrado um vasto movimento de críticas ao modernismo, é interessante salientar que a arquitetura fenomenológica se distanciou firme e simultaneamente tanto do moderno quanto do pós-moderno, devido ao enfoque historicista deste na ornamentação e em simbolismos figurativos, com conseqüente reiteração de uma conduta ocularcêntrica. Seamson (2012) destaca que, já no final da década de 1980, a primeira fase da corrente fenomenológica teve suas estruturas abaladas pelas novas perspectivas do desconstrutivismo, do pós-estruturalismo, do feminismo etc., mas defende que a influência dessas novas perspectivas críticas, ao invés de dar cabo do pensamento fenomenológico, fez alargar o espectro do seu entendimento acerca da experiência humana. Por exemplo, sua tradicional ênfase em questões como o habitar, o lar, os lugares físicos e estáticos vem sendo complementada por questões como as periferias, a mobilidade, o deslocar-se, o dinamismo do lugar, os espaços virtuais etc.

É interessante pensar que, apesar de nunca ter chegado a tomar a forma de um movimento arquitetônico, o pensamento fenomenológico continua atual e pulsante no contexto da arquitetura contemporânea (como demonstram as obras de Steven Holl, Peter Zumthor etc.), enquanto movimentos mais consolidados, como o pós-modernismo, tiveram um auge identificável e uma potência que em algum momento tornou-se inexpressiva. Uma possível explicação para isso talvez resida nas palavras de Jacquet (2012):

I would rather claim that a phenomenological approach is compatible with many other theoretical, intellectual, historical, and social traditions. The writings of Heidegger, Sartre, Merleau-Ponty, Bachelard, Derrida, and Ricoeur have inspired architectural students for more than half a century, but phenomenology has never been the only way of thinking used by architects. (p.09).²

Portanto, a vitalidade do pensamento fenomenológico na arquitetura ainda hoje talvez resida no fato de que as suas proposições e reflexões críticas, que tiveram como primeiro alvo a arquitetura e em especial o urbanismo modernos, na realidade têm origens mais remotas e que continuam aplicáveis à arquitetura atual, revelando um caráter de certa forma transcendental dessa corrente de pensamento. Para entender o que a fenomenologia representa na arquitetura hoje, avaliemos mais especificamente o cerne das reflexões que ela abarca, bem como os antídotos que propõe contra uma arquitetura indiferente às propriedades sensoriais e existenciais que, segundo os pensadores de linha fenomenológica, são a própria essência e razão de ser da disciplina.

Como nos mostra Sennett (2003), a relação dos indivíduos para com o corpo (incluindo questões como a relação com os mortos, com a sexualidade e etc.), em uma sociedade e em uma época específicas, está vinculada à organização do espaço desde os primórdios da história das cidades. Ao longo do instigante “Carne e Pedra”, o historiador seleciona algumas cidades em momentos distintos da História e expõe de que forma eventos de significância expressiva (guerras ou revoluções, grandes descobertas científicas, a propagação de novas doenças ou a publicação de uma obra relevante) assinalaram “significativamente as relações entre as experiências corporais e os espaços em que as pessoas viviam” (SENNETT, 2003, p.20).

Partindo dessa ideia, Sennett (2003) propõe que a privação sensorial a que estamos sujeitos desde a modernidade – momento em que ideias higienistas e setorizadoras, vinculadas a lugares apassivadores e monótonos ganharam força – está intimamente atrelada a outras características da época. Em primeiro lugar, essa supressão dos sentidos estaria ligada a um “medo do contato”, que pode ser mais bem entendido através da reflexão proposta por Chauí (2010) de que a repressão do desejo, incluindo o desejo sexual, foi um mecanismo necessário ao sistema capitalista, pelo menos durante boa parte do século XX, para garantir que a energia dos indivíduos fosse exclusivamente dirigida para o trabalho, promovendo certa robotização do corpo e culpabilização do prazer. Em segundo lugar, também se pode associar a privação sensorial a uma revolução tecnológica concomitante cujos meios (o cinema, a televisão, as formas de locomoção cada vez mais velozes etc.) são vertentes de insensibilização e alienação da vida real. É através do cinema e da televisão, por exemplo, que o consumo de

² “Eu preferiria afirmar que uma abordagem fenomenológica é compatível com muitas outras tradições teóricas, intelectuais, históricas e sociais. Os escritos de Heidegger, Sartre, Merleau-Ponty, Bachelard, Derrida e Ricoeur inspiraram estudantes de arquitetura por mais de meio século, mas a fenomenologia nunca foi a única forma de pensamento utilizada pelos arquitetos.” (p.09) [Tradução do autor deste].

falsas experiências de violência, de dor, de sexo etc. anestesia a consciência do corpo. Sennett (2003) se refere também aos efeitos das novas experiências de velocidade, que muito claramente pautaram o pensamento urbanístico e o planejamento das cidades desde Le Corbusier, e diz que:

Hoje em dia, viaja-se com uma rapidez que nossos ancestrais sequer poderiam conceber. A tecnologia da locomoção – dos automóveis às grandes rodovias – permitiu que as pessoas se deslocassem para áreas além da periferia. O espaço tornou-se um lugar de passagem, medido pela facilidade com que dirigimos através dele ou nos afastamos dele. A visão que o motorista ao volante descortina à sua frente é a de um lugar escravizado às regras de locomoção e neutralizado por elas: basta um mínimo de reações pessoais para dirigir bem e com segurança; sinais padronizados, linhas que demarquem as pistas, bueiros, além de ruas vazias de pedestres. Transformado em um simples corredor, o espaço urbano perde qualquer atrativo para o motorista, que só deseja atravessá-lo. (p.17-8).

Essa revolução tecnológica e midiática atua também como catalisadora de um processo de supervalorização da visão em detrimento dos outros sentidos, paradigma discutido pelo arquiteto e teórico finlandês Juhani Pallasmaa no célebre “Os Olhos da Pele: A arquitetura e os sentidos”. Nessa obra, Pallasmaa (2011) defende que a supervalorização do sentido da visão na arquitetura estaria levando à supressão de sua natureza sensual e tátil e tolhendo o profundo significado da arquitetura nas questões existenciais do ser humano, que permeiam assuntos como o espaço e o tempo, interioridade e exterioridade, tempo e duração, vida e morte etc. Para Pallasmaa (2011), a arquitetura “domestica o espaço ilimitado e o tempo infinito, tornando-o tolerável, habitável e compreensível para a humanidade” (p.17). As edificações e a cidade mediam as relações humanas, revelam uma idade e uma história, nos inserem em um *continuum* temporal que ultrapassa nossas vidas individuais e nos permitem, através da fusão entre matéria, espaço e tempo, “uma experiência elementar e singular: a sensação de existir” (Ibidem, p. 49).

Entretanto, para exercer esse papel, a arquitetura, no entendimento de Pallasmaa (2011), precisa acolher, aproximar e atender às necessidades mais primitivas do ser humano, deixando de lado uma hierarquia entre os sentidos (na qual a visão estaria no topo) e entendendo a cognição e a percepção enquanto atividades em que todas as modalidades sensoriais atuam conjunta e simultaneamente. O autor faz uma crítica contundente a uma ideia de visão objetiva, focada, que distancia o observador do objeto e está vinculada a uma arquitetura meramente contemplativa, que se baseia na autoexpressão do arquiteto - comum na produção arquitetônica atual. Uma visão tátil e vinculada aos outros sentidos, defendida por Pallasmaa (2011), é aquela que prima pelos estímulos periféricos e não focados (como ocorre em um passeio pela floresta ou por uma cidade medieval), que se dá na escala humana, que induz ao toque e que aproxima o indivíduo do espaço, ao invés de incentivar o seu afastamento.

O ocularcentrismo da arquitetura e da arte hodiernas, segundo Pallasmaa (2011), difere-se daquele que pode ser percebido em épocas passadas, pois tem sido reforçado por um bombardeio de imagens produzidas em massa e manipuladas, e por tecnologias de informação cada vez mais velozes que, em sua simultaneidade, suprimem o tempo e o espaço – percebe-se, nesse aspecto, uma forte influência do conceito de “compressão do espaço-tempo” de Harvey (2008), a ser aqui discutido posteriormente. Desse modo, a perda de qualidade na produção de espaços, em termos sensoriais, não estaria vinculada exclusivamente a uma predileção pela visão –

que é percebida em obras bastante remotas, como os templos da Grécia Antiga –, mas pode ser atribuída sobretudo a um isolamento desse sentido e desconexão com os demais, em uma postura redutivista percebida, por exemplo, no urbanismo moderno.

Para se produzir espaços sensíveis a essas demandas e condizentes com as funções mais elementares da arquitetura, faz-se necessário compreender o papel de cada sentido nos processos de cognição e percepção e, mais que isso, assimilar como todos os sentidos se inter-relacionam e agem em conjunto. Assim, Pallasmaa (2011) esmiúça sua análise em reflexões mais específicas sobre as características de uma arquitetura multisensorial por ele proposta, como a *importância das sombras* – segundo ele, as cidades antigas que alternam penumbra e luz são mais atrativas do que as cidades atuais, com iluminação intensa e homogênea; a *importância do som* – que “mede o espaço e torna sua escala compreensível” (p. 48) e nos permite sensações como intimidade/monumentalidade, hospitalidade/hostilidade; e a *qualidade aromática de um espaço* – que se configura muitas vezes como a memória mais marcante e própria de um lugar.

Pallasmaa (2011) aponta para a sistematização da representação em perspectiva cônica, na Renascença, como um marco de grande intensificação do privilégio da visão na cognição, uma vez que, embora a cultura ocidental tenha sido centrada nos olhos desde os gregos antigos, a “representação em perspectiva em si própria se tornou uma forma simbólica, que não apenas descreve, mas também condiciona a percepção.” (p.16). Nesse sentido, para Harvey (2008), a sistematização do conhecimento sobre a perspectiva teve influência não só nas práticas artísticas e arquitetônicas, como também na política e na economia, graças às possibilidades de apropriação do território que os novos mapas, mais precisos, possibilitaram. Nas palavras de Harvey (2008):

A ligação entre o individualismo e o perspectivismo é relevante; ela forneceu o fundamento material eficaz aos princípios cartesianos de racionalidade que foram integrados ao projeto do Iluminismo. Ela assinalou uma ruptura na prática artística e arquitetônica, tendo substituído as tradições artesanais e nacionais pela atividade intelectual e pela “aura” do artista, do cientista ou do empreendedor como indivíduo criativo. [...]

A objetividade na representação espacial veio a ser um atributo valorizado porque a precisão da navegação, a determinação dos direitos de propriedade da terra (em oposição ao confuso sistema de direitos e obrigações legais que caracterizava o feudalismo), as fronteiras políticas, os direitos de passagem e de transporte etc. passaram a ser um imperativo econômico e político.” (p.223).

Para Pérez-Gómez (1984), a hegemonia do pensamento lógico e a obsessão por aspectos formais que norteiam a prática e a teoria arquitetônicas atualmente remontam também ao encontro da arquitetura com a matemática da forma que ocorreu já na Idade Moderna, em especial por volta de 1800, com o surgimento das geometrias não-Euclidianas. Esse desenvolvimento teria promovido a passagem de uma visão mágica e cosmológica da matemática para uma mais mecanizada, metodológica, regrada e funcional, colocando a “verdade” (definida por leis científicas) acima da “realidade” (considerada ambígua e pouco confiável). A influência dessa transição sobre a arquitetura pode ser percebida desde então na obsessão matemática de arquitetos e urbanistas, que os afasta das reflexões que a fenomenologia busca resgatar, colocando em choque a invariância e a precisão inerentes aos métodos matemáticos com um conceito de arquitetura enquanto arte, e não ciência exata.

Entre os arquitetos e teóricos de linha fenomenológica, críticos da hegemonia da

visão e da redução da arquitetura a regras formais, percebe-se mais recentemente como um ponto em comum a problematização das novas tecnologias de informação e comunicação (cuja difusão se dá tanto no âmbito das relações sociais quanto no das práticas projetuais arquitetônicas) enquanto promotoras de um processo de dessensibilização do indivíduo e de virtualização das relações humanas, incorporando à visão fenomenológica da arquitetura pensamentos como os de Baudrillard (1991) e Harvey (2008).

Para além os efeitos das mídias mais “tradicionais” sobre a relação do indivíduo com o mundo físico e, conseqüentemente, sobre a teoria e produção arquitetônicas, há ainda muito que discutir sobre as transformações na arquitetura – em termos de ensino, prática, crítica e na própria definição de suas funções essenciais e de suas potencialidades – após o surgimento e a consolidação da internet e da cibercultura. As novas modalidades midiáticas do ciberespaço elevaram a outro patamar o paradigma centrado na visão e seus efeitos anestésicos sobre o corpo, através de um fluxo ainda mais acelerado de informação e de uma utilização mais imersiva e cada vez mais frequente na vida cotidiana, o que coloca a fenomenologia da arquitetura diante de novos desafios.

O ciberespaço e a percepção de tempo e lugar no mundo virtual

O pensamento de Sennett (2003) citado anteriormente de que as experiências simuladas ofertadas pelas mídias anestesia a consciência do corpo remete às ideias de Jean Baudrillard expostas em “Simulacros e Simulação”. Nessa obra, Baudrillard (1991) atenta para uma simulação da realidade produzida pela informação que, atualmente, circula nas mídias de massa de forma praticamente instantânea, através de seus veículos cada vez mais tecnológicos. Esse simulacro produzido pela informação não representa, segundo o autor, a realidade, mas sim a destrói; não produz sentido, ao contrário do que se poderia supor, e nem incentiva a socialização. É a criação do que Baudrillard denomina “hiper-realidade”, um universo de imagens e signos que interpretamos como mais reais do que a própria realidade. Ironicamente, essa temática vem sendo abordada em uma vasta coletânea de obras cinematográficas – pertencentes elas mesmas, portanto, ao universo hiper-real –, como o longa-metragem *The Truman Show* (1998), a trilogia *Matrix* (1999) e, mais recentemente, a série *Black Mirror* (2011), produzida para a internet.

Lévy (2011), afastando-se da visão de Jean Baudrillard, a qual considera “catastrófica”, explora a questão do mundo virtual sob uma perspectiva mais otimista, discutindo suas potencialidades em relação a novas formas de comunicação e de manifestações artísticas e culturais, definindo a virtualização como “nem boa, nem má, nem neutra” (p.12), negando o “virtual” enquanto oposto do “real” e definindo-o como “o complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a atualização.” (Ibidem, p.16). A título de exemplificação, o autor diz que a árvore está virtualmente presente na semente, ou seja, a entidade trás em si as suas próprias virtualidades.

Dessa forma, entende-se que o conceito de “virtualização” é muito amplo e pode ser relacionado com diversos processos, que vão desde as mais primitivas formas de comunicação (como a própria escrita) até o desenvolvimento de tecnologias mais recentes (como o rádio e a televisão). No contexto das mídias de informação, a popularização da internet abriu novos horizontes com o que hoje chamamos de ciberespaço. Lévy (1999) afirma que o termo “ciberespaço” surgiu em 1984 no romance “*Neuromancer*”, de William Gibson, e era utilizado para designar um universo de redes digitais, palco de conflitos de escala mundial, configurando uma nova fronteira

econômica e cultural. Esse termo seria imediatamente adotado pelos usuários e criadores de redes digitais. Em sua definição própria, Lévy (1999) diz que o ciberespaço é “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores.” (p.92). Mais além, em “O que é o virtual?”, Lévy (2011) afirma:

O computador não é um centro mas um pedaço, um fragmento da trama, um componente incompleto da rede calculadora universal. Suas funções pulverizadas impregnam cada elemento do tecnocosmo. No limite, só há hoje um único computador, um único suporte para texto, mas tornou-se impossível traçar seus limites, fixar seu contorno. É um computador cujo centro está em toda parte e a circunferência em nenhuma, um computador hipertextual, disperso, vivo, pululante, inacabado, virtual, um computador de Babel: o próprio ciberespaço. (p.47).

O *boom* das mídias de informação a que se seguiu o advento do ciberespaço está relacionado, como propõe Harvey (2008), com a nova conjuntura econômica e social de um mundo globalizado. Sob essa perspectiva, mais voltada para os fatores econômicos e sociais que possibilitaram ou induziram a expansão e a consolidação desses veículos midiáticos, existem diversas e complexas relações entre mudanças tecnológicas, culturais e artísticas de um certo pós-modernismo e as novas formas de produção e consumo do capitalismo de acúmulo flexível, a partir dos anos 1970.

A superação de um modelo de produção fordista, que nesse período mostrava sinais de crise, e a conseqüente passagem para a lógica da acumulação flexível esteve centrada na busca por uma aceleração do capital de giro – sendo este definido por Harvey (2008) como uma associação entre o tempo de produção e o tempo de circulação da troca, ou seja, o tempo de recuperação do capital posto em circulação. Os esforços para aumentar o lucro por meio da redução dos tempos de giro, através de modificações organizacionais e novas tecnologias de produção, incluíram “uma passagem do consumo de bens para o consumo de serviços – não apenas serviços pessoais, comerciais, educacionais e de saúde, como também de diversão, de espetáculos, eventos e distrações” (HARVEY, 2008, p.258), devido à sua natureza mais efêmera. Nesse contexto, fica claro que a potencialidade das mídias em oferecer esses serviços, intensificar a volatilidade de modas/tendências de consumo e ainda dar suporte a uma organização produtiva globalizada e desfragmentada seria largamente explorada. Entende-se, portanto, que a difusão e a intensificação do uso das mídias de informação, bem como a emergência de novos meios estiveram desde o princípio arraigadas à consolidação da nova estrutura socioeconômica do mundo globalizado.

Analisando as reflexões de Harvey (2008) sobre os impactos sociais dessas mudanças, ainda na década de 1970, encontramos as raízes de uma sociedade atrelada à descartabilidade, à obsolescência, à efemeridade e à rapidez, desde antes da difusão do computador pessoal e do desenvolvimento de uma cibercultura. A essas modificações na percepção de tempo e espaço, decorrentes da instantaneidade e simultaneidade de um mundo conectado por redes virtuais, Harvey (2008) dá o nome de “compressão do espaço-tempo”, definida pelos “processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos” (p.219).

Em sua postura menos alarmista, para não dizer mais entusiasta, Lévy (2011) direciona sua análise especialmente para as potencialidades do ciberespaço, entre as quais se incluem a inteligência coletiva, as novas possibilidades de produção cultural, de relações sociais etc. Apesar de não negar o desprendimento do aqui e agora ou a

“não-presença” como sendo uma das principais modalidades do virtual, diz que o conhecimento, a memória, a imaginação, a linguagem etc. nos induziram a abandonar a presença física muito antes do advento das redes digitais. Dessa forma, para o autor, a ausência de um espaço não implicaria a dissolução da existência, tampouco seria o ciberespaço o grande e único precursor dessa desconexão entre consciência e corpo.

Um contraponto importante à visão de Pierre Lévy nos é oferecido pela filósofa Marilena Chauí, em palestra dada para o programa de TV *Café Filosófico*, em 2010, sob o título “Espaço, tempo e o mundo virtual”. Na ocasião, Chauí (2010) baseou-se essencialmente na filosofia de Merleau-Ponty para traçar um panorama sobre a espacialidade e a temporalidade do corpo em face do mundo virtual. Para Chauí (2010), ao contrário do que a obra de Pierre Lévy dá a entender, o ciberespaço não é anódino ou passivo, tampouco sua virtualidade pode ser equiparada àquela da linguagem, por exemplo, uma vez que, para além do simulacro baudillardiano das mídias tradicionais, o ciberespaço de fato cria um novo mundo, de caráter imersivo, paralelo ou quiçá substituto do mundo real. Tal poder – o de criar novos mundos e novas realidades –, seria, em épocas passadas, atribuído a divindades, não devendo ser, portanto, menosprezado.

Como se pode perceber, a abolição do tempo e do espaço, bem como a privação da experiência corporal no plano físico são discussões recorrentes entre os pensadores do mundo virtual, das mídias, do ciberespaço e da cibercultura, desde os mais otimistas até os mais alarmados. Os meios contemporâneos de diálogo entre corpo e espaço material – diálogo esse que o ciberespaço torna mais rarefeito e mais complexo –, introduzem na arquitetura e no urbanismo reflexões inéditas e desafiadoras, sobretudo tendo em vista o pensamento fenomenológico que atua ainda hoje sobre a disciplina e que aponta para uma direção contrária à da virtualização: a valorização da experiência corporal e sensível com o lugar enquanto necessidade existencial humana básica e enquanto função mor da arquitetura e da cidade.

Conclusões

Nesse contexto de inquietações, geradas a partir do conflito entre duas temáticas que se chocam, surgem reflexões acerca da real potencialidade, em termos de experiência existencial, da arquitetura multissensorial proposta por uma corrente fenomenológica em um panorama marcado pela virtualização do corpo através do avanço do ciberespaço. Se, por um lado, a relevância social da arquitetura enquanto mediadora de experiências humanas ameaça desvanecer sob a ação de virtualização das tecnologias cibernéticas, por outro lado, em um prognóstico mais positivo, a arquitetura – com destaque para aquela de caráter fenomenológico, sensível e etéreo – poderá assumir o papel de amenizar a ação desterritorializante e dessensibilizante do ciberespaço, de promover a sociabilidade através da criação de espaços que a estimulem e de transpor o paradigma de hegemonia da visão intensificado pelo consumo de informação dos veículos de mídia.

Nesse sentido, para contornar o status de meros receptores de informação inertes e passivos, Holl (2011) defende um posicionamento firme enquanto “ativistas da consciência” (p. 02), buscando avançar em direção a verdadeiras experiências existenciais que, embora simples e ocultas no cotidiano, sejam de fato enriquecedoras.

La arquitectura tiene el poder de inspirar y transformar nuestra existencia del día a día. El acto cotidiano de agarrar el pomo de una puerta y abrirla hacia una estancia bañada por la luz puede convertirse en un acto profundo si lo experimentamos con una conciencia

sensibilizada. Ver y sentir estas cualidades físicas significa devenir el sujeto de los sentidos. (HOLL, 2011, p.02).³

Para Holl (2011), a arquitetura, mais ainda do que outros meios artísticos, tem grande potencial de equilibrar essas tensões, uma vez que lida com um espaço tridimensional onde luz e sombra, transparência, texturas, cores e percepção da passagem do tempo atuam simultaneamente para conformar a experiência arquitetônica. Essa complexidade de sensações que evoca da arquitetura encontra, em outras artes, limitações específicas que lhe são inerentes, pois, embora tenham suas potencialidades próprias (a exemplo da potência emocional da fotografia e do cinema), é através da experiência da arquitetura que se acionam simultaneamente todas as capacidades perceptivas do indivíduo (HOLL, 2011).

A dialética da fenomenologia da arquitetura na era do ciberespaço direciona a discussão para dois aspectos distintos (porém correlacionados e interdependentes) da disciplina. Por um lado, tem-se os efeitos do mundo virtual sobre a prática, o ensino, a crítica e o pensamento arquitetônico; por outro, tem-se as novas relações do usuário com a arquitetura em tempos de conexões cibernéticas. Logo, uma reflexão crítica sobre as potencialidades e os problemas da arquitetura e do urbanismo atuais que se restrinja ao fazer arquitetônico e que não abranja aspectos sociais mais amplos, que não esteja em consonância com os debates de outras áreas do conhecimento tende a ser simplista e, muito provavelmente, falha, pois foca apenas nos aspectos intrínsecos à arquitetura, sem considerar o indivíduo que interage com os espaços construídos e sobre o qual atuam forças diversas e complexas.

Não se pode deixar de atentar para o fato de que a criação de imagens e signos hiper-reais na cibercultura afeta diretamente a experiência com os lugares no plano da realidade. A idealização de sensações, de sentimentos (como a própria felicidade) e de lugares, transformando-os em produtos e sonhos de consumo praticamente inalcançáveis, é promovida pela propaganda imagética e reforçada profundamente pelo “convívio” na vida virtual das redes sociais, onde é necessário dar manutenção constante a uma hiper-realidade de si mesmo. Dessa forma, a experiência corporal e existencial no mundo é por vezes deturpada, reduzida a fotografias manipuladas e transformada em mercadoria para o consumo. Como consequência, as experiências positivas significativas na vida do indivíduo precisam passar pelo registro e pelo compartilhamento virtual para serem validadas e legitimadas; talvez, ainda, seja possível supor que a busca por experiências reais esteja se reduzindo a uma busca por conteúdo para o ciberespaço. Uma forma complexa de virtualização das relações humanas, escravizando-as à lógica do ciberespaço e minando a “consciência sensibilizada” defendida por Holl (2011).

Ao problematizar o mundo virtual e tecnológico enquanto propulsor da hegemonia da visão – uma vez que esta é o sentido que se adapta mais facilmente à instantaneidade e efemeridade de uma era tecnológica imagética, e que também está mais próximo da desconexão e do distanciamento inerentes ao mundo virtual –, Pallasmaa (2011) prepara o terreno para inquietações que em arquitetura ainda estão por ser esclarecidas. A recente revolução tecnológica que desenvolveu o ciberespaço afetou também a prática e o ensino da disciplina, sob muitos aspectos de forma positiva, é claro, propiciando novas formas computadorizadas de representação, de planejamento e de compreensão do projeto nas mais variadas escalas, possibilitando novas formas

³ A arquitetura tem o poder de inspirar e transformar nossa existência do dia-a-dia. O ato cotidiano de segurar a maçaneta de uma porta e abri-la para um local banhado de luz pode se converter em um ato profundo se o experienciarmos com uma consciência sensibilizada. Ver e sentir essas qualidades físicas significa tornar-se o sujeito dos sentidos (HOLL, 2011, p.02). [Tradução do autor deste].

de trabalho colaborativo etc. Por outro lado, esses novos métodos e ferramentas parecem, muitas vezes, intensificar a obsessão por aspectos puramente visuais e/ou técnicos da arquitetura, dificultando ainda mais a apreensão da sua essência fenomenológica, multissensorial e existencial e criando uma nuvem de fumaça por detrás da qual a discussão sobre as questões mais humanas da arquitetura parece perder a importância.

De todo modo, a crítica fenomenológica que se vê atualmente renovada precisa, para surtir efeitos concretos, ganhar mais espaço no âmbito acadêmico, estabelecendo novos paradigmas de ensino que permitam uma ampliação do espectro que, atualmente, está muito limitado à adoção de métodos e ferramentas puramente visuais. Talvez, então, a fenomenologia possa contribuir, em tempos de relações cibernéticas, para a ascensão (ou resgate) de outra forma de pensar e fazer a arquitetura, mais sensível e atenta a questões humanas, estimulante da sociabilidade e promotora de experiências corporais verdadeiramente ricas. Uma face da arquitetura que precisará, ainda, vencer a barreira de uma lógica mercadológica à qual o ocularcentrismo e o pragmatismo puro servem, e para a qual a arquitetura é um mero produto, governada mais pelas regras do capital do que por questões existenciais, artísticas, culturais e sociais a ela inerentes.

Referências bibliográficas

BAUDRILLARD, J. *Simulacros e Simulação*. Tradução de Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

BELLO, A. A. *Introdução à Fenomenologia*. Bauru: Edusc, 2006.

CHAUÍ, M. *Espaço, tempo e o mundo virtual*. Café Filosófico. São Paulo, TV Cultura, 2 de setembro de 2010. Programa de TV. Disponível em <<http://www.institutocpfl.org.br/play/tv-espaco-tempo-e-mundo-virtual-marilena-chauil/>>. Acesso em 18 fev. 2018.

DARTIGUES, A. *O que é a fenomenologia?* Tradução de J.G. de Almeida José Maria. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1992.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOLL, S. *Cuestiones de percepción: fenomenología de la arquitectura*, Barcelona, 2011.

JACQUET, B. The State of Architectural Phenomenology. *Environmental & Architectural Phenomenology*, v. 23, p. 07-10, 2012.

LÉVY, P. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, P. *O que é o virtual?* Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2011.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1999.

PALLASMAA, J. *Os Olhos da Pele: A Arquitetura e os Sentidos*. Porto Alegre: Bookman, 2011.

PÉREZ-GÓMEZ, A. *Architecture and the Crisis of Modern Science*. 2. ed. Cambridge,

MA e Londres: MIT Press, 1984.

SCARSO, D. História e Percepção: notas sobre arquitetura e fenomenologia. *Revista Filos*, v. 28, p. 1049-1068, 2016.

SEAMSON, D. Whither "Architectural Phenomenology"? *Environmental & Architectural Phenomenology*, v. 23, p. 03-07, 2012.

SENNETT, R. *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FABRICAÇÃO DIGITAL E ARQUITETURA para além da superespecialização dos arquitetos em direção à colaboração

Flávia Ballerini¹

Resumo

Este artigo analisa os desdobramentos da implementação dos laboratórios de fabricação digital nas escolas de arquitetura no Brasil. Visa politizar a discussão para que este fato seja tratado, principalmente nas universidades públicas, no âmbito de projetos de extensão que levam em conta o uso de novas tecnologias como inflexão para a arquitetura se posicionar diante das políticas públicas de habitação e uso do espaço urbano, de forma a pensá-lo mais democrático. Com a finalidade de ser um ensaio crítico, busca uma leitura das culturas *open source*, *open design* e dos movimentos *Maker* para que venham ganhar espaço em novas condutas em uma arquitetura mais inclusiva e aberta, tanto no que diz respeito à procura por inovação tecnológica quanto como possibilidade de inovação social que vincule necessariamente a participação dos arquitetos na busca de soluções prementes dos vários movimentos sociais por dignidade nos direitos básicos à moradia e à cidade.

Palavras-chave: fabricação digital na arquitetura, pedagogia da tecnologia, democratização da tecnologia.

Abstract

This article analyzes the deployment of digital manufacturing laboratories in architecture schools in Brazil. It aims to politicize the discussion so that this fact is addressed, especially in public universities, in the scope of extension projects that take into account the use of new technologies as inflection for the architecture to position itself in the public policies of housing and urban space use, so as to think it more democratic. With the purpose of being a critical essay, it seeks a reading of the open source, open design cultures and the Maker movements so that they will gain space in new conduits in a more inclusive and open architecture, both with regard to the search for technological innovation and as a possibility of social innovation that necessarily entails the participation of architects in the search for pressing solutions of the various social movements for dignity in the basic rights to housing and to the city.

Keywords: digital fabrication in architecture, pedagogy of technology, democratization of technology.

Introdução

O artigo trata da rápida multiplicação dos laboratórios de fabricação digital nas escolas de arquitetura no Brasil, em uma abordagem que busca aproximar a arquitetura da reflexão sobre a necessidade dessa atualização tecnológica e seus desdobramentos na prática, assim como também busca questionar a assimilação pouco crítica da tecnologia como forma de atingir uma globalização a-política do conhecimento sobre a mesma. Ao contrário disto, o artigo procura ressaltar este movimento no ensino, na pesquisa e nas formas de extensão universitária, como uma interface para o compartilhamento tanto em níveis locais, entre escolas e universidades, como também em níveis mundiais; para que esta tecnologia seja pensada de forma democratizante, e que ganhe espaços para novas condutas e posicionamentos para os arquitetos diante das mais urgentes questões relativas a habitação de interesse social e espaços públicos. Nesta direção, busca apresentar os novos meios de educação e desenvolvimento que emergem a partir da cultura *OpenSource* e dos movimentos *Maker*, atrelando aos mesmos um olhar crítico sobre as condições sociais e políticas as quais a arquitetura não deve se esquivar.

Por outro lado, esta reflexão é tomada também como uma crítica da arquitetura sobre si própria, do campo do conhecimento, diante da assimetria entre o código digital no design contemporâneo e a sua correlação material: da distância entre o design digital e o canteiro de obras. Tal assimetria é claramente identificada no contexto das pequenas edificações e na produção de habitações de interesse social nas quais a participação do arquiteto é quase nula, restringindo-se quase tão somente ao entrave burocrático entre os construtores e o poder público.

Esse distanciamento, acredita-se, é resultado das metodologias de ensino e da prática convencional do projeto arquitetônico restrito ao campo da representação. Com o advento da fabricação digital, vê-se um movimento inverso trazido por meio de revisões teóricas e de mudanças na prática da arquitetura que buscam acompanhar as pesquisas que se dão em nível mundial sobre a arquitetura na Era Pós-Digital. Consiste, portanto, em uma possibilidade de retorno ao pensamento da arquitetura em sua relação com a produção ligada ao material, tendo como vetor a apropriação dos aparatos tecnológicos de fabricação digital, das CNCs, das cortadoras a laser, das impressoras 3D e até mesmo da robótica.

Neste âmbito, há um crescente interesse sobre as formas pelas quais a fabricação digital tem ganhado campo como estratégia pedagógica de ensino para a arquitetura, tendo em vista a inegável capacidade da mesma se desvelar em todos os campos do conhecimento. Em particular, para a arquitetura, pode significar uma busca por novos modelos pedagógicos, procurando aproximar-se do fazer e da artesanaria, da criação e da materialidade, exemplificados pelos modelos de produção baseados no código e no design abertos e no movimento *Maker*, espelhando-se nas condições sócio-econômicas dos países mais pobres, desde que seja como um olhar crítico sobre o campo.

Em um aprofundamento dos desdobramentos da fabricação digital na atualidade, chega-se à fabricação pessoal. Este novo método de fabricação tem ganhado destaque com a disseminação do acesso a diversos recursos de fabricação, muito além dos recursos associados à impressão 3D. O conceito de fabricação pessoal ganha notoriedade com o advento das oficinas cooperativas e de movimentos no início do século XXI. Esses movimentos são uma atualização dos movimentos *Do-It-Yourself* – DIY (faça você mesmo), transformados em *Do-It-Together* – DIT, (faça-o junto), que se caracterizam como movimentos de pessoas com certo tipo de ativismo direcionado à cooperação e à produção autônoma, quando associada a um modelo de

¹ Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1992) e mestrado em Arquitetura pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002). Atualmente é professora efetiva da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: ballerini.flavia@gmail.com

produção local e compartilhamento global. Como nas associações de programadores de softwares livres, movimentos tais como o *Open Source*, *DIY* e *DIT*, *Maker Movement*, *Fixed Movement*, *Space Hackers*, formam um tipo de resistência contra a burocracia do estado e a obsolescência programada, embora mantendo em movimento o modo capitalista de produção. Neste contexto, a cultura *Maker* revela a possibilidade de se estabelecer como um impacto significativo e transformador onde os laboratórios de fabricação das escolas encontram ambientes propícios para o compartilhamento.

Fabricação digital

A fabricação digital é o resultado da integração do design e da produção industrial através das técnicas de informação e de comunicação digital. Em síntese, é o controle, por meio do código digital, do processo de design e de produção. A origem da fabricação digital nos remete a meados da década de 1940, no período do Pós-Guerra, quando emergiram novos meios de produção industrial, tendo um aporte significativo dos países desenvolvidos e da indústria bélica, particularmente nos EUA. Entre as décadas de 1950 e 1970, tem-se o advento do CNC – *Computer Numeric Control* (comando numérico computadorizado) como resultado da convergência das técnicas de CAD – *Computer Aided Design* (desenho assistido pelo computador) e CAM – *Computer Aided Manufacturing* (manufatura assistida pelo computador) que iniciam sua entrada nos parques industriais a partir de meados de 1970 a 1980, protagonizando uma grande transformação nas linhas de produção e inserindo, cada vez mais, o trabalho humano na produção mecanizada. Consolida-se, desse modo, o CNC como processo de produção da grande indústria.

Vale ressaltar que o desenvolvimento da fabricação digital, desde sua gênese, foi marcado pelo aporte significativo de recursos estatais e o financiamento público em centros de pesquisas, como o *Massachusetts Institute of Technology* – MIT, a *National Science Foundation* – NSF, a *National Aeronautics and Space Administration* – NASA, a *Defense Advanced Research Projects Agency* – DARPA, entre outros. Do mesmo modo, é particularmente importante dizer que o desenvolvimento das técnicas de impressão 3D, na década de 1980, foi financiado pela NSF - órgão gestor de um esforço norte-americano em diversas áreas para a pesquisa e o desenvolvimento das tecnologias de produção (LIPSON e KURMAN, 2013). Vê-se que o investimento do NSF na fabricação aditiva é parte de um programa mais amplo para acelerar a convergência da investigação das fronteiras e das limitações no uso de novos materiais, de sistemas cibernéticos, e para a ciência de produção, com o objetivo de estimular a inovação no mercado dos EUA, tendo como intuito a produção de trabalhos de alta tecnologia e o estímulo ao crescimento industrial (NATIONAL SCIENCE FOUNDATION, 2017).

O MIT tem particular importância para a disseminação global das técnicas de fabricação digital. Em 2003, foi criado o Fab Lab MIT, do Center for Bit and Atoms MIT, para o ensino e a pesquisa das técnicas de fabricação digital e, rapidamente, tornou-se um modelo pedagógico interdisciplinar que se dissemina por mais de setenta países em pouco mais de dez anos, com mais de mil laboratórios conectados e compartilhando conhecimento e técnicas globalmente. Esse modelo de pedagogia da tecnologia também tem sido apropriado por escolas de arquitetura em todo o mundo, inclusive no Brasil.

No entanto, verifica-se que o acesso à fabricação digital ainda na atualidade não se confirma como democrático. Isto sim, caso venha ocorrer, pode trazer de fato uma ruptura favorável a uma tecnologia social, com o propósito de dimanar as exclusões sociais e desigualdades a partir de apropriação mais crítica e ética.

Fabricação digital no Brasil e a atualidade do debate na arquitetura

O levantamento e mapeamento de David Sperling et al. (2015) sobre o estado da arte da fabricação digital na América do Sul, relativo aos laboratórios existentes, particularmente nas escolas de arquitetura e alguns estúdios afins, aponta como suas linhas de ação estão vinculadas ao desenvolvimento tecnológico e ao desenvolvimento social e ambiental, visando a introdução de novos conhecimentos de processos direcionados à materialização no ensino e na prática da arquitetura.

No entanto, é preocupante a ênfase dada à tendência das escolas da América do Sul de seguirem o mesmo processo das escolas americanas e européias, no incremento dado cada vez mais aos equipamentos dos laboratórios. Isto porque tem sido pouco pautada a cultura do compartilhamento, da cooperação entre universidades e pesquisas, da criação e do pensamento sobre a forma como esta tecnologia pode atingir os canteiros de obras tradicionais e as construções populares de maneira democrática. As reflexões são favoráveis, como recentes publicações em eventos (SPERLING, David M.; HERRERA, Pablo C. (2015) e revistas latino-americanas, como a *Revista Materia Arquitectura*, no artigo *Dossier: Arquitectura y Tecnología*, de agosto de 2016, revelando o impacto e as linhas de ação da arquitetura e o urbanismo diante da fabricação digital no ensino de projeto e na abertura para novos experimentos locais e regionais (LOYOLA, 2016). Embora seja uma linha de atuação recente, os experimentos dos laboratórios e os debates acadêmicos devem se abrir para discussões e questionamentos quanto aos usos dos aparatos de fabricação digital não apenas nos aspectos didático-pedagógicos mas também nas possíveis mudanças na prática arquitetônica (CELANI, 2014.).

O artigo citado acima – *Dossier: Arquitectura y Tecnología* – também procura delimitar um ambiente propício para repensar a arquitetura da América Latina. Tirando proveito do debate mundial da fabricação digital, como meio de retorno à materialidade, a massificação da maquinaria CNC nas escolas e oficinas de arquitetura é vista como uma forma de potencialização das tradições materiais, ou seja, um modo de repensar um retorno às “origens” da disciplina que se alijou do material e da técnica em favor do saber intelectual. Deve haver atenção voltada aos caracteres sociais e ambientais, locais e regionais, como um modo de repolitizar o debate acadêmico da arquitetura. A arquitetura não pode, deste modo, eximir-se de pensar nas capacidades de adaptação ao uso da fabricação digital diante das realidades econômicas e sociais locais de forma sustentável (LOYOLA, 2016).

Desta forma, a arquitetura vem se apropriando da fabricação digital tomando-a como uma promessa para potencializar sua recuperação com a materialidade - com os materiais em correlação com o seu código digital. Mas, sobretudo deve-se perguntar se esta tecnologia pode ser também capaz de se revelar como uma proposição para a arquitetura pensar as complexidades sociais; para o meio científico repensar seu ideal de progresso técnico como um caminho único e inevitável de globalização.

Torna-se oportuno trazer para a discussão o caráter não aleatório e não neutro da tecnologia para que se possa ressaltar os aspectos éticos em oposição às visões utilitaristas da mesma. Neste sentido, o sociólogo Andrew Feenberg (2011), em sua teoria crítica da tecnologia, opondo-se ao determinismo técnico, ressalta em que medida o pensar o design ou estatuto das técnicas em sua relação com a experiência humana pode propiciar uma apropriação ética e local, superando as estratégias globais de disseminação da exportação de técnicas avançadas, principalmente para os países mais pobres. Como diz Feenberg (2011, p.7):

Nenhum dispositivo surge completamente definido a partir da lógica do seu funcionamento. Todo o processo de desenvolvimento é cheio de contingências, escolhas, possibilidades e alternativas. O aperfeiçoamento do objeto técnico oblitera os vestígios do trabalho de sua construção e as forças sociais que estavam em jogo quando o seu design foi fixado.

Neste âmbito, pode ser que a fabricação digital traga benefícios, aproximando o aprendizado da arquitetura à realidade social e econômica das cidades brasileiras. Mas para que isso venha ocorrer, a fabricação digital deve ser pensada para além da maquinaria a serviço das desigualdades sócio-econômicas e espaciais, como centro de uma mudança de paradigma pedagógico: de democratização da tecnologia e de compartilhamento do conhecimento. Se for pensada apenas como atualização tecnológica, significará reduzi-la a um ferramental, a um componente para que a arquitetura se mova em direção a uma interface para um projeto de desenvolvimento técnico defasado e periférico (FLUSSER, 1998. p. 85). Significa aceitar uma imposição de globalização, internacionalização ou assimilação, que considera apenas os fatores de desenvolvimento econômico como motor das transformações sociais, tomando a posição contrária à do sociólogo Jessé Souza, em seu livro *Ralé Brasileira: quem é e como vive*, de 2009, em que chama de “pensamento para iluminar” os reais problemas sociais do País (SOUZA, 2009).

Caso este pensamento calcado no determinismo econômico venha prevalecer, a tecnologia da fabricação digital se sujeitará a ser mais um biombo para o fosso da superespecialização do arquiteto, para os monumentos arquitetônicos tecnológicos versus a possibilidade de se aproximar de práticas democráticas para as cidades menos desiguais. Optar pela primeira possibilidade (pensar o País pelas vias do determinismo econômico, ou seja, que o País deve passar pelos mesmos processos de “progresso tecnoeconômico” dos países desenvolvidos) estar-se-ia sempre entre a cópia, a farsa e a defasagem histórica (FLUSSER, 1998. p. 90). Por esta razão, deve-se antepor o pensamento crítico no questionamento sobre qual é o papel das universidades, pensando especialmente nas universidades públicas, para que este paradigma seja pensado como política pública democratizante.

Desse modo, são apresentados alguns dilemas inerentes às pesquisas atuais e futuras em torno das TICs -Tecnologias da Informação e Comunicação - e a este território de alta complexidade, para pensar em modos como as pesquisas em fabricação digital possam se reverter em ganhos para o pensamento sobre a arquitetura no contexto brasileiro em uma apropriação crítica:

1. A fabricação digital poderá ser desenhada - usada no âmbito da arquitetura para contribuir para o fortalecimento dos sujeitos sociais, trazendo uma cultura mais autônoma e emancipatória na produção do ambiente construído?
2. Como tornar as ferramentas cada vez mais complexas acessíveis aos indivíduos ou comunidades mais vulneráveis e que mais necessitam de pesquisas, tanto em melhoria na qualidade dos espaços de moradia quanto na apropriação dos espaços públicos?

Tendo em conta as indagações acima, busca-se a seguir, apontar alguns exemplos de ambientes de pesquisa e experimentação que respondem de forma positiva em relação à temática levantada, pondo também em discussão o modo como as pesquisas em alta tecnologia, a exemplo da fabricação digital, podem beneficiar democraticamente um número cada vez maior de indivíduos e comunidades em situação de vulnerabilidade. Acredita-se que somente com a ‘transgressão’ dos reais interesses da arquitetura da era Pós-Digital - tendo como referência teórica as críticas de Pedro Arantes (2012)

sobre a arquitetura rentista, atrelada ao capital financeiro e nascida da complexidade da fabricação digital na arquitetura – é que se pode pensar nas pesquisas em fabricação digital atingindo políticas habitacionais no Brasil.

Desta maneira, procura-se uma proposição crítica para a arquitetura pensar para quem e para quem servem as pesquisas em tecnologia digital, pensando também no âmbito da extensão, como sendo modos de ampliar a autonomia de todos os sujeitos sociais envolvidos no ato de construir, pensando em interações e conexões que as tecnologias digitais podem constituir.

Exemplos de redes de colaboração por meio da fabricação digital atingindo políticas públicas de modo democrático

Um exemplo de viés de convergência entre arquitetura, inovação tecnológica e social é dado pelas contribuições do *Waag Society* – Amsterdam, para o desenvolvimento da fabricação digital. O *Waag Society* – instituto de arte, ciência e tecnologia – é um pioneiro no campo da mídia digital e o primeiro instituto a sediar um Fab Lab MIT na Europa (WAAG SOCIETY. Institute for Art, Science and Technology, 2017). Ao longo dos últimos 22 anos, este Instituto se tornou uma referência internacional, como plataforma de pesquisa e experimentação artística e um catalisador de eventos: um terreno fértil para a inovação cultural e social. Este Instituto explora as tecnologias emergentes e fornece arte e cultura com um papel central na concepção de novas aplicações para avanços na ciência e tecnologia.

Uma experiência pioneira, no campo da arquitetura, deu-se através de Karen van der Moolen (MOOLEN, 2014), que trabalha como desenvolvedora de programas no *Waag Society* para uma ampla gama de projetos. Moolen foi convidada a participar de uma discussão junto ao escritório de arquitetura *One Architecture* como parte de um projeto de pesquisa financiado pelo Creative Industries Fund NL. O Creative Industries Fund NL é um Fundo para as Indústrias Criativas da Holanda que tem como propósito melhorar a qualidade das disciplinas de Arquitetura, Design e a cultura eletrônica e incentiva uma abordagem intersetorial de cooperação entre o setor privado, os indivíduos e o governo da Holanda. Este Fundo tem um orçamento anual de cerca de 16.000.000 €. A maior parte deste orçamento vem do Ministério da Educação, Cultura e Ciência (OCW), complementada por contribuições do Ministério dos Negócios Estrangeiros (BZ) para a internacionalização e do Ministério da Infraestrutura e Meio Ambiente (IenM) para o programa Aaro (Agenda de Ação para a Arquitetura e Design Espacial). Isso significa que o Fundo opera dentro de vários contextos políticos. (<http://www.stimuleringsfonds.nl/en/the_fund/organization/about_the_fund/>).

Ambos, *One Architecture* (um escritório de arquitetura da Holanda que projeta edifícios, infraestrutura e ambientes urbanos) e *Waag Society*, tem pesquisado como as tecnologias digitais de fabricação podem alterar o campo da arquitetura. Para estes, pode-se dizer que o desenho em 3D, digitalização, impressão e fresamento, redes sociais e outras tecnologias estão mudando a forma como se fazem as coisas, cabendo aos nossos contextos locais e necessidades pessoais a interlocução necessária para os avanços sociais. Segundo Karen van der Moolen, como em muitos outros campos, essas tecnologias vão mudar os papéis usuais, fornecendo a todos os interessados o acesso aos mesmos meios de concepção e produção no setor da construção. Moolen destaca que:

As tecnologias digitais de fabricação vão mudar a nossa forma de construir, mas também a forma como usamos e compartilhamos edifícios e cidades. *One Architecture* se juntou ao *Waag Society*

para explorar os benefícios que poderíamos ter de utilizar novas tecnologias, quando se trata de auto-construção e propriedade coletiva. Será que isso vai impactar a fabricação física? A troca de informação ou ambos combinados vão estimular a colaboração em geral? (MOOLEN, 2014).

Esse projeto reuniu um pequeno grupo de arquitetos, especialista em propriedade coletiva, um auto-construtor, um pesquisador em novas mídias, um representante do departamento de auto-construção da cidade de Amsterdam e Karen van der Moolen do *Waag Society*. Na avaliação de Moolen, trabalhar de forma colaborativa, compartilhando conhecimento e uso de novas tecnologias para facilitar a produção da arquitetura, está em seus estágios iniciais. Moolen acredita que o acesso às tecnologias de fabricação digital ainda está distante do universo dos construtores, e, ainda mais, de se conhecer o modo como estas tecnologias podem os ajudar a atingir seus objetivos pessoais no edifício ou como eles vivem em suas casas (MOOLEN, 2014). A autora afirma que “Isto é porque eles não sabem o que esta tecnologia pode trazer benefícios ou porque eles não estão cientes de que ela existe” (MOOLEN, 2014). Indicando que, obviamente, ainda “[...] existe muito a ser explorado neste campo”, Moolen toma este questionamento como um ponto de partida para novas pesquisas adicionando um novo significado à técnica, qual seja o de conectar pessoas.

Outro exemplo, este no Brasil, que ressalta o efeito de rede de cooperação e o valor da fabricação digital quando pensada como política pública democratizante, é a implementação da Rede Fab Lab SP Livre. Esta rede de laboratórios públicos é o resultado de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia da Prefeitura Municipal de São Paulo e o Instituto de Tecnologia Social Brasil. A rede Fab Lab Livre SP é aberta e acessível a todas as pessoas que tenham interesse em aprender, desenvolver e construir projetos coletivos ou pessoais, através de processos colaborativos de criação, compartilhamento do conhecimento, e do uso de ferramentas de fabricação digital. Os laboratórios são equipados com impressoras 3D, cortadoras a laser, plotter de recorte, fresadoras CNC, computadores com software de desenho digital CAD, equipamentos de eletrônica e robótica, e ferramentas de marcenaria e mecânica. Os Fab Labs Livre SP contam com uma equipe que incentiva o aprendizado compartilhado e a criatividade através do fazer, realizando cursos e orientando o desenvolvimento de projetos. (<http://fablablivresp.art.br/>).

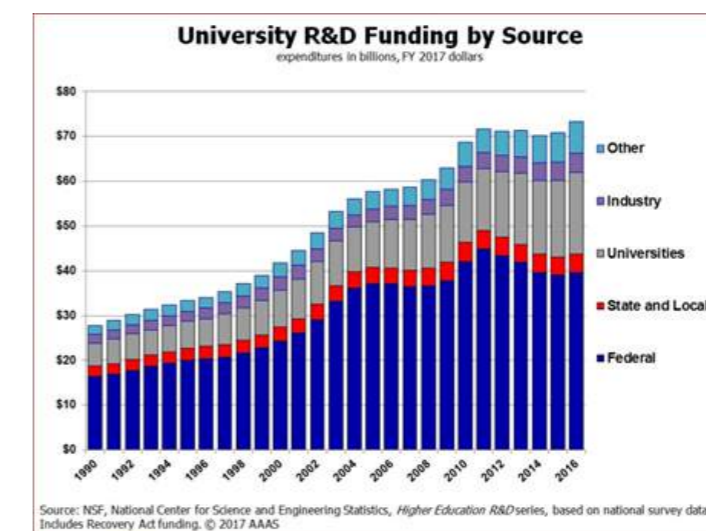
Acredita-se que este pode ser o papel das universidades públicas: pensar em formas mais democráticas de compartilhar o acesso a estas tecnologias aos auto-construtores, por meio de uma tomada de posição das pesquisas em arquitetura, dando prioridade aos projetos sociais de moradias de baixo custo, às reformas coletivas ou individuais e autônomas.

Importância da pesquisa pública na democratização tecnológica e crítica à meritocracia

Na última década (2010), viu-se o Brasil entrar neste ambiente de compartilhamento de nível mundial. Porém, impera a disseminação do empreendedorismo e da meritocracia, como modelo de competitividade entre indivíduos ou pequenas empresas. São verdadeiros “chamados” à inovação por meio de negócios que se sobressaem por si só, sem o auxílio de políticas públicas. É um discurso que camufla / ignora todos os caminhos trilhados tanto nos Estados Unidos quanto na União Europeia e outros países, a exemplo do Japão e China, onde os meios, os aportes e as redes de compartilhamento das inovações tecnológicas, dependeram – e dependem – de grandes somas de investimentos públicos. Portanto, o motor dessa engrenagem tem

ênfase em políticas públicas e sociais – mesmo que possam se nutrir de características específicas para a solução de crises estruturais da economia capitalista. A título de exemplo, mostramos o gráfico abaixo do histórico americano de investimentos em pesquisas:

Desde meados do século 20, a maior parte dos recursos aplicados em pesquisa nessas instituições, inclusive particulares, são públicos, principalmente do governo federal, segundo o Centro Nacional de Estatísticas de Ciência e Engenharia da Fundação Nacional de Ciências dos EUA (NSF). Os dados são obtidos por meio da pesquisa anual Higher Education Research and Development Survey (HERD), da NSF. Nos anos 1960, os recursos federais chegaram a corresponder a 73% do total investido em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em universidades dos EUA. A partir dos anos 1990, essa participação diminuiu, mantendo-se na média anual de aproximadamente 60%. (TUFFANI, 2018.).



A abordagem contida nos exemplos e objetivos distintos dos grandes investimentos públicos e mistos nas tecnologias de fabricação digital, nos Estados Unidos e na União Europeia, deixam claro que, principalmente em países pobres como o Brasil, é necessário que haja foco e aporte de políticas de Estado e uma visão crítica ao “faça você mesmo” como auto-suficiência dos sujeitos sociais, como individualismo competitivo que se inscreve em ambientes compartilhados. A meritocracia tem destacado-se aqui como a velha e renovada política e ideologia neo-liberal do “empresário de si mesmo”. E, por consequência, do arquiteto por si próprio, empoderado pelos novos aparatos tecnológicos, à serventia do rentismo da construção civil altamente excludente. O modelo neoliberal avança fortemente em todos os setores da sociedade, incluindo as universidades, como ideário político e como pressuposto do avanço tecnológico do qual o País precisa na competição internacional.

No caso brasileiro, depara-se com o seguinte quadro: país pobre, estado cada vez mais diminuído, ônus da inovação nos ombros dos trabalhadores que são “alçados a classe média empreendedora”. Instituições como o Sebrae, Sesi, Senai e Senac possuem, desde suas implantações, programas de capacitação da mão de obra de que precisa a indústria e a economia de modo geral, cuja política é cada vez mais centrada nesta ideologia do empreendedorismo, na inovação e na competitividade de talentos individuais. Percebe-se, há mais de duas décadas, a construção deste discurso e de um ideário que hoje se reveste de inovação social. Recentemente, essas entidades vinculadas ao setor da indústria e do empresariado, têm investido na multiplicação

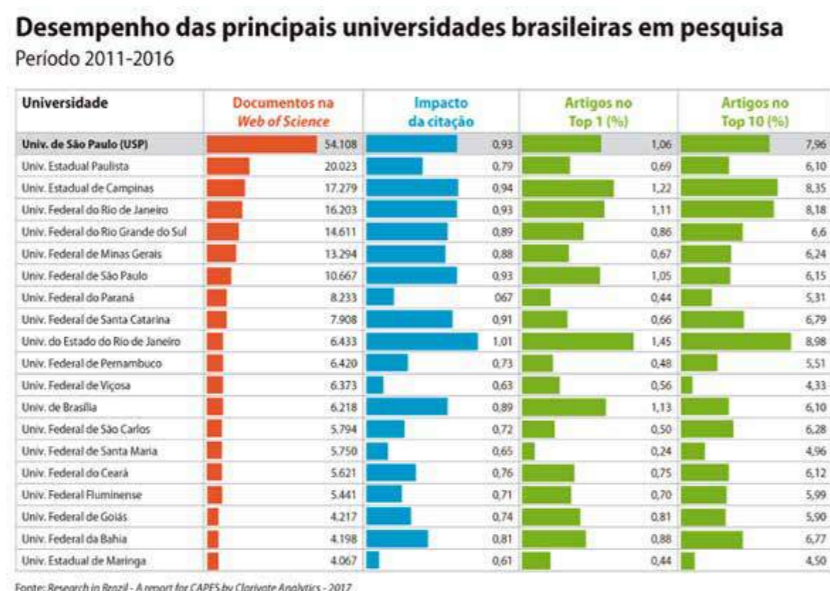
Figura 1 - Investimentos em pesquisa, por valor e fonte, para instituições de ensino superior dos EUA. Fonte: Centro Nacional de Estatísticas de Ciência e Engenharia da Fundação Nacional da Ciência. Imagem: AAAS/Divulgação.

dos Fab Labs MIT profissionalizantes. A preocupação com a globalização, por meio da inovação tecnológica via Rede Fab Lab MIT – Laboratórios de Fabricação – MIT, tem um viés centrado no empreendedorismo e na qualificação da mão de obra para a inovação da indústria e da economia nacional (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. 2017).

Portanto, o entrave para a disseminação das pesquisas em novas tecnologias a serviço de uma política pública democratizante deve vir do pensamento e das pesquisas nas Universidades Públicas para que as mesmas possam assumir o papel de centros difusores de um efeito de rede para o interesse de comunidades solidárias, em pesquisas e apoio direto.

Em quaisquer hipóteses, cabe pensar que se está diante de múltiplas forças ideológicas que podem ser antagônicas, aglutinadoras, confusas, e que devem ser debatidas também e, principalmente, no ambiente acadêmico na implantação dos laboratórios de fabricação digital. Os dados abaixo elucidam esta importância das universidades públicas no Brasil como quase tão somente as responsáveis pela produção de conhecimento, pesquisa e extensão:

Figura 2 - Gráfico pesquisa universidade pública. Publicado em 30 de Janeiro de 2018. Em: Relatório mostra que universidade particular no Brasil não produz conhecimento.



Promover o encontro, mas também o debate crítico, entre diferentes âmbitos regionais e nacionais parece ser uma promessa para o pensamento universitário transitar para a interdisciplinaridade e para uma arquitetura mais aberta e participativa. Trata-se de uma realidade inevitável para o País: como as universidades vão dar sua contribuição como pensamento de pesquisa e desenvolvimento para iluminar os vários cenários caóticos que o País vive hoje? Neste sentido, propõe-se a formação de redes entre escolas públicas de arquitetura, com o intuito de conectar e dar suporte para pesquisas que se iniciam. Isto pode beneficiar o direcionamento crítico das pesquisas e projetos de extensão, dada a difícil situação econômica das escolas para suprir espaços físicos e equipamentos. Assim, pode trazer à tona para a arquitetura o pensamento ético e participativo baseado na colaboração.

Para além de uma crítica paralisante, deve-se discutir a tecnologia social, aplicada para a democratização, e isso deve acontecer em contextos cooperativos. Devem contribuir para a reflexão do papel da inovação tecnológica e social, que contempla a Lei Federal n. 11.888/2008 – Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social (BRASIL. Presidência da República, 2008), que respalda legalmente o desenvolvimento de atividades de assistência técnica gratuita. Esta parece ser uma

oportunidade para as escolas de arquitetura, discutindo os conceitos de assistência, de assessoria, de trabalho arquitetônico colaborativo (BALTAZAR e KAPP, 2016), se tornarem potencializadoras do desenvolvimento tecnológico cooperativo, incorporando os laboratórios híbridos - analógicos e digitais - e pesquisas interdisciplinares para atuar na capacitação de profissionais, docentes, alunos, cidadãos na elaboração tanto de projetos de melhoria da moradia quanto dos espaços de inclusão urbana.

Segundo Angela Maria Gordilho Souza (2017), coordenadora da implantação da Residência AU+E/UFBA, reflexões similares e novas experiências de ensino têm sido implementadas em escolas de arquitetura de universidades públicas, a exemplo da Universidade Federal da Bahia, buscando contemplar inserções sociais, democráticas e multidisciplinares, e projetos participativos. São exemplos que merecem ser discutidos:

No vasto ambiente construído das cidades brasileiras, em que muitas comunidades autogeridas são excluídas de atributos urbanísticos de conforto e segurança, seja nas habitações, ruas, serviços, infraestrutura e equipamentos, os benefícios coletivos são praticamente empreendidos ou mantidos diretamente pelos moradores. Tais iniciativas ocorrem sem nenhuma assistência técnica, serviço que poderia contribuir para um melhor equacionamento de soluções adequadas. Por outro lado, as intervenções públicas são quase sempre fragmentadas e setoriais, sem uma visão de conjunto das demandas coletivas. Diante dessa alta complexidade na urbanização crescente do País, em larga escala, é crucial levar a universidade às comunidades, viabilizando uma relação mais real e aplicada entre teoria e prática, deixando, entretanto, na sua passagem, contribuições de serviços que se multipliquem em novos processos, projetos e materializações portadoras de inclusão social, cidadania e melhorias dos lugares na cidade. (SOUZA, 2017).

Outros exemplos de discussão sobre o conceito de tecnologia social, e de como esta discussão deve acontecer no âmbito das pesquisas e extensões universitárias são mostrados por Baltazar e Kapp (2016), no IV ENANPARQ, trazendo uma síntese teórica e prática levadas a cabo pelos grupos de pesquisa MOM (Morar de Outras Maneiras) e LAGEAR (Laboratório Gráfico para a Experimentação Arquitetônica) da Escola de Arquitetura da UFMG, buscando pautar a necessidade de ultrapassar a definição de assistência técnica em favor da assessoria, trazendo exemplos de arquiteturas participativas e abertas nas quais os arquitetos colaboram na formação de auto construtores.

Pode-se, portanto, pensar a fabricação digital, fora do seu contexto original, ou seja, nas palavras de Arantes (2012), fora da “arquitetura extraordinária e rentista”, pensando justamente em uma arquitetura na qual as novas tecnologias possam torná-la mais aberta e inclusiva.

Considerações finais

Este artigo buscou trazer para os ambientes de discussão da fabricação digital na arquitetura, um debate crítico que leve a repensar sua apropriação como parte de uma nova mentalidade baseada na colaboração. Do mesmo modo, também, pensá-la dentro das universidades como parte de uma política pública, como tecnologia social de um estado, de um município, de um bairro. Que venha ser algo para além do aparelhamento das escolas com novas ferramentas tecnológicas para alimentar as mesmas metodologias calcadas na formação de arquitetos para a competição e

a meritocracia. Propôs contrapor a este ambiente baseado na superespecialização do arquiteto e na possível incorporação do paradigma tecnoeconômico da fabricação digital a formação de redes solidárias de laboratórios entre universidades e escolas de arquitetura.

Somente com o pensamento crítico nas universidades, tomando as tecnologias digitais e o compartilhamento do conhecimento a serviço da reflexão sobre políticas públicas habitacionais e pesquisas de caráter democratizantes será possível pensar como positivo a implementação de tais inovações tecnológicas nas escolas de arquitetura locais. Caso contrário, a rápida multiplicação dos laboratórios de fabricação digital, servirá apenas como mais um ferramental tecnológico que aprofunda a superespecialização do arquiteto e o seu distanciamento da arquitetura “ordinária” de utilidade da maioria das populações carentes de serem assessoradas, dos projetos coletivos de autogestão comunitária, e de projetos que visem a melhoria dos espaços públicos buscando a inserção social.

Referências bibliográficas

ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura na Era Digital-financeira: Desenho, Canteiro e Renda da Forma*. São Paulo: Editora 34, 2012.

BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. *Assessoria técnica com interfaces*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO. 4, 2016, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre,: UFRGS, 2016. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 11.880, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei n. 11.124, de 16 de junho de 2005. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n. 11.880, de 24 de dezembro de 2008*. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei n. 11.124, de 16 de junho de 2005. Brasília, DF, 2008.

CELANI, G. *Espaços para a interdisciplinaridade: laboratórios de fabricação digital na pesquisa, ensino e extensão*. In: PHILIPPI JR., Arlindo; FERNANDES, Valdir (Org.). *Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa*. 1. ed. São Paulo: Manole, 2014. v. 1, p. 747-764.

CHAUÍ, Marilena. *Aula aberta da professora Marilena Chauí durante o “Domingos Contra o Golpe”*. 2016. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=0_l62Unsuq8. Acessado em 11 jul 2017.

DIGITAL SOCIAL INNOVATION. Disponível em <https://digitalsocial.eu/>. Acesso em 8 dez 2017.

EUROPEAN UNION. *Creative Europe Programme*. Fab Lab. [S. l.], 2017. <<https://www.fablabs.io/>>. Acesso em 15 nov /2017.

FEENBERG, Andrew. *A. Ten Paradoxes of Technology - Simon Fraser University*. 2011. Disponível em <<https://www.sfu.ca/~andrewf/paradoxes.pdf>> Acesso em 15 nov /2017.

FLUSSER, Vilém. *Fenomenologia do brasileiro*. Organização da versão em português

de Gustavo Bernardo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 85. SOUZA, Angela Maria Gordilho. *Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia: implantação de um programa em ensino, pesquisa e extensão na UFBA*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. 16., 2017, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPUR, 2017.

HATCH, Mark. *The maker movement manifesto: rules for innovation in the new world of crafters, hackers, and tinkerers*. New York: McGraw-Hill, 2014.

HARROP, Jeffrey. *Crisis in the machine tool industry: a policy dilemma for the european community*. 1985. The machine tool industry. Disponível em <https://link.springer.com/chapter/10.1007%2F978-3-662-04255-7_3#page->. Acesso em 8 set 2017.

HOLDRIDGE, Geoffrey M. *JTEC/WTEC panel on rapid prototyping in Europe and Japan*. Published and Distributed by Rapid Prototyping Association of the Society of Manufacturing Engineers. International Technology Research Institute R.D. Shelton, Director Geoffrey M. Holdridge, WTEC Director. Disponível em: <http://www.wtec.org/loyola/pdf/rp_vi.pdf>. Acesso em 15 nov /2017.

LIPSON, Hod; KURMAN, Melba. *Fabricated: the new world of 3D printing*. Indianapolis, Indiana: John Wiley & Sons, 2013.

LOYOLA, Mauricio. *Arquitectura y tecnología*. *Materia Arquitectura*, n. 13, p. 30-31, ago. 2016. Disponível em: <<https://materiaarquitectura.com/index.php/MA/article/view/44>> Acesso em 15 nov /2017.

MOOLEN, Karen van der. *Digital Fabrication for Architecture*. Amsterdam: Waag Society, Nov. 2014. Disponível em: <<http://waag.org/nl/blog/digital-fabrication-architecture> >. Acesso em 15 nov /2017.

NATIONAL SCIENCE FOUNDATION. *The Engineering Behind Additive Manufacturing and the 3-D Printing Revolution*. Alexandria, USA, 2017. Disponível em: <http://www.nsf.gov/discoveries/disc_summ.jsp?cntn_id=129774>. Acesso em 13 nov /2017.

MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY. *School of Architecture + Planning*. MIT Média Lab. Cambridge, USA, 2017. <<https://www.media.mit.edu/research/groups/0/fab-labs>>. Acesso em 15 nov /2017.

SENNETT, Richard. *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SOUZA, Angela Maria Gordilho. *Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia: implantação de um programa em ensino, pesquisa e extensão na UFBA*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. 16., 2017, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPUR, 2017. SOUZA, Jessé. *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SPERLING, David M.; HERRERA, Pablo C.; CELANI, Gabriela; SCHEEREN, Rodrigo. *Fabricação digital na América do Sul: um mapeamento de linhas de ação a partir da arquitetura e urbanismo*. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE IBERO-AMERICANA DE GRÁFICA DIGITAL, 19., 2015, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2015. p. 119-125.

SPERLING, David M.; HERRERA, Pablo C. (Ed.). *Homo Faber: Digital Fabrication in*

Latin America –. Exhibition Caad Futures 2015 > The Next City. São Carlos: Instituto de Arquitetura e Urbanismo, 2015

TEC/WTEC Panel on Rapid Prototyping in Europe and Japan: analytical chapters. Prototyping Association of the Society of Manufacturing Engineers. Rapid Prototyping Association of the Society of Manufacturing Engineers, Jan 1, 1997.

WAAG SOCIETY. Institute for Art, Science and Technology, develops creative technology for social innovation. Amsterdam, 2017. Disponível em <<http://waag.org/en>>. Acesso em 2 de fev. de 2018.

O LEGADO DOS MEGAEVENTOS PARA AS CIDADES SEDE

Acrícia Colemberg de Oliveira¹

Resumo

O artigo trata dos impactos para as cidades brasileiras que sediaram os megaeventos e tem como objetivo a análise crítica das medidas adotadas para realizar as intervenções urbanas necessárias. Até que ponto esses projetos serão positivos para a mobilidade urbana e para a população após o término desses eventos. Se eles serão realmente 'aproveitados' pela população ou serão apenas investimentos abandonados após os megaeventos. Ou, como no caso da duplicação da Avenida Tronco de Porto Alegre, obra analisada no estudo de caso, que sequer conseguiu ser terminada a tempo para os megaeventos. Muitos gestores buscam promover o desenvolvimento de suas cidades por meio dos megaeventos esportivos. Entretanto, deve ser refletido qual o é o preço que se paga por isso. Na maioria dos casos essas intervenções realizadas causam transtornos, gastos do dinheiro público e quem deveria ser privilegiado com as alterações do desenho urbano muitas vezes acaba sendo prejudicado.

Palavras-chave: legado, megaeventos, remoções.

Abstract

The article deals with the impacts to the Brazilian cities that hosted the mega events and its objective is the critical analysis of the measures adopted to carry out the necessary urban interventions. To what extent these projects will be positive for urban mobility and for the population after the end of these events. Whether they will really be 'tapped' by the population or will be just abandoned investments after the mega-events. Or, as in the case of the doubling of Avenida Tronco in Porto Alegre, a work analyzed in the case study, which could not even be completed in time for the mega-events. Many managers seek to promote the development of their cities through sports mega events. However, it should be reflected what the price is for it. In most cases, these interventions cause disruptions, public money spending and who should be privileged with the changes in urban design often end up being harmed.

Keywords: legacy, mega events, removals.

Introdução

Ao longo dos anos tem se notado o aumento do envolvimento dos governos com os megaeventos esportivos. Principalmente pelos países chamados 'em desenvolvimento' ou 'emergentes' tendo em vista que os megaeventos, em geral, estão associados a grandes intervenções urbanas, aceleração e promoção das cidades sedes. Esses eventos geram mais oportunidades de negócios, maior atração de capitais (verbas públicas) para recuperação de áreas degradadas, melhorias de infraestruturas - estádios, vias urbanas, aeroportos, portos - serviços como turismo, segurança. Porém, deve-se atentar para o legado que esses megaeventos deixarão para as cidades sedes a longo prazo. Para o professor João Rovatti, da faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, 'temos que nos preocupar em adequar a copa à cidade e não o contrário.' Deve-se pensar em projetos de intervenções urbanas que beneficiem os mais vulneráveis após os jogos em vez de projetos que priorizem apenas a valorização do mercado imobiliário. Pensar em projetos que sejam realmente necessários para a cidade para que não virem obras abandonadas após o término dos megaeventos.

No decorrer de dez anos o Brasil sediou diversos eventos esportivos como Jogos Pan-Americanos, a Copa das Confederações, os Jogos Mundiais Militares, a Jornada Mundial da Juventude, a Copa do Mundo, a Rio+20 e se encerrou com os jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Esses megaeventos agitaram as cidades sedes e trouxeram promessas de mudanças urbanísticas consideráveis. Também deixaram evidente como políticos e gestores enfrentam problemas como moradia, mobilidade urbana, gastos públicos, transparência e segurança pública.

Apesar de todos os transtornos que esses eventos trouxeram para as cidades sedes eles também tiveram seu lado positivo. Estima-se que tais megaeventos tenham trazido ao Brasil um grande impacto para diversos setores. Como as melhorias nos aeroportos, portos e transporte terrestre; na mobilidade urbana; na infraestrutura da cidade; na criação de leis de sustentabilidade e acessibilidade; na ampliação da rede hoteleira e qualificação de seus recursos humanos; na maximização do Brasil como destino turístico; nas áreas de energia, telecomunicação e tecnologia da informação. Além dos benefícios para os recursos humanos como a aprendizagem de línguas estrangeiras, capacitação profissional, entre outros exemplos. Os gastos dos visitantes com hospedagem, gastronomia, transporte local, entretenimento e compras expressam um importante componente para a economia de muitos destinos, criando diversas oportunidades de emprego, negócios e desenvolvimento.

Podemos citar bons exemplo de cidades que sediaram esses eventos esportivos e que tiveram grande êxito. Como é o caso de Londres, que sediou as Olimpíadas e Paraolimpíadas. Um comitê britânico publicou um documento oficial chamado *Keeping the Flame Alive: the Olympic and Paralympic Legacy* avaliando os resultados dos megaeventos realizados em Londres. A avaliação geral é de que o evento foi um grande sucesso, já que não foram encontrados locais de competição subutilizados e se destaca o papel dos Jogos na revitalização da área chamada *East London*, região londrina especialmente envolvida na realização dos megaeventos. Onde se observou um real legado para a população local ao gerar novas oportunidades de trabalho e melhores condições para os equipamentos esportivos e de lazer. Outro bom exemplo é Barcelona que sediou os Jogos Olímpicos em 1992. Além da antiga região portuária, hoje conhecida como *Port Olímpic*, outras três áreas concentraram as instalações esportivas dos Jogos de Barcelona – e esses quatro núcleos olímpicos foram conectados por quase 50 quilômetros de novas vias. Durante o evento, elas serviram para facilitar o transporte entre os locais de competição. Após o encerramento das Olimpíadas, ajudaram a aliviar o trânsito. A cidade também contou com a recuperação da sua orla marítima, construção da vila Olímpica e também de um novo porto. Agora,

¹ Estudante de Arquitetura e Urbanismo, na Universidade Federal de Pelotas. E-mail: acricia_futura@hotmail.com

os moradores e turistas podem desfrutar de suas praias e a cidade entrou no mapa turístico mundial. Embora Barcelona tenha tido concentrações de barracos que foram “erradicados”, não se compara com a rigidez com que as remoções estão sendo feitas nas cidades brasileiras.

No Brasil, o legado dos megaeventos divide muitas opiniões. Pois, o que se tem visto cada vez mais são investimentos milionários em obras esportivas e de mobilidade urbana virarem um grande desperdício do dinheiro público com obras inacabadas, obras que não conseguem manter seus gastos mensais e até mesmo obras realizadas sem licitação e que atualmente apresentam problemas estruturais. Como exemplos podemos citar os estádios construídos em Brasília, Manaus, Natal e Cuiabá que não conseguem sequer cobrir seus gastos mensais. Também podemos citar como exemplo de investimento que virou um grande desperdício a Vila do Pan que foi construída para hospedar os atletas e depois virar um condomínio. O empreendimento custou cerca de 330 milhões de reais e foi realizado sem abertura de licitação. Pois, segundo argumentou o prefeito da cidade do Rio não haveria tempo para licitação. Atualmente a vila Pan enfrenta problemas estruturais, o principal deles são as ruas que estão ‘afundando’. Os moradores que pagaram um valor altíssimo pelos apartamentos não conseguem vendê-los e são obrigados a viver diariamente com esses problemas de infraestrutura.

O processo de realização de grandes projetos urbanos voltados para a revitalização de áreas degradadas vem acompanhado, muitas vezes, de um grande interesse do mercado imobiliário. Uma vez que, as revitalizações tornam a ‘nova imagem da cidade’ competitiva e atraente para negócios e investimentos. Porém, para que esses projetos urbanos se realizem, favelas e bairros inteiros são despejados para regiões mais afastadas da cidade atingindo assim, a população mais desfavorecida que, muitas vezes, desconhecem os seus próprios direitos.

Atualmente, existem vários textos que reconhecem o direito à moradia e, inclusive, definem critérios para a realização de remoções e despejos, de forma a preservar esse direito. Existem, desde 2007, os “Princípios Básicos e Orientações para Remoções e Despejos Causados por Projetos de Desenvolvimento”. Em 2010, foi publicada a cartilha “Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções” e, também, o folheto “Querem nos despejar. E agora?”, que explica os princípios básicos em linguagem acessível para as comunidades atingidas por essas ações. Segundo Portella (2017, p.114):

Para atender a Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016, a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (2014) calculou que aproximadamente 250 mil pessoas foram removidas em todo o Brasil[...]Salientamos que essas remoções ainda acontecem, tendo em vista que muitos projetos não foram finalizados a tempo para a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016.

No nosso estudo de caso, a duplicação da Avenida Tronco, a prefeitura precisou lidar com o reassentamento de 1,4 mil famílias existentes no traçado. Dessas, cerca de 200 famílias ainda permanecem na região por falta de recursos para o pagamento indenizatório ou por resistência de não querer abandonar suas casas. Segundo Michael Santos dos Santos, representante do Instituto de Integração Social (ISS), 751 famílias receberam o bônus-moradia, 258 foram indenizadas e outras 222 recebem o recurso do Aluguel Social.

Marco Teórico

A vila Tronco

Até o ano de 2009, quase não se ouvia notícias sobre a Vila Tronco. Contudo, a vinda da Copa do Mundo de 2014 para o Brasil fez com que se acelerassem as modificações estruturais previstas há quatro décadas pelo Plano Diretor da cidade de Porto Alegre para a área. As primeiras ocupações no local foram nos anos 1950-1960 e estão ligadas a empresas e empreendimentos que concediam parte dos terrenos para que seus funcionários morassem próximos ao local de trabalho. Entretanto, em 1970 e 1980 importantes acontecimentos como o êxodo rural e a falência destas empresas e empreendimentos fizeram com que as ocupações na região se intensificassem gerando um crescimento descontrolado.

A área da grande Cruzeiro, o maior complexo de comunidades de Porto Alegre no qual a Vila Tronco se insere, possui mais de 60 comunidades e compõe uma parcela expressiva do total de habitantes da cidade que vivem em vilas (192.843 mil habitantes vivem em vilas segundo o Censo de 2010). Quase todo o território é classificado pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do município (PDDUA) como AEIS, Áreas Especiais de Interesse Social.

O complexo de vilas se estende por dois morros, Santa Teresa e Primavera e a zona de vale entre os dois morros é onde se localiza o eixo da Avenida Tronco. A vila Tronco está inserida no morro Santa Teresa e faz limite aos fundos com uma reserva florestal do exército e a sua frente localiza-se o posto de saúde ou Postão como é conhecido. O morro Santa Teresa possui amplas áreas de vegetação nativa junto a vilas e áreas de urbanização formal, de padrão médio e alto. Numa ocupação mais residencial, em casas, condomínios de casas e edifícios, com alguma incidência de pequenos comércios, o morro ainda situa a Igreja Nossa Senhora do Brasil, uma torre de telefonia celular, estações de rádio e televisão, uma saibreira já desativada e a grande área da FASE, Fundação de Atendimento Sócio-Educativo.

Dentro da vila Tronco podemos citar o Instituto de Integração Social e a Creche Sonho Meu que tentam levar a crianças e jovens oportunidades de aprendizado e qualificação profissional. A Creche Sonho Meu foi fundada no ano de 2001 através do Orçamento Participativo e é uma instituição de educação infantil de turno integral com capacidade para atender cerca de 50 crianças, de um ano até cinco anos e onze meses. Já o Instituto de Integração Social é uma ONG fundada em 1999 para jovens da comunidade. O Instituto oferece qualificação profissional e atende cerca de 70 jovens entre 14 e 18 anos. Os atendimentos são divididos em dois turnos – inversos aos turnos escolares.



Figura 1 - Localização da Vila Tronco dentro do complexo de vilas (em amarelo). Fonte: Tese de Dissertação de Mestrado de Ana Luiza Grehs Leite. Formas do Acolhimento na Vila Tronco.

O Caso

Como estudo de caso foi analisada a obra de duplicação da Avenida Tronco localizada em Porto Alegre – RS. O alargamento da Av. Tronco foi apresentada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre em 2010, depois de ser incluída na Matriz de Responsabilidades para a realização dos jogos da Copa do Mundo na cidade. A avenida atravessa a Grande Cruzeiro: começando no Bairro Glória e se estendendo até o Bairro Cristal. Considerado pela prefeitura como um dos maiores legados para a cidade por ser uma rota alternativa de ligação entre a Zona Norte e Zona Sul.

O projeto 'Avenida Tronco', como foi intitulado, é um dos 16 projetos de infraestrutura destinados a Porto Alegre. Dos quais 12 são de mobilidade urbana e, apenas esse trazia um caso vinculado diretamente a problemas sociais: o despejo de 1,4 mil famílias moradoras da Avenida Tronco para dar lugar a um projeto viário. A obra teve início em 2012 e não conseguiu ser concluída a tempo para os jogos da Copa do Mundo, obtendo apenas 30% de andamento até agora. Ao avaliarmos as obras da Avenida Tronco nos deparamos com assuntos complexos e de grande relevância para a população. Como por exemplo, falta de recursos, obras paradas, reassentamento de famílias, inexistência de saneamento básico e más condições de moradia para os habitantes que ainda estão no local. O custo inicial previsto para a obra foi de R\$ 156.000.000,00 e atualmente a obra está parada por falta de recursos para o pagamento de empresas que atuam na obra e para realocação das famílias que ainda permanecem na região. No dia 19 de junho de 2017, o Legislativo Municipal aprovou um Projeto de Lei do Executivo que autoriza a Prefeitura a financiar até R\$ 120 milhões para finalizar as obras remanescentes da Copa do Mundo de 2014. Em 20 de fevereiro deste ano, o contrato de financiamento foi assinado com o Banrisul. O dinheiro será usado para pagar R\$ 45,4 milhões em dívidas e também para finalizar as obras. Além deste financiamento, a prefeitura de Porto Alegre conseguiu junto a Caixa Econômica Federal o remanejamento de cerca de R\$ 15 milhões de recursos do Programa de Financiamento das Contrapartidas do PAC (BNDES/CPAC) para o pagamento de bônus-moradia às famílias que ainda estão no local. De acordo com a entrevista do secretário de Planejamento e Gestão, José Alfredo Parode, para o site G1 em 17 de Abril deste ano:

Com essa medida da Caixa e mais os recursos do financiamento junto ao Banrisul ficam assegurados os valores necessários para a conclusão da obra, que deverá ser retomada em junho deste ano e tem previsão de conclusão até maio de 2020.

A grande problemática dessa obra foi o reassentamento de 1,4 mil famílias existentes no traçado que tiveram seus direitos à moradias violados. Ainda restam cerca de 200 famílias no local e a previsão é que sejam retiradas do trecho ainda neste ano. Muitos moradores ainda estão no local por falta de recursos para pagar suas indenizações, mas também existem outros motivos como, por exemplo, não concordarem com o valor das indenizações ou por não quererem sair do bairro que residem a muitos anos e perder os laços comunitários. Segundo Raeder, 2010,p.104:

A retirada de famílias é a face mais cruel do urbanismo olímpico ao cortar drasticamente relações sociais, estabelecidas em boa parte por proximidades espaciais, que têm valores insubstituíveis para a vida de muitos cidadãos. São os pobres os mais afetados por estas ações já que muitas delas são empreendidas não somente para viabilizar construtos que são necessários para proporcionar os usos esportivos, mas também para delinear a imagem urbana ideal para atração de investidores e consumidores que não refutam a paisagem

da pobreza.

Assim sendo, deve-se refletir quais serão os meios utilizados para fazer as famílias deixarem suas moradias. Todos esses aspectos necessitam ser considerados, a partir de uma análise baseada nos direitos humanos dos envolvidos. Por isso, é importante apoiar-se em questões legais e em recomendações dos direitos universais para compreender aquilo que se denomina "violação". Temos vistos casos, como no Rio de Janeiro, em que os habitantes foram pressionados e ameaçados a saírem de suas residências. Ou pior, em alguns casos as remoções foram feitas com uso de violência. As obras da Avenida Tronco também não fugiram desse cenário caótico de remoções forçadas e uso de violência.

Em 2012 as situações de violações dos direitos humanos estavam cada vez mais evidentes. Neste período, aconteceu uma assembleia geral, que foi determinante para entender a relação de pessoas que influenciaram diretamente nos conflitos a respeito da luta pela moradia. Abaixo, o relato anônimo sobre a situação:

A assembleia convocada pelo Comitê Popular da Copa foi comunicada com uma panfletagem na vila, chamando os moradores para a reunião, porém, no mesmo dia, o Sr. Michael Santos, conhecido como liderança comunitária da Tronco, passou com carro de som convocando os moradores para outra atividade: a assembleia geral com o Departamento municipal de habitação - Demhab. A assembleia iniciou com Michael fazendo uma apresentação sobre as melhorias do bairro e as alterações positivas que viriam com as obras. Porém, as pessoas que estavam ali não eram as que iriam usufruir das melhorias. Por isso, o público presente começou a se revoltar e questionar. Foi então que o Marcos Botelho, secretário responsável pelo Demhab, pegou o microfone e tentou responder as dúvidas da comunidade[...] Ai levantou um senhor no meio dos demais e começa a achincalhar o representante da Prefeitura. Nesse momento, Michael dos Santos, a fim de defender a Prefeitura, iniciou ações violentas contra o homem que havia interrompido a fala. Aconteceu uma série de agressões, empurrões e socos. Michael perdeu a legitimidade e o representante da prefeitura ficou sem saber o que fazer e dessa forma foi encerrada a assembleia. (Relato Anônimo de um morador. Fonte: disponível em <<http://w3.ufsm.br/nosescombrosdavida/#caso>>.)

Posteriormente, aconteceu a reunião convocada pelo Comitê em que foi realizada uma avaliação da assembleia. O dia sete de março, foi marcado pelo assassinato do irmão de uma das moradoras da Avenida Tronco. A vítima foi morta a tiros em local próximo à reunião. A comunidade ficou assustada, pois havia indícios de que o crime poderia ter sido planejado frente as divergências entre líderes comunitários e moradores.

Segundo consta informações no site do Demhab foram realizadas cerca de 25 assembleias com as comunidades para explicar as mudanças na região. Entretanto, segundo moradores da região não houve um diálogo entre Prefeitura e a comunidade. Além da falta de diálogo, pouca informação foi passada para os moradores fazendo com que ficassem inseguros em relação a qual decisão tomar. Alguns habitantes que estão resistindo a essas remoções pelo baixo valor das indenizações que lhes estão sendo oferecidas. Conforme o art. 183 da Constituição Federal (Brasil, 1988):

Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos de cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família,

adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. (Brasil, 1988)

Apesar da existência desta lei que dá o direito de posse aos moradores que não possuem condições de acesso à moradia, o custo da terra não é contabilizado no valor das indenizações o que resulta em um valor incorreto. O valor oferecido, que equivale a uma unidade do Programa Minha Casa, Minha Vida, descontando-se o preço do terreno, é de R\$ 52 mil, ou seja, também abaixo do valor requerido para compra de imóvel na cidade. O vigilante L.C. conta no trecho a seguir, que lhe foi oferecido um valor de pouco mais de R\$ 5 mil pela sua casa.

Antes da Copa, me ofereceram pouco mais de R\$ 5 mil pela minha casinha de uma peça. Não aceitei porque eu não teria condições de comprar nada com este dinheiro. Depois, quando reavaliaram e aumentaram o valor, não aceitaram os documentos da nova casa. Não quero ser obrigado a ir para outra parte da cidade. Estou esperando um retorno do Demhab. Por enquanto, seguirei aqui vendo a rua virar rio e os dejetos passarem pela porta da minha casa quando chove'. (L.C., 66 anos, morador. Entrevista retirada do Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Luciele Oliveira. Site: <http://w3.ufsm.br/nosescombrosdavid>)

Ele é um dos últimos a continuar morando exatamente sobre o local onde passarão as duas pistas do corredor de ônibus. Em tratamento médico, o aposentado afirma ter a necessidade de seguir morando na Cruzeiro devido à proximidade com o Postão. Ele recorda que há 45 anos, quando chegou ao bairro, poucas casas existiam no trecho. Atualmente, o terreno está repleto de árvores nativas plantadas por ele.

As famílias que ainda restaram no local sofrem diariamente com as consequências dos escombros não retirados, aumento da proliferação de doenças, cobras, ratos, esgoto a céu aberto, insegurança, falta de iluminação na região, dificuldade de mobilidade e inclusive alagamentos. A sensação de incerteza e a falta de definição quanto aos próximos passos também são motivos de sofrimento e angústia entre os moradores.

Há também o caso das pessoas que 'optaram' pelo aluguel social e que atualmente sofrem com o atraso do pagamento do benefício. Eles relatam que a prefeitura não paga há meses os valores do aluguel social aos proprietários das residências alugadas e correm o risco de serem despejados. Além do atraso, os moradores se queixam também da exigência da prefeitura para que os alugueis sociais só sejam permitidos para imóveis que pagam IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Contudo, muitas casas do aluguel social ficam em áreas que não são regularizadas e em alguns casos sem energia elétrica e esgoto por causa do valor baixo pago às famílias. O benefício do aluguel social varia entre R\$400 e R\$500 e não é suficiente para locação de imóveis em áreas mais urbanizadas.

Os problemas causados pela paralisação das obras na Avenida Tronco já foram alvos de debates em reuniões da Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh), na Câmara Municipal de Porto Alegre. Representantes da Associação de Moradores da Vila Jardim Europa e do Fórum de Delegados do Orçamento Participativo (FROP) e o engenheiro da Secretaria Municipal de Obras e Viação (Smov), responsável pela obra, Larry Rivoire Junior, participaram dos debates e expuseram a situação da comunidade. E, apesar do Legislativo Municipal ter aprovado o Projeto de Lei do Executivo que autoriza a Prefeitura a financiar até R\$ 120 milhões para finalizar as obras remanescentes da Copa do Mundo de 2014 e o financiamento já ter sido realizado, as obras ainda não foram retomadas e nada foi

feito para melhorar a situação das famílias que ainda permanecem na região. Com o objetivo de atender às comunidades da região, foi criado o Escritório Nova Tronco, localizado na Av. Moab Caldas, 125. No local podem ser sanadas todas as dúvidas sobre as questões habitacionais do Projeto da Nova Tronco. O atendimento é prestado por advogados, arquitetos, técnicos sociais e assistentes administrativos.

Em relação aos impactos no desenho urbanos após o término da obra há várias questões que deverão ser levadas em conta. Por exemplo, se esse tipo de desenho urbano favorece ao pedestre ou ao carro. Na imagem 4 desse artigo podemos ver o projeto. Ele terá 4 vias para automóveis (2 por sentido), corredor de ônibus, ciclofaixa e tratamento paisagístico. À primeira vista, parece que todas as questões de mobilidade do projeto estão resolvidas. Porém ao analisarmos a imagem do projeto não encontramos bancos para descanso do pedestre, sinalização (semáforos com sua sincronização para induzir a velocidade do trânsito) e sequer placas destinadas a orientar os pedestres. Em vez de faixas de pedestres poderia ter sido utilizado passagens elevadas para o cruzamento de pedestres, isso induziria os motoristas a dirigirem mais devagar. Segundo Jeff Speck no seu livro *Cidade Caminhável*, um dos 5 fatores que fazem a cidade se tornar caminhável são as quadras pequenas e ruas estreitas. O que podemos notar que não é o caso desse projeto que prevê pistas de rolamento de 7 metros.

Metodologia

Para compreender melhor os impactos causados pelos megaeventos no desenho urbano das cidades brasileiras que os sediaram foi escolhido como estudo de caso a obra da duplicação da Avenida Tronco localizada em Porto Alegre - RS. A obra teve início em 2012 e foi considerada obra prioritária da administração municipal para a Copa de 2014, porém ela não chegou a ser concluída a tempo dos jogos. Tal projeto se destaca por conter dois eixos centrais: a mobilidade urbana, a fim de criar uma rota alternativa na ligação da Zona Sul com Área Central e Zona Norte, durante os jogos da Copa e o eixo social, voltado para a construção de um plano habitacional de reassentamento das famílias removidas. Em relação aos objetivos das obras, lista-se no planejamento, dispor o município de Porto Alegre, uma rota viária Centro – Zona Sul; revitalização da região da Tronco – Grande Cruzeiro com implantação de um plano urbanístico que contemple programas habitacionais e equipamentos urbanos com melhorias de circulação (transporte coletivo e ciclovia). O projeto prevê extensão de 5,3 km (largura média 40 m), implantação de ciclovia, implantação de corredor de ônibus, 16 estações de ônibus (8 por sentido) e tratamento paisagístico. A Avenida formará um anel viário em torno do Estádio Gigante da Beira-Rio (conforme mostra a figura 7 deste artigo), facilitando o acesso ao estádio, bem como o desvio do tráfego das zonas adjacentes, especialmente em dias de jogos. Segundo o site de obras de mobilidade urbana a obra compreende trecho a partir da rótula que será construída na avenida Icaraí, no bairro Cristal, até a nova rótula no cruzamento com as avenidas Gastão Mazon e Carlos Barbosa, e outra parte formada a partir de bifurcação: uma via até a Terceira Perimetral (altura da av. Teresópolis) e outra até a rótula do Papa (medianeira).

A metodologia adotada divide-se em duas partes. Primeiramente, o estudo teórico que serviu de embasamento para a formulação do pensamento crítico a respeito do legado que os megaeventos deixarão para as cidades sedes. E após essa parte teórica, a parte das entrevistas que serviram como um parâmetro do conhecimento e das opiniões da população a respeito desse projeto.

Foram feitas entrevistas com moradores de bairros diferentes da cidade para saber até que ponto eles têm ciência desse projeto e saber suas opiniões a respeito da

duplicação, quais os transtornos e benefícios que esse projeto está gerando para eles. Nas entrevistas foram levantados pontos como quais medidas foram adotadas para que essa obra se fizessem possível e quais suas consequências a curto e longo prazo para a cidade. Se esse projeto urbano será positivo para a mobilidade urbana após o término desses eventos esportivos.

Figura 2 - Imagem proposta da rótula que será construída na Avenida Tronco. Fonte: SECOPA.



Figura 3 - Imagem proposta da rótula que será construída na Avenida Tronco. Fonte: SECOPA.



Figura 4 - Imagem proposta da duplicação na Avenida Tronco. Fonte: SECOPA.



Figura 7 - Imagem mostrando o lado esquerdo a região indicada para as remoções. À direita, trechos modificados para acesso ao estádio.

Figura 5 - Foto mostrando a obra de duplicação tirada em Janeiro 2016. Fonte: Site Obras de Mobilidade Urbana

Figura 6 - Foto mostrando como a obra se encontra atualmente tirada em Maio 2017. Fonte: Jornal Diário Gaúcho.

Resultados

Os fatos apresentados neste artigo foram construídos, a partir de diversos relatos concedidos em entrevistas e documentos pesquisados que traçaram os caminhos para realizar tal estudo. Como resultado desse artigo pode-se perceber que os principais prejudicados com as obras de duplicação da Avenida Tronco são os moradores do entorno. O restante da população de Porto Alegre mal tem conhecimento dos acontecimentos no que se diz respeito as obras da Avenida Tronco e a maneira como as autoridades responsáveis estão lidando com as remoções.

A respeito das entrevistas, notou-se que algumas pessoas sequer sabiam dessa obra, elas nunca haviam passado pelo local. Em outros casos, as pessoas até tinham um certo conhecimento da obra, porém, não sabiam qual o custo inicial do projeto e nem tinham ciência das mais de 1,4 mil famílias que seriam removidas. Quando informadas de tal acontecido acharam aceitável que isso acontecesse desde que as famílias não fiquem desprovidas de moradia, não importando a forma como essas famílias foram remanejadas. Os entrevistados, na sua maioria, acreditam que a longo prazo a duplicação será benéfica para todos. Conforme afirma o entrevistado I.S.O, 45

anos, que trabalha em Porto Alegre e constantemente passa pelo local:

a longo prazo a duplicação será benéfica. A população irá se apropriar do local não só pela ciclovia que será construída e pelo corredor de ônibus, mas também, pelas pistas de rolamento que serão duplicadas e melhorarão os congestionamentos.

Além das pessoas que foram removidas e que receberam baixo valor das indenizações, temos também as pessoas que 'optaram' pelo aluguel social. Atualmente, com o aumento do preço da moradia e do custo de vida, nenhuma das duas opções dadas pelo Governo é suficiente para resolver o problema. Os valores das indenizações não compram uma casa e o valor do aluguel social não pagam o aluguel de uma casa, porém, a população acaba cedendo devido a pressão por parte do governo. Há também as pessoas que ainda permanecem lá, não só pelo baixo valor das indenizações, mas também pelos laços de vizinhança que se criaram ao longo dos anos e isso deve ser levado em consideração na hora de planejar projetos que necessitem de remoções. Para muitas pessoas é difícil mudar-se para um lugar diferente e com vizinhos diferentes.

Além de todos esses transtornos que a duplicação vem causando nota-se que pouco está sendo feito para ajudar os mais necessitados. Conforme relata M. M. B., moradora da Zona Sul de Porto Alegre a sensação é de descaso ao passar pelo local:

Já passei pelo local e passo diariamente na Av. Icarai, próximo ao Jockey Club. Ao passar por ali, a sensação é de descaso do poder público com a comunidade, pois é uma obra inacabada, que teve início em 2012, com previsão de término para a Copa de 2014.

Na maioria dos casos, os entrevistados, com exceção aos moradores do local, estão satisfeitos com o projeto porque ele vai desafogar o trânsito e não porque é um projeto de eixo social, voltado para a construção de um plano habitacional de reassentamento das famílias necessitadas. Alguns demonstraram apatia quando informados das famílias deslocadas.

Compete, então, aos moradores do bairro, que são os principais prejudicados, cobrar das autoridades responsáveis para que algo seja feito para melhorar suas condições. Segundo a cartilha 'Minha cidade virou sede de um megaevento esportivo. O que pode acontecer com meu direito à moradia?' há algumas alternativas que podem ser feitas para impedir que os direitos dos moradores sejam violados e fazer com que suas vontades sejam ouvidas e levadas em consideração.

Conclusão

A Copa do Mundo aconteceu no Brasil e talvez os impactos sociais de sua vinda tenham sido irrelevantes em algumas cidades. Sem dúvida, muitos brasileiros torceram e comemoraram em frente à televisão ou nos estádios. Contudo, a experiência vivenciada na Avenida Tronco pelos moradores foi um cenário de violação de direito à moradia por parte da Prefeitura Municipal de Porto Alegre que não resguardou os direitos dos moradores e adotou uma política que privilegiou a construção de obras em vez de planejar e garantir o reassentamento das famílias. As obras causaram a fragmentação da vida comunitária devido ao processo de remoção das famílias para longe dos locais onde moravam havia muitos anos. Por isso, se faz necessário uma reflexão em quem serão os verdadeiros beneficiados nesse processo e também qual impacto que esse legado provocará principalmente aos moradores.

O processo de realização de grandes projetos urbanos voltados para a revitalização de áreas degradadas vem acompanhado, muitas vezes, de um grande interesse do mercado imobiliário. Uma vez que, as revitalizações tornam a 'nova imagem da cidade' competitiva e atraente para negócios e investimentos. Porém, para que esses projetos urbanos se realizem, favelas e bairros inteiros são despejados para regiões mais afastadas da cidade. Talvez, se as políticas públicas de desenvolvimento urbano focassem na conservação e na melhoria das condições de habitabilidade das comunidades em vez de destruir o que existe, processos como os vistos na Vila Tronco se tornariam desnecessários.

Em virtude aos fatos mencionados e após todas essas discussões, entrevistas e reflexões sobre o assunto *O legado dos megaeventos para as cidades sedes*, no caso do nosso estudo de caso – a Duplicação da Avenida Tronco em Porto Alegre - se compararmos a atuação do governo municipal de Porto Alegre com os tratados internacionais e recomendações para promoção do direito à moradia da população, veremos que os processos utilizados pelo governo ficam aquém do que deveriam. Para que estas obras de requalificação da cidade sejam consideradas positivas, precisa haver uma preocupação por parte do governo em relação aos direitos à moradia da população mais vulnerável para que estas possam também usufruir dessas melhorias. Nesse sentido, os responsáveis pelo reassentamento devem, por exigência legal, cobrir todos os custos da remoção para o novo local de moradias. Além disso, deve-se dar assistência médica e psicológica quando necessária durante o planejamento e execução das operações de remoção, assim como no processo de reassentamento ou retorno para uma nova moradia.

Referências bibliográficas

BRASIL. *Constituição de 1988*. Constituição da República Federativa do Brasil: Brasília. 1988.

DIÁRIO GAÚCHO. *Avenida Tronco: a agonia de ser vizinho de uma obra inacabada*. Disponível em: <<http://diariogaucho.clicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2017/05/avenida-tronco-a-agonia-de-ser-vizinho-de-uma-obra-inacabada-9801279.html>>. 2017

Direito a Moradia.Org. *Mega Eventos*. 2017. Disponível em: <http://direitoamoradia.org/wp-content/uploads/2012/11/Megaeventos_Digital_Final.pdf>. Acesso em: 2017.

G1. *Prefeitura obtém recurso do PAC e projeta concluir obras na Avenida Tronco em 2020 em Porto Alegre*. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/prefeitura-obtem-recurso-do-pac-e-projeta-concluir-obras-na-avenida-tronco-em-2020-em-porto-alegre.ghtml>>. Acesso em: 2018.

GREHS, A.L. (2016). *Formas do acolhimento na Vila Tronco*. Entre rastros, restos e curvâncias do espaço. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.133. 2016.

Moradia é um Direito Humano. *Cartilhas e Materiais Didáticos*. Disponível em: <<http://www.direitoamoradia.fau.usp.br/?cat=539&lang=pt>>. Acesso em: 2017.

Obras de Mobilidade Urbana. *Duplicação da Avenida Tronco*. 2017. Disponível em: <<http://www.obrasdemobilidadeurbana.com.br/obras/duplicacao-da-avenida-tronco/80>>. Acesso em: 2017.

PAESE, C. (2016). *Contramapas de Acolhimento*. Tese (Doutorado em Arquitetura e

Urbanismo). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 331. 2016.

PORTELLA, A.; PEREIRA, G. *Olhares da Favela*. 2017.

RAEDER, S. (2010). *Ordenamento territorial urbano em grandes eventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte.

SECOPA. *Portal da Copa*. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/tags/secopa>>. Acesso em: 2017.

UFSM. *Nos escombros da vida*. 2017. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/nosescombrosdavidada/#caso>>. Acesso em: 2017.

VEJA. *Porto Alegre: removidos de casa na Copa podem sofrer 2º despejo*. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/rio-grande-do-sul/porto-alegre-removidos-de-casa-na-copa-podem-sofrer-2o-despejo/>>. Acesso em: 2017.

A PRODUÇÃO DE MAPAS CARTOGRÁFICOS COM RELAÇÃO À ÉTICA NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAY

Vanessa Forneck¹
Laís Becker Ferreira²
Eduardo Rocha³
Flávio Almansa Baumbach⁴
Valentina Machado⁵
Bianca Ramires Soares⁶

Resumo

Os mapas sempre estiveram presentes em nossas vidas, utilizados para orientar, guiar ou ainda numa tentativa exploratória de um novo território. Com o cenário cada vez mais complexo e heterogêneo das cidades contemporâneas, entra a necessidade da criação de novos mapas, ou melhor, de anti-mapas. A cartografia urbana como método investiga particularidades diversas difíceis de retratar na cartografia tradicional, procura registrar a subjetividade de um espaço, de que maneira ele é ocupado, por quem, como ele é explorado. Deste modo, buscou-se retratar as percepções que mais se aproximam da realidade nas cidades-gêmeas da linha de fronteira Brasil – Urugua. Analisando os mapas gerados, pode ser observada a multiplicidade, diferenciação e heterogeneidade de cada cidade, contribuindo para o desenvolvimento de ações e políticas públicas que visem a qualificação urbana destes espaços comuns aos dois países.

Palavras-chave: cartografia, fronteira, travessia, ética, espaço público.

Abstract

Maps have always been present in our lives, used to guide and also as an exploratory attempt of a new territory. With the increasingly complex and heterogeneous scenario of contemporary cities, there is a need to create new maps, or rather anti-maps. Urban cartography as a method investigates diverse features difficult to portray in traditional cartography, seeks to record the subjectivity of a space, in what way it is occupied, by whom, how it is explored. Thereby, an attempt was made to depict the perceptions which are closer to reality in the twin cities of the Brazil - Uruguay border line. Analyzing the

1 Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: vanessaforneck@yahoo.com.br

2 Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Foi bolsista do programa Ciências sem Fronteiras (CAPES), fazendo sua mobilidade acadêmica na University of Limerick, Irlanda (2015-2016). Técnica em Edificações formada pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Pelotas (2013). Atualmente, é bolsista do Laboratório de Urbanismo (LabUrb) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: lais.bfer@gmail.com

3 Arquiteto e Urbanista (CAU/UCPel, 1997), Especialista em Patrimônio Cultural (IAD/UFPel, 1999), Mestre em Educação (FaE/UFPel, 2003) e Doutor em Arquitetura (PROPAR/UFRGS, 2010). Atualmente, é professor adjunto no Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAUrb), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: amigodudu@yahoo.com.br

4 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da UFPel. Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal de Pelotas (2018).

5 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da UFPel. Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Pelotas (2018).

6 Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

maps produced, it is possible to observe the multiplicity, differentiation and heterogeneity of each city, contributing to the development of actions and public policies aimed at the urban qualification of these spaces common to both countries.

Keywords: cartography, frontier, crossing, ethics, public space.

Introdução

O ensaio busca enaltecer e divulgar novas estratégias de apreensão do espaço urbano contemporâneo, compreendendo as dificuldades enfrentadas por Arquitetos e Urbanistas em expressar, tanto ética como esteticamente, a multiplicidade e heterogeneidade dos fenômenos urbanos. As pesquisas no campo da Arquitetura e Urbanismo enfrentam muitos desafios ao tentar “representar a realidade” no intuito de interpretar, planejar ou intervir em contextos urbanos. O processo de captura envolve inúmeros fatores, uma vez que a cidade é constituída tanto de elementos técnicos (físicos) como relacionais (humanos). Não se pode negar que a crescente evolução da tecnologia facilite a sistematização dos dados, com softwares cada vez mais avançados, no entanto, questiona-se a aplicabilidade e relevância de informações que podem ocasionar em comunicações incompletas, tendenciosas ou que lesem a construção ética.

Em uma recente investigação sobre o uso/ocupação dos espaços públicos na linha de fronteira das cidades-gêmeas da Fronteira Brasil-Uruguay (Chuí-Chuy, Jaguarão-Rio Branco, Aceguá-Aceguá, Santana do Livramento-Rivera, Barra do Quaraí-Bella Unión e Quaraí-Artigas)⁷, foi necessário repensar as metodologias e procedimentos metodológicos que possibilitassem abraçar a complexidade deste território. As fronteiras, em um contexto latinoamericano, e principalmente, brasileiro, enfrentam o paradoxo entre o abandono do Estado – tanto financeiro como político - e a complementariedade (às vezes, sobrevivência) e desejo de integração com o país vizinho. Atentando ao fato de que as informações coletadas na fronteira correspondem ao “Território de Segurança Nacional”, ou seja, é preciso cautela em quais dados serão divulgados para que não comprometam a vida urbana e/ou prejudiquem acordos políticos internacionais, novamente envolvendo questões de cunho ético.

Apresentado o cenário, o grupo de pesquisa optou pelo método da cartografia urbana, amparado pelos procedimentos: da pedagogia da viagem, entrevista de manejo cartográfico, autofotografia, produção de vídeos e mapas cartográficos. Sendo este último o destaque e dedicação do presente artigo.

A produção dos mapas é uma linguagem bastante difundida no meio acadêmico e profissional dos Arquitetos e Urbanistas. Desde a leitura e compreensão de determinado contexto urbano até a produção de novos mapas para enfatizar, comprovar, analisar dados urbanísticos ou mesmo usos, atividades e desenvolvimento de uma área específica. No entanto, é preciso cautela no manuseio de algumas informações, pois os mesmos mapas que pontuam dados de uso do solo, podem identificar também áreas de ocupação irregular ou registrar atividades comerciais ilegais, ou seja, mapas que podem denunciar ou prejudicar situações de vulnerabilidade social, dependendo de quem tem o domínio desta informação. Por esses motivos é preciso questionar: Para quem e por que se produz os mapas? Qual a intenção da pesquisa, a quem

7 Projeto de pesquisa realizado no Laboratório de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, intitulado como “Travessias na linha de fronteira Brasil - Uruguay: controvérsias e mediações no espaço público de cidades-gêmeas”, financiado pela FAPERGS, tendo iniciado os trabalhos em março de 2018 com prazo até março de 2021, sob coordenação do prof. Dr. Eduardo Rocha.

deseja atingir?

A pesquisa em questão quer entender os acontecimentos no espaço público da linha de fronteira Brasil-Uruguay. Quem ocupa esse espaço? Quais são os principais usos nos lugares públicos? Como é a vida urbana nos parques, largos, avenidas, que fazem parte de uma fronteira? Ao percorrer a linha de fronteira Brasil-Uruguay, há diferença ou semelhança entre as cidades-gêmeas? Teria este espaço público fronteiro alguma diferenciação/potência de outros espaços públicos de cidades não-fronteiriças?

A produção destes mapas acontece na própria imersão e experiência corporal deste espaço urbano. O método da cartografia urbana pensa o espaço público como produtor de subjetividades sempre em processo, utilizando análises da morfologia urbana, das análises de conteúdo e da própria cartografia para produzir mapas mais sensíveis e próximos da vivência local. Mapas que não têm a intenção de abarcar a totalidade dos eventos, mas que percebem a potencialidade e a vida urbana nas microrressitências cotidianas, gerando novas pistas.

Com isso, a pesquisa propõe um estudo sobre a linha de Fronteira Brasil-Uruguay, aproximando as teorias do urbanismo contemporâneo e da filosofia da diferença. O mapa da filosofia é a análise teórica da sobreposição dos mapas morfológicos e cartográficos, e busca através de um relato sensível da caminhada, atravessar fronteiras e estabelecer um território do meio, dos devires, das diferenças e das intensidades (RESENDE, 2018). Aqui entra a importância da caminhada como fator determinante no processo, o ato de caminhar é estar atento, receptivo a subjetividades. O antropólogo britânico Tim Ingold (2005) estabelece a relação do sujeito com o ambiente, onde a construção do conhecimento acontece a partir de práticas cotidianas locais. Estabelece-se nesse instante a bagagem e vivência trazida pelos sujeitos (arquitetos e urbanistas) que caminham pela cidade. Mapear, relatar, explorar esses espaços de acordo com a própria percepção do ambiente, imersos no território, onde se estabelecem questões éticas e políticas que são evidenciadas em cada mapa elaborado pelo caminhante errante.

Portanto, ao pensar em projetos que contemplem os espaços públicos da linha de fronteira, devem ser respeitadas as singularidades de cada território, cultura, história, costumes. Cabe aos órgãos públicos agirem conforme a ética profissional, refletindo especificamente a respeito da essência das normas, valores, prescrições e exortações presentes em qualquer realidade social.

Cartografia urbana: o método

A essência da palavra cartografia faz referência a mapas. São técnicas de representação de um espaço ou território, com a proposta de comunicar uma informação. Para John Brian Harley (1991) o desejo de demonstrar o espaço através de mapas sempre esteve presente na mente humana. Tradicionalmente conhecemos mapas físicos, que representam as formas do território: topografia, rios, montanhas, conhecemos também os mapas políticos, que indicam a divisão administrativa de continentes, países e estados e, ainda, os mapas temáticos que mostram elementos ou fenômenos específicos: mapa linguístico, religioso, climático, etc.

Os mapas como os conhecemos – porém – não representam todos os aspectos do território, pois existem particularidades diversas difíceis de retratar na cartografia tradicional. Desde a década de 60, os filósofos Deleuze e Guattari buscam identificar as particularidades dos diferentes aspectos presentes no território. Segundo os autores citados, o mapa é aberto a todo tipo de manipulações, “pode ser rasgado, revertido,

adaptar-se a montagens de qualquer natureza ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 21).

Devido as inúmeras possibilidades metodológicas, a cartografia também não possui regras ou um manual de como deve ser realizada. A singularidade dos processos de subjetivação, as experiências, cada indivíduo e cada pesquisa são únicos, o que torna a cartografia adaptável para cada caso (RESENDE, 2018). Dentre os diferentes nomes que a cartografia ganha, pode-se ressaltar a cartografia urbana (o corpo que inscreve as invisibilidades da cidade), a cartografia social (mapeamento comunitário), cartografia do desejo (trata as subjetividades micropolíticas), a cartografia da filosofia (entendida como um processo de produção da subjetividade que rompe com as representações), cartografia sentimental (captura da sensibilidade do cartógrafo antropófago), dentre outras (RESENDE, 2018). Nesta proposta, será adotada a cartografia urbana, pois a metodologia propõe uma coleta de dados que vão além das informações estatísticas no âmbito econômico, populacional, habitacional.

É importante ressaltar que a subjetividade é aqui entendida como um processo de produção coletiva, mediante aos diversos encontros e travessias a que estamos submetidos, e não atrelado a um conceito de individualidade ou posse. Félix Guattari e Suely Rolnik (1996) nos esclarece que a subjetividade pode ser percebida pela afecção, ou reação de nossos corpos ao ser atravessado por inúmeras situações, seja no campo social, psíquico, natural, entre outros, por isso sempre coletivo. E mediante a estes componentes subjetivos em constante transformação criamos novas maneiras de compreender, situar e agir em um contexto social.

A metodologia da cartografia urbana, segundo Rocha (2008) é uma forma exploratória das sensações, dos sentimentos e dos desejos que fluem e escorrem na cidade contemporânea. A cartografia não se configura como um método tradicional, é um método do anti-método, um método dinâmico, composto por infinitas linhas que se cruzam, de dobras, desdobras, de territórios e “desterritórios”.

Podem ser construídos mapas que nos falem de cidades não visíveis, mapas que mostrem como as pessoas vivem aquele espaço, dos caminhos percorridos, dos eventos, dos usos dos espaços públicos, experiências e sensações que os lugares proporcionam. A intenção é gerar mapas qualitativos, não importando a quantidade de mapas construídos ou informações absorvidas, mas as experiências subjetivas que os compõe.

A cartografia urbana compreende mais que sua forma de representação gráfica e bidimensional do espaço físico, ela é um modo de agir sobre a realidade (ROCHA, 2008). É um mapa que enfrenta com o que é real, estático, definido ou preestabelecido. Rompem-se os paradigmas, a cartografia passa a ser entendida como um mapa vivido, com inter-relações múltiplas, mutáveis e que compartilham de um quadro atemporal (KOOLHAAS, 2000).

Com base na geração dos mapas cartográficos, podem ser analisados os resultados a partir de sobreposições das informações, sejam elas realizadas por cidades, cidades-gêmeas, países, temas e/ou abordagens que sejam pertinentes. Pretende-se por meio do mapeamento dos fenômenos urbanos próprios da contemporaneidade, compreender esses espaços na sua complexidade e contribuir para o desenvolvimento políticas públicas que busquem qualificar os espaços urbanos comuns aos dois países.

A viagem

Um dos procedimentos metodológicos aplicados na pesquisa é a pedagogia da viagem, que tem como proposta ir a campo, gerar descobertas e experimentações rumo a acontecimentos imprevisíveis. A pedagogia da viagem acontece pelo universo do desconhecido, ainda que se saiba para onde está indo viajar, pois existe um roteiro das cidades a serem visitadas, deve-se apontar novos e diversos caminhos a serem percorridos pelas cidades. Em cada trajeto/lugar podem ser percebidos acontecimentos presentes somente naquele momento, e ainda passar por constatações que muitas vezes já estava ali, porém ocultas (ROCHA, 2016).

Segundo Careri (2009), o ato da caminhada propõe uma inovação no processo metodológico, onde busca a experiência da caminhada pelos espaços públicos contemporâneos. É a caminhada pelas frestas, nos entre lugares da cidade, disposto a atravessar os muros, barreiras, fronteiras, atentar o que visível e invisível nos lugares “não turísticos”. A partir da caminhada, pode ser descoberto o novo, o inusitado, a criação de sentidos e emoções. Podemos dividir em três momentos a caminhada: a travessia (o percurso a ser caminhado); a linha (o rastro marcado pelo trajeto); e o relato (a narrativa do trajeto caminhado) (RESENDE, 2018).

As cidades gêmeas Brasil – Uruguay

Com o roteiro definido das cidades a serem estudadas, pode-se destacar que a fronteira Brasil-Uruguay possui 985 km de extensão, iniciando na tríplice fronteira Brasil-Argentina-Uruguai até a foz do Arroio Chuí (figura 01). Dessa fronteira, fazem parte 6 cidades-gêmeas:

1. Chuí (BR) – Chuy (UY): possuem juntas 16.320 habitantes e a linha de fronteira dá-se numa avenida comum às duas cidades;
2. Jaguarão (BR) – Rio Branco (UY): nesse caso, a Ponte Internacional Mauá faz a ligação entre as duas cidades, que unidas possuem uma população aproximada de 41.398 habitantes;
3. Aceguá (BR) – Acegua (UY): essas cidades-gêmeas possuem a menor população dessa fronteira, com 5.887 habitantes;
4. Santana do Livramento (BR) – Rivera (UY): consistem nas maiores cidades da fronteira Brasil – Uruguay, possuindo juntas uma população de 146.939 habitantes e sendo separadas por uma avenida em comum;
5. Quaraí (BR) – Artigas (UY): as cidades de 67.021 habitantes são ligadas pela Ponte Internacional da Concórdia sobre o Rio Quaraí;
6. Barra do Quaraí (BR) – Bella Unión (UY): juntas possuem 17.208 habitantes e são unidas por uma ponte internacional.

A viagem pela fronteira e o mapeamento cartográfico

Durante os dias 24 de agosto de 2018 a 02 de setembro de 2018, foi realizada “A viagem pela linha de fronteira Brasil-Uruguay”. Com o intuito de aproximar os pesquisadores do campo da pesquisa, coletar dados e intervir nos espaços públicos; o grupo de 15 viajantes (entre pesquisadores, professores, bolsistas e colaboradores) partiu em uma viagem contínua pelas 12 cidades que fazem da fronteira entre Brasil e Uruguay.

Mapas dos eixos viários das 6 cidades-gêmeas foram distribuídos a todos os viajantes, para auxiliar o mapeamento cartográfico. Em todas as cidades visitadas, atravessou-se a linha de fronteira (figura 02), reparando a cidade e seus espaços públicos, espiando, observando, sentindo a vida que passa pela rua, praça ou vazio urbano. Nesse caso, os autores dos mapas (usuários, turistas, planejadores, artistas, arquitetos, etc.)



Figura 01 - Trajeto da viagem realizada pelas cidades-gêmeas da fronteira Brasil - Uruguay. Fonte: Google Maps, com edição dos autores (2018).

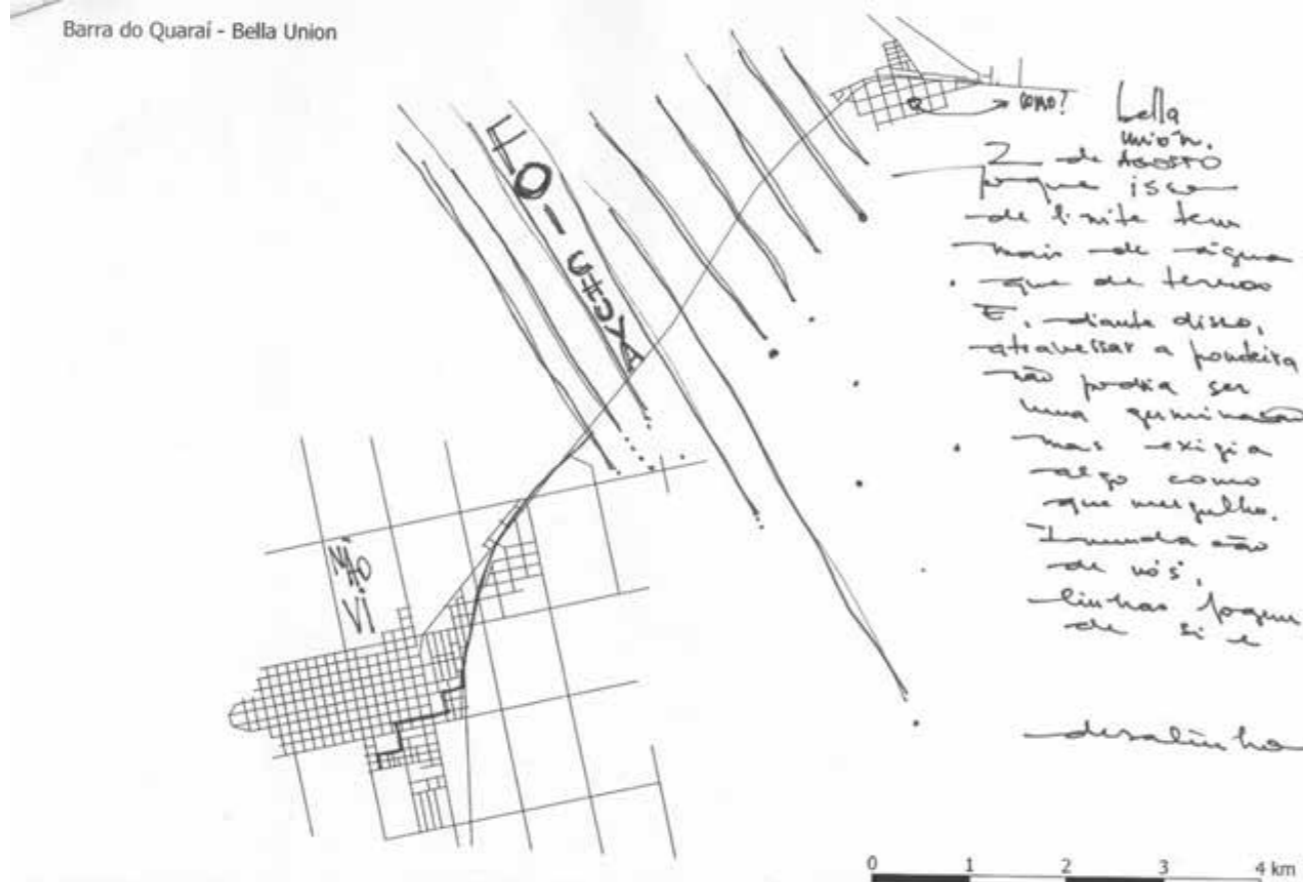
Figura 02 - Travessia realizada na linha de fronteira Chuí-Chuy. Fonte: dos autores (2018).

são sujeitos ativos nessa comunicação cartográfica, uma vez que cada anotação ou desenho representa as percepções únicas de cada indivíduo-viajante.

Possuindo um caráter qualitativo, a pesquisa não considera importante o número de mapas gerados ou número de informações absorvidas. Foi oferecida uma certa liberdade aos participantes, para que anotassem - em forma de texto, desenhos, imagens, colagens, etc. - aquilo que fora interessante na percepção de cada um. A criação desses mapas deixa marcas e rastros (cartografias urbanas) que nos permitem observar uma nova perspectiva sobre a cidade na contemporaneidade (DELEUZE & GUATTARI, 1995; JACQUES & JEUDY, 2006; CARERI, 2009).

No mapa de Barra do Quaraí – Bella Unión produzido por uma das viajantes (figura 03), as observações de certa forma poéticas retratam os momentos de travessia. Indicações subjetivas do que foi marcante naquela experiência, como a forte chuva ao atravessar a ponte internacional. As linhas desenhadas perpendicularmente à linha da ponte, indicando o rompimento do que é contínuo - a linha da travessia - comprida, cercada de água, necessitando interrupções no percurso, a fim de quebrar essa fronteira que estava distante, percurso longo, cercado por água, sob chuva forte e sensações diversas em cada etapa/quebra do trajeto percorrido.

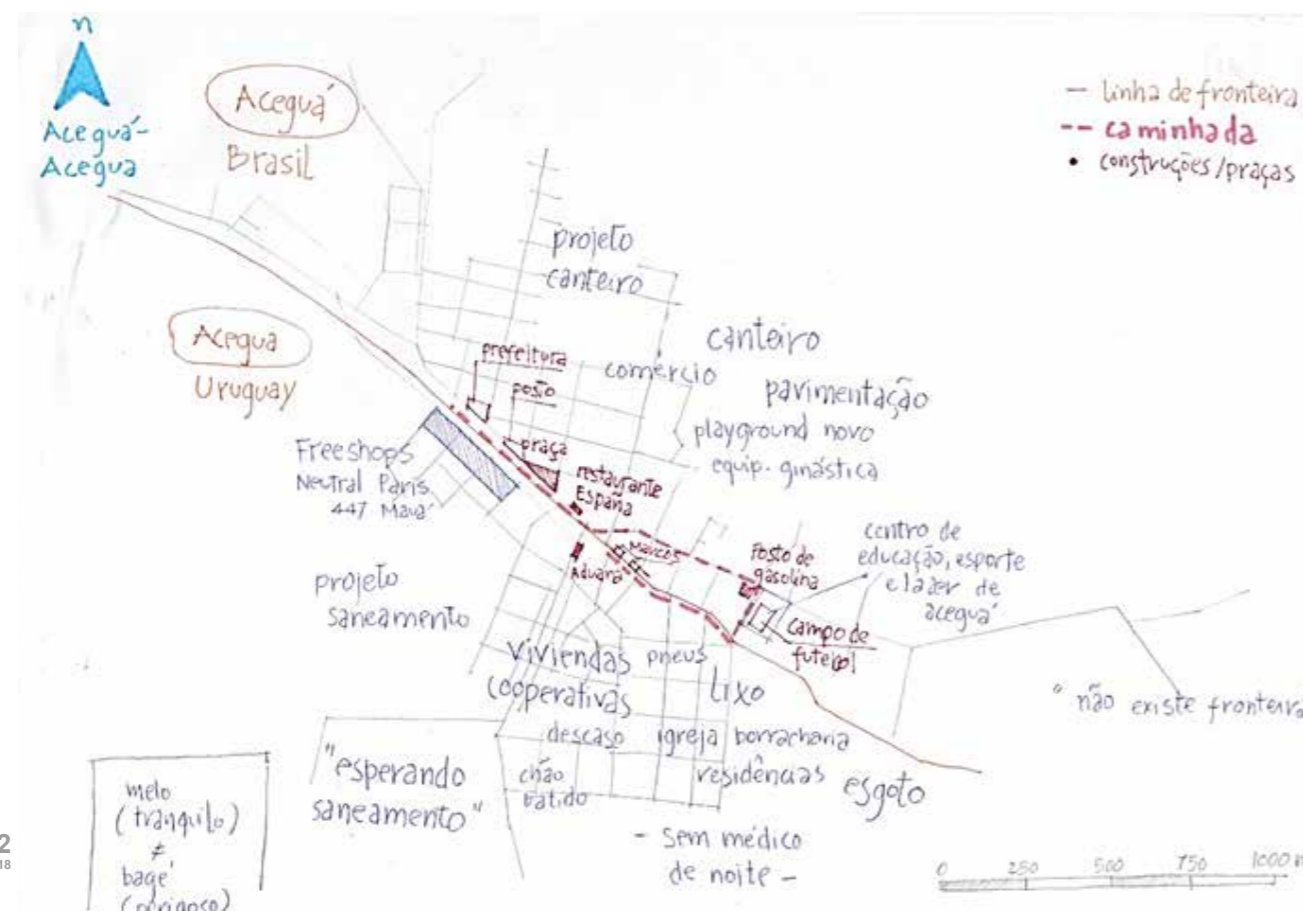
Figura 03 – Mapa produzido a partir da travessia Barra do Quaraí - Bella Union. Fonte: Mapa elaborado por Carolina Clasen (2018).



Ainda pode ser observado o modo de representação da cartógrafa no mapa da figura 03. Os detalhes são feitos através de linhas, desenho reticulado, mostrando o percurso percorrido e apontando o que não foi visto na malha urbana de Bella Unión. A autora do mapa, artista, prefere relatar por meio das palavras o processo da travessia, onde a experiência é marcada através da sensação de “inundação”, “mergulho”.

No mapa produzido por outra viajante nas cidades Aceguá e Acegua (figura 04), observa-se a utilização de textos, palavras-chave e a localização de algumas edificações e praças. Além disso, são descritas certas frases ouvidas por moradores locais, como “não existe fronteira” e Acegua ainda “espera por saneamento básico”.

Figura 04 – Mapa produzido a partir da travessia Aceguá - Acegua. Fonte: Mapa elaborado por Lais Becker Ferreira (2018).



O mapa da figura 04, produzida por uma estudante de Arquitetura e Urbanismo, apresenta detalhes mais pontuais das cidades-gêmeas. Como por exemplo: um campinho de futebol, *playground*, mobiliário urbano, infraestrutura do local (esgoto, lixo, chão batido). Foi necessário a indicação do Norte no desenho, saber em que lado da fronteira estava, delimitando com uma linha vermelha os dois países. Há um percurso marcado da travessia, mas as informações se sobressaem, fogem da linha de fronteira, perpassam as bordas, o desconhecido, além do ponto de “atração” dos *free shops*.

Pistas da cartografia urbana na fronteira

Em momento pós-viagem, foi realizada a sistematização dos materiais coletados. Os mapas de cada viajante geraram diferentes produções de subjetividade e serviram de apoio para a produção de novos mapas (textuais, fotográficos, colagens, iconográficos, etc.).

A análise dos mapas gerados nos permite estabelecer diversas relações: entre as cidades-gêmeas, entre as cidades brasileiras e uruguaias, entre as cidades de fronteira seca e de fronteira molhada, entre os países, etc. É possível analisar tanto os aspectos gerais como a morfologia, os espaços públicos e suas ocupações, a coesão ou separação entre as cidades; quanto aspectos específicos, tais como o mobiliário, o aparato publicitário e a tipologia arquitetônica.

As cidades de fronteira molhada (Jaguarão-Rio Branco, Quaraí-Artigas e Barra do Quaraí-Bella Union) apresentam uma certa segregação/separação, reforçada por essa sensação de linha de fronteira, uma vez que os rios contribuem para essa visualização. Não há uma interação perceptível entre os dois países, muitas vezes a travessia pelos moradores era feita por motivos comerciais e econômicos (trabalho), não observadas as relações na forma de convívio social. Já nas cidades de fronteira seca (Chuí-Chuy, Aceguá-Acegua e Santana do Livramento-Rivera), percebe-se uma maior homogeneidade e coesão cultural, social e linguística. A ideia de barreira é dissolvida e muitas vezes se perde em meio ao caminhar. A experiência da caminhada nas cidades de fronteira seca, causa a sensação de estarmos no mesmo lugar, na mesma cidade. Os moradores vêem as cidades como uma só, as crianças moram no Brasil e estudam no Uruguai, os moradores uruguaios utilizam os serviços no lado brasileiro. A vida, a rotina, o lazer acontece em conjunto nos dois territórios.

Apesar das similaridades, nas cidades-gêmeas de um mesmo grupo (fronteira seca/molhada) também se percebem diferenças. Portanto, nesse estudo utilizaremos o exemplo de duas cidades-gêmeas de fronteira seca: Chuí-Chuy e Santana do Livramento-Rivera. Além desse caso, também será feita a análise comparativa das cidades Quaraí-Artigas.

O caso de Chuí-Chuy e Santana do Livramento-Rivera

Chuí (BR) e Chuy (UY) são divididas/unidas por uma avenida internacional: no Brasil ela recebe o nome de Avenida Uruguay, enquanto que no lado uruguaio ela recebe o nome de Avenida Brasil. As duas cidades possuem uma população de 16.320 habitantes. Nesse caso, a linha de fronteira é uma linha reta, perceptível, fácil de identificar. Os *free shops*, que geram emprego e atraem turistas, tem grande importância na economia dessas cidades e localizam-se na avenida internacional, justo em frente à linha de fronteira.

Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY) apesar de consistirem também em uma

fronteira seca, apresentam uma outra realidade. Com uma população total de 146.939 habitantes, os *free shops* aqui são apenas mais um componente do comércio e localizam-se não na avenida que divide os países, mas em rua perpendicular à linha de fronteira. Nesse caso, a linha de fronteira é composta de segmentos curvos, alinhados conforme a topografia acidentada do local. É fácil se perder em meio ao caminhar, sem saber ao certo em que país se está. Reflexo da conexão, conurbação dessas cidades que aos olhos de quem atravessa parece uma só.

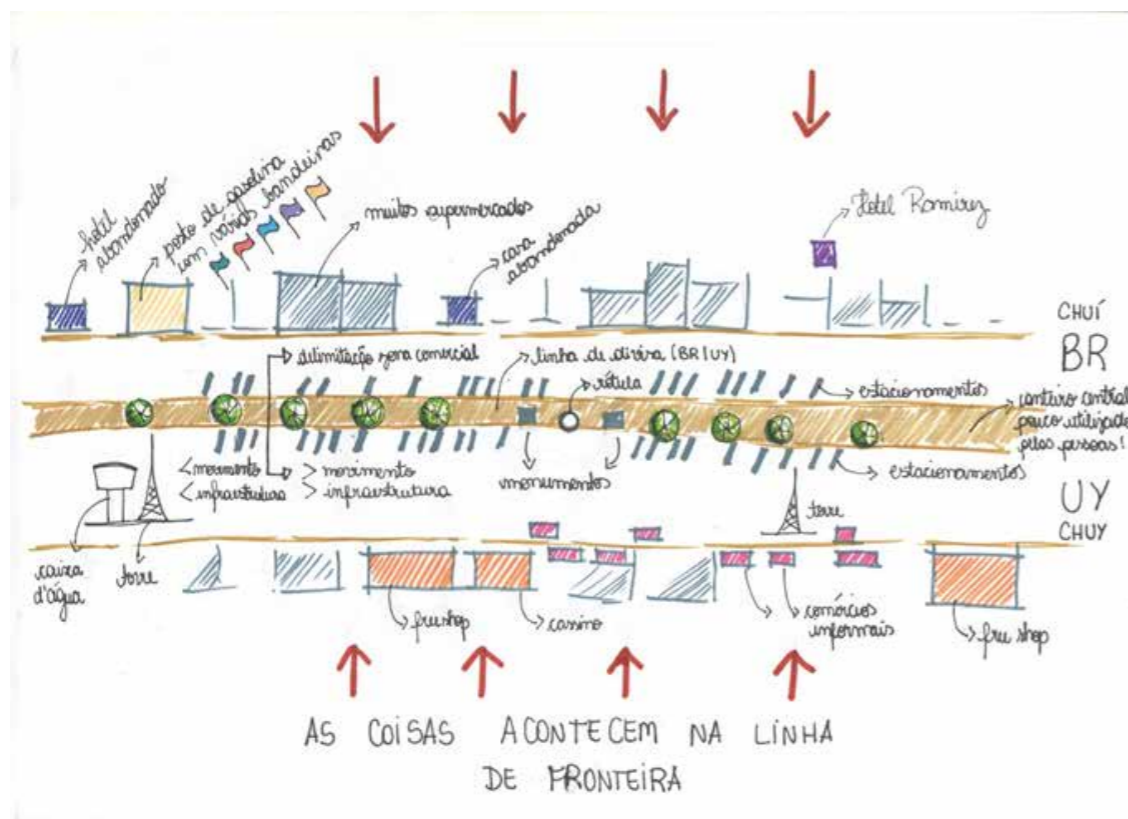


Figura 05 – Mapa produzido a partir da travessia Chuí-Chuí. Fonte: Mapa elaborado por Vanessa Forneck (2018).

O caso de Quaraí e Artigas

Quaraí (BR) e Artigas (UY) constituem uma fronteira molhada unida pela Ponte Internacional da Concórdia sobre o rio Quaraí. Um dos aspectos que diferencia as duas cidades diz respeito à morfologia urbana. Quaraí possui quadras de 200 x 200 metros, que em geral possuem uma ocupação perimetral e os interiores das quadras são utilizados, na maioria das vezes, como jardins internos das residências. Por sua vez, as quadras de Artigas têm dimensões em torno de 100 x 100 metros, possuindo assim um quarto da área das quadras de Quaraí. Através da travessia, percebe-se que essa diferença morfológica nas duas cidades implica em diferentes percepções do espaço urbano, no que diz respeito à segurança, à escala, e às sensações causadas. Ao caminhar por Artigas, parece-nos uma cidade mais caminhável que Quaraí, com uma maior sensação de segurança, talvez devido a escala que se aproxima um pouco mais dos pedestres. Já as quadras imensas de Quaraí favorecem uma impressão de monumentalidade, enormidade, despertencimento.

Durante a travessia das fronteiras molhadas, também foram mapeadas as bordas dos rios para identificar como se dá a utilização dessas áreas nas cidades brasileiras e nas uruguiaias. A partir desse mapeamento, foi identificado em Quaraí uma ocupação residencial de condições precárias nas bordas do rio. Já em Artigas é notável a quantidade de equipamentos de uso público na borda do rio Quaraí, principalmente para uso esportivo. Entre esses equipamentos, observou-se diversos campos de futebol, arquibancadas, piscina e *playground*. É possível supor que na cidade uruguaia houve uma preocupação maior para que nos períodos de alagamento a grande parte da população não seja atingida, ao contrário do que acontece no lado brasileiro.

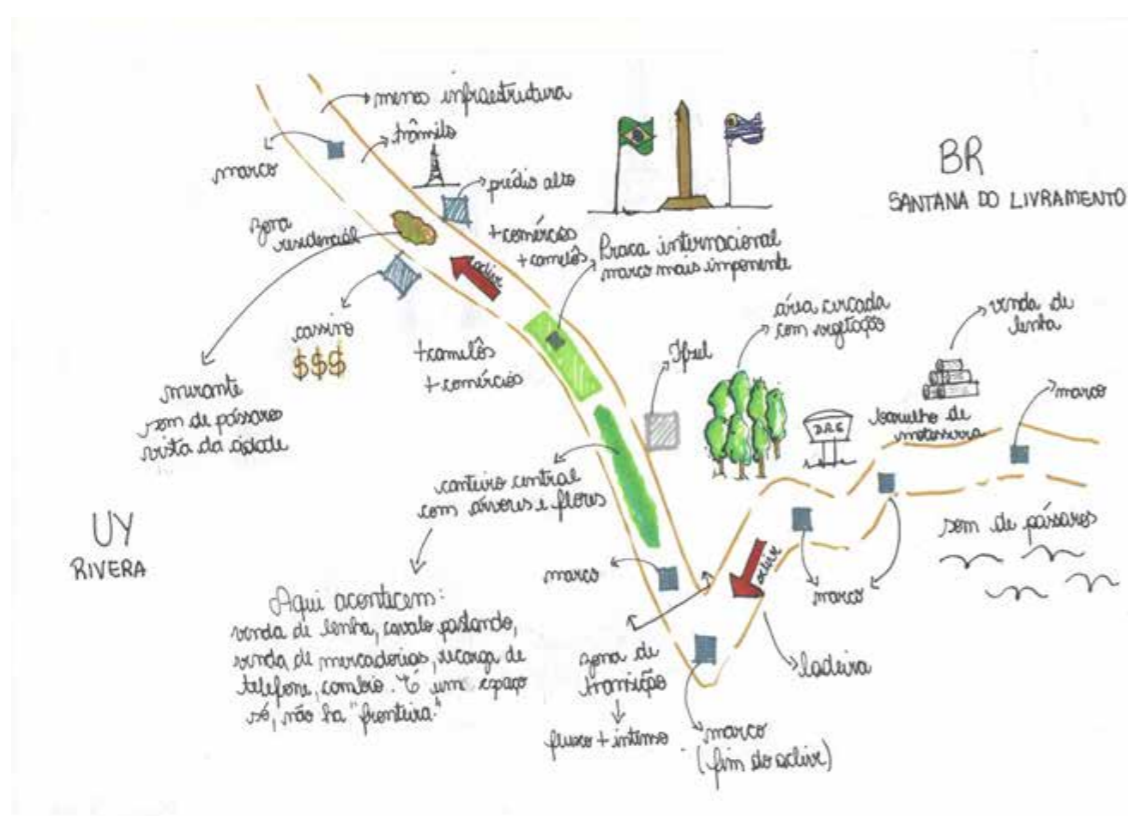


Figura 06 – Mapa produzido a partir da travessia Santana do Livramento - Rivera. Fonte: Mapa elaborado por Vanessa Forneck (2018).



Figura 07 – Mapa produzido a partir da travessia Quaraí - Artigas. Fonte: Mapa elaborado por Eduardo Rocha (2018).

Considerações finais

Somo todos protagonistas desta experiência: como viajantes, cartógrafos, pesquisadores, sensíveis e atentos aos diferentes acontecimentos na região fronteira. Em cada instante, se captura alguma sensação, algum olhar, gesto ou palavra que somados compõe um mapa, com significados diversos, individuais e/ou coletivos da travessia. É através das ações territoriais que são constituídas narrativas visuais e literárias, fotomontagens, registros, produção gráfica e audiovisual. Desta maneira, os mapas gerados podem ser sobrepostos, confrontando e evidenciando a morfologia (mapa objetivo) e o cotidiano (mapa subjetivo), criando assim novas formas e concepções de uma cidade.

Deixar-se permitir, ver, ouvir, vivenciar é se entregar às experiências que a cidade proporciona. Segundo o autor François Zourabichvili (2004) - que analisa o vocabulário de Deleuze sobre linha de fuga - busca-se uma desconstrução de olhares, uma desorganização ou “desterritorialização” do espaço, esses vetores são designados como linhas de fuga. O autor ainda afirma que o sentido da palavra fugir não significa absolutamente renunciar às ações (fugir, escapar, esquivar de alguém ou compromisso). Fugir é o contrário do imaginário, é fazer fugir algo, fazer fugir um sistema, é traçar uma linha, ou linhas, é toda uma cartografia. É criar novos espaços-tempos, de agenciamentos, no percurso de um processo desejante (ZOURABICHVILI, 2004).

Por fim, esta proposta de cartografia urbana busca orientar e incentivar a produção de novos instrumentos de concepção de projetos. Pretende-se disponibilizar os dados coletados em uma plataforma online de fácil acesso para as prefeituras, intendências das cidades fronteiriças, órgãos e instituições interessadas, além de contribuir para outras pesquisas na região. Neste momento, cabe aos pesquisadores/autores da pesquisa a cautela na divulgação de alguns materiais, por exemplo, em relação a trechos de vídeos e entrevistas realizadas com moradores e entidades públicas, respeitando a integridade dos participantes. Espera-se que essa produção auxilie a tornar as zonas fronteiriças alvo de ações do Estado e de programas de desenvolvimento integrados. Retomando um fator determinante nesse aspecto em relação a ética profissional e moral dos autores da pesquisa, onde a intenção dos estudos realizados e materiais a serem disponibilizados, sirva em prol dos moradores das cidades-gêmeas. E que as futuras políticas públicas respeitem e valorizem as singularidades de cada região, potencializando as estratégias e introduzindo modificações substantivas nos processos de projeto em arquitetura e urbanismo.

Referências bibliográficas

CARERI, F. *Walkscapes: el andar como practica estetica*. Barcelona: Gustavo Gili, 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1995.

GUATARRI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolíticas: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

HARLEY, John B. *A nova história da cartografia*. O Correio da UNESCO – Mapas e cartógrafos. Edição em português, 19 (08). São Paulo: FGV, 1991.

INGOLD, Tim. *Jornada ao longo de um caminho de vida – Mapas, descobridor-caminho e navegação*. *Religião e Sociedade*, v.25, n.1, 2005, p. 76-110.

JACQUES, Paola Berenstein & JEUDY, Henri Pierre. *Corpos e Cenários Urbanos: territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador: EDUFBA, 2006

KOOLHAAS, R. e outros (2000). *Mutaciones*. Barcelona, Actar.

RESENDE, Lorena Maia. *Cartografia urbana na linha de fronteira: Travessias nas cidades-gêmeas Brasil-Uruguay*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas - Qualificação de mestrado, 2018.

ROCHA, Eduardo. *Cartografias Urbanas*. *Revista Projectare*, Pelotas, v.1, n.2, p. 163 – 173, 2008.

ROCHA, Eduardo; AZEVEDO, Laura Novo de; ALLEMAND, Débora Souto; HYPOLITO, Bárbara de Bárbara; TOMIELLO, Fernanda. *Cross-Cult: Desenho Urbano/Urban Design – Pelotas/RS e Oxford/UK*. Pelotas: UFPel, 2016.

ZOURABICHVILI, François. *O vocabulário de Deleuze*. Tradução André Telles, Rio de Janeiro: Centro Interdisciplinar de Estudo em Novas Tecnologias e Informação, 2004.



LES ARTS DE L'ESPACE

Écrits et interventions sur l'architecture¹

De Jacques Derrida
Paris: Éditions de la différence, 2015, 398 pp.



Carlos Mario Fisgativa²

Este livro reúne numerosas conferências, diálogos, entrevistas, e inclusive algumas correspondências de Jacques Derrida, a respeito da arquitetura e de sua especificidade, as quais correspondem a uma época de intensas participações em mesas redondas ou projetos em que se propôs pensar o espaço e sua experiência. Esta recopilação de textos responde a provocação reiterada por questões filosóficas que envolvem o espaço da arquitetura, a exemplo: o valor ou a necessidade do arquitetônico na filosofia, da origem como *arkhé*, da relação do filósofo e da divindade tanto o demiurgo ou criador. Mas também está em questão a necessidade de pensar o lugar como possibilidade, nem antropológica nem teológica, em contraste com a proposta de alguns arquitetos, como Peter Eisenman sobre o vazio, que Derrida considera implicaria à existência de uma teologia negativa. Rastros deste debate encontram-se na seção “Documents” do livro, assim como a discussão Derrida e Eisenman. Por outro lado, algo notável nesta publicação, é que através dela, podemos pensar sobre a cidade e assim como nos questionarmos sobre a memória, a herança, o futuro e também as ruínas da cidade.

Também é frequente neste livro que Derrida questione as condições que as novas

tecnologias da comunicação oferecem para se pensar a política e cidade, mas o exercício mesmo da arquitetura. Por isso, Derrida cunha o termo “faxitextura”, que faz referência ao fax, o telefone, a internet, e toda a vigilância que se realiza através destes espaços virtuais, questionando as noções precedentes de cidade, de uma organização política estabelecida em um território delimitado. Tudo isso remete aos planejamentos sobre a “artefatualidade” ou a “crivação”, técnica do que é a atualidade, o presente e a cidade. Também está relacionada com a ideia que Derrida menciona em diversas ocasiões a respeito de uma época em que a cidade deverá ser pensada de outro modo, um modo que pode ser também denominado de *post-city Age*.

Em diversos momentos, como no caso da carta de Peter Eisenmann, denominada *Barbaries e papiers de verre ou la petite monnaie de l'actuel. Lettre à un architecte américain (fragment)*, se remete a Walter Benjamin e suas elaborações sobre a experiência empobrecida da cidade, da arquitetura em vidro, também no que se constitui em uma interessante vertente a se explorar, ou seja, os planejamentos benjaminianos acerca da ruína barroca e o *Trauerpiel*. Esta é uma referência escassa a um dos textos mais importantes de Benjamin, para tratar de questões estéticas.

No parágrafo denominado “*Généralisations d'une ville: mémoire, prophétie, responsabilités*” são constantes as alusões a Babel, não somente pela construção e desconstrução da torre, mas também pela correspondente confusão de diferentes línguas e povos. A torre de Babel é também uma “alegoria” do exercício de planejamento da cidade, da construção da cidade para os habitantes e para as gerações que estão por vir, mas também de uma obra inacabada e reduzida às ruínas. Isso se discute em relação a alguns escritos de Kafka como: *A muralha da China* ou *O escudo da cidade*, em que aparecem estas questões e que oscilam entre a cidade de Praga e o relato babélico.

Também se incluem textos relacionados ao projeto para o parque La Villette em Paris, alguns já publicados em *Chora L Works* ou partes da correspondência entre Peter Eisenmann e Bernard Tschumi em que se encontram debates a respeito da ausência e da negatividade, sobre a escritura e o traçado arquitetônico, da mesma forma que questões que dizem respeito as dificuldades institucionais que impediram a construção deste projeto como um todo. Tudo isso, nos leva constantemente a uma problemática de espaço na *différance*, das difíceis afinidades entre a arquitetura e a desconstrução, assim como a uma temática filosófica insistente na obra de Derrida como é a *Chora*, que remete ao *Timeo* de Platão, e que se entende como o espaço do terceiro gênero não é sensível nem inteligente. A particular leitura de *Chora*, que propõe Derrida, remete a indecisão, que não se reduz por dualismos, que é também um espaço do neutro (em palavra-chave blanchotiana).

Desta forma, se incluem os textos do debate entre Derrida e Daniel Liebeskind a propósito do projeto para o museu judeu de Berlim. Discussão em que se destaca o tema do vazio que é inscrito no lugar ou que é constitutivo do lugar, assim como o caráter inacessível e indecisível do museu, pois efetivamente por trás do holocausto e de numerosos genocídios em épocas recentes, estão os espaços inabitáveis e irrespiráveis, como no caso do museu berlinense que guarda a memória de acontecimentos desastrosos.

Este livro faz parte do trabalho da edição da obra de Jacques Derrida e esteve sob a responsabilidade de Ginette Michaud, Joana Masó, e que neste caso contou com a colaboração de Cosmin Popovici-Toma. A mesma equipe de edição já havia editado no ano de 2013 outro volume, titulado *Penser à ne pas voir - Écrits sur les arts du visible (1979-2004)*, traduzido ao espanhol como *Artes de lo visible (1979-2004)*, e editado por Javier Basaas, pela editora El lago. Mencionar isso é importante tendo em vista que Derrida insiste que as artes do visível e as artes do espaço fica muito difícil se traçar uma delimitação precisa. Em suma, estas duas publicações aportam uma

¹ Esta resenha foi publicada inicialmente em espanhol na Revista Instantes y Azares. Jacques Derrida, Les arts de l'espace: Écrits et interventions sur l'architecture, Paris, Éditions de la différence, 2015, 398 pp. En: Revista Instantes y azares. n. 17-18, 2016, pp. 297-299. ISSN: 1666-2849. Nesta edição da Revista Píxo, a resenha foi traduzida por Pierre Moreira dos Santos.

² Filósofo da Universidade de Quindío (Colômbia), Mestrado em Filosofia da Pontifícia Universidade Javeriana de Bogotá, Colômbia. Atualmente, é estudante no Doutorado em Filosofia pela Universidade de Buenos Aires (UBA), no qual investiga o pensamento de Jacques Derrida sobre a arte. E-mail: carlosmfisgativa@hotmail.com

importante recompilação de textos do autor acerca das artes, textos que em geral se encontravam dispersos, sido publicados em revistas, livros em diferentes traduções ou permaneciam inéditos. Ao tratar-se de conferências ou seminários, em alguns casos, estes foram transcritos a partir de registros de áudio.

Por último, é indispensável enfatizar que esta publicação contribui para o crescente estudo das questões artísticas que a obra de Derrida tem tido nos últimos anos, dando conta não somente de assuntos ontológicos, políticos, relacionados a fenomenologia e ao estruturalismo, mas também abrindo espaço para indagações derridianas, assim como para as relações das artes que levaram a cabo exercícios desconstrutivos.



parede branca

ARKHITETHOS

Carlos Nigro¹

Um princípio que se expõe: pelo encontro das palavras *arkhitektôn* e *ethos*, aborda-se a escolha do bem comum pelo construtor principal. Encontro que também possibilita a experiência de um hiato, conectado por uma sutil linha que conduz o ponto do vazio imaginário (ou, talvez, recalcado) do sujeito - onde se deveria validar o pensamento singular - ao ponto do objeto (sua obra).

Subtraia desta materialidade o que não interessa ao próprio corpo (FUGANTI, 2018).

Em busca de afetos, significativos e transformadores, torne-se pela intuição, a que precede a representação, inclusive enquanto um método de invenção de verdadeiros problemas, gozo da diferença, reengendramento constante da subjetividade do ser em seu estado nascente (DELEUZE, 2012), quando descortina-se a inovação na sua essência.

Não import(e)a a grafia.

Deixe-se levar pelos fluxos sensíveis a favor deste gozo, presente na fissura onde se alojam as experimentações criadoras que permitem imaginar, desenhar, fotografar e arquitetar as próprias condições para romper e para desterritorializar, tornando nua a verdade pulsional através da sua força *nonsense*.

Força tal qual um levante, gesto manifestado pelos sujeitos indignados e sem vislumbre de poder; gesto que rompe a previsibilidade da história. Rompimento que é a recusa, a potencialização de fazer de outro modo (DIDI-HUBERMAN, 2017).

Recomponha-se em sua singularidade individual e coletiva (GUATTARI, 2012), afirmando as diferenças no encontro do que é comum. Converse. Co-crie. Componha. Assine essa prática, que além de ética, também é estética e política (da potência, e não do poder).

O distanciamento ou o afastamento do ato de filosofar, que possibilita tecer inúmeros conceitos transdisciplinares aplicáveis no campo da percepção e gestão das cidades, não permite relacionar o sujeito com o objeto por ordem de qualidade, e nem por ordem de grandeza, ainda que sintonizado com a realidade buscada de forma direta e imediata (SAYEGH, 2008).

Este distanciamento ou afastamento provoca a não percepção das práticas revolucionárias voltadas a não espetacularização da vida e das cidades, o que deixa de oportunizar a negação da mera repetição de modelos estéticos exógenos e descontextualizados (JACQUES, 2005).

Assim, permanece-se diante de padrões estéticos globalizados, desenraizados

¹ Carlos Nigro possui graduação em Arquitetura e Urbanismo (1993, Prêmio Marcelino Champagnat), Especialização (1994) e Mestrado (2005, 1º Prêmio CONFEA de Criatividade e Inovação Tecnológica) em Gestão Urbana, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Possui também Especialização em Dinâmica de Sistemas, pela Cátedra UNESCO em Sostenibilitat da Universitat Politècnica de Catalunya (2009) e Especialização em Gestão e Liderança Universitária (2014). Professor da Escola de Arquitetura e Design da PUCPR. E-mail: carlos.nigro@pucpr.br

e gratuitos, seja pelo fato de ignorar, seja pela alienação ou seja por uma intenção astuciosa.

Renderizações deslumbradas de uma vida iludida.

Causa ou consequência?

Oportunismos em troca de quais recompensas?

O círculo vicioso da máquina social nos sabota para reproduzir e para nos distanciar do campo do acontecimento, do desejo intensivo e da pulsão. Sendo assim, pela máquina busca-se o ideal (o teórico), onde o problema é imposto de fora e repete a escravidão generalizada e melancólica (FUGANTI, 2018).

A covardia, ou a falta de confiança que não nos coloca em movimento e, conseqüentemente, não nos permite a ousadia, é o sentido desta busca. Vive-se, passivamente, em função dos problemas dos outros, do ideal do outro, pela incapacidade de se colocar os próprios problemas a partir dos elementos afetivos e não teóricos, por meio de uma grafia que seja o campo da experimentação que potencializa a criação. Idealiza-se, pois, pela segregação e rebaixamento dos afetos, tais quais os da criança (FUGANTI, 2018).

Ausência esta que contribui pela manutenção do pensamento hegemônico, o que, inclusive, também pode vir a ser destruído pela escuta do inconsciente, pelo sentimento de repulsa e, assim, pela ética do bem-dizer. Suspeite-se de si mesmo, até como um ato de sublimação (ALCEP, 2017).

Aconteça. Derive. Pela errância do desejo, como uma abordagem metodológica participativa de percepção em contextos de complexidade, também são reveladas heterotopias, espaços singulares e não convencionais em oposição aos demais (FOUCAULT, 2013a), principalmente tangíveis nas situações de vulnerabilidade, de tensão e de conflitos, o que fundamenta um urbanismo experimental, não mapeado, não sentido socialmente como uma crise de valores que possibilita uma imersão num universo de incertezas e de possibilidades.

O entendimento da parte invisível deste vazio se dá pela tangibilidade imagética (visibilidade do desejo, que não pode ser reprimido em nome da ciência), por meio da conscientização (e, se necessário, por meio da análise) da subjetividade destes espaços heterotópicos, através do uso da fotografia: partida conceitual de um urbanismo inicialmente conduzido pela geografia afetiva (JACQUES, 2003), o que pode vir a ser uma metodologia experimental para compreensão da complexidade da cidade contemporânea (JACQUES & DRUMMOND, 2015).

Experimentação ética da cidade vivida por meio das imagens que ardem (DIDI-HUBERMAN, 2012).

Imagens instabilizadoras que furam a malha da urbanidade onde estamos implicados (MORTIMER, 2017) (BRITO & JACQUES, 2017) (BALLEN, 2014) (NIGRO, 2016).

Enquanto um problema contemporâneo ético e de filosofia política, à luz da coragem da verdade (FOUCAULT, 2014) e do cuidado em si (FOUCAULT, 2013b) e, também, da filosofia topográfica (MALPAS, 2018), revelam-se estes outros-espacos (FOUCAULT, 2013a), singulares, em oposição aos demais, de uma outra forma.

Por uma constelação de imagens (DIDI-HUBERMAN, 2011) e de conceitos, tornam-

se visíveis (CORPOCIDADE, 2015) e táteis questões que a parresía, a fala franca, identifica, sob uma lente franca e, assim, pistas investigativas são montadas, o que gera conhecimento.

A deriva (JACQUES, 2003) (CARERI, 2015) (VICONTE, 2014) de um errante-autor de um encontro corporal: um outro que pode dar direção à alma de um “homem-sujo” (FOUCAULT, 2014) com os refugos (BAUMAN, 2005) da cidade, indivíduo(s)-errante(s), sem inserção; análise de uma possível esquizofrenia (DELEUZE & GUATTARI, 2010) que lança mão da raiz de pertencimento, ao manifestar-se no espaço mutante, e que um dia pode deixar de falar a verdade, quando deixar de existir, seja pela invasão ou evasão do indivíduo, frente o poder institucionalizado em nome da lei, da moral e das estratégias competitivas: um ato pelo qual a verdade se manifesta (um discurso da verdade que o sujeito, institucionalizado ou não, é capaz de dizer sobre si mesmo). Ou vice-versa: o “homem-sujo” concede a direção espiritual. Intue.

Heterophotopia (NIGRO, 2016), heterotopologia por meio da fotografia, é uma narrativa intuitiva à flor da pele. É uma prática esquizoanalítica. Mas não é a única narrativa daquilo que emerge.

O conselho é dado.

Mas quem é o conselheiro e para quem o conselho está dado?

Dois parresiasistas que enfrentam a retórica dos discursos, humanístico, social, técnico, científico e político, que são visões covardes acerca da questão urbana. Parresiasistas que identificam o território sem máscaras, do espaço a partir dos seus outros e, portanto, da sua “ética do lugar” (MALPAS, 2018).

Virtudes colocadas em risco, por ambos.

O regime de se dizer a verdade passa pelos papéis sociais destes dois sujeitos, pelas dimensões proféticas e sabeis (do “homem-sujo?”), da técnica e da ciência (do arquiteto e urbanista-professor-pesquisador?), e da parresía (de ambos?). Mas encontra no discurso revolucionário, anti-espetacularização, pela crítica rompante (de ambos?) da sociedade existente, ousadia micropolítica (GUATTARI & ROLNIK, 1996) que não é apreciada, já que viola, pois lança luz sob o escondido. Por se desenrolar pela prova da alma, que se comunica ao divino, torna-se uma parresia ética (FOUCAULT, 2014). Ao cuidar-se de mim (ou de nós), útil serei (seremos) à cidade.

Esse cuidado, cínico, se apresenta como manifestação de uma provação da existência, ao encontrar-se com a verdadeira vida, desnuda, selvagem, em recusa ao desnecessário.

Corpo em devir (FUGANTI, 2007). Expõe-se à vida, abre o coração. Liberte-se. Dê algo de si. Cuide-se.

Presença imediata. Decapagem da existência. Vida em risco, não só pela fala franca, mas pela própria maneira como se vive frente a magnitude das incertezas.

A alteridade, qualidade do que é outro, é a marca desse verdadeiro, e assim, marca de um urbanismo experimental parresiatóico, que também é empático (BROWN, 2013). Logo, ético.

Arkhitethos, em busca da restauração da cidade subjetiva (GUATTARI, 2012).

A quem ela não interessa?

Referências bibliográficas

- ALCEP. *Notas do Curso Os 4 Conceitos Fundamentais da Psicanálise*. Curitiba: ALCEP, 2017.
- BALLEN, R. *Asylum of the birds*. London: Thames and Hudson, 2014. 144 p.
- BAUMAN, Z. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. 176 p.
- BRITO, F. & JACQUES, P. (org.). *Corpocidade: gestos urbanos*. Salvador: EDUFBA, 2017. Disponível em: < <http://www.corpocidade5.dan.ufba.br/wp-content/uploads/livro/012.pdf> > Acesso em: 25 de maio de 2018.
- BROWN, B. *Empathy*. Londres: RSA, 2013. Disponível em: < <https://vimeo.com/81492863> > Acesso em: 25 de maio de 2018.
- CARERI, F. *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. São Paulo: Gustavo Gili, 2015. 188 p.
- CORPOCIDADE. *Plataforma Corpocidade 5*. Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: < <http://www.corpocidade5.dan.ufba.br/index.php/atravessamentos/> > Acesso em: 31 de julho de 2016.
- DELEUZE, G. *Bergsonismo*. São Paulo: Editora 34, 2012. 157 p.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*. São Paulo: Editora 34, 2010. 560 p.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Atlas: how to carry the world on one's back?* Madrid: Museu Nacional Centro de Arte Reina Sofia, 2011. Disponível em: < <http://www.museoreinasofia.es/sites/default/files/notas-de-prensa/2010-004-dossier-en.pdf> > Acesso em 15 de outubro de 2016.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Quando as imagens tocam o real*. Belo Horizonte: UFMG, 2012: v. 2, n. 4, 204-219. Disponível em: <http://www.eba.ufmg.br/revistapos/index.php/pos/article/view/60/62> > Publicação original: Disponível em: < http://www.macba.es/uploads/20080408/Georges_Didi_Huberman_Cuando_las_imagenes_tocan_lo_real.pdf > Acessos em 26 de maio de 2018.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Levantes*. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2017. 420 p.
- FOUCAULT, M. *O Corpo Utópico, As Heterotopias*. São Paulo: n-1 Edições, 2013a. 55 p.
- FOUCAULT, M. *O Governo de Si e dos Outros*. São Paulo: Martins Fontes, 2013b. 380 p.
- FOUCAULT, M. *A Coragem da Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 339 p.
- FUGANTI, L. *Corpo em Devir*. Revista Sala Preta/PPGCA. São Paulo: USP, 2007. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57321> > Acesso em 25 de maio de 2018.

FUGANTI, L. *Notas da Clínica de Esquizoanálise em grupo*. São Paulo: Escola Nômade de Filosofia, 2018.

GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 2012. 185 p.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996. 327 p.

JACQUES, P.B. *Breve histórico da Internacional Situacionista – IS*. *Arquitextos*, São Paulo, ano 03, n. 035.5, Vitruvius, abr. 2003. Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.035/696>> Acesso em 25 de maio de 2018.

JACQUES, P.B. *Errâncias Urbanas: a arte de andar pela cidade*. *Arquitexto* 7, Porto Alegre: UFRS, 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_7/7_Paola%20Berenstein%20Jacques.pdf> Acesso em 25 de maio de 2018.

JACQUES, P.B. & DRUMMOND, W. (orgs.). *Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea (volumes I, II, III e IV)*. Salvador: EDUFBA, 2015.

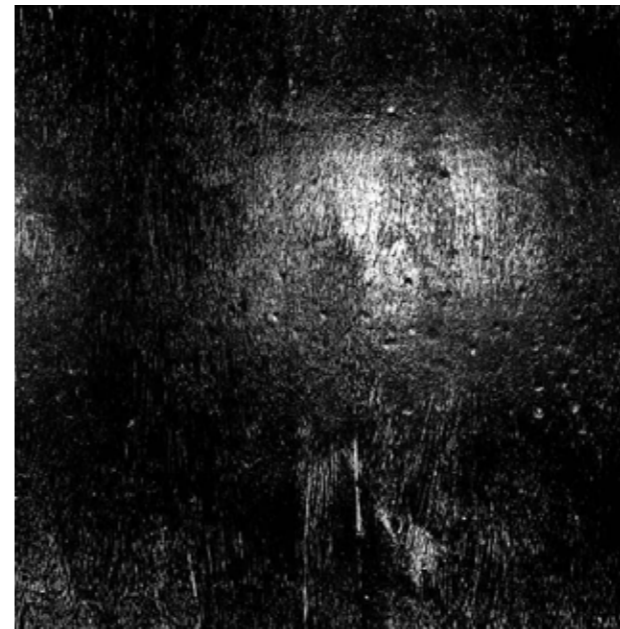
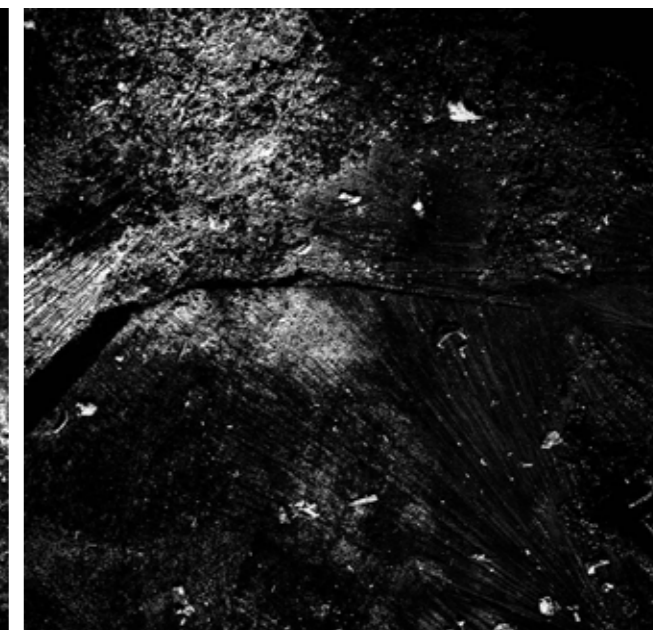
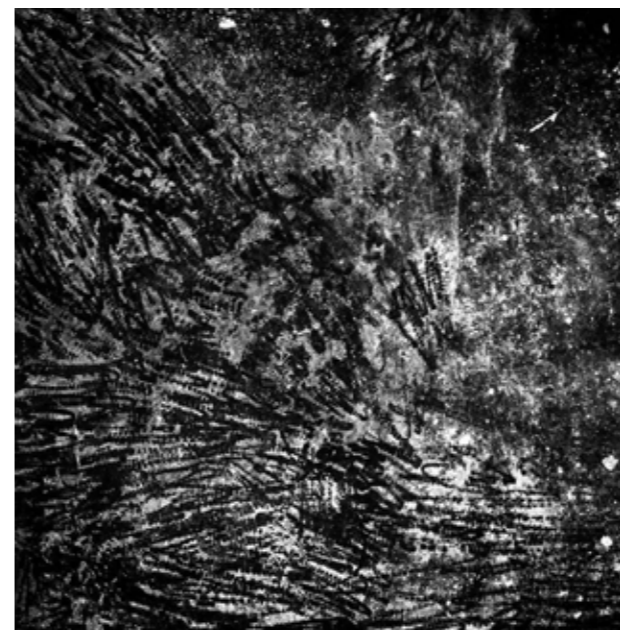
MALPAS, J. *Thinking Topographically: Place, Space, and Geography*. Disponível em: < <http://jeffmalpas.com/wp-content/uploads/2013/02/Thinking-Topographically-Place-Space-and-Geography.pdf> > Acesso em: 25 de maio de 2018.

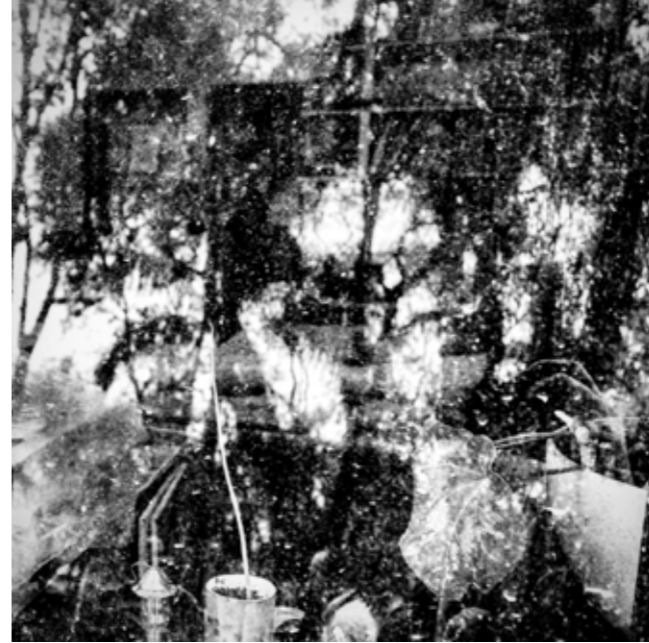
MORTIMER, J. *Arquiteturas do Olhar*. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2017. 267 p.

NIGRO, C.D. *Heterophotopia*. *Revista Vírus* 13/Nomads. São Carlos: USP, 2016. Disponível em: < http://www.nomads.usp.br/virus/carpet_data/69/69br.pdf> Acesso em 25 de maio de 2018.

SAYEGH, A. *Bergson: O método intuitivo: uma abordagem positiva do espírito*. São Paulo: Humanitas, 2008. 227 p.

VISCONTI, J.C. *Novas Derivas*. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 171 p.





DESENHO, OBSERVAÇÃO E NARRATIVA

Guilherme Galdo Ruchaud¹

Resumo

Este trabalho apresenta uma breve reflexão, acompanhada de materiais produzidos pelo autor, resultantes da prática do desenho como forma de apreender a materialidade da cidade.

Palavras-chave: desenho, cidade, periferia.

Abstract

This essay brings a brief reflection, accompanied by materials produced by its author, resulting of the practice of drawing as a way to seize the cities' materiality.

Keywords: drawing, city, suburbs.



Figura 1 - Monte Serrat,
Florianópolis/SC.
Fonte: produção do autor.

Frequentemente tratada no discurso arquitetônico como um engano a ser corrigido, a cidade informal é parte indissociável da cidade capitalista. Historicamente, trabalhadoras/es tem se alternado entre construir diferentes partes da cidade: aquela que obedece ao ordenamento dos projetos formais, durante a semana, e aquela onde moram e convivem, aos fins de semana. (MARICATO, 1979; ARANTES, et al, 2002)



Figura 2 - Alto Pantanal,
Florianópolis/SC.
Fonte: produção do autor.

¹ Arquiteto e Urbanista graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestrando em Antropologia Social e Cultural pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: guiruchaud@gmail.com

Construir a sua própria cidade, em áreas como morros, várzeas, pântanos e dunas, demanda criatividade e inventividade para lidar com terrenos, recursos materiais e técnicas limitadas. Tradicionalmente, tem se desenvolvido nesse tipo de prática uma série de saberes, formas de ordenar o território e redes de sociabilidade e solidariedade. (MARICATO, 1979)

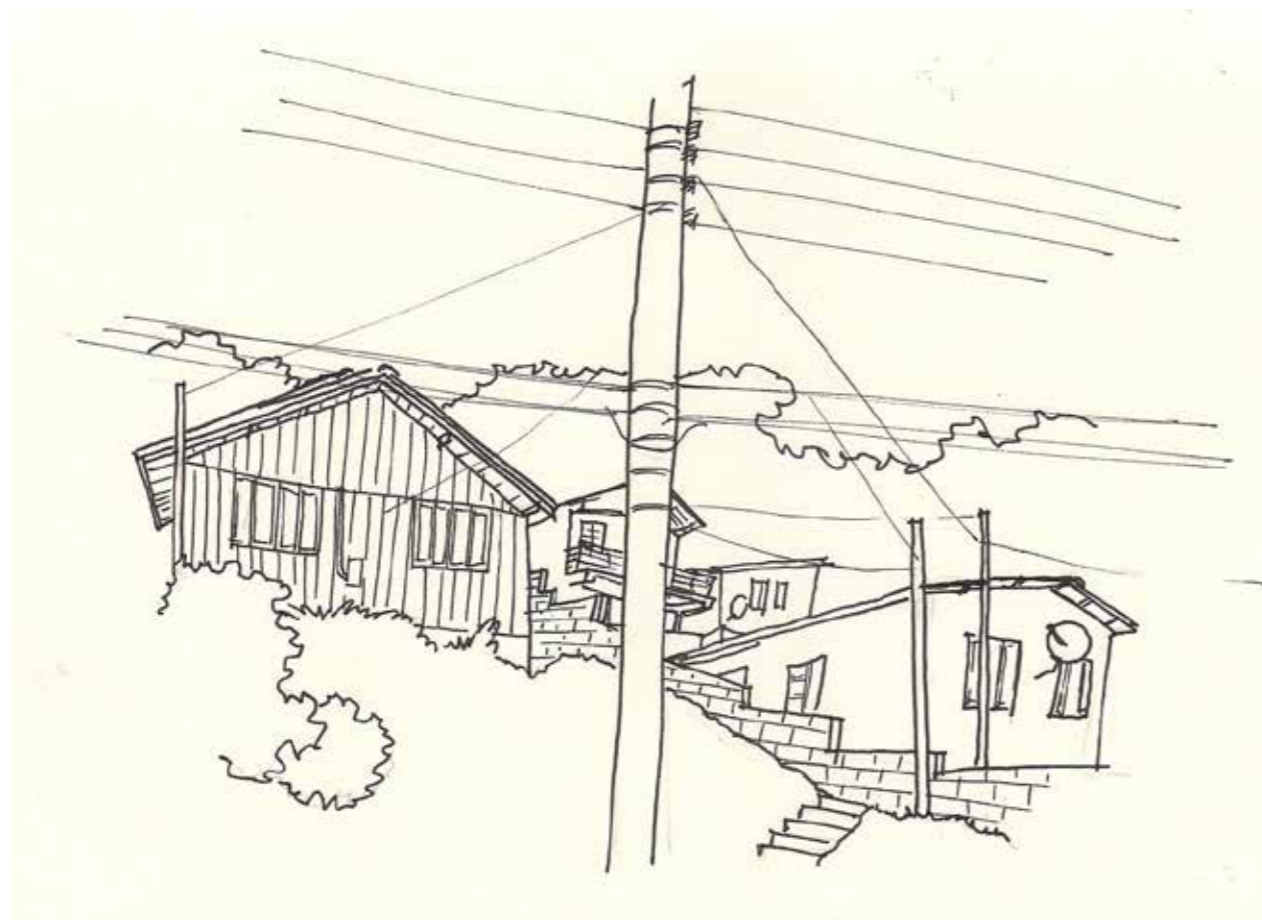


Figura 3 - Monte Serrat, Florianópolis/SC. Fonte: produção do autor.

Alternativamente, tem sido defendido que intervenções na cidade informal devem se dar na forma de uma soma de conhecimentos, precedidas de uma busca por compreender as culturas das comunidades, suas formas de habitar e se relacionar com o território, por meio de processos dialógicos, com o reconhecimento de valor aquilo que as/os moradoras/es vem produzindo (KAPP, et al, 2009).



Figura 5 - Serrinha, Florianópolis/SC. Fonte: produção do autor.

Grandes projetos de habitação social ou urbanização de periferias tem habitualmente ignorado esses saberes desenvolvidos coletivamente, impondo formas hegemônicas de habitar o território urbano.



Figura 4 - Alto Pantanal, Florianópolis/SC. Fonte: produção do autor.

Essa apreensão da materialidade e da espacialidade desses territórios demanda um olhar sensível e atento aos detalhes.

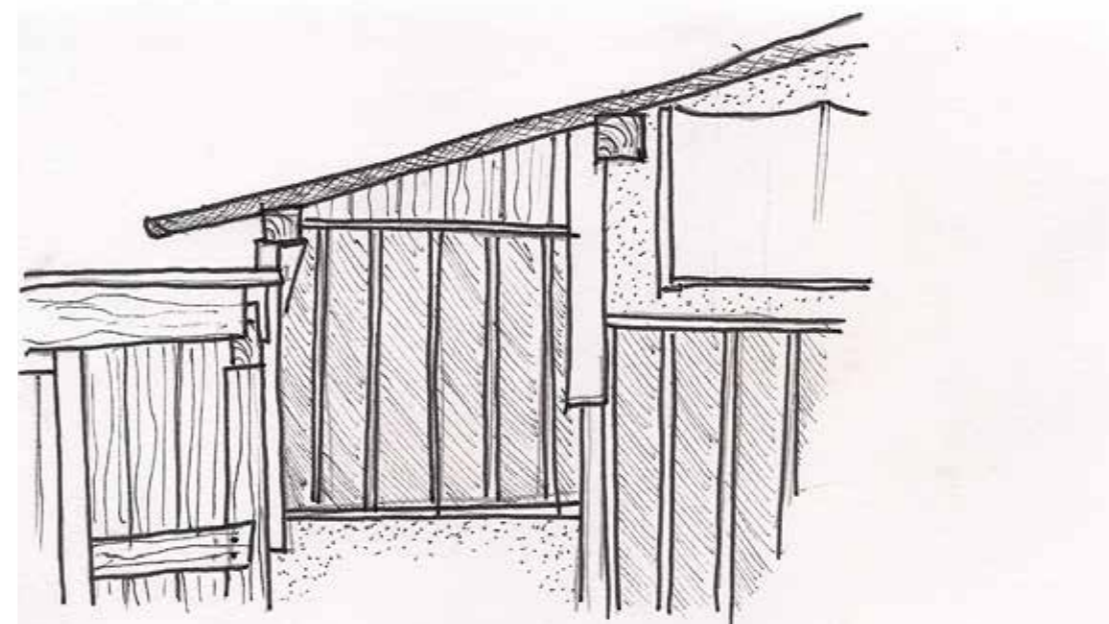


Figura 6 - Estrada do Engenho, Pelotas/RS. Fonte: produção do autor.

Figura 7 - Caieira,
Florianópolis/SC.
Fonte: produção do autor.



Por sua vez, o desenho requer uma observação atenta, que pode revelar técnicas, materiais, soluções.

Desenhar não se trata de retratar fielmente a realidade: cada desenho é uma narrativa, que não poderá estar despreendida do olhar da/o desenhista, com as condicionantes do momento do desenho, bem como de sua biografia e subjetividades. (KUSCHNIR, 2016)

Figura 8 - Serrinha,
Florianópolis/SC.
Fonte: produção do autor.



Figura 9 - Alto Pantanal,
Florianópolis/SC.
Fonte: produção do autor.

O ato de desenhar envolve uma relação com o território. Acomodar-se onde for possível, observar, permanecer, se deixar envolver com o entorno, e eventualmente com as pessoas (KUSCHNIR, 2016). Essa relação pode suscitar novas questões de pesquisa, de modo que podemos entender o desenho também como um modo de “pensar, observar e conhecer” (AZEVEDO, 2016). O desenho, como narrativa visual, atua também no processo de trazer visibilidade a esses territórios.

Referências

- ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). *A Cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- AZEVEDO, Aina. Um convite à antropologia desenhada. *Metagraphias: Metalinguagem e outras figuras*, Brasília, v. 1, n. 1, p.194-208, mar. 2016.
- KUSCHNIR, Karina. A antropologia pelo desenho: Experiências visuais e etnográficas. *Cadernos de Arte e Antropologia*, v. 5, n. 2, p.5-13, 2016.
- MARICATO, Ermínia (Org.). *A Produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-omega, 1979.

JANE'S WALK

Cartografia da hospitalidade

Celma Paese¹
Carlla Volpatto²
Cassya Netto Vargas³
Dandara Copetti⁴
Gabriela Ferreira Mariano⁵
Lizandra Machado Moreira⁶

O grupo do Projeto de Pesquisa Cartografia da Hospitalidade foi convidado a participar do evento mundial Jane's Walk, estreando em Porto Alegre por meio de iniciativa do TransLAB.URB, um grupo transdisciplinar que pratica o urbanismo contemporâneo através de ações de inovação social urbana se utilizando para isso de ferramentas tecnológicas, tecnologias sociais e conexão com arte e ativismo com foco na capital Porto Alegre.

Jane's Walk trata-se de uma série de caminhadas coletivas inspiradas na ativista e escritora Jane Jacobs, nascida nos Estados Unidos da América, e mundialmente conhecida por seu livro *Morte e vida das grandes cidades*. Os *Jane's Walks* são realizados anualmente durante o primeiro final de semana de maio, coincidindo com o

1 É Arquiteta e Urbanista (Uniritter/1985), Doutora (2016) e Mestre (2006) em Arquitetura pelo PROPARG/UFRRGS. Atualmente é Pós-Doutoranda PNPd CAPES no PPGAU Mestrado associado Uniritter/Mackenzie onde desenvolve dentro da linha de pesquisa Projeto e Construções Culturais a pesquisa Cartografia da Hospitalidade. Foi professora convidada no Mestrado em Desenho Urbano e de Paisagem da Faculdade de Arquitetura da TU Wien, em Viena, Áustria (2014), e no Mestrado do LAC-Laboratório Arte Ceviche da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Roma 3, em Roma, Itália (2013) e no Laboratório de Urbanismo Contemporâneo do PROGRAU FAURB-UFPEL (2013). Foi professora da FAU da Universidade de Santa Cruz do Sul e da FAU URI, em Santo Ângelo. Participa dos grupos de pesquisa do CNPQ: Arquitetura, Derrida e aproximações, do Prof. Fernando Fuão (PROPARG UFRRGS) e da Prof. Dirce Solis (PPGFIL UERJ) e Cidade+Contemporaneidade, do Prof. Eduardo Rocha (PROGRAU UFPEL). Relaciona sua experiência de pesquisa e prática em Arquitetura e Urbanismo com a vivência estética da cidade e suas arquiteturas construindo representações cartográficas multidisciplinares contaminadas pelas Artes e a Filosofia. E-mail: celmapaese@gmail.com

2 É arquiteta e urbanista (Uniritter/2015). Mestranda no Programa de Pós-graduação em Arquitetura do Uniritter/Mackenzie, bolsista CAPES e pesquisadora voluntária no Projeto Young Energy - Energia Solar e Inclusão Social. Estuda os processos de construção da memória da cidade e de suas manifestações arquitetônicas através do projeto e das construções culturais. E-mail: carllavolpatto@gmail.com

3 É arquiteta e urbanista (Uniritter/2015). Mestranda no Programa de Pós-graduação em Arquitetura do Uniritter/Mackenzie, bolsista CAPES. Estuda as implicações formais e programáticas do projeto de arquitetura e urbanismo, voltado para o estudo das moradias modernas e contemporâneas. E-mail: cassyanvargas@gmail.com

4 É arquiteta e urbanista (Puc-Rs/2016), Mestranda no Programa de Pós-graduação em Arquitetura do Uniritter/Mackenzie, bolsista CAPES. Estuda os métodos, processos e sistemas compositivos aplicados na arquitetura residencial contemporânea. Investiga sobre os modelos operativos do exercício projetual e as relações teórico-práticas do projeto, com sentido na construção do conhecimento profissional. E-mail: dcopetti@hotmail.com

5 É arquiteta e urbanista (Uniritter/2004), pesquisadora pelo Programa de Doutorado em Arquitetura da UIC. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Arquitetura do Uniritter/Mackenzie. Estuda as relações culturais entre indivíduo e espaço e, quais são os elementos que podem influenciar na percepção e na configuração projetual. E-mail: gbmariano@gmail.com

6 É arquiteta e urbanista (Puc-Rs/2014), Mestranda no Programa de Pós-graduação em Arquitetura do Uniritter/Mackenzie, bolsista CAPES. Estuda os signos de monumentalidade e domesticidade no contexto urbano; das relações entre programa e tipologias no projeto da moradia contemporânea. E-mail: lizandrasmoreira@gmail.com



dia do seu aniversário.

A 2ª Semana TransLAB.URB + 1ª *Jane's Walk* Porto Alegre, é a segunda edição da semana de atividades ligada a temas do urbanismo, onde foi desenvolvido 15 atividades, 12 delas abordando as mais diversas propostas de caminhadas. Incluindo a proposta aqui destacada do grupo.

A ação cartográfica proposta e desenvolvida pelo grupo Cartografia da Hospitalidade, além das pesquisadoras, contou com a presença de pessoas de diferentes idades, áreas de atuação e até mesmo cidades distintas. Conforme pode ser visto na imagem do percurso, o grupo percorreu a borda entre Bela Vista e Petrópolis configurada pela Av. Nilópolis e entorno, passando por duas praças: Praça Carlos Simão Arnt – mais conhecida como Praça da Encol – e a Praça André Forster.

Ao longo da errância, as pessoas debateram sobre questões urbanas e sociais: história do desenvolvimento da região, segurança das ruas, a partir de afirmações encontradas no livro da autora homenageada.

No debate final entre os caminhantes, concluiu-se que ações coletivas como a desenvolvida só tem acrescentar para o indivíduo que participa, pois leva esse a acolher e refletir sobre a cidade que habita. Da mesma forma, em caráter coletivo, permite não só a disseminação de saberes como também a aproximação e troca entre diferentes pessoas em prol da cidade incentivando futuras práticas para o melhor desenvolvimento da mesma.

A seguir mostramos algumas imagens da ação cartográfica em homenagem a Jane e as relacionamos com frases utilizadas durante o percurso:



As cidades apresentam preocupações econômicas e sociais muito mais complicadas do que o trânsito de automóveis. Como saber que solução dar ao trânsito antes de saber como funciona a própria cidade e de que mais ela necessita nas ruas? É impossível.

A aparência das coisas e o modo como funcionam estão inseparavelmente unidos, e muito mais nas cidades do que em qualquer outro lugar. Porém, quem está interessado apenas em como uma cidade “deveria” parecer e desinteressado de como funciona ficará desapontado com este livro.

Para compreender o desempenho dos parques é também necessário descartar a falsa convicção de que eles são capazes de estabilizar o valor de bens imóveis ou funcionar como âncoras da comunidade. Os parques, por si sós, não são nada e menos ainda elementos efêmeros de estabilização de bens ou de sua vizinhança ou distrito.



A cidade pertence a todos. “As cidades têm a capacidade de fornecer algo para todos, apenas porque, e somente quando, elas são criadas para o mundo inteiro”.

O louvor da rua. “As ruas e calçadas, os principais locais públicos de uma cidade, são seus órgãos mais vitais, o que vem à mente quando se pensa em uma cidade, suas ruas, quando as ruas de uma cidade oferecem interesse, toda a cidade oferece interesse, quando eles apresentam um aspecto triste, toda a cidade parece triste”.



Ruas frequentadas, ruas seguras. “Uma rua movimentada tem o potencial de ser uma rua segura, uma rua pouco movimentada é provavelmente uma rua insegura (...) Deve haver sempre olhos que olham para a rua, olhos pertencentes a pessoas que poderiam ser consideradas donos de ruas naturais (...) A segurança da rua é maior, mais descontraída e com menos tinturas de hostilidade ou suspeita justamente onde as pessoas usam e aproveitam as ruas da cidade de forma voluntária e estão menos conscientes, em geral, que estão assistindo”.



O balé da calçada. “Mas não uma precisão de dança e uniforme que todos levantar a perna enquanto gira em unísono, e depois reverenciar massa, mas na forma de um ballet emaranhado em que cada um dos dançarinos e Conjuntos manifestam claramente seus elementos distintivos, que, como milagrosamente, dão um ao outro vigor e densidade, compondo juntos um conjunto harmonioso e ordenado. O balé das calçadas de uma cidade nunca se repete em nenhum lugar, isto é, não repete a representação como em um passeio; Mesmo em um mesmo lugar, a performance é repleta de improvisações”.



Confiança. “A confiança nas ruas de uma cidade é construída ao longo do tempo através de muitos, pequenos contatos públicos nas calçadas ... a maioria deles é ostensivamente trivial, mas sua soma não é trivial”.



A beleza do caos. “A mistura complexa de diferentes aplicações (urbanas) nas cidades não são uma forma de caos. Pelo contrário, representam uma forma altamente desenvolvido e complexo de ordem”.



... E a feiúra da ordem. “Superficialmente, essa monotonia poderia ser considerada uma espécie de ordem, embora sem graça. Mas esteticamente, infelizmente, também traz consigo uma espécie de desordem, de não ter direção. Em um lugar marcado pela monotonia e pela repetição da similaridade, a pessoa se move, mas parece não chegar a lugar nenhum. Precisamos de diferenças para nos orientar”.



Contra o planejamento urbano. “Não há lógica que possa ser imposta à cidade, as pessoas fazem isso, e é para ela, não para os prédios, que precisamos adaptar nossos planos.”



Sobre os carros. “Carros são muitas vezes rotulados convenientemente como os vilões responsáveis pelos males das cidades e desilusão e futilidade de planejamento urbano. Mas o efeito destrutivo dos carros é muito menos uma causa do que um sintoma da nossa incompetência em edificar a cidade”.



Precursor de “pessoas assistindo”. “Ninguém gosta de sentar em um banco e olhando pela janela para uma rua vazia. Eu acho que quase ninguém faz tal coisa. Mas há muitas pessoas que se divertem observando a atividade de uma rua, e depois, a partir de uma janela ou na calçada”.



Parques urbanos:
Mesmo que o vazio não seja atingido por várias espécies de praga, ele exerce pouca atração devido ao número restrito de frequentadores potenciais”.



“Se for bem localizado, qualquer parque de bairro pode tirar proveito de seus trunfos, mas pode também desperdiçá-los. É óbvio que um lugar q lembre um pátio de prisão não vai atrair frequentadores, nem interagir com a vizinhança, do mesmo modo que um lugar que lembre um oásis. Contudo, também existem vários tipos de oásis e algumas de suas importantes características não são tão óbvias”.



“Os parques mais problemáticos localizam-se exatamente nos locais onde as pessoas não passam e provavelmente nunca vão passar. Um parque urbano nessa situação agravada (porque nesses casos é uma desvantagem) por um terreno de bom tamanho, encontra-se, comparativamente na mesma situação que uma loja enorme num local comercialmente ruim”.



“Quanto mais a cidade conseguir mesclar a diversidade de usos e usuários dia-a-dia nas ruas, mais a população conseguirá animar e sustentar com sucesso e naturalidade (e também economicamente) os parques bem localizados, que assim poderão dar em troca à vizinhança prazer e alegria em vez de sensação de vazio”.



“Um parque de bairro genérico, que esteja preso a qualquer tipo de inércia funcional de seu entorno, fica inexoravelmente vazio por boa parte do dia. E ai estabelece um ciclo vicioso. Mesmo que o vazio não seja atingido por várias espécies de praga, ele exerce pouca atração devido ao número restrito de frequentadores potenciais”.



“Espera-se muito dos parques urbanos. Longe de transformar qualquer virtude inerente ao entorno, longe de promover as vizinhanças automaticamente, os próprios parques de bairro é que são direta e drasticamente, os próprios parques de bairro é que são direta e drasticamente afetados pela maneira como a vizinhança neles interfere”.



ISSN 2526-7310

